

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Centro de Estudos Gerais (CEG)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

DO MOVIMENTO OPERÁRIO PARA A UNIVERSIDADE:  
León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro

Felipe Abranches Demier

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói  
2008

D379 Demier, Felipe Abranches.

Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro / Felipe Abranches Demier. – 2008.

183 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,

Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 167-183.

1. Populismo - Brasil. 2. Trotskismo. 3. Trotsky, Leão, 1879-1940. I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.

CDD

320.981

## Folha de Aprovação

Do movimento operário para a universidade: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro

Felipe Abranches Demier

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (orientador) – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes – UFF

---

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Niterói  
2008

# DO MOVIMENTO OPERÁRIO PARA A UNIVERSIDADE: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro

Felipe Abranches Demier

## Resumo

O tema desta dissertação é a relação que acreditamos existir entre o pensamento trotskista e parcela significativa da intelectualidade brasileira que, nas décadas de 1960 e 1970, destacou-se por trabalhos dotados de uma perspectiva crítica às interpretações “dualistas” e “etapistas” sobre a realidade sócio-histórica nacional. Desse modo, nos propusemos a discutir como algumas idéias do revolucionário russo León Trotsky assim como determinadas teses produzidas pelos agrupamentos políticos brasileiros de linha trotskista existentes no período 1930-1964 se encontram presentes em trabalhos acadêmicos de autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini e Francisco de Oliveira. Mais especificamente, abordamos a proximidade existente entre as elaborações de Trotsky acerca dos regimes bonapartistas “sui generis” que despontavam na América Latina a partir da década de 1930, as formulações do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre o regime político brasileiro de 1945-1964 (em especial o segundo governo Vargas) e os trabalhos acerca do “populismo” brasileiro realizados por Octavio Ianni e Francisco Weffort.

# DO MOVIMENTO OPERÁRIO PARA A UNIVERSIDADE: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro

Felipe Abranches Demier

## Abstract

The issue of this dissertation is the relation we believe there is between the trotskyist thought and significant amount of the brazilian intelectualism which, during the 60's and 70's, has stood out because of many works endowed with critical perspective on "dualistic" and "stagist" interpretations concerning the national social-historical reality. Therefore, we proposed ourselves to discuss how a few ideas of russian revolutionary León Trotsky, as well as some of the thesis produced by trotskyan brazilian political groups during 1930-1964, are well recognized in academic works by authors like Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini e Francisco de Oliveira. More specifically, we broach the proximity there is between Trotsky's elaboration about "sui generis" bonapartists regimes that have emerged in Latin America after 1930, the resolutions of the Partido Operário Revolucionário (POR) about 1945-1964 brazilian political regime (especially the second Vargas government) and the works concerning brazilian populism by Octavio Ianni e Francisco Weffort.

## Sumário

Introdução: <b>O populismo e nossa pesquisa</b> .....	p. 1
Apresentação da temática .....	p.1
O pensamento “etapista” e “dualista” brasileiro: CEPAL, ISEB e o PCB .....	p.3
A intelectualidade “antidualista” e “antietapista” .....	p. 4
As organizações políticas trotskistas (1930-1964) .....	p. 8
A disposição dos capítulos .....	p.11
<b>Capítulo I: Léon Trotsky e a chave para o entendimento da periferia do capitalismo</b> .....	p. 14
Parte I: <b>Trotsky e a afirmação de uma historicidade própria às nações <i>atrasadas</i></b> .....	p.14
<b><i>A lei do desenvolvimento desigual e combinado: um breve histórico do conceito</i></b> .....	p. 15
“Revolução permanente” ou “revolução por etapas”: a Internacional Comunista, o estalinismo e o retorno de uma antiga polêmica.....	p. 15
As origens do conceito de <i>desenvolvimento desigual e combinado</i> .....	p. 23
A revolução na China e o amadurecimento do conceito.....	p. 26
Itália, Índia, Espanha e África do Sul: mais quatro casos de aplicação do conceito.....	p. 28
A Revolução Russa: demonstração histórica incontestável da validade do conceito.....	p. 30
América Latina: último campo de observação.....	p. 40
<b><i>Totalidade e internacionalismo em León Trotsky</i></b> .....	p. 43
<b>Trotsky e o papel contra-revolucionário das burguesias <i>atrasadas</i></b> .....	p. 54
Parte II: <b><i>A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira</i></b> .....	p. 69
<b>Capítulo II: Movimento operário e academia no debate sobre o Estado brasileiro pós-1930: bonapartismo e populismo</b> .....	p. 85
Introdução.....	p. 85
O significado da “Revolução de 1930”: mais um ponto de convergência entre o trotskismo e a academia.....	p. 87

Trotsky, bonapartismo e os Estados da América Latina.....	p. 93
O “nacionalismo-burguês” latino-americano segundo o POR.....	p. 102
O “populismo” de Francisco Weffort e Octavio Ianni.....	p. 104
Regimes “semibonapartistas democráticos”, “nacionalismo-burguês” e “populismo”: a proximidade entre os conceitos.....	p. 108
<i>A etapa histórica.....</i>	p. 108
<i>A questão das massas populares.....</i>	p. 110
<i>A natureza bonapartista dos regimes latino-americanos pós-oligárquicos.....</i>	p. 113
<i>O Estado como sujeito econômico.....</i>	p. 121
<i>Estado e sindicatos.....</i>	p. 123
<i>A questão das direções políticas da classe operária.....</i>	p. 126
<i>Imperialismo e capitalismo periférico.....</i>	p. 129
O <i>revisionismo</i> do “populismo” e o silêncio acerca das “origens” trotskistas do conceito. .....	p. 131

**Capítulo III: Partidos trotskistas e intelectuais acadêmicos: relações pouco conhecidas.....**

A Liga Comunista Internacionalista e o Partido Operário Leninista: distantes da intelectualidade acadêmica marxista dos anos 60.....	p. 137
O Partido Socialista Revolucionário: Florestan Fernandes e o trotskismo.....	p. 140
O Partido Operário Revolucionário: uma experiência política e teórica para futuros acadêmicos.....	p. 145
A POLOP: militantes, intelectuais e “teoria da dependência”.....	p. 156
Organizações trotskistas e pensamento social brasileiro: dois breves comentários conclusivos.....	p. 160

**Conclusão: Movimento operário, trotskismo e universidade.....**

Bibliografia.....	p. 167
-------------------	--------

# Introdução:

## O “populismo” e nossa pesquisa

### Apresentação da temática

Na última década, a temática do “populismo”, tanto no âmbito acadêmico quanto no político, veio novamente à tona. No primeiro, o consagrado conceito utilizado por inúmeros autores de vários campos do pensamento científico desde a década de 1960, e que desde fins dos anos 80 já começara a ser questionado,<sup>1</sup> tornou-se objeto de uma feroz polêmica acerca de sua real valia para dar conta de determinadas conjunturas da história brasileira e latino-americana em geral.<sup>2</sup> No segundo, os termos “populismo” e “populistas” vêm sendo utilizados à porfia por intelectuais e jornalistas (em sua maioria de matiz liberal) para adjetivar governos e governantes que, brotados em nosso continente na atual etapa de “crise do neoliberalismo”, destacam-se por uma retórica e, em menor medida, por uma prática calcada na defesa de uma maior autonomia nacional face ao imperialismo.<sup>3</sup>

Não obstante essa “atualidade” da temática – que, de algum modo, justifica, acreditamos, o presente trabalho – advertimos desde já o leitor de que as páginas seguintes não estão dedicadas a nenhum dos dois aspectos expostos acima. Ainda que, em determinado momento deste material, tenha lugar, muito rapidamente, a chamada “revisão do ‘populismo’”, não pretendemos nesta dissertação ingressar no debate historiográfico estruturado no questionamento se o conceito de “populismo” é ou não analiticamente útil para a abordagem do período 1930-1964 (ou 1945-1964, como preferem alguns) da história republicana brasileira. Da mesma forma, não se encontrarão aqui análises concernentes às novas experiências políticas que se destacam no atual cenário da luta de classes na América Latina.

*O objetivo precípua de nossa pesquisa é, modestamente, contribuir para o estudo acerca da história do conceito de “populismo”;* todos os nossos esforços investigativos estiveram orientados para que conseguíssemos demonstrar, neste trabalho, que o conceito em questão, na sua acepção marxista, pode possuir outras “raízes” além das já sabidas, isto é, daquelas localizadas no espaço universitário de produção científica. À guisa de apresentação de nossa tese central, dizemos que foi do movimento operário, ou melhor, de determinadas correntes deste, que vieram significativas elaborações sobre a dominação burguesa no Brasil

---

<sup>1</sup> Centrada em uma problematização da idéia de “populismo”, foi publicada em 1988 a obra GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>2</sup> Acerca da crítica ao conceito de “populismo”, ver a coletânea FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>3</sup> O venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales e o equatoriano Rafael Correa talvez sejam os presidentes que mais sejam “agraciados” pela imprensa liberal com a alcunha de “populistas”.



que mais tarde mostrar-se-iam presentes como fundamentos do conceito de “populismo”, tal como foi produzido pelos acadêmicos marxistas. *Mais precisamente, afirmamos que o pensamento trotskista, representado no Brasil, entre 1930-1964, por pequenas organizações partidárias, foi uma influência essencial para a “criação” da chamada “teoria do populismo”*. Por essa razão, o segundo e principal capítulo de nossa dissertação tem o fito de expor a relação que acreditamos existir entre as teses de León Trotsky sobre a natureza dos regimes políticos da América Latina na década de 1930, as elaborações do Partido Operário Revolucionário (POR) – agremiação brasileira de linha trotskista fundada em 1952 – acerca do regime vigente no Brasil entre 1945-1964, e a acepção marxista do conceito de “populismo” formulada pelos cientistas sociais Octavio Ianni e Francisco Corrêa Weffort. De um modo detalhado, buscaremos apresentar como a noção de “bonapartismo *sui generis*” utilizada por Trotsky para definir os regimes políticos latino-americanos que despontavam na América Latina nos anos 30, assim como as análises dos trotskistas do POR sobre o fenômeno do “nacionalismo-burguês” no Brasil nas décadas de 1950/1960, guarda uma proximidade significativa com os trabalhos de autoria de Ianni e Weffort sobre o “populismo” brasileiro.

Entretanto, uma vez iniciada a pesquisa, e envoltos nos elementos que, segundo nós, permitiriam a compreensão dessa proximidade entre trotskismo e academia no tocante à questão do “populismo”, começamos a nos dar conta de que tal nexos não seria senão parte de uma relação muito maior entre o pensamento de León Trotsky, seus adeptos brasileiros e uma parcela significativa da intelectualidade brasileira surgida nos anos 60 do século passado. Ampliando nosso escopo de análise, e coligindo trabalhos e argumentos de autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto e Francisco de Oliveira, não foi difícil notar que havia mais relações do que comumente se imagina entre estes destacados nomes de nosso pensamento universitário e agremiações políticas relativamente desconhecidas, tais como a Liga Comunista Internacionalista (LCI), o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e o próprio POR.

Assim, observamos como aspectos centrais da produção acadêmica desta intelectualidade, conhecida por suas críticas epistemológicas, teóricas e analíticas às teses sobre a realidade brasileira oriundas dos meios “nacionalistas” e *pecebistas* (do Partido Comunista Brasileiro, o PCB), podiam ser encontrados nas elaborações políticas de pequenos grupos trotskistas que, sem muito êxito, intervieram junto ao movimento dos trabalhadores de nosso país entre 1930 e 1964. Tal como no caso do conceito de “populismo”, os escritos de Trotsky e dos trotskistas brasileiros do pré-1964 constituíram-se, como tentaremos demonstrar (em especial no primeiro capítulo), em uma não desprezível influência para posteriores estudos acadêmicos que, em maior ou menor grau, contrapuseram-se à lógica

“dualista” e à perspectiva “etapista” que estruturavam a produção bibliográfica proveniente do PCB e de órgãos como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB.

Clarifiquemos isso então.

### **O pensamento “etapista” e “dualista” brasileiro: CEPAL, ISEB e o PCB**

Como é bastante sabido, na década de 1950 e até meados da de 1960, o pensamento de esquerda no Brasil, voltado para o entendimento da realidade nacional, foi hegemonizado por uma perspectiva analítica que ficou conhecida como “dualista”. A estrutura econômica, política e social brasileira era concebida pelos adeptos dessa perspectiva como constituída por dois pólos opostos (por “duas” realidades): um setor “arcaico” e um setor “moderno”. Nesse raciocínio, uma parcela da economia brasileira composta por estruturas “arcaicas”, localizadas especialmente no campo, onde imperava a agro-exportação, impediria a expansão da dimensão “moderna” de outra parte da economia, concentrada em algumas regiões industriais direcionadas à produção de bens de produção e consumos duráveis, constringendo assim o “desenvolvimento nacional”. Dessa forma, caso não fossem superados os entraves “arcaicos” ao desenvolvimento do país, este continuaria em um estágio, qualificado pelos “dualistas”, como “subdesenvolvido”. Nessa ótica, o desenvolvimento das nações “subdesenvolvidas” era compreendido como se estivesse localizado em uma fase, em uma “etapa” histórica anterior ao moderno capitalismo europeu e norte-americano, o que conferia a essa perspectiva um aspecto *teleológico-evolucionista*.<sup>4</sup>

Partilhavam dessa concepção, respeitadas as particularidades das elaborações de cada grupo, especialmente os formuladores e teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>5</sup> e os intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>6</sup> e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).<sup>7</sup> Para esta vasta gama de pensadores, o

---

<sup>4</sup> O próprio termo “subdesenvolvido”, da forma como era utilizado pelos “dualistas”, já expressa a compreensão de que as nações consideradas “subdesenvolvidas” *ainda não se desenvolveram*. Nessa perspectiva, o padrão europeu (e, às vezes, o norte-americano) de desenvolvimento era tomado como uma etapa necessária a ser cumprida por todos os países invariavelmente em seu transcorrer histórico, desde que esses se livrassem dos chamados “entraves” ao desenvolvimento.

<sup>5</sup> Os nomes de Nelson Werneck Sodré e de Alberto Passos Guimarães talvez sejam os mais expressivos, em termos teóricos, do tipo de concepção “dualista” sustentada pelo PCB. Acerca das estratégias políticas adotadas pelos comunistas brasileiros em função desta perspectiva de interpretação da realidade brasileira, ver, entre outras obras, PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)* São Paulo: Companhia das letras, 1991.

<sup>6</sup> A CEPAL foi criada em 1948 pela organização das Nações Unidas (ONU). Destacam-se entre os *cepalinos* brasileiros o notável economista Celso Furtado, além de Maria Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, entre tantos outros discípulos do uruguaio Raúl Prebisch. Acerca da lógica “dualista” presente nas interpretações da CEPAL sobre a realidade latino-americana (e brasileira, em particular), ver, entre várias outras obras, MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª edição. Petrópolis: Polis/ Vozes, 1987, p. 23-133.

<sup>7</sup> O ISEB foi criado em julho de 1955, ainda no governo Café Filho (1954-1955). Contudo, deu início às suas atividades a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Nomes como o de Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e o próprio Sodré podem ser considerados

estado “subdesenvolvido” (ou “feudal”/“semifeudal”, segundo os *pecebistas*) dos países latino-americanos se explicaria essencialmente em função de uma relação externa dicotômica (“Imperialismo x Nação”), na qual a subordinação desses ao imperialismo significava um “entrave” aos seus desenvolvimentos capitalistas. Assim, estabelecia-se por parte dos “dualistas” uma oposição antitética entre nações “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, e não uma relação dialética entre as várias e distintas classes sociais que compunham a totalidade social do imperialismo, na qual se articulavam o interno e o externo.<sup>8</sup>

Unidos numa plataforma política “nacionalista”, *cepalinos*, *isebianos* e *pecebistas* apostavam todas as suas fichas em uma “burguesia nacional” (“progressista”), que, caso se convencesse de seu suposto papel no processo histórico, se articularia com os trabalhadores em nome do “desenvolvimento nacional”. No que diz respeito particularmente à perspectiva teórica que orientava as análises dos intelectuais ligados ao PCB, é bem sabido que esta tinha suas origens nas elaborações da Internacional Comunista (IC) desde o fim dos anos 20, já conduzida por uma linha estalinista. Por conta disso, o olhar da realidade brasileira por esses intelectuais associava-se a um imperativo político, formulado pela IC para os países “coloniais” e “semicoloniais”, de aliança com setores da burguesia com vistas a uma revolução “democrático-burguesa”. Essa aplicação de um modelo esquemático de revolução, que por sua vez era conseqüência de uma adaptação mecânica para os países *atrasados* de experiências históricas dos países *avançados*, foi deveras criticada tanto por militantes do próprio PCB (Caio Prado Jr.) e organizações políticas à esquerda do Partido quanto por setores da intelectualidade já presentes na academia. Contudo, até 1964, essas críticas ocuparam uma posição absolutamente minoritária nesses dois âmbitos.

### **A intelectualidade “antidualista” e “antietapista”**

O Golpe de 1964 fez cair por terra a ilusão “nacionalista” e *pecebista* acerca de um possível papel “progressista” que parcela da burguesia brasileira poderia vir a encenar. Visceralmente ligadas ao imperialismo, todas as frações da classe dominante local mostraram-se unidas em torno do combate comum ao movimento operário que ameaçava os alicerces da limitada democracia burguesa instituída em 1946. Para desgosto dos estrategistas “etapistas” do PCB e de seus aliados “desenvolvimentistas” (*cepalinos*, *isebianos* etc.), o antagonismo de classe, como era de se esperar, se sobrepôs, até mesmo para o mais radical dentro os membros

---

como alguns dos mais expressivos entre os *isebianos*. Quanto ao ISEB ver TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

<sup>8</sup> Cabe registrar aqui que um dos pioneiros do entendimento “dualista” acerca da realidade brasileira foi o francês Jacques Lambert, que chegou a trabalhar com a imagem de “dois Brasis”. Ver LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1959 (tradução do original \_\_\_\_\_. *Le Brésil*. Structure sociale et politique. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.).

da tal “burguesia nacional”, a qualquer pretensão utópica de construção de um “capitalismo em bases nacionais” no país. Do mesmo modo, não houve aspiração “democrático-burguesa” que fizesse nossa burguesia sequer sonhar com uma experiência jacobina.

Do latifundiário ao banqueiro, passando pelo médio industrial “nacionalista”, todos os grupos dominantes enxergaram, na conjuntura de crise dos anos 60, a classe trabalhadora organizada como o seu pior inimigo. Nem a bandeira do “desenvolvimento nacional”, nem a da “democracia” demonstraram ser suficientemente atraentes para qualquer setor burguês a ponto de uni-lo, ainda que apenas episodicamente, aos dominados na luta contra a ofensiva contra-revolucionária de março de 1964. Se não se pode dizer que todas as alas da burguesia brasileira eram adeptas de longa data da idéia de um golpe militar, não há dúvidas, entretanto, que a ascensão das lutas populares sob o governo Jango fez com que o conjunto da burguesia brasileira percebesse que a implantação de uma ditadura terrorista consistia não em uma mera opção política, mas em uma necessidade para sua própria sobrevivência social.

A prova histórica irrefutável da natureza equivocada das teses “dualistas-etapistas” gerou, no campo político-partidário marxista, desdobramentos negativos para o PCB. Denunciando a postura “passiva” do partido quando do *putsch* burguês-imperialista – vista por seus críticos como decorrência da estratégia *pecebista* do “caminho pacífico” da revolução brasileira –,<sup>9</sup> surgiram várias organizações políticas, em sua maioria dissidências do próprio PCB, que tomaram o rumo da “luta armada” contra o regime militar.<sup>10</sup>

No âmbito intelectual-acadêmico de esquerda – central em nossa pesquisa –, o Golpe de 1964 também provocaria significativas reviravoltas.

Diversos cientistas sociais de várias áreas do conhecimento seriam responsáveis por uma vasta produção científica dotada de uma perspectiva crítica à forma como “nacionalistas” e *pecebistas* concebiam a realidade sócio-histórica brasileira. Ligados à Universidade de São Paulo (USP) e herdeiros do Centro de Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT), intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sílvia Carvalho Franco, Luiz Pereira, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José de Souza

---

<sup>9</sup> A tese 22 contida na resolução política do V Congresso do PCB realizado em 1960 é expressiva de tal estratégia: “Nas condições atuais do Brasil e do mundo existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico”. (PCB. “Resolução política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – 1960” in \_\_\_\_\_. *PCB: vinte anos de política. Documentos 1958-1979*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1980, p. 62.

<sup>10</sup> Vale registrar, entretanto, que grande parte desses agrupamentos políticos não foi a fundo na crítica à estratégia do PCB, chegando muitas vezes a reproduzir, ainda que sob a forma da “luta armada”, a crença na existência de uma primeira “etapa”, de cunho “nacional” e “antiimperialista”, da revolução brasileira. Para uma visão acerca das organizações da esquerda armada e suas diferenças com o PCB, ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991 e REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs.) *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, entre outros trabalhos.

Martins, Gabriel Cohen e Francisco Weffort, muitos deles orientados (formal ou informalmente) por Florestan Fernandes, realizaram consagrados trabalhos acerca de temáticas como industrialização, urbanização, empresariado, movimento operário, sindicalismo, conflito social, Estado e desenvolvimento econômico.<sup>11</sup> No embate com o pensamento de matriz “desenvolvimentista”, a “escola paulista” (adjetivação imprecisa pela qual ficaria conhecida essa gama de cientistas sociais provenientes da USP) receberia, entre outras, a companhia de teóricos abertamente marxistas, oriundos de distintos centros de pesquisa, como o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, os três últimos estudiosos do chamado “subdesenvolvimento” latino-americano.

Em termos genéricos, parte significativa da bibliografia gestada nas décadas de 1960, 1970 e 1980 por essa parcela expressiva da intelectualidade brasileira pode ser descrita como uma produção acadêmica reconhecedora de uma historicidade própria do capitalismo nas regiões periféricas. Tal reconhecimento, segundo cremos, constituiu-se em pressuposto teórico para a crítica ao *esquematismo* analítico presente em muitas obras “nacionalistas” e *pecebistas*. Negando a possibilidade de reedição nos países periféricos das “etapas” do desenvolvimento capitalista ocorridas na história das nações centrais – negação esta que poder vista como eixo motriz da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de León Trotsky, como veremos à frente – a vertente intelectual em questão rejeitou qualquer antagonismo estrutural entre imperialismo (muitas vezes chamado eufemisticamente de “capital estrangeiro”) e “burguesia nacional”, assim como entre esta última e o latifúndio. Nesse sentido, admitindo a existência de um modo próprio de desenvolvimento do capitalismo industrial nas regiões periféricas, foi afastada das investigações sociológicas, históricas e políticas desses intelectuais a lógica que tomava antiteticamente o “arcaico” e o “moderno” na cena brasileira. Tanto no plano econômico (da acumulação capitalista) quanto no mais propriamente político (da luta de classes), o “arcaico” e o “moderno” (o “reacionário” e o “progressista”, politicamente falando) significariam dois lados da mesma moeda. A natureza social brasileira era compreendida como altamente contraditória e até mesmo híbrida, porém, de modo algum, como “dual”. Opondo-se, portanto, à dicotomia “Imperialismo x Nação” (assim como ao equivocado antagonismo entre latifúndio e industrialização), as análises “antidualistas” e “antietapistas” se erigiam a partir da compreensão de que a contradição principal da realidade nacional residia no conflito entre as classes sociais fundamentais: a burguesia e o proletariado.

---

<sup>11</sup> Um bom e sintético trabalho acerca dessa “corrente” intelectual *uspiana* é SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentas, 2003.

Como expressões dessa produção científica, podemos mencionar, por exemplo, os argutos estudos de Florestan Fernandes sobre os caminhos peculiares da revolução burguesa no Brasil (que desembocariam na implantação, em 1964, do modelo “autocrático-burguês”),<sup>12</sup> assim como as sugestivas teses de Cardoso, Marini e outros “teóricos da dependência” (*dependentistas*) de que o “subdesenvolvimento” não constituía-se senão na única forma possível a ser assumida pelo capitalismo nas regiões periféricas.<sup>13</sup> Do mesmo modo, podemos aludir aqui à “clássica” obra de Boris Fausto sobre a “Revolução de 1930”<sup>14</sup> e à *Crítica à razão dualista* do também *uspiano* Francisco de Oliveira.<sup>15</sup> Por fim (porém mais importante para a presente dissertação), vale lembrar ainda os diversos trabalhos de Ianni e Weffort sobre o “populismo”, nos quais o fenômeno latino-americano é explicado a partir das condições históricas, sociais e (principalmente) políticas próprias de um continente periférico e dependente dentro do sistema capitalista internacional. Tais trabalhos, como veremos, seriam fortemente marcados por contumazes críticas à política de “colaboração de classes” levada a cabo pelos comunistas entre 1945-1964 no Brasil.<sup>16</sup>

Conforme dissemos, pensamos que vários dos temas, constatações e argumentos apresentados por essa vertente da nossa intelectualidade acadêmica, que neste trabalho denominaremos de “antidualista” e “antietapista”,<sup>17</sup> estão presentes, ainda que numa outra linguagem, nas análises sobre o Brasil de autoria de algumas organizações partidárias de cunho trotskista do período 1930-1964.

---

<sup>12</sup> Ver, entre uma vasta gama de estudos de Florestan sobre o tema, FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

<sup>13</sup> Entre tantos outros trabalhos dos *dependentistas*, ver CARDOSO, Fernando Henrique. e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, e MARINI, Rui Mauro. “Dialética da dependência” in TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Rui Mauro Marín. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

<sup>14</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e historiografia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 44-45. Fazemos referência à obra publicada inicialmente com o nome de *A economia brasileira: crítica a razão dualista*, em Estudos Cebrap, nº. 2, 1972.

<sup>16</sup> Muitas das publicações de Ianni e Weffort sobre o “populismo” serão citadas com frequência ao longo deste trabalho. Como exemplo, mencionamos aqui IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975; \_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968; e WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>17</sup> Ressalvamos, contudo, que criamos tais nomenclaturas fundamentalmente devido aos objetivos da presente pesquisa. Ainda que pensemos que a crítica ao “dualismo” e ao “etapismo” seja um elemento que nos permita agrupar, sob as denominações de “antidualista” e “antietapista”, vários intelectuais com tantas características diversas entre si – e talvez seja justamente por isso que os agrupemos “pela negativa” (“anti”) – não estamos propondo que tais nomenclaturas sejam as mais apropriadas para todo e qualquer trabalho no qual tenham lugar nomes como Florestan, Ianni, Marini, F. H. Cardoso, Chico de Oliveira, Moniz Bandeira, Weffort etc.

## As organizações políticas trotskistas (1930-1964)

Desde o final dos anos 20, em função das fortes divergências e expressivas cisões ocorridas no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da IC, começaram a se formar no Brasil agrupamentos políticos orientados programaticamente à esquerda do PCB.<sup>18</sup>

Afinado com a Oposição de Esquerda Internacional (OEI), bloco político liderado por León Trotsky, foi fundado em 1930 o Grupo Comunista Lênin (GCL), que no ano seguinte passaria a se chamar Liga Comunista do Brasil (LC) e, em outubro de 1933, Liga Comunista Internacionalista (LCI).<sup>19</sup> Contando com a participação de intelectuais como Mario Pedrosa, Lívio Xavier e Rodolpho Coutinho, os primeiros trotskistas brasileiros<sup>20</sup> produziram interessantes análises da realidade brasileira nas quais, diferentemente do PCB, se descartava qualquer possibilidade de realização das tarefas “democrático-burguesas” por alguma parcela das classes dominantes nativas, dada a dependência do capitalismo brasileiro ao imperialismo e a própria formação da burguesia local. Em oposição à idéia que afirmava, baseando-se nas desigualdades econômico-regionais do Brasil dos anos 30, a existência de um confronto no país entre as forças capitalistas e as estruturas “feudais” (ou “semifeudais”), a LC, em seu documento “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (fevereiro-março de 1931), afirmou: “o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território brasileiro, e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias”.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Ao longo desta dissertação, serão mencionados alguns trabalhos nos quais é possível encontrarmos informações e análises acerca das divergências e rupturas ocorridas no PCUS e na IC a partir de fins dos anos 20. Entretanto, aproveitamos a oportunidade para indicar desde já a leitura da obra do historiador Pierre Broué sobre o tema, recém editada em língua portuguesa: BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007, 2 volumes.

<sup>19</sup> Quanto a esses primeiros grupos trotskistas brasileiros, ver, entre outros trabalhos, ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas, SP: Unicamp, 2002, p. 103-155 ; CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30” in REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e poder (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 137-152. e COGGIOLA, Osvaldo. “O trotskismo no Brasil” in MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (orgs.) *Corações vermelhas (os comunistas brasileiros no século XX)*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239-269.

<sup>20</sup> Quanto à utilização do termo “trotskista” neste período, lembramos que na disputa contra a fração estalinista do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da IC após a morte de Lênin, Trotsky e seus companheiros se autodenominavam “bolcheviques-leninistas”. O termo “trotskista” foi sempre utilizado por Trotsky entre aspas, já que a origem da adjetivação remontava às críticas proferidas contra ele desde antes de 1917, mais tarde revividas em outros termos pela burocracia de Stálin. Após a morte de Trotsky, o termo foi encampado por seus seguidores como forma positiva de se definirem, tal como ocorreu com uma série de outros “istas” que, em suas origens, pertenciam ao arcabouço retórico de seus opositores (“marxistas”, “leninistas”, “zinovievistas” etc.).

<sup>21</sup> CAMBOA, M. e LYON, L (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.). *Op. cit.*, p. 72.

Em um documento intitulado “Projeto de teses sobre a situação nacional”, a LC compreendeu o Estado surgido da “Revolução de 1930” como uma “forma de *compromisso* entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte”,<sup>22</sup> posição bastante próxima da adotada posteriormente por Francisco Weffort e Boris Fausto (como veremos no capítulo II).

No clima de perseguição a toda a esquerda após o levante de 1935 organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), a LCI se desmantelou. Os remanescentes da organização constituíram, em 1936, o Partido Operário Leninista (POL), também responsável por críticas à teoria “etapista” do PCB que, segundo o agrupamento trotskista, teria sido uma das responsáveis pelo fracasso de 1935.<sup>23</sup> Em 1939, o POL fundiu-se à Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda (grupo liderado pelo dissidente *pecebista* Hermínio Sacchetta), dando origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR).<sup>24</sup> Desta organização, entre outras destacadas figuras, participaram a poetisa Pagu, José Stacchini (futuro destacado jornalista do *Estado de São Paulo*) e Florestan Fernandes, à época um jovem assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, “núcleo-matriz” da Universidade de São Paulo (USP).<sup>25</sup> Segundo Coggiola, o PSR “esforçou-se para compreender a produção no latifúndio a partir da produção capitalista propriamente dita”, escapando da “dualidade de ‘novo’ e ‘atrasado’”.<sup>26</sup> Para o PSR, os eventuais conflitos entre a industrialização no país e o imperialismo “não condicionavam linearmente antagonismos radicais entre burguesia industrial e capital internacional”.<sup>27</sup> Essa perspectiva de análise acerca da natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro nos remete, por exemplo, à supracitada obra de Francisco de Oliveira (como discutiremos no capítulo I).

Em 1952, por conta das grandes cisões vividas pela IV Internacional (fundada em 1938 por Trotsky e seus adeptos), o PSR se dissolveu. Foi nesse contexto que, ainda no mesmo ano, foi fundado o POR, também de linha trotskista e vinculado à orientação política do argentino J. Posadas.<sup>28</sup> No ano de seu surgimento, a organização chegou a apoiar Jânio Quadros nas eleições para a Prefeitura de São Paulo e, durante, um significativo tempo, adotou a tática do “entrismo” no PCB. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o POR realizou interessantes análises sobre o fenômeno do “nacionalismo-burguês” brasileiro e o tipo de

---

<sup>22</sup> LIGA COMUNISTA DO BRASIL “Projeto de teses sobre a situação nacional” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.). *Op. cit.*, p. 161.

<sup>23</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 250-254.

<sup>24</sup> Quanto à história da cisão do PCB envolvendo a Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda, ver KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 2003.

<sup>25</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 254-255.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 258.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 259.

<sup>28</sup> Quanto ao POR, ver, principalmente, LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.



regime vigente no país entre 1945-1964, apontando várias características deste período que, como observaremos, seriam posteriormente indicadas por Octavio Ianni e Francisco Weffort como definidoras daquilo que denominaram de “populismo”. Afirmando o reacionarismo da burguesia nacional e o caráter “socialista” da revolução brasileira, o POR contou na década de 1950 com a participação de intelectuais como Leôncio Martins Rodrigues e os jovens irmãos Boris e Rui Fausto, chegando a estabelecer contatos “periféricos” com Fernando Henrique Cardoso e o próprio Weffort.<sup>29</sup>

Em 1961, num congresso realizado em Jundiaí (SP) que conglomerou militantes de grupos como a Juventude Socialista, da Guanabara, a Juventude Trabalhista Brasileiro, de Minas Gerais, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Liga Socialista Independente (LSI),<sup>30</sup> foi fundada a Organização Revolucionária Marxista (ORM), que se tornou conhecida pelo nome de seu jornal (e depois revista) *Política Operária* (POLOP). Contendo em suas fileiras militantes como Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Luiz Alberto Moniz Bandeira e os irmãos Sader, a POLOP não era uma organização propriamente trotskista, mas tinha no revolucionário russo (assim como em Rosa Luxemburgo e nos dirigentes do Partido Comunista da Alemanha nos anos 20, Brandler e Talheimer, pouco conhecidos no Brasil) uma de suas principais referências teóricas. Ao longo de grande parte dos anos 60, o partido destacou-se pela crítica contumaz à política de “colaboração de classes” e ao “etapismo” do PCB, assim como por sugestivas análises do processo histórico brasileiro nas quais era frisada a dependência do capitalismo brasileiro face ao imperialismo e a inexistência de um antagonismo entre burguesia industrial e capital estrangeiro, aspectos que se encontrariam presentes, por exemplo, na produção acadêmica dos autores *dependentistas*. Nos primeiros anos da ditadura militar (1964-1985), a POLOP sofreu significativas cisões e, em 1967, acabou por, na prática, se desintegrar.<sup>31</sup>

Antecipamos aqui nossa tese de que a proximidade, no que tange às interpretações da realidade brasileira, entre as mencionadas organizações trotskistas brasileiras e a tal intelectualidade acadêmica “antidualista” e “antietapista” deve-se, em grande parte, à utilização, explícita ou implícita, da categoria de *desenvolvimento desigual e combinado* de León Trotsky por parte dos membros desta intelectualidade (como tentaremos mostrar no capítulo I). Tal fato, imaginamos, pode ter como um de seus elementos explicativos a relação

---

<sup>29</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>30</sup> Organização de inspiração luxemburguista fundada por H. Sacchetta após sua ruptura política com o trotskismo, e que tinha entre seus militantes Michael Löwy e os irmãos Emir e Eder Sader.

<sup>31</sup> Quanto à POLOP, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *Op.cit.*, p. 185-212. Em nosso terceiro capítulo, ofereceremos um histórico um pouco mais extenso (mas também sintético) das organizações políticas trotskistas do período 1930-1964.

(“orgânica” ou não) que alguns destes membros estabeleceram com aquelas organizações trotskistas (idéia que será discutida, ainda que apenas introdutoriamente, no capítulo III).

Feita uma rápida apresentação de nossa temática, mostremos agora aos leitores o modo como a presente dissertação encontra-se estruturada.

## **A disposição dos capítulos**

### Capítulo I:

Compreendendo, como afirmamos algumas páginas atrás, que nosso objeto central – isto é, a relação entre os escritos de Trotsky sobre América Latina, as teses do POR sobre o regime político vigente no Brasil entre 1945-1964 e os estudos de Ianni e Weffort sobre o “populismo” brasileiro – se constitui em parte de uma relação mais geral entre o pensamento trotskista e o de parcela da intelectualidade acadêmica de esquerda, dedicaremos nosso primeiro capítulo justamente à exposição dessa relação de maior amplitude.

Em sua primeira parte, apresentaremos um breve histórico da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, conceito-chave do pensamento de Trotsky e umbilicalmente vinculado à sua “teoria da revolução permanente” (divisora de águas do movimento comunista internacional a partir de fins da década de 1920). Tal exposição do conceito, segundo julgamos, faz-se necessária, pois, como foi dito logo acima, foi a adoção (ainda que implícita) desse conceito pela intelectualidade “antidualista” e “antietapista” o que explica, no âmbito mais propriamente teórico, a existência da relação entre trotskismo e intelectualidade proposta por nós. Logo em seguida, realizaremos uma discussão mais destacada acerca de dois aspectos dessa “lei” de Trotsky que se mostrariam presentes enquanto eixos teóricos do pensamento *dependentista* nas ciências sociais brasileiras: a compreensão do capitalismo imperialista enquanto uma *totalidade* (item “*Totalidade* e internacionalismo em León Trotsky”) e a conseqüente afirmação do caráter reacionário das chamadas “burguesias nacionais” das nações *atrasadas* (item “Trotsky e o papel contra-revolucionário das burguesias *atrasadas*”).

Após termos discutido esses dois aspectos da teoria trotskista, passaremos, na segunda parte do capítulo, à demonstração propriamente dita da influência das idéias de Trotsky na produção acadêmica de intelectuais como Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni e Weffort. Como parte desse exercício demonstrativo, exporemos também a proximidade existente entre os trabalhos da intelectualidade em questão e determinados documentos políticos sobre a realidade brasileira produzidos por organizações como a LCI, o PSR, o POR e a POLOP.

## Capítulo II:

Depois de termos analisado no capítulo anterior a relação mais geral entre o pensamento trotskista e a intelectualidade “antidualista” e “antietapista” brasileira, nos deteremos, no segundo capítulo, em nosso objeto central.

Assim, abordaremos, mais detalhadamente, a íntima relação que acreditamos existir entre as elaborações do revolucionário russo León Trotsky acerca dos regimes “bonapartistas *sui generis*” que se configuravam na América Latina a partir da década de 1930, as formulações do Partido Operário Revolucionário sobre o regime político brasileiro de 1945-1964 (em especial o segundo governo Vargas [1951-1954]) e os estudos pioneiros dos anos 60 realizados por Francisco Weffort e Octavio Ianni referentes ao que teria sido a etapa “populista” da história republicana brasileira. De modo resumido, apontaremos a proximidade analítica entre as observações do dissidente soviético acerca da existência de uma natureza particular nas relações entre Estado e classes sociais na América Latina, as avaliações do POR sobre o “nacionalismo-burguês” brasileiro no pós-Segunda Guerra e as reflexões sociológicas relativas ao período histórico nacional compreendido entre a deposição de Washington Luís em 1930 e o golpe de Estado de 1964 produzidas por duas das maiores referências sobre o fenômeno “populista” no Brasil.

Almejaremos, neste segundo capítulo, discutir o fato de que, assim como o intelectual bolchevique e o agrupamento trotskista, Ianni e Weffort também buscaram compreender a natureza dos regimes políticos latino-americanos surgidos no pós-crise de 1929 a partir da dinâmica da relação entre as classes sociais e o Estado em nações de capitalismo retardatário. Tanto Trotsky e seus adeptos brasileiros quanto nossos “teóricos do ‘populismo’”, ainda que fazendo uso de linguagens diferentes, apontariam que, em função da “debilidade” das classes sociais dominantes, da crescente pressão das massas trabalhadoras e da posição “periférica” das nações latino-americanas frente ao imperialismo, os regimes políticos de nosso continente, no período em questão, tendiam a assumir uma feição bonapartista, na qual o Estado se colocaria “acima” das classes sociais e se transformaria num sujeito empreendedor na modernização capitalista.

## Capítulo III:

Se no primeiro capítulo a utilização da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky por alguns intelectuais acadêmicos de esquerda aparecerá como um dos elementos que explicariam a proximidade desses intelectuais com as teses trotskistas (as do próprio Trotsky e as das organizações trotskistas brasileiras), no terceiro e último capítulo – *de*

*caráter fundamentalmente complementar* em nossa dissertação – teremos por fito demonstrar como existem outros fatores de ordem mais propriamente política que possibilitaram tal proximidade teórico-analítica.

Nesse sentido, exporemos como vários dos intelectuais que com os quais trabalhamos tiveram, em grande parte na sua juventude, contatos com algumas das organizações políticas de cunho trotskista do período 1930-1964. Desse modo, ainda que de forma não muito longa, apontaremos a participação do jovem Florestan Fernandes no PSR, as relações de Boris Fausto, Weffort e Fernando Henrique Cardoso com o POR e as militâncias de Marini e Theotônio dos Santos na POLOP como alguns dos aspectos que nos permitem melhor entender a similitude entre o pensamento trotskista e o de alguns destacados intelectuais brasileiros acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil.

Comunicamos aos leitores que, mesmo contendo algumas informações interessantes sobre a história do movimento trotskista brasileiro até 1964, nosso terceiro capítulo não será local de uma exposição e discussão aprofundadas sobre as trajetórias política, sindical e organizativa das organizações políticas trotskistas mencionadas. Para o conhecimento dessas trajetórias, pode-se consultar pesquisas que as tiveram como seu objeto principal.<sup>32</sup>

Acreditamos agora, finalmente, ser possível passar à dissertação propriamente dita. Vamos a ela.

---

<sup>32</sup> Alguns dos trabalhos dedicados a uma ou mais organizações trotskistas do período 1930-1964 já foram citados por nós nas páginas anteriores, outros o serão ao longo da dissertação.

# Capítulo I: León Trotsky e a chave para o entendimento da periferia do capitalismo

## Parte I: Trotsky e a afirmação de uma historicidade própria às nações *atrasadas*

Nosso objetivo nesta parte deste capítulo é, de forma bastante resumida, apresentar a evolução das reflexões de León Trotsky acerca das particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo nas chamadas nações *atrasadas*, o que nos permitirá, em seguida, demonstrar como a perspectiva interpretativa do revolucionário russo referente à dinâmica histórica dessas nações vertebrou as elaborações de muitos intelectuais acadêmicos brasileiros que, nas décadas de 1960 e 1970, opuseram-se à lógica “nacional-desenvolvimentista” em suas variantes *cepalina*, *isebiana* e *pecebista*.

Desse modo, percorreremos nas próximas páginas algumas das principais obras de Trotsky nas quais a temática das nações *atrasadas* foi abordada, com o intuito central de mostrar como a produção intelectual do revolucionário foi marcada por um reconhecimento de uma historicidade própria aos países que tardiamente realizaram seu processo de modernização capitalista e, conseqüentemente, por um combate a qualquer tipo de *evolucionismo* esquemático e antidialético. Assim, apresentaremos primeiramente um breve histórico da chamada *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, talvez o principal conceito da produção bibliográfica de Trotsky. Posteriormente, como antecipamos, discutiremos mais detalhadamente dois elementos da teoria trotskista (contidos na *lei do desenvolvimento desigual e combinado*) que, em nosso entender, estruturariam o pensamento *dependentista* brasileiro: a idéia de que o capitalismo imperialista se constitui em uma *totalidade*, no sentido hegeliano-marxista do termo, e a derivada verificação sobre a impossibilidade das burguesias das nações *atrasadas* tanto de levar a cabo, até o final, uma luta “antiimperialista”, como de efetivar qualquer tipo de “revolução democrática”.

Dado o objetivo central de nosso trabalho, as outras contribuições ao campo do pensamento marxista feitas por Trotsky assim como a trajetória estritamente política deste não serão aqui discutidas. Esses aspectos, portanto, serão doravante mencionados apenas no limite de sua utilidade para a compreensão do surgimento e evolução da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Como justificativa para nos abstermos de uma análise mais abrangente

sobre Trotsky, lembramos ao leitor que já existem trabalhos biográficos inalcançáveis acerca desse multifacetado revolucionário russo.<sup>33</sup>

*A lei do desenvolvimento desigual e combinado: um breve histórico do conceito*

### **“Revolução permanente” ou “revolução por etapas”: a Internacional Comunista, o estalinismo e o retorno de uma antiga polêmica**

Como é bastante sabido, com a ascensão da fração estalinista sobre o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a III Internacional (também chamada de Comintern ou Internacional Comunista – IC) em meados da década de 1920, teve lugar o surgimento da teoria do “socialismo em um só país”, por intermédio da qual a burocracia partidária, sob a liderança de Stálin e Bukharin, afirmava a possibilidade de construção de uma sociedade socialista nos marcos de uma só nação (no caso, a União Soviética). Concomitantemente (e diretamente relacionada) a essa ruptura inaudita com o “internacionalismo” de Marx e Engels (que, até a morte de Lênin em 1924, jamais havia sido questionado nos meios bolcheviques), a III Internacional adotou abertamente uma linha “etapista” no que dizia respeito ao caráter da revolução nos países *atrasados*,<sup>34</sup> em sua enorme maioria “coloniais” ou “semicoloniais”.

Reeditando o *evolucionismo vulgar* que predominou na II Internacional – e que, nas duas primeiras décadas do século XX, vertebrou a leitura dos mencheviques sobre o caráter e os sujeitos de uma possível revolução russa –,<sup>35</sup> a III Internacional passou a negar categoricamente o caráter “socialista” da revolução nos países *atrasados*. Segundo seus teóricos, em razão do incipiente desenvolvimento do capitalismo nesses países – o que se expressaria pela vigência de estruturas sociais pré-capitalistas –, tornava-se necessário nos mesmos a realização de uma revolução (etapa) “democrático-burguesa” que abrisse caminho para o florescimento das forças produtivas capitalistas, o que só então colocaria a possibilidade da realização, em algum dia longínquo, de uma revolução socialista.

---

<sup>33</sup> Sem dúvida, o brilhante historiador polonês Isaac Deutscher foi quem realizou o maior trabalho biográfico sobre Trotsky: DEUTSCHER, Isaac. *Trotski. O profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; \_\_\_\_\_. *Trotski. O profeta desarmado (1921-1929)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984; \_\_\_\_\_. *Trotski. O profeta banido (1929-1940)*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

<sup>34</sup> Faz-se necessário apontarmos aqui que a própria noção de *atraso* é passível de ser problematizada, pois, de algum modo, pode levar a um entendimento de que há uma espécie de linha histórica evolutiva a ser seguida pelas nações. No presente trabalho, utilizamos tal conceito na acepção trotskista do mesmo, isto é, de um modo que este tenha como seu eixo estruturante a dimensão histórico-temporal das modernizações industriais capitalistas dos países aos quais se refere.

<sup>35</sup> *Evolucionismo* este que também orientou a política dos bolcheviques diante do governo Kerensky até a chegada de Lênin com suas “teses” em abril de 1917.

Essa compreensão da Internacional Comunista acerca do caráter das revoluções nos países *atrasados* “coloniais” e “semicoloniais”, longe de reduzir-se a mera elucubração teórica, tinha implicações diretas nas lutas travadas pelos trabalhadores dos países submetidos ao imperialismo. A partir de uma visão demasiado esquemática e “etapista” – que, como dissemos, vislumbrava a inevitabilidade de uma fase “democrático-burguesa” nesses países (o que permitiria que estes se tornassem “maduros” para uma revolução socialista) –, os dirigentes da IC orientavam os partidos comunistas (PC’s) dos mesmos a estabelecerem alianças com a burguesia “nacionalista” e a pequena-burguesia (em alguns momentos, apenas com esta última) com vistas à formação de frentes políticas capazes de lutar contra o “imperialismo” e o “feudalismo”/“latifúndio”.<sup>36</sup> Desde a segunda metade da década de 1920, com pequenas variações ao longo dos anos, essa foi a estratégia política adotada pelos agrupamentos comunistas de linha estalinista nos países “coloniais” e “semicoloniais” durante o século XX, com destaque para o Oriente e para a América Latina.<sup>37</sup>

O primeiro grande momento no qual a linha política da IC para esses países deu sinais de sua natureza equivocada e ativou o debate entre seus adeptos e opositores no seio do movimento comunista internacional foi a revolução chinesa de 1925-27. A vaga revolucionária aberta na China nesse período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o campesinato e o conjunto da militância comunista do país. Seguindo orientação da III Internacional, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia “nacionalista” em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais objetivando a vitória de uma “revolução democrática”, aliou-se ao Kuomintang, partido “nacionalista-burguês” liderado pelo general Chiang Kai-Shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Stálin, entregue suas armas ao Kuomintang em meio a um ascenso grevista operário em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-Shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política “oportunista” de aliança com Chiang Kai-Shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a “ala esquerda” do partido burguês chinês, liderado por Wang-Ching-Wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-Shek. Todavia, não tardou para que o Kuomintang de “esquerda” começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada

---

<sup>36</sup> A aliança proposta pela IC entre a burguesia, a pequena-burguesia urbana, a pequena-burguesia rural (o campesinato) e o proletariado (aliança que teria por finalidade realizar a sonhada revolução “democrático-burguesa”, às vezes chamada apenas de revolução “democrática”), recebeu a denominação de “bloco das quatro classes”.

<sup>37</sup> Com algumas diferenças “táticas” em relação aos partidos vinculados à União Soviética, as correntes políticas que adotaram a linha “chinesa” a partir dos anos 60 também possuíam essa perspectiva “etapista” acerca do caráter da revolução nos países *atrasados*.

“ultraesquerdista”, orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente do noite pro dia, “conselhos” operários, o que resultou num levante frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão.<sup>38</sup>

Não obstante todas as alterações “táticas” da IC para a PCCh, o que permaneceu intocável nesse período foi a idéia de que a China, por ser tratar de um país com muitas características ainda pré-capitalistas, deveria necessariamente realizar uma etapa “democrática”, o que adiava para um futuro remoto a proposta de uma “ditadura do proletariado” (revolução socialista) e impunha a necessidade de uma frente com a burguesia chinesa por parte dos trabalhadores. Achando inevitável que a história das nações centrais, *avançadas*, se reproduzisse nos países de desenvolvimento retardatário, Stálin e seus teóricos acabavam por atribuir às burguesias dos países “coloniais” e “semicoloniais” um papel revolucionário, tal como teriam exercido em outro momento histórico as burguesias dos países nos quais a revolução burguesa operou de forma “clássica”. Foi essa a explicação para a política da IC para a China, assim como para outros diversos países *atrasados* ao longo do século XX. Não coincidentemente, todas tiveram um desfecho muito similar ao chinês.<sup>39</sup>

É importante lembrarmos que, conforme se desenvolvia o estalinismo, as diretrizes políticas da IC, com todas as suas alterações “táticas”, passavam a estar cada vez mais determinadas pelos rumos políticos do Estado soviético. Os interesses e as estratégias políticas da burocracia estalinista, portanto, acabavam por condicionar as deliberações da IC, que constituíam, na prática, uma espécie de “política externa” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, é possível entrever uma relação entre a defesa de etapa “democrática” (capitalista) da revolução nos países *atrasados*, que tinha como norte a solução da “questão agrária” para os camponeses, e a política econômica levada a cabo pela direção da União Soviética no período 1924-1927 centrada na defesa “a qualquer custo” da aliança com o campo (pequena-burguesia rural), expressa na proposta bukharinista do “socialismo a passos

---

<sup>38</sup> Demos aqui uma visão deveras resumida do processo revolucionário chinês de 1925-1927. Visões mais detalhadas podem ser encontradas, entre outras obras, em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado. Op. cit.*, p. 336-358; SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados” in HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo VIII* (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 329-373 e SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968, p. 93-140. Tratando do papel do debate sobre a revolução chinesa na constituição do trotskismo brasileiro no início dos anos 30, José Castilho Marques Neto também realizou uma boa síntese do período revolucionário chinês de 1925-1927: MARQUES NETO, José Castilho. *Op. cit.*, p. 68-87.

<sup>39</sup> Seriam necessários rios de tinta para citarmos todas as derrotas sofridas pelo proletariado dos países *atrasados* por consequência de suas direções políticas que, guiadas por uma perspectiva “etapista”, nutriam uma crença na possibilidade das chamadas “burguesias nacionais” desempenharem um papel revolucionário em aliança com os trabalhadores contra o imperialismo. Acreditamos que os inúmeros golpes militares contra-revolucionários latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970 levados a cabo pelo imperialismo e as burguesias nativas num momento no qual os PC’s do continente ainda apostavam todas suas fichas em revoluções “democrático-burguesas” já nos servem de exemplos suficientes para o que afirmamos.



de tartaruga” – que resultava, na prática, em um favorecimento dos proprietários rurais abastados (Kulaks), de mentalidade e interesses capitalistas, em detrimento de um processo de coletivização da produção agrícola. Do mesmo modo, a virada de pólo oposto, com a ruptura de Stálin com a linha “direitista” de Bukharin em fins de 1927 e o início da coletivização forçada e acelerada dos campos na União Soviética a partir de 1928 encontrou um equivalente internacional na adoção por parte da IC em seu VI congresso de uma política de “classe contra classe”, que, entre outras diretrizes, orientava os partidos comunistas a se livrarem de qualquer influência pequeno-burguesa em seus programas.

Nesse momento, a IC avaliou que a relação de forças no que dizia respeito às possibilidades de uma revolução mundial entrava em seu “terceiro período” após a Revolução Russa. Segundo sua direção, o “terceiro período” significava a agonia final do capitalismo que desembocaria em uma nova fase de ascenso revolucionário das massas (nessa periodização, o “primeiro período” [1917-1923] teria sido marcado por uma onda revolucionária mundial iniciada logo após a Revolução de Outubro e o “segundo período” [1924-1928] teria sido a fase de estabilização do capitalismo iniciado quando das derrotas das revoluções européias). Dada essa caracterização, a IC realizou um giro “ultraesquerdista” e orientou seus partidos a aplicarem uma política na qual se rejeitava qualquer aliança não só com partidos burgueses e pequeno-burgueses, mas também com os partidos operários social-democratas, classificados de “social-fascistas” (Todavia, para os países “coloniais” e “semicoloniais”, mantinha-se a defesa por parte da IC da necessidade de implementação de uma etapa “democrático-burguesa” antes de uma revolução “socialista”, mesmo que na luta para a concretização dessa etapa não se pudesse contar mais com os partidos burgueses e pequeno-burgueses, e nem mesmo com os partidos social-democratas). A política do “terceiro período” teve como maior consequência a vitória do nazi-fascismo na Alemanha, quando o Partido Comunista da Alemanha (PCA, ou, na língua alemã, KPD, como ficaria conhecido na literatura marxista), seguindo as recomendações do Comintern, se recusou a realizar uma “frente única antifascista” com o Partido Social-Democrata (o “histórico” SPD – sigla alemã), postura defendida por Trotsky.

No Brasil, por exemplo, tal “virada” política da IC teve como consequências a adoção de uma perspectiva “obrerista” por parte do PCB – que levou, entre outras coisas, à exclusão de intelectuais como Astrogildo Pereira e Otávio Brandão da direção partidária e, depois, do próprio partido (assim como a frouxidão dos laços deste com a “ala esquerda” do movimento tenentista, liderada por Prestes, visto agora pelos *pecebistas* como uma figura “pequeno-burguesa”, uma espécie de “Chiang Kai-Shek brasileiro”).<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Quanto aos impactos das políticas da IC em sua secção brasileira, o PCB, ver, entre outras obras, PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. cit.*

Em função de sua crítica quanto aos rumos da política econômica da União Soviética, León Trotsky se encontrava na oposição à direção do PCUS desde 1923, quando o afastamento de Lênin por motivos de saúde se tornou irreversível.<sup>41</sup> Em finais da década de 1920, um novo debate acirrado e aberto se deu entre Trotsky e a fração estalinista do partido, tendo agora como eixo a política da IC diante da revolução chinesa. Defendendo que a revolução na China só poderia ter um caráter “socialista”, o que colocava na ordem do dia a bandeira da “ditadura do proletariado”, Trotsky condenou implacavelmente a política de submissão à burguesia chinesa efetivada pelo PCCh (traduzida, como vimos, na subordinação deste ao Kuomintang) por orientação da IC. Segundo Trotsky, somente a conquista do poder político pelo proletariado chinês poderia resolver as questões deixadas de lado pela “débil” e impotente burguesia chinesa, em especial as questões agrária e nacional.<sup>42</sup>

Por conta disso, sofreu uma chuva de ataques dos teóricos “oficiais” do PCUS, que o acusavam de querer “saltar” a etapa “democrática” da revolução nos países *atrasados*, “confundindo”, assim, as revoluções “burguesa” e “socialista”. Por defender o protagonismo da classe operária nos processos revolucionários dos países *atrasados* em geral, já que só esta poderia, segundo Trotsky, conduzir o campesinato ao atendimento de suas demandas, foi também acusado de “desconsiderar” a importância dos camponeses enquanto sujeito social da revolução. Segundo os teóricos de Stálin, esses “equívocos” de Trotsky seriam os mesmos cometidos por ele desde 1906 quando realizou suas primeiras análises sobre o caráter da revolução que se deveria realizar na Rússia (um país *atrasado*) e seus conseqüentes sujeitos sociais e políticos. Arditosamente, os estalinistas resgataram ao final dos anos 20 polêmicas há muito superadas entre Lênin e Trotsky datadas da primeira década do século XX e, de modo falsificador, tentaram demonstrar como o último sempre estivera oposto ao primeiro quanto às leituras do processo revolucionário russo aberto em 1905. Como o combate de Trotsky ao “etapismo” da IC estava intimamente ligado a sua crítica à teoria do “socialismo em um só país” de Stálin-Bukharin (já que, como analisaremos um pouco mais à frente, essas

---

<sup>41</sup> Quando Lênin adoeceu definitivamente, em 1923, o que levou ao seu falecimento em janeiro de 1924, o PCUS passou a ser dirigido na prática por um “triumvirato” composto por Zinoviev, Kamenev e Stálin, com destaque para esse último. Trotsky, nesse período, dirigiu a chamada “Oposição de Esquerda” (“Oposição de 1923”), que exigiu uma maior planificação e centralização da economia, com vistas a uma maior industrialização do país. Cerca de três anos depois, Zinoviev e Kamenev afastaram-se de Stálin, agora mais próximo de Bukharin, e juntaram a sua oposição (“Oposição de Leningrado”) à “Oposição de Esquerda” de Trotsky, o que deu origem à chamada “Oposição Unificada”. Em 1927, esta última foi expulsa do partido pela direção Stálin-Bukharin (“centro” e “direita” do partido, respectivamente), o que fez com que tanto Zinoviev e Kamenev como alguns adeptos de Trotsky capitulassem e retornassem ao partido a partir de 1928. Muitos desses militantes, justificando sua volta aos quadros partidários, alegaram à época que Stálin, quando iniciou a “coletivização” dos campos em 1928, realizava uma ruptura com a direita (Bukharin) e começava a adotar o programa da “Oposição”. A imensa maioria desses bolcheviques foi assassinada por Stálin nos processos de 1936. Ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado. Op. cit.*; DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*; e SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

<sup>42</sup> A questão da “debilidade” das burguesias *atrasadas* será vista por nós na última parte deste capítulo.

duas estratégias da IC estalinizada repousavam sobre as mesmas bases materiais e filosóficas), o ex-líder do Exército Vermelho, devido à sua perspectiva “internacionalista”, foi descrito às massas russas como um incrédulo nas potencialidades revolucionárias do proletariado soviético.

Diante da sucessão de erros da III Internacional que culminavam em derrotas do proletariado mundial e frente à necessidade de responder aos ataques de seus adversários, Trotsky viu-se obrigado a produzir uma série de trabalhos (livros, documentos e cartas) nos quais expôs sua concepção acerca da revolução dos países *atrasados* e propôs encaminhamentos práticos à luta da classe trabalhadora nos mesmos. Tal como seus opositores políticos, tomou a experiência russa de 1905-1917 como exemplo histórico concreto das teses que defendia, dado que a Rússia, assim como a China – que constituía o centro das polêmicas entre os comunistas no momento –, tratava-se, quando se deu a Revolução de Outubro (e também depois), de uma nação *atrasada*, embora imperialista.<sup>43</sup> Resgatando seus escritos desde 1906 nos quais já apontava a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia sem a necessidade de uma etapa “democrática” (burguesa), Trotsky buscou sistematizar suas posições que ficariam conhecidas como a teoria da “revolução permanente”.

A defesa do revolucionário russo de que os países “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam (e nem mesmo necessitavam) conhecer uma etapa “democrático-burguesa” em sua história (e que, portanto, o que se colocava era a necessidade da “ditadura do proletariado”) tinha como pressuposto teórico a idéia de que, por estarem integrados numa *totalidade* – o sistema capitalista internacional –, esses países de desenvolvimento capitalista ultra-retardatário não poderiam repetir o curso histórico vivido pelas nações pioneiras do capitalismo, onde a revolução burguesa assumiu contornos que ficariam conhecidos como “clássicos”. Se, pelo fato de terem realizado as suas “revoluções” com atraso de muitas décadas em relação a nações como França, Inglaterra e Estados Unidos, países “tardios” (*atrasados*) como Alemanha, Itália e Japão já não puderam reproduzir o modelo revolucionário das primeiras (e, entre outras coisas, não conheceram uma etapa “democrática”),<sup>44</sup> os países “coloniais” e “semicoloniais”, extremamente *atrasados* e

---

<sup>43</sup> Não obstante ser fortemente permeado pelo capital estrangeiro, em especial o francês, a nação russa possuía colônias no Oriente, o que constituía o império czarista.

<sup>44</sup> Lênin, com a idéia de “via prussiana” (LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria*. 3ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1988, 2 volumes.), e posteriormente Gramsci, com seu conceito similar de “revolução passiva” (GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.), além de Barrington Moore Jr., com sua fórmula de “revolução pelo alto” (MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.), foram alguns dos teóricos que também observaram as particularidades das “revoluções burguesas” nos países tardios. Todos, a seu modo, compreenderam que o modelo “clássico” das revoluções burguesas não se repetia de forma inexorável em países de formações sociais distintas.

submetidos ao imperialismo, não poderiam sequer sonhar em alguma fase “revolucionária” (“democrática”) intermediária entre a submissão ao domínio imperialista e a conquista do poder político pelo proletariado.

É interessante aqui chamarmos a atenção para o fato de que Trotsky, mesmo sem grandes preocupações nominativas, distinguia entre o conjunto das nações denominadas *atrasadas* aquelas que conheceram seu processo de “revolução” burguesa quando o imperialismo ainda não se constituía como um fenômeno dado, daquelas que, mais retardatárias ainda, realizavam seu desenvolvimento capitalista já sob a órbita deste. Desse modo, mesmo sendo todos países de desenvolvimento retardatário, *atrasados* – distintos, portanto, das nações pioneiras, *avançadas* –, haveria uma grande diferença entre aqueles que, em função de sua modernização industrial ter se dado durante a passagem do capitalismo “concorrencial” para o “monopolista”, somaram-se ao bloco de nações imperialistas, e os que, demasiadamente *atrasados*, só conheceram o desenvolvimento das relações e forças produtivas capitalistas quando o imperialismo encontrava-se já como uma realidade totalmente inescapável, tornando-se, portanto, submetidos a este. Nesse sentido, enquanto algumas nações de desenvolvimento capitalista industrial “tardio” como Alemanha, Itália e Japão, e, outras mais retardatárias ainda, como Rússia, Espanha e Portugal, encerravam um caráter indiscutivelmente imperialista, países extremamente *atrasados* (*hipertardios*),<sup>45</sup> como China, Índia, Brasil, México e África do Sul encontravam-se, seja sob a forma de “colônias” ou de “semicolônias”, completamente sob a dominação do imperialismo. Contudo, é a categoria de *atrasado* que nos é fundamental para compreender a leitura do processo histórico proposta por Trotsky a partir de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> O conceito de *hipertardio* não foi usado por Trotsky, e sim por muitos autores que, muito provavelmente, beberam na fonte do teórico bolchevique para interpretar os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista.

<sup>46</sup> Avisamos ao leitor que a divisão que propusemos, a partir dos escritos de Trotsky, no interior do conjunto das nações *atrasadas* possui um grau de abstração bastante elevado. O critério utilizado por nós (segundo nosso entendimento acerca da visão de Trotsky) para conformar estes dois blocos de países *atrasados* foi o fato de que alguns desses países foram imperialistas enquanto outros foram (e são) submetidos ao imperialismo (“coloniais” e “semicoloniais”). Como sabemos, a relação que as nações estabelecem com o imperialismo é determinante para os rumos das lutas de classes e, nesse sentido, consideramos útil e conveniente separar, por exemplo, o Brasil da Espanha e a China da Itália. Essa divisão é, contudo, deveras abrangente. Se, por um lado, Alemanha e Rússia eram ambas imperialistas, por outro, era incomparável o desenvolvimento econômico e industrial existente entre as mesmas nas duas primeiras décadas do século XX. Do mesmo modo, no início do mesmo século, o Japão, com seu imperialismo crescente, não poderia ser igualado simplesmente a Portugal e Espanha, que encontravam enormes dificuldades para realizar sua modernização capitalista. Soma-se a isso o fato de alguns países *atrasados*, justamente em função de seu processo de industrialização “tardio”, marcado pela rapidez e pela “queima” de etapas, alcançaram patamares do desenvolvimento das forças produtivas iguais e até mesmo superiores ao dos países originários (foi o caso da Alemanha, por exemplo). Nesse sentido, tornaram-se, do ponto de vista técnico e industrial, países extremamente *avançados*, carregando, contudo, traços indelévels de seu *atraso* histórico, em especial no que diz respeito à formação política e cultural de suas classes dominantes. Por fim, destacamos ainda que no bloco dos países *atrasados* submetidos ao imperialismo existe também uma enorme diversidade entre seus componentes; mesmo sendo todos países vitimados pelo capital estrangeiro e seus agentes internos, não se pode negar as substantivas diferenças existentes entre, por exemplo, um país como o Brasil (Estado independente) e outro como a África do Sul (à época dos textos de Trotsky uma colônia da Grã-Bretanha).

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (*lei do desenvolvimento desigual*, de Lênin),<sup>47</sup> os países *atrasados*, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações *avançadas* e sua adaptação a condições materiais e culturais *arcaicas*. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países *avançados* e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes *atrasados* se constituiria na essência *combinada* do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semicoloniais”. Na concepção de Trotsky, essa forma particular de desenvolvimento do capitalismo determinaria diretamente a formação e a relação entre as classes sociais, o que, conseqüentemente, acabaria por definir quais as classes que poderiam ou não realizar as chamadas tarefas “democráticas”. Em outras palavras, o modo *combinado* como o capitalismo se desenvolvera designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países *atrasados*, em especial nos que se encontravam sob o jugo do imperialismo. A adição, por parte de Trotsky, do elemento “*combinado*” na *lei do desenvolvimento desigual* de Lênin fez com que a perspectiva do primeiro concernente ao desenvolvimento das nações *atrasadas* recebesse o nome de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.<sup>48</sup>

No entanto, talvez por certo perfil de historiador que encerrava, Trotsky nunca produziu uma obra dedicada, em abstrato, a uma análise de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Foi sempre a partir de observações concretas de certas realidades histórico-sociais de países *atrasados* que Trotsky formulou e desenvolveu essa categoria. Se, como vimos, foi a política “etapista” do estalinismo na China no período 1925-1927 que fez com que Trotsky transformasse a questão da revolução nos países *atrasados* em um campo de batalha para o movimento comunista internacional, as observações do revolucionário russo quanto a essa temática, entretanto, haviam se iniciado, como já indicamos, havia mais de uma década.

---

<sup>47</sup> LÊNIN, V. *Op. cit.*

<sup>48</sup> É importante alertarmos que Trotsky nunca se referiu a sua “descoberta” sobre a particularidade do desenvolvimento histórico dos países retardatários como *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, nomeando-a na maioria das vezes apenas como *lei do desenvolvimento combinado*. Foi o trotskista norte-americano George Novack, em seu livro intitulado *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, quem primeiro batizou o conceito de Trotsky tal como este ficaria conhecido (NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988.).

## As origens do conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*

Desde 1906, quando, preso nos cárceres czaristas por seu papel na Revolução de 1905,<sup>49</sup> escreveu sua brochura intitulada *Balanços e perspectivas*,<sup>50</sup> Trotsky já apontara a impossibilidade de realização de qualquer etapa revolucionária “democrática” na história futura da Rússia nos mesmos moldes como ocorrera na Europa revolucionária de fins do século XVIII e parte do XIX. Contrariando o *evolucionismo* do raciocínio histórico menchevique, Trotsky, levando em conta a gênese, a composição e a relação entre as classes sociais do país, afirmou o caráter “socialista” da revolução a ser realizada na Rússia. Somente a “ditadura do proletariado”, “arrastando atrás de si os camponeses”, poderia realizar as tarefas “democráticas” deixadas de lado pela impotente, “débil” e contra-revolucionária burguesia russa. Em outras palavras: na Rússia, medidas “democráticas”, de natureza capitalista – em especial a reforma agrária –, que, nos países *avançados* foram realizadas sob a direção burguesia (e que foram vitais para o florescimento do capitalismo), só conseguiriam ser efetivadas na prática se os trabalhadores se apossassem do leme do Estado. Dada a natureza *atrasada* do país que o deixava com uma série de tarefas históricas pendentes, impossíveis de serem superadas ainda no plano do capitalismo, a classe trabalhadora no poder teria que combinar tarefas “democráticas” e “socialistas” no caminho da construção de uma nova sociedade que, por sua vez, só poderia ser alcançada com a vitória do proletariado no espectro internacional. O capitalismo russo, portanto, não poderia conhecer nenhuma etapa “democrática” em seu desenvolvimento. A bandeira da “ditadura do proletariado” colocava-se, na perspectiva trotskista, na ordem do dia para os trabalhadores russos.<sup>51</sup>

Para além de toda a caluniosa campanha estalinista realizada a partir da segunda metade da década de 1920 para opor Trotsky a Lênin, é fato que nos anos seguintes à Revolução de 1905 houve algumas divergências entre ambos quanto à caracterização do papel a ser desempenhado pelas distintas forças sociais num eventual processo revolucionário no país. Se Trotsky, sem receios, apontava a direção do proletariado sobre os camponeses como

---

<sup>49</sup> Em 1905, Trotsky foi o principal dirigente do *soviet* de Petrogrado, o mais importante organismo criado pelas massas naquele processo revolucionário que abalou a monarquia czarista.

<sup>50</sup> TROTSKY, L. *Resultados Y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.

<sup>51</sup> Mais de duas décadas depois, referindo-se ao surgimento de sua “teoria da revolução permanente” em 1905, Trotsky afirmou: “Ela [a ‘teoria da revolução permanente’] demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a idéia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.” (TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985, p.24.).

condição necessária para qualquer revolução na Rússia, o que o fazia lançar a fórmula da “ditadura do proletariado”, Lênin, por seu turno, tinha dúvidas quanto à inevitabilidade de uma maioria operária num futuro governo revolucionário, dado o enorme peso do campesinato no país. Por conta disso, Lênin trabalhava com a fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” para a Rússia, na qual não deixava muito claro a qual a preponderância de classe (proletariado e campesinato) nos rumos da revolução russa. A partir dessa fórmula ambígua e imprecisa, Lênin, de algum modo, ainda ficava preso à idéia de que poderia haver alguma revolução “burguesa” na Rússia, no sentido em que compreendia que um eventual governo de maioria camponesa, com apoio do proletariado – e sem a burguesia –, poderia vir a realizar tarefas revolucionárias de cunho “democrático” no país, o que, entretanto, ainda o manteria nos limites do capitalismo. Trotsky, por sua vez, baseando-se nos escritos de Marx e Engels sobre França e Alemanha e em sua observação da realidade russa, considerava o campesinato incapaz de dirigir qualquer processo revolucionário, restando-lhe apenas a opção de seguir a burguesia ou o proletariado.

Contudo, o que é essencial é que Lênin, tal como Trotsky, jamais vislumbrou a possibilidade de a burguesia russa vir a exercer qualquer papel revolucionário, “democrático”, nos destinos do país. Guiados por um raciocínio “etapista”, a maioria da direção dos bolcheviques, tal como os mencheviques, era, até a chegada de Lênin na Rússia em abril de 1917, adepta da idéia de que o governo Kerensky poderia realizar a etapa “democrática” da revolução, o que adiava a questão da tomada do poder pelos trabalhadores para bem distante. Como é sabido, ao lançar o lema de “todo poder aos *soviets*”, Lênin alterou a conduta do partido e colocou a questão da “ditadura do proletariado” na ordem do dia, aproximando-se definitivamente da leitura de Trotsky sobre o caráter da revolução russa. Como o próprio Lênin analisou mais tarde, as tarefas “democráticas” da revolução não foram realizadas nos meses entre fevereiro-outubro de 1917, e sim no período iniciado após a tomada do poder pelos trabalhadores em outubro do mesmo ano. Lênin, tomando a experiência histórica da Revolução de Outubro, reconheceu que sua fórmula provisória da “ditadura democrática” não se realizou na prática, e sim a da “ditadura do proletariado”. Quase dez anos depois de outubro de 1917, diante do processo revolucionário chinês que já mencionamos, Stálin, Bukharin e cia. adotaram a velha fórmula frustrada da “ditadura democrática” para a China. Contudo, esdruxulamente, essa estratégia foi utilizada pela direção da IC para conduzir o processo revolucionário à sua sonhada etapa “democrática” sob direção da burguesia (representada, no caso, pelo Kuomitang), algo que jamais esteve sequer cogitado quando Lênin lançou mão de sua fórmula da “ditadura democrática” contra o czarismo.

Logo após a experiência revolucionária de 1905, Trotsky já se encontrava na contramão do *evolucionismo vulgar* (“etapismo”), de fundo *economicista*, que permeava grande parte do marxismo à época. Em seu *Balanços e perspectivas*, já se podia ler o seguinte:

O proletariado cresce e se fortalece com o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo equivale ao desenvolvimento do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem *diretamente* do nível das forças produtivas, e sim das condições da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos: tradição, iniciativa, disposição para o combate...

**É possível que o proletariado de um país economicamente atrasado chegue ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista [...]** Considerar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo “econômico” simplificado ao extremo. Tal opinião nada tem de comum com o marxismo. A nosso ver, a revolução russa criará condições sob as quais o poder poderá (e, em caso de vitória da revolução, *deverá*) passar às mãos do proletariado antes de terem os políticos do liberalismo burguês a oportunidade de revelar toda a beleza do seu gênio político.<sup>52</sup>

Da experiência revolucionária de 1905 até a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky, no exílio, publicou vários artigos e panfletos em periódicos da esquerda européia, em especial os dirigidos por emigrados russos, nos quais defendeu suas concepções acerca da revolução russa.<sup>53</sup> A incapacidade do governo provisório russo instaurado a partir da Revolução de Fevereiro de realizar medidas democráticas significativas fez com que se confirmassem os prognósticos de Trotsky acerca da fragilidade e impotência da burguesia russa no poder. A congruência entre as visões de Trotsky e de Lênin referentes à estratégia a ser adotada pelo proletariado diante do governo Kerensky (tomada do poder, “todo poder aos *soviets*”) teve como corolário a adesão do primeiro ao partido bolchevique. Uma vez conquistado o poder por este último, Trotsky assumiu funções-chave na condução do Estado soviético (relações exteriores, Exército Vermelho, política econômica etc.) e relegou a segundo plano o debate sobre o caráter da revolução nos países de desenvolvimento capitalista retardatário.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> TROTSKY, L. *Resultados Y perspectivas*. Op. cit. p. 38-39. Tradução nossa. Grifos em itálico do autor. Grifos em negrito nossos. Trotsky, tanto em *Balanços e perspectivas* quanto em outros escritos do mesmo período (muitos publicados à época numa obra do revolucionário intitulada *Nossa revolução*), recebeu a influência de Alexander Helphand, mais conhecido como Parvus, destacado pensador marxista que, em suas análises sobre a sociedade russa, já apontava o proletariado como o único sujeito revolucionário. Nesse sentido, muitos afirmaram que, de certo modo, Parvus é co-autor, ao lado de Trotsky, da “teoria da revolução permanente”. Não obstante sua argúcia teórica, Parvus acabou por apoiar o imperialismo alemão quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Aproveitamos este nota pra avisar aos leitores que ao longo da presente dissertação, assim como fizemos no trecho de Trotsky citado acima, as palavras e as eventuais reticências contidas entre parênteses são obra do autor dos trechos extraídos; já as contidas entre colchetes são de nossa autoria.

<sup>53</sup> Entre os jornais que Trotsky colaborou em seu longo exílio na Europa, podemos destacar o *Nache Slovo* (Nossa Palavra), *Novji Mir* (O Novo Mundo) e *Kievskaiia Misl* (Pensamento Kieviano).

<sup>54</sup> Uma descrição e análise histórica acerca da trajetória política e intelectual de Trotsky desde os primeiros anos do século XX até sua expulsão do PCUS e da União Soviética em finais da década de 1920 pode ser encontrada em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado*. Op.cit; \_\_\_\_\_. *Trotsky. O profeta desarmado*. Op. cit; e em TROTSKY, L. *Minha vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.



## A revolução na China e o amadurecimento do conceito

Como vimos, seria somente cerca de dez anos depois da Revolução de Outubro, por ocasião da revolução chinesa de 1925-1927, que Trotsky retomaria sua produção sobre essa temática. Imerso diretamente em polêmicas com a direção da IC referentes à política revolucionária para a China, Trotsky buscou sistematizar sua “teoria” da revolução para os países *atrasados*. Em novembro de 1929, exilado em Alma-Ata após sua expulsão do PCUS, Trotsky concluiu sua obra *A revolução permanente*, publicada em 1930.<sup>55</sup> Quase que inteiramente baseada no caso chinês, a obra respondia aos pesados ataques que o autor recebera dos estalinistas do Komintern por conta das críticas que fez à política desastrosa desse para o Oriente revolucionário. Defendendo-se dos “epígonos”,<sup>56</sup> que comandavam a IC e de seu ex-companheiro da “Oposição de Esquerda” Karl Radek,<sup>57</sup> Trotsky tomou a experiência da Revolução de Outubro para demonstrar tanto como havia acertado em seus prognósticos feitos desde *Balanços e perspectivas* (que, como frisa Trotsky em *A revolução permanente*, não eram, como diziam os estalinistas e Radek, opostos aos realizados por Lênin, e sim muito próximos destes) como para defender a impossibilidade de uma revolução “democrático-burguesa” na China *atrasada* e “semicolonial”. Dado o modo *desigual e combinado* como o capitalismo se desenvolvera nesse antiqüíssimo país oriental, somente a ditadura do proletariado, passando, de modo ininterrupto, ou seja, *permanente*, das medidas “democráticas” às medidas “socialistas”, poderia livrá-lo de suas estruturas arcaicas e de sua submissão ao imperialismo.

Segundo Alvaro Bianchi, foi em *A revolução permanente* que Trotsky produziu a terceira e última versão de sua “teoria da revolução permanente”. Para Bianchi, a primeira teria sido formulada nos escritos de Trotsky realizados no imediato pós-revolução de 1905 (em especial, em *Balanços e perspectivas*), nos quais o jovem militante definiu o caráter e os sujeitos sociais da revolução a ser empreendida na Rússia czarista. Uma segunda versão da teoria poderia ser percebida quando Trotsky, aderindo à perspectiva leninista de organização, compreendeu a necessidade de um sujeito político, o partido bolchevique, dirigir o proletariado rumo à revolução (essa compreensão por parte de Trotsky teve como consequência prática a sua adesão e a de seu grupo *Mezhraionka* [Organização Interdistrital] ao partido de Lênin). A terceira versão, expressa em *A revolução permanente*, seria marcada

---

<sup>55</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op.cit.*

<sup>56</sup> O termo “epígonos” foi utilizado por Trotsky para denominar os burocratas estalinistas que se apoderaram do PCUS e da IC após a morte de Lênin.

<sup>57</sup> Expulso do PCUS em conjunto com a “Oposição de Esquerda” liderada por Trotsky em fins de 1927, o bolchevique de origem polonesa Karl Radek escreveu um manuscrito no qual atacou violentamente a “teoria da revolução permanente” como forma de preparar sua capitulação ao partido, o que acabou ocorrendo. Todavia, em 1937 foi condenado a dez anos de trabalhos forçados e em 1942 foi assassinado por ordens de Stálin no local onde cumpria sua pena.

por um forte viés internacionalista, que vinculava a compreensão do caráter da revolução nos países “coloniais” e “semicoloniais” ao pressuposto analítico de tomá-los como elementos constituintes de um sistema internacional, o capitalismo mundial em sua fase imperialista.<sup>58</sup>

Toda essa argumentação de Trotsky fundava-se na idéia de que o desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas* continha uma historicidade própria, o que contrariava a lógica da repetição das “etapas” do capitalismo europeu “clássico” nos países “coloniais” e “semicoloniais”, tal como apregoava a III Internacional. A forma específica como o capitalismo se apresentava nos países *atrasados* (combinando dialeticamente elementos modernos com estruturas arcaicas) não seria decorrência, segundo Trotsky, de uma mera questão de “estágios” diferenciados entre estes e os países de capitalismo *avanzado*. Essa assertiva, por sua vez, alicerçava-se numa perspectiva que compreendia o capitalismo como uma *totalidade* contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente em um todo (o capitalismo mundial), as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não seria possível as mesmas superar seu *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história das regiões pioneiras. Do mesmo modo, o desenvolvimento histórico das nações centrais dependeu e dependia inteiramente das relações estabelecidas entre essas e as formações econômico-sociais periféricas. Essa perspectiva *totalizante* de Trotsky era a base de seu internacionalismo que se opunha frontalmente à teoria do “socialismo num só país” sustentada pelos estalinistas, o que o levava à defesa de posições políticas completamente distintas desses últimos.<sup>59</sup> Nos trechos a seguir extraídos de *A revolução permanente*, pode-se perceber a imbricação existente entre a concepção de Trotsky acerca do desenvolvimento histórico dos países *atrasados* e suas propostas políticas para o proletariado destes:

Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda [...] É preciso não tomar, nunca, como ponto de partida a harmonia preestabelecida da evolução social. Apesar do afetuoso abraço teórico de Stálin, a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países como na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país. A conciliação

---

<sup>58</sup> BIANCHI, Alvaro. “O primado da política: revolução permanente e transição” in *Outubro*, nº. 5. São Paulo, 2001, p. 101-115. Denominando a “teoria da revolução permanente” como “revolução do atraso”, Baruch Knei-Paz realizou também uma boa síntese das idéias de Trotsky acerca da revolução nos países *atrasados*; contudo, colocou em xeque a “utilidade” destas idéias para uma “ação instrumental” (KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso” in HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O automarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 159-196.

<sup>59</sup> Um pouco mais à frente voltaremos ao pressuposto filosófico que une as teorias do “socialismo num só país” e a da “revolução por etapas” (“etapismo”): a negação do capitalismo enquanto uma *totalidade* mundial.

do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa, em particular, que o problema da ditadura do proletariado na China não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e política chinesas. **E estamos, aqui, diante de dois pontos de vista que se excluem reciprocamente: o da teoria internacionalista e revolucionária da revolução permanente e o da teoria nacional-reformista do socialismo num só país.** Não só a China atrasada, mas nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais: a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização [...].

Significará isso que todo país, mesmo um país colonial atrasado, esteja maduro senão para o socialismo, ao menos para a ditadura do proletariado? Não, não significa. Mas, então, como fazer a revolução democrática em geral e nas colônias em particular? Respondo com outra pergunta: E quem disse que todo país colonial está maduro para a realização integral e imediata de suas tarefas nacional-democráticas? É preciso inverter o problema. **Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares [...]** Na China, onde o proletariado, apesar da situação excepcionalmente favorável, foi impedido, pela direção da Internacional Comunista, de lutar pelo poder, as tarefas nacionais se realizaram de maneira miserável, instável e má, sob o regime do Kuomintang.<sup>60</sup>

Partindo dessa interpretação acerca das possibilidades de desenvolvimento dos países *atrasados* na época do imperialismo, Trotsky polemizou com a proposta de uma “ditadura democrática” (sob direção da “burguesia nacional”) lançada para China e demais países “coloniais” e “semicoloniais” pela III Internacional:

Não se pode prever quando e em que condições um país estará maduro para a solução verdadeiramente revolucionária das questões agrária e nacional. **Em todo o caso, podemos afirmar, desde já, com toda a certeza, que tanto a China como a Índia só poderão chegar a uma verdadeira democracia popular, isto é, operária e camponesa, por meio da ditadura do proletariado.** Numerosas etapas diferentes podem esperá-los nesse caminho. Sob pressão das massas populares, a burguesia ainda dará passos à esquerda, para depois ferir o povo de maneira impiedosa. Períodos de “dualidade de poderes” são possíveis e prováveis. **Uma hipótese, porém, está completamente excluída: a de que possa haver verdadeira ditadura democrática que não seja a ditadura do proletariado.** Uma ditadura democrática independente só pode ter o caráter do Kuomintang, o que significa que será inteiramente dirigida contra os operários e os camponeses. É preciso compreender e ensinar isso às massas, sem ocultar a realidade das classes com uma fórmula abstrata.<sup>61</sup>

## **Itália, Índia, Espanha e África do Sul: mais quatro casos de aplicação do conceito**

Salvo em seus inúmeros escritos sobre a Rússia, nos quais os particularismos desta foram bastante abordados, Trotsky não se dedicou, diferentemente de autores como Antônio Gramsci, a uma reflexão mais sistematizada acerca da chamada “questão nacional”. Entretanto, em suas análises sobre diversos países, buscou sempre compreender as especificidades histórico-sociais de cada um destes, tomando-os sempre, não custa lembrar,

<sup>60</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 120-121. Grifos nossos.

<sup>61</sup> *Idem*. Grifos nossos. As reflexões de Trotsky acerca dos rumos da revolução chinesa de 1925-1927 podem ser encontradas também, entre outros escritos, nas correspondências que trocou, à época dos eventos, com bolcheviques como Radek, Alsky e Preobrazhensky (contidas na coletânea TROTSKY, L. *La teoría de la revolución permanente*. *Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 369-394) e no artigo, escrito em 1938, intitulado “La revolución china” (in TROTSKY, L. *La teoría de la revolución permanente*. *Compilación*. *Op. cit.*, p. 524-535).

como partes de uma totalidade, o capitalismo mundial. Ainda em 1930 (ano da publicação de *A revolução permanente*), dando continuidade à sua luta contra o “etapismo” da IC, Trotsky escreveu textos referentes ao caráter da revolução em países *atrasados* como Itália<sup>62</sup> e Índia.<sup>63</sup> Afirmando o papel contra-revolucionário de todos os setores das classes dominantes desses países, Trotsky mais uma vez apontava o proletariado como o único sujeito capaz de dirigir qualquer processo revolucionário que resolvesse as tarefas “democráticas” e/ou “nacionais” pendentes. Nesse sentido, para Trotsky, não poderia, na Itália, ter lugar um regime “democrático” (como etapa intermediária entre o fascismo e uma eventual futura ditadura do proletariado) que fosse resultado de uma luta vitoriosa da burguesia italiana contra o regime de Mussolini,<sup>64</sup> do mesmo modo que a batalha pela “libertação nacional” da Índia do jugo do imperialismo inglês não poderia contar com a participação dos “opressores internos”, os quais, conforme crescia a luta das massas pela independência, tinham seus “desejos” de “separar-se dos estrangeiros” diminuídos.<sup>65</sup>

A partir de 1931, em função do início do processo revolucionário na Espanha com a derrubada da monarquia, Trotsky pôs-se a produzir uma série de escritos dedicados a analisar qual o papel político a ser desempenhado pelo proletariado daquele país para que a revolução viesse a ser bem-sucedida.<sup>66</sup> Constatando o caráter “débil” da burguesia espanhola, Trotsky, mais uma vez, defendeu que somente o proletariado, em aliança com os camponeses, poderia realizar as tarefas de uma revolução “democrático-burguesa” na Espanha *atrasada*, como a reforma agrária e a destruição dos privilégios da Igreja Católica. Por conta disso, Trotsky, em seus escritos do período 1934-1937, decisivo para o destino da Revolução Espanhola, condenou violentamente a política de “Frente Popular” levada a cabo pela Internacional Comunista na Espanha. Creditando um caráter “progressista” à burguesia espanhola e orientando a aliança dos operários e camponeses com esta, os estalinistas defenderam, à época, que a revolução deveria se encerrar nos marcos de uma república democrático-burguesa, o que impediria, segundo a IC e seus adeptos, a vitória do fascismo. A fragorosa derrota do proletariado espanhol na revolução, assim como a responsabilidade da IC e do Partido

---

<sup>62</sup> TROTSKY, L. “Problemas de la revolución italiana” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente. Compilación. Op. cit.*, p. 549-556.

<sup>63</sup> TROTSKY, L. “Tareas e peligros de la revolución en la India” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente. Compilación. Op. cit.*, p. 539-548.

<sup>64</sup> Trotsky, entretanto, admitia a possibilidade de que, na Itália, pudesse vir a existir no pós-fascismo um regime parlamentar e “democrático”. Todavia, em sua concepção, este só poderia ser obra de uma revolução proletária “insuficiente madura e prematura” que, abortada, permitiria à burguesia, após uma crise revolucionária, restabelecer, de modo contra-revolucionário, seu domínio sob bases “democráticas”. De modo algum, um possível regime parlamentar e “democrático” na Itália poderia decorrer de uma exitosa revolução “democrático-burguesa” encabeçada pela classe dominante. TROTSKY, L. “Problemas de la revolución italiana”. *Op. cit.*, p. 552-553.

<sup>65</sup> TROTSKY, L. “Tareas e peligros de la revolución en la India”. *Op. cit.*, p. 541.

<sup>66</sup> Os escritos de Trotsky acerca da Revolução Espanhola podem ser encontrados em TROTSKY, L. *La revolución española*. S.l: El Puente Editorial, s.d.

Comunista Espanhol nesse histórico fracasso são bastante conhecidos por todos. A burguesia espanhola, depositária da confiança dos estalinistas, demonstraria todo o seu caráter “progressista” e “democrático” ao receber o general Franco de braços abertos. Essa política, levada a cabo pela IC na Espanha durante o auge da guerra civil no país, correspondia às novas elaborações da organização após a vitória do nazismo na Alemanha. Abandonando o “ultraesquerdismo” do “terceiro período”, a IC, a partir de 1935, passou a uma posição abertamente “oportunista”, defendendo a aliança da União Soviética com os “imperialismos democráticos” (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.) contra os “imperialismos fascistas” de Hitler e Mussolini. Nos planos nacionais, a IC orientou os PC’s a realizarem alianças “antifascistas” não só com os partidos social-democratas [os ex-“social-fascistas”!], mas também com todos os partidos da burguesia considerada “democrática”. Tal política, conhecida como a das “frentes populares”, daria origem, a partir desse período, a vários governos de colaboração de classes existentes ao longo do século XX que contaram com a participação dos PC’s.

Em 1935, quando se encontrava bastante dedicado a combater a política “frente-populista” implementada pela IC na Espanha, Trotsky escreveu ainda breves comentários acerca das tarefas do movimento revolucionário na África do Sul, então colônia pertencente à Grã-Bretanha. Mais uma vez afirmando a existência de uma dinâmica histórica própria aos países *atrasados*, “coloniais” e “semicoloniais”, defendeu que a superação das questões “agrária”, “nacional” e “racial” do país estava diretamente relacionada à luta pela implementação neste da ditadura do proletariado (negro e branco), opondo-se, dessa forma, a qualquer aliança com os setores dominantes nativos em nome de uma plataforma “comum” de cunho “antiimperialista”.<sup>67</sup>

### **A Revolução Russa: demonstração histórica incontestável da validade do conceito**

Em 1932, exilado na Turquia após ter sido expulso da União Soviética, Trotsky publicou *A história da revolução russa*, obra dividida em três volumes.<sup>68</sup> Numa brilhante descrição e análise histórica do processo revolucionário russo desde 1905 até a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky buscou em vários momentos da obra demonstrar como suas teses acerca do desenvolvimento capitalista e conseqüentes

---

<sup>67</sup> TROTSKY, L. “Sobre las tesis sudafricanas” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente. Compilación. Op. cit.*, p. 561-567.

<sup>68</sup> TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 3 volumes. O primeiro volume é intitulado “A queda do czarismo”, o segundo, “A tentativa de contra-revolução” e o terceiro, “O triunfo dos soviets”.

possibilidades revolucionárias da *atrasada* Rússia (teses elaboradas, como vimos, a partir 1906) tinham sido confirmadas pelos eventos históricos.

No primeiro capítulo, intitulado “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, Trotsky apresentou uma síntese extremamente rica da evolução histórica russa, destacando todas as contradições presentes em um país que bastante tardiamente iniciou sua modernização industrial capitalista. Como foi exposto aqui, a idéia de que as nações *atrasadas* desenvolviam seu capitalismo combinando dialeticamente elementos “modernos” e “arcaicos” esteve presente nas análises de Trotsky sobre a Rússia desde *Balancos e perspectivas*. Foi, contudo, em “Peculiaridades...”, que a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* apareceu pela primeira vez nomeada (ainda que, conforme já advertimos, não completamente):

**Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado.** A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde, de seus discípulos – baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas estruturas pré-capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. **O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações.** Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e a flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.

A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais de um país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. [...]

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a via retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinações das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas. **Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.**<sup>69</sup>

Fazendo uso dessas considerações teórico-históricas, Trotsky, ao longo de “Peculiaridades...”, expôs como as relações entre desenvolvimento econômico, Estado e classes sociais ao longo da história russa distinguiam-se das ocorridas nos países originários

---

<sup>69</sup> TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 24-25. Grifos em itálico do autor. Grifos em negrito nossos.

do capitalismo. Nesse sentido, Trotsky dava continuidade à abordagem da evolução russa que realizara nos primeiros capítulos de *Balanços e perspectivas*; agora, contudo, tinha em mãos, em função dos vinte e seis anos transcorridos entre as duas obras, toda a experiência da vitoriosa Revolução Russa de outubro de 1917.

Assim, se em 1906 o jovem intelectual, a partir da observação da revolução do ano anterior (que atingiu, mas não derrubou o czarismo), tinha efetivado uma interpretação histórica do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e traçado prognósticos políticos sobre os rumos revolucionários do país, em 1932, o maduro Trotsky pôde se debruçar sobre o passado russo inteiramente como historiador, pois já era possível a ele delimitar melhor no tempo o seu objeto de análise. O caminho revolucionário que havia levado o proletariado de um país *atrasado* ao poder antes mesmo do que qualquer outro de uma nação *avançada*, prescindindo de uma revolução “democrático-burguesa”, já havia se encerrado, e, portanto, já podia ser tomado como algo a ser analisado pelas lentes históricas, e não simplesmente como uma previsão política que poderia ou não se verificar.

Aliás, quando o dissidente bolchevique se pôs a historiar a Revolução Russa, esta já se encontrava em uma nova etapa. Desde quando aventou pela primeira vez a hipótese de que os trabalhadores poderiam tomar o poder na Rússia antes que o fizessem seus congêneres nos países *avançados*, Trotsky sempre deixou claro que a construção do socialismo no interior das fronteiras russas dependeria inteiramente da vitória dos trabalhadores no resto do mundo, em especial na Europa. O socialismo jamais poderia limitar-se aos estreitos limites nacionais, já superados pelo próprio capitalismo – superação esta que, segundo muitos marxistas, seria uma das principais fontes de crise do sistema social vigente. Para uma nação *atrasada* economicamente, o tempo no qual um Estado operário oriundo de uma revolução vitoriosa poderia manter suas bases e conquistas sociais isolado pelo mundo capitalista seria ainda menor do que o correspondente para qualquer nação *avançada*. No raciocínio de Trotsky (e corroborado por Lênin até a sua morte), o mesmo *atraso* histórico da Rússia que teria permitido à sua classe operária a conquista do poder político antes de a revolução rebentar no Ocidente converter-se-ia, em caso de confinamento da revolução nas fronteiras nacionais, em um inimigo implacável da manutenção do Estado operário no país.

Com o fracasso das revoluções na Europa e no Oriente, com destaque para a alemã e a chinesa – em grande parte decorrente, respectivamente, da política da social-democracia e da IC estalinizada –, o isolamento da Rússia tornou-se uma realidade e, com isso, começaram a se confirmar mais algumas das previsões de Trotsky. A ausência de uma situação revolucionária a partir de 1923, na Europa, seguida poucos anos mais tarde pelas derrotas no Oriente, criaram as condições materiais para o fortalecimento dos elementos burocráticos do

regime soviético, fazendo com que a “ditadura do proletariado” fosse substituída por uma “ditadura burocrática sobre o proletariado”.<sup>70</sup>

Foi, portanto, completamente imerso na luta política contra a burocracia dirigente da União Soviética e da IC, que Trotsky lançou seu olhar histórico sobre a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917. Se, por um lado, como dissemos, é verdade que, diferentemente de quando publicou *Balanços e perspectivas*, Trotsky já tinha à época de *A história da revolução russa* seu objeto histórico delimitado, por outro, tal como nos imediatos anos pós-1905, o teórico bolchevique mergulhava no passado da Rússia almejando resolver as questões colocadas no presente que determinariam a vitória ou a derrota do proletariado russo. Se antes a revolução era algo a ser realizada por intermédio da conquista do Estado pelo proletariado, agora, esta deveria ser colocada nos rumos certos pelo mesmo para que fosse plenamente completada, o que só seria possível a partir de uma posição internacionalista do Estado soviético que, por sua vez, apenas tornar-se-ia viável com a derrubada da camarilha burocrática que se apossara do poder após a morte de Lênin.<sup>71</sup>

Destarte, tanto no que dizia respeito à explicação histórica da Revolução de Outubro, quanto no que se referia aos motivos de sua degeneração burocrática, Trotsky apontava o *atraso* da Rússia como um elemento fundamental. Foi destacando essa importante característica da nação que Trotsky iniciou o já mencionado capítulo “Peculiaridades...”: “O traço essencial e o mais constante da História da Rússia é a lentidão com que o país se desenvolveu, apresentando como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural.”<sup>72</sup>

Mencionando o “clima rigoroso”, “o vento leste” e as “migrações asiáticas” que incidiam sobre “a população da gigantesca planície” (população que lutara contra os nômades até fins do século XVII), Trotsky buscou explicar a “prolongada estagnação” que marcara a agricultura russa (“Tomava-se posse da natureza em extensão, não em profundidade.”).<sup>73</sup> Segundo Trotsky, enquanto os “bárbaros ocidentais” se instalaram sob as ruínas da civilização romana e fizeram uso, por exemplo, tanto de pedras antigas quanto de material de construção,

---

<sup>70</sup> A obra de Trotsky dedicada mais diretamente ao estudo da degeneração do regime soviético é, sem dúvida, *A revolução traída*. Escrito em 1936, esse trabalho talvez seja até hoje o mais significativo no que diz respeito à análise sociológica da burocracia soviética dos anos 30 e, sem dúvida, fornece elementos para o entendimento da própria restauração capitalista da União Soviética ocorrida mais de cinquenta anos depois de sua publicação. TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

<sup>71</sup> Lembramos ao leitor que após ser expulso do PCUS em fins de 1927, Trotsky empenhou-se na construção da “Oposição de Esquerda Internacional”, que objetivava lutar pela direção tanto do PCUS quanto da Internacional Comunista. No entanto, a partir da vitória do nazismo na Alemanha em 1933, favorecida, em grande parte, pela política adota pela Internacional Comunista, Trotsky decretou a falência do PCUS e da IC e passou a trabalhar para transformar a “Oposição de Esquerda Internacional” em uma nova organização de caráter mundial que resgatasse os princípios do internacionalismo revolucionário de Marx, Engels e Lênin. Assim, em 1938, foi fundada a IV Internacional, denominada também de Partido Mundial da Revolução.

<sup>72</sup> TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 23.

<sup>73</sup> *Idem*.



os “eslavos do Oriente, em suas inóspitas planícies”, não encontraram nada para herdar: “o nível de seus predecessores era ainda mais baixo do que o seu”.<sup>74</sup>

Articulando elementos geográficos e condições sociais, Trotsky procurou explicar as origens das desigualdades entre os desenvolvimentos (econômico, político e cultural) da Europa e da Rússia:

Os povos da Europa Ocidental, cedo bloqueados em suas fronteiras naturais, criavam as aglomerações econômicas e culturais das cidades industriais. A população da planície oriental, tão logo se sentia comprimida, embrenhava-se nas florestas ou então emigrava para a periferia, nas estepes. Os elementos camponeses mais dotados de iniciativa e mais empreendedores transformavam-se no lado oeste, em cidadãos, artífices, mercadores. No leste, certos elementos nativos, audaciosos, estabeleceram-se como comerciantes, porém em maior número fizeram-se cossacos, guarda-fronteiras ou colonos. O *processus* de diferenciação social, intenso no Ocidente, retardava-se no Oriente e se difundia por expansão. “O czar da Moscóvia – apesar de cristão – governa um povo de espírito preguiçoso”, escrevia Vico, contemporâneo de Pedro I. O espírito “preguiçoso” dos moscovitas era um reflexo do ritmo lento da evolução econômica, das relações amorfas entre as classes, da indigência de sua história anterior.<sup>75</sup>

Dando continuidade à sua descrição, Trotsky destacou o caráter meio-europeu, meio-asiático da Rússia. Segundo ele, não somente pela posição geográfica, mas também pela história e vida social, o país “ocupava, entre a Europa e a Ásia, uma situação intermediária. Diferenciava-se do Ocidente, europeu, mas também diferia do Oriente, asiático, embora aproximando-se em alguns períodos, em vários aspectos, ora de um ora de outro.”<sup>76</sup> O Oriente teria sido o responsável pelo jugo tártaro-mongol, fundamental na construção do Estado russo; o Ocidente, por sua vez, teria sido um “inimigo ainda mais temível que o Oriente, ao mesmo tempo que um mestre. Não foi possível à Rússia formar-se segundo os moldes do Oriente, compelida como estava em acomodar-se à pressão militar e econômica do Ocidente”.<sup>77</sup>

Essas diferentes pressões às quais o país esteve exposto, em especial as vindas da Europa, teriam se constituído em aspectos essenciais, segundo Trotsky, para o desenvolvimento das relações entre as classes sociais e o Estado na Rússia, e, conseqüentemente, para a conformação das estruturas políticas deste:

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo, em comparação com o Ocidente, absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, e, desta forma, não apenas condenava as massas populares a uma redobrada miséria, mas ainda enfraquecia as bases das classes possuidoras. Tendo, porém, o Estado necessidade do apoio dessas últimas, apressava e regulamentava sua formação. Como resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia. A autocracia bizantina, adotada oficialmente pelos czares moscovitas no início do século XVI, submeteu os grandes senhores feudais boiardos com o auxílio da nobreza, e dominou-os transformando em servos a classe camponesa e erigindo-se por tais meios em monarquia absoluta: o absolutismo de São Petersburgo.<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup> *Idem.*

<sup>75</sup> *Idem.*

<sup>76</sup> *Idem.*, p. 24.

<sup>77</sup> *Idem.*

<sup>78</sup> *Idem.*, p. 25.

Pode-se perceber em Trotsky a idéia de que, diferentemente do caso do absolutismo europeu “clássico”, o forte papel do Estado na Rússia, e em particular do regime autocrático-czarista, repousava não na força das classes dominantes da sociedade, mas, pelo contrário, na fraqueza destas. É importante chamarmos a atenção aqui que essa desproporção de consistência entre classes proprietárias e Estado seria uma constante nas análises do teórico bolchevique sobre o desenvolvimento dos países *atrasados*. Lembramos também que muitos cientistas sociais do século XX que se puseram a estudar o desenvolvimento do capitalismo nas nações retardatárias se aproximaram muito dessa perspectiva interpretativa.<sup>79</sup>

Para Trotsky, essa dependência das classes proprietárias russas frente ao Estado seria um dos elementos precípuos para se compreender a forma como se desenvolveu a indústria moderna no país e, conseqüentemente, a extrema “debilidade” da burguesia nacional. Antes, porém, do próprio processo de modernização capitalista, a classe burguesa, em função do lento desenvolvimento econômico da nação e dos vínculos externos do comércio russo, já se encontrava subordinada ao capital estrangeiro europeu:

A indigência, traço característico não somente do feudalismo russo, porém, de toda a história da antiga Rússia, encontrou sua mais triste expressão na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centro de artífices e mercadores. O artesanato, na Rússia, não conseguiu desvincular-se da agricultura e conservou o caráter de pequenas indústrias locais. As cidades russas de outrora eram centros comerciais, militares, administrativos, centros, portanto, de consumo, e não de produção [...] É verdade que as pequenas indústrias rurais, espalhadas pelas diversas regiões do país, exigiam os serviços intermediários de um comércio bastante extenso. Os mercadores nômades, porém, não podiam de modo algum ocupar, na vida social, um lugar idêntico ao ocupado no Ocidente pela pequena e média burguesia das corporações de artífices, de comerciantes e de industriais, burguesia que estava indissolúvelmente ligada à periferia rural. Além disso, as principais vias de comunicação do comércio russo conduziam ao estrangeiro, garantindo, desde séculos remotos, um papel dirigente ao capital comercial externo e emprestando um caráter semicolonial a qualquer movimento de negócios nos quais o mercador russo servia apenas de intermediário entre as cidades do Ocidente e as aldeias russas. Tais relações econômicas continuariam a se desenvolver na época do capitalismo russo e encontraram sua mais alta expressão na guerra imperialista.<sup>80</sup>

Quando acossada pela Europa *avançada*, a Rússia viu-se obrigada a empreender a industrialização capitalista moderna. Esse processo, entretanto, carregaria e até mesmo acentuaria diversas características do longínquo passado do país. Dada a já mencionada

---

<sup>79</sup> Muitos desses cientistas sociais, entretanto, em função da perspectiva liberal que adotaram, acabaram por opor de modo antidialético o Estado à sociedade (chamada de “sociedade civil”, muitas vezes). Desse modo, conceberam o Estado como algo “neutro”, acima da sociedade. Tanto Marx em suas análises sobre o fenômeno do bonapartismo francês quanto Lênin, Trotsky e Gramsci em suas observações sobre os países que realizaram seu desenvolvimento capitalista de forma retardatária, mesmo reconhecendo muitas vezes uma certa “autonomização relativa” do Estado frente à sociedade ou um papel demasiado grande daquele em relação a esta (dada a incapacidade das classes dirigentes de comandarem politicamente elas próprias o processo de modernização capitalista), jamais negaram que o Estado tenha sempre representado os interesses de uma ou mais frações de classe existentes no interior da sociedade (categoria também muitas vezes tratada pelos liberais como um todo que pode e deve ser harmonizado, e não como algo que, devido à sua natureza social, é essencialmente contraditório).

<sup>80</sup> TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 26-27.

“debilidade” das classes proprietárias, seria o Estado autocrático czarista russo o principal sujeito do desenvolvimento das forças produtivas industriais do país. O Estado, contudo, levaria a cabo esse movimento fazendo uso de vastos capitais provenientes do exterior, o que teria acarretado, segundo Trotsky, não só na dependência política deste frente aos Estados europeus (e no conseqüente apoio das burguesias européias ao regime czarista), como também no aprofundamento da condição heterônoma da burguesia russa que, ao passo que se desenvolvia como classe em função do desenvolvimento da indústria capitalista, subordinava-se cada vez mais ao regime czarista, à aristocracia e, principalmente, ao capital estrangeiro:

A fusão do capital industrial com o capital bancário se efetuou na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa Ocidental. [...] Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta percentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã.<sup>81</sup>

Constituindo-se num caso exemplar de demonstração histórico-concreta da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, a dinâmica da industrialização na Rússia, em função de sua natureza deveras retardatária, não repetiria os passos transcorridos pela industrialização dos países originários do capitalismo. Trotsky fez questão de ressaltar esse caminho próprio traçado pela modernização industrial russa, já que nele estaria a chave para o entendimento de uma formação social peculiar, *atrasada*, que acabaria por favorecer a primeira revolução proletária vitoriosa da história mundial. Quanto às características da industrialização russa, derivadas do atraso histórico com que foi efetivada, Trotsky afirmou:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. **Tardiamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém, neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas.** Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos. Como conseqüência, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira revolução [1905] e a [primeira] guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso econômico do país. Na realidade, a possibilidade de um progresso assim tão rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime, mas, que, como sua herança, perdura até hoje.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> *Idem*, p. 29

<sup>82</sup> *Idem*, p. 28. Grifos nossos. É interessante destacarmos que a dinâmica da industrialização russa observada por Trotsky acabou por se manifestar de modo muito similar em outros países que tardiamente chegaram ao capitalismo industrial. Apenas a título de exemplo, podemos lembrar dos altos índices de crescimento da economia industrial brasileira obtidos entre 1930 e 1970. Deveras retardatária, a industrialização brasileira realizou-se aos “saltos”, dispensando várias das etapas de desenvolvimento tecnológico ocorridas nos países originários do capitalismo industrial.

Segundo Trotsky, residiria nesse tardio e rápido crescimento industrial da Rússia – caracterizado pela dispensa (“queima”) de várias fases e subfases que haviam tido lugar ao longo do secular desenvolvimento fabril europeu – a explicação para o protagonismo operário presente na história do país logo a partir da primeira década do século XX. Numa clara demonstração empírica de que a história das nações pioneiras do capitalismo não se repete nas formações sociais *atrasadas*, a Rússia caminhava desde fins do século XIX no sentido de sua modernização industrial capitalista sem ter necessitado previamente de uma revolução “democrático-burguesa”. Do mesmo modo, o desenvolvimento do capitalismo russo combinava-se inteiramente com a manutenção da arcaica estrutura fundiária do país, o que colocava na ordem do dia para os revolucionários socialistas a resolução da chamada “questão agrária”.

Mesmo se desenvolvendo economicamente por conta da industrialização, a burguesia russa via agravada sua “debilidade” política, dado o aumento de sua dependência face ao capital europeu e ao Estado autocrático. Carecendo de uma consistência social mais sólida, aliada e subordinada à aristocracia proprietária rural do país, ela era completamente incapaz de liderar os camponeses em qualquer luta por reformas agrárias. Seria, entretanto, o conteúdo e a forma do desenvolvimento industrial da Rússia que afastariam qualquer chance dessa burguesia vir a exercer um papel revolucionário na história do país. Ao assimilar os elementos mais avançados da técnica industrial europeia, a modernização capitalista da Rússia, dirigida pelo Estado e financiada pelo capital externo, acabou por proporcionar um cenário no qual essa “débil” burguesia encontrou-se muito cedo como um proletariado já pertencente aos ramos mais modernos da economia, aglomerado em grandes fábricas e bastante concentrado em certas cidades industriais. Chegada com atraso na cena histórica, a burguesia russa, diferentemente do que ocorrera com as burguesias inglesa, francesa e a norte-americana, deparou-se, ao mesmo tempo em que se desenvolvia como classe, com um proletariado já tipicamente moderno e possuidor de uma significativa consciência política, aberta à perspectiva revolucionária. Aliás, o fato de as idéias do marxismo revolucionário ter encontrado espaço entre parcelas significativas do jovem proletariado russo (o que pode ser expresso pela forte presença política dos partidos operários russos nos meios fabris desde os primeiros anos do século XX) também foi visto por Trotsky como uma demonstração da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* que operava na história russa:

De acordo com a evolução do país, o reservatório de onde saía a classe operária russa não era um artesanato corporativo: era o meio rural; não a cidade, mas a aldeia. É preciso notar que o operariado russo não se formou paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações, de ligações, acordos e, ainda, por meio de rupturas com tudo o que, na véspera, existia. Foi precisamente assim – sobretudo durante o regime de opressão concentrada do czarismo – que os operários russos

puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista.<sup>83</sup>

Essa desproporção relativa de forças entre burguesia e proletariado, ocasionada justamente pelo *atraso* do país, via-se agravada pelo fato da não existência de setores urbanos médios, isto é, de uma pequena-burguesia das cidades. Se, como vimos na exposição de Trotsky, a Rússia, por questões históricas de toda ordem, sempre carecera de um desenvolvimento substantivo das atividades urbanas medievais e modernas e, conseqüentemente, de um desenvolvimento dos grupos sociais que as realizam (artesãos, artífices, mercadores etc.), com a industrialização capitalista realizada aos “saltos” desenvolveu-se um proletariado moderno sem que com isso tivesse surgido também uma pequena-burguesia urbana numérica e economicamente significativa. Assim, a burguesia industrial russa via-se também, entre outros problemas, desprovida politicamente de uma pequena-burguesia urbana do tipo *sans-culotte* que, em outras épocas e lugares, havia servido de base de massas para revoluções “democrático-burguesas”. Na Rússia, portanto, o antagonismo fundamental de classes assumia conteúdo e feição bastante acirrados, já que os inimigos encontravam-se cara a cara, sem intermediários oscilantes que poderiam lhes servir ora de árbitros mediadores, ora de intérpretes confusos. Todos esses aspectos elencados acima, segundo Trotsky, determinaram a sorte da burguesia russa:

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura dessa indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesmo que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isto se soma o fato de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiam lucros sobre a Rússia, mas ainda fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de fomentar a luta pelo regime parlamentar na Rússia, a tal se opunham não raras vezes. Basta lembrar aqui o papel abominável desempenhado pela França oficial. Foram estas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares. Se na aurora de sua história, mostrou-se muito pouco amadurecida para realizar uma reforma, ainda mais se encontrava quando chegou o instante de dirigir a revolução [...].

**A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que a ela se opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos.** Por outro lado, a burguesia era igualmente incapaz de arrastar as massas camponesas porque estava enredada nas malhas de interesses comuns com os proprietários de terra e porque temiam um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse. Se, portanto, a revolução russa tardou em rebentar, não foi tão somente por motivo cronológico: a culpa dessa demora cabe também a estrutura social da nação.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> *Idem*, p. 29-30. Ou ainda: “Que dizer de nosso proletariado? Terá passado pela mesma escola medieval das confrarias de aprendizado? Existirão nele tradições corporativas seculares? Nada de parecido. Lançaram-no diretamente à fornalha, assim que o retiraram de seu arado primitivo... Daí a ausência de tradições conservadoras, a ausência de castas, mesmo entre o proletariado, e a juventude do espírito revolucionário; daí, entre outras causas eficientes, Outubro e o primeiro governo proletário que existiu no mundo. Mas daí, também, o analfabetismo, a mentalidade atrasada, a deficiência de hábitos de organização, a incapacidade de trabalhar sistematicamente, a falta de educação cultural e técnica. A cada passo nos ressentimos dessas inferioridades na nossa economia e na nossa edificação cultural.” (TROTSKY, L. *Idem*, p. 391 – Apêndice I).

<sup>84</sup> *Idem*, p. 29-30. Grifos nossos.

Covarde e completamente “divorciada do povo”,<sup>85</sup> a burguesia russa demonstrava a cada nova fase do desenrolar da luta de classes seu caráter essencialmente contra-revolucionário. Quando da derrubada do czarismo pelas massas em fevereiro de 1917, a burguesia, convocada ao poder pelos mencheviques e socialistas-revolucionários – ambos grupos guiados, é bom lembrar, pela idéia “etapista” de que o poder em uma revolução antiabsolutista (que eles, equivocadamente, compreenderam à época como uma revolução “democrático-burguesa” no sentido “clássico”) cabia inexoravelmente à burguesia –, mostrou-se completamente incapaz de realizar qualquer tarefa “democrática” significativa. Mantendo o país na guerra imperialista e preservando a propriedade fundiária da aristocracia, a burguesia abriu o caminho revolucionário ao proletariado. Distintamente da trajetória revolucionária das primeiras nações burguesas industriais, a questão do poder colocou-se para a classe trabalhadora sem que antes houvesse ocorrido no país uma “revolução burguesa” propriamente dita:

A revolução de [fevereiro de] 1917 tinha ainda como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Diferenciava-se, entretanto, das antigas revoluções burguesas, pelo fato de o elemento decisivo que se manifestava agora ser uma nova classe constituída sobre a base de uma indústria concentrada, possuidora de uma nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado se revela agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder, em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista [Bolchevique].<sup>86</sup>

Confirmando as antigas previsões de Trotsky [*Balanços e perspectivas*], foi destinado ao proletariado russo, quando este se assenhoreou do poder em outubro de 1917, realizar as tarefas “democráticas” da história russa. Nesse sentido, e apenas nesse, foi que Trotsky, desde muito tempo, já reconhecera que a revolução a ser realizada na Rússia poderia ser chamada de “burguesa”, dado que suas “finalidades primeiras” encerravam um conteúdo “democrático”, em especial a reforma agrária. Contudo, e é aí que reside todo o fundamento de sua “teoria da revolução permanente”, Trotsky, como vimos, sempre vislumbrou que somente o proletariado, apossando-se do leme do Estado, poderia dar conta das questões “democráticas” deixadas de lado pela burguesia russa, ao mesmo tempo em que seria forçado, pela dinâmica da luta de classes, a empreender, de modo combinado com as tarefas “democráticas”, medidas de caráter “socialista”, como a expropriação dos meios de produção pertencentes à burguesia. Não por acaso, como mencionamos anteriormente, o próprio Lênin reconheceu que foi somente a partir de outubro, e não a partir de fevereiro de 1917, que a Rússia realizou sua revolução “democrático-burguesa”, isto é, a partir do momento em que no país começou a se edificar um

---

<sup>85</sup> *Idem*, p. 164.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 32.

Estado operário por intermédio da combinação de medidas como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das grandes indústrias.

Quando ficou claro que o período de vida do regime da “dualidade de poderes” instituído com a “Revolução de Fevereiro” não passou de um brevíssimo prólogo da tomada do poder pelo proletariado, a história veio a confirmar toda a leitura de Trotsky acerca dos rumos revolucionários de um país *atrasado*; a Rússia, nas palavras do teórico, “ultrapassou de um salto a democracia puramente formal”.<sup>87</sup>

É de suma importância destacarmos aos leitores que, por razões óbvias, o exemplo histórico da Revolução Russa, como já pôde ser visto algumas vezes ao longo desse trabalho, orientou as análises de Trotsky referentes aos rumos das lutas de classes nos países de desenvolvimento capitalista retardatário. Tendo a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917 dado razão às suas teses produzidas desde a segunda metade da década de 1900, Trotsky não hesitou em usar e abusar de analogias referentes à história russa quando se viu em meio a polêmicas com companheiros e adversários sobre o caráter da revolução nos países *atrasados*. Foi nesse sentido que nomes e termos como Kerensky, Kornilov, “bolchevismo” e “menchevismo” foram diversas vezes utilizados por Trotsky em seus textos sobre a China, a Espanha, o México etc.<sup>88</sup>

### **América Latina: último campo de observação**

Em janeiro de 1937, após ter passado por Turquia, França e Noruega, Trotsky desembarcou no México para dar continuidade à sua saga de exilado político – o que só foi possível devido às pressões do pintor Diego Rivera junto ao presidente do país, o general Lázaro Cárdenas, para que este concedesse asilo ao dissidente soviético.<sup>89</sup> Observando as agitações operárias e camponesas que tinham lugar sob o governo de Cárdenas (1934-1940), que realizava uma reforma agrária voltada para os camponeses pobres e uma campanha de nacionalização do petróleo e das linhas férreas do país, Trotsky buscou analisar o caráter das lutas sociais e da revolução numa América Latina qualificada por ele como *atrasada* e “semicolonial”.

No momento em que o revolucionário russo entrou em contato com a América Latina, surgiam nesta, como decorrência, principalmente, da crise do modelo agro-exportador potencializada pelo “crack” da bolsa de Nova York ocorrido em 1929, novos regimes políticos

---

<sup>87</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>88</sup> Tal fato talvez permita aos críticos de Trotsky acusá-lo de transplantar mecanicamente a experiência russa para outras localidades dotadas de características distintas daquele país.

<sup>89</sup> Quanto ao conturbado exílio político de Trotsky desde sua expulsão das fronteiras soviéticas em 1929 até sua morte no México em 1940, ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*

em substituição às velhas formas de dominação oligárquica exercidas pelas classes dominantes agrárias da região. Inspirado particularmente no caso mexicano, Trotsky produziu interessantes escritos acerca da natureza histórica e sociológica desses novos regimes.<sup>90</sup> Segundo Trotsky, em função da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* que se verificava na história do continente, em especial a partir do processo de modernização industrial tardio vivido por este, as burguesias nativas, fortemente atreladas ao imperialismo, apresentavam um caráter “relativamente débil”, ao mesmo tempo em que, conseqüentemente, o proletariado, que crescia rapidamente devido à dinâmica de uma industrialização retardatária, gozava de uma “relativa força”. Para Trotsky, essa complexa relação entre capital estrangeiro, burguesias nacional e proletariado levava os Estados da região a se elevarem “acima” das classes sociais, o que conferia aos regimes políticos um caráter “bonapartista *sui generis*”.

As análises de Trotsky acerca desses regimes são parte de nosso objeto central nesta dissertação, e o local destinado a uma descrição da leitura do revolucionário russo referente às estruturas políticas latino-americanas é o capítulo seguinte. Entretanto, é necessário frisar aqui o fato de que a América Latina foi compreendida por Trotsky enquanto uma formação econômico-social *atrasada* e submetida ao imperialismo,<sup>91</sup> e foi isso que fez com que as considerações do revolucionário sobre o caráter da revolução no continente fossem similares às realizadas por ele próprio quando se debruçou sobre o processo revolucionário em outros países retardatários.

Aplicando sua “teoria da revolução permanente” em terras latino-americanas, Trotsky afirmava que mesmo nos casos nos quais a burguesia se apoiava na mobilização de massas e chocava-se com o imperialismo (o que dava origem aos regimes “semibonapartistas democráticos”, como veremos no capítulo seguinte), ela era incapaz tanto de realizar as chamadas tarefas “democrático-burguesas”, como de levar até as últimas conseqüências uma luta de conteúdo “antiimperialista”. Assim, na América Latina, tal como na China, Índia, África do Sul e demais países *atrasados* “coloniais” ou “semicoloniais”, estaria na ordem do dia a conquista do poder pelo jovem proletariado:

A sociedade latino-americana, como toda sociedade – desenvolvida ou atrasada – está composta por três classes: a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado. Na medida em que as

---

<sup>90</sup> Os escritos de Trotsky referentes à América Latina podem ser encontrados em TROTSKY, L. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000. Faremos abusivo uso deles ao longo do restante desta dissertação.

<sup>91</sup> Entretanto, em um texto no qual polemiza duramente com o movimento trotskista internacional, o também trotskista Hector Benoit, parecendo ignorar os escritos de Trotsky sobre América Latina, afirma que o revolucionário russo nunca enquadrou os países latino-americanos na categoria de “países *atrasados*” (BENOIT, H. “O programa de Transição de Trotsky e a América” in *Crítica Marxista*, n.º. 18. Campinas: Revan, 2004, p. 37-64.). Pensamos, contudo, que uma simples consulta ao escritos latino-americanos de Trotsky permite uma rápida refutação à controvertida “tese” de Benoit.



tarefas são democráticas em um amplo sentido histórico, são tarefas democrático-burguesas, mas aqui [na América Latina] a burguesia é incapaz de resolvê-las, como o foi na Rússia e na China.

Neste sentido, durante o curso da luta de classes pelas tarefas democráticas, opomos o proletariado à burguesia. A independência do proletariado, inclusive no começo desse movimento, é absolutamente necessária, e opomos particularmente o proletariado à burguesia na questão agrária, porque a classe que governará, no México como em todos os demais países latino-americanos, será a que atrair para ela os camponeses.<sup>92</sup>

Assassinado pela GPU (polícia secreta soviética) a mando de Stálin em 1940, Trotsky acabou por ter na América Latina não só seu último local de exílio, mas também seu último local para observação de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

As interpretações de Trotsky formuladas ao final dos anos 30 sobre as possibilidades históricas da América Latina sob o capitalismo, como pudemos observar, contrapõem-se a qualquer perspectiva *evolucionista* e “etapista” acerca dos rumos econômicos, políticos e sociais do continente, sejam as de origem diretamente estalinista, como as teses produzidas desde a segunda metade da década de 1920 pelos partidos comunistas vinculados à IC, sejam as de origem “nacional-desenvolvimentistas”, como as elaborações de cunho “nacionalista” e “estatista” provenientes de instituições como a CEPAL e o ISEB. Nesse sentido, consideramos que Trotsky, ao reconhecer uma historicidade própria à América Latina, *atrasada* e “semicolonial”, lançou as bases teóricas do que posteriormente ficaria conhecido como “teoria da dependência”. Muitos dos cientistas sociais brasileiros que, em maior ou menor grau, partilharam de uma perspectiva *dependentista*, entre eles os teóricos do “populismo”, trabalharam, direta ou indiretamente, com a matriz interpretativa construída por León Trotsky para a compreensão da natureza histórica dos países *atrasados*: a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. É isso o que veremos logo em breve.

Antes, porém, de passarmos à demonstração propriamente dita da influência das teses de Trotsky em uma parcela considerável da intelectualidade acadêmica “antietapista” e “antidualista” do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, destacaremos, conforme anunciamos, dois eixos teóricos da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* que mais tarde apareceriam enquanto elementos estruturantes do pensamento brasileiro crítico às perspectivas *cepalinas* e *pecebistas* concernentes à realidade sócio-histórica brasileira: o entendimento do capitalismo enquanto um *totalidade* e a crítica à idéia de uma “burguesia nacional progressista”.

---

<sup>92</sup> TROTSKY. León. “Discusion sobre America Latina” in \_\_\_\_\_. *Escritos latinoamericanos*. *Op.cit.*, p. 123-124. O texto em questão trata-se de um resumo transcrito de uma discussão entre Trotsky, seus militantes-seguranças norte-americanos e o trotskista Charles Curtiss, também norte-americano.

## *Totalidade e internacionalismo em León Trotsky*

A luta política entre as frações estalinista e trotskista no interior do PCUS e da IC após a morte de Lênin foi, sem dúvida, um confronto entre duas perspectivas opostas e inconciliáveis: o internacionalismo revolucionário e o nacional-reformismo. Em maior ou menor grau, todas as polêmicas político-programáticas entre os dois agrupamentos que disputaram a ferro e fogo a direção da União Soviética e do movimento comunista internacional derivaram deste confronto. Destarte, a oposição entre a defesa de Trotsky da tomada do poder pelo proletariado nos países *atrasados* e estratégia “etapista” aplicada nestes pela IC estalinizada não pode ser compreendida fora da oposição entre a concepção internacionalista da revolução encampada pelos trotskistas e a teoria estalinista que vislumbrava a possibilidade de construção do “socialismo em um só país”.<sup>93</sup>

Podemos dizer, desse modo, que a política da IC para os países “coloniais” e “semicoloniais”, assim como toda a política “externa” da URSS, determinava-se pelos interesses da burocracia estalinista de limitar a Revolução de Outubro aos seus marcos nacionais, o que possibilitaria, segundo a perspectiva burocrática, uma situação internacional favorável à sua manutenção [da burocracia] enquanto uma casta privilegiada. Decerto, a expansão da revolução para outros países, fossem eles do Ocidente ou do Oriente, criaria um ambiente de agitação política no interior do Estado soviético pouco propício à consolidação de um setor social localizado “acima” da classe trabalhadora, uma “excrecência parasitária”, segundo as palavras de Trotsky. Nesse sentido, existia uma relação direta entre o isolamento da Revolução de Outubro que havia favorecido o surgimento da burocracia e a política “externa” desta última que, por intermédio da IC, mantinha e acentuava esse isolamento: “A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre esses dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia.”<sup>94</sup> Operando com uma perspectiva materialista, Trotsky assim analisou a ruptura da direção estalinista com o princípio marxista do internacionalismo:

Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. Não retornaremos mais a esta questão; limitar-nos-emos a acentuar que a burocracia está perfeitamente

---

<sup>93</sup> Quanto à estratégia estalinista de construção do “socialismo em um só país”, ver especialmente TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.* e TROTSKY, L. *A revolução traída*. *O que é e para onde vai a URSS*. *Op. cit.*

<sup>94</sup> TROTSKY, L. *A revolução traída*. *O que é e para onde vai a URSS*. *Op. cit.*, p. 108.

consciente da ligação que existe entre suas posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional.<sup>95</sup>

Cientes de quais são as “necessidades sociais” das quais se originavam as elaborações estalinistas, consideramos importante determo-nos, ainda que por pouco tempo, em um importante elemento constitutivo, *em termos teóricos*, tanto do raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países *atrasados* quanto da utopia reacionária da burocracia soviética de edificação do socialismo “em um só país”: a ruptura com a noção de *totalidade*.

Como já dissemos, a crença na possibilidade do “socialismo em um só país” era, até a morte de Lênin, algo sequer cogitado dentro dos quadros dirigentes do PCUS e da IC, tamanho o grau de afastamento da tradição marxista que tal perspectiva representaria. Marx e Engels, herdeiros da filosofia *totalizante* de Hegel, haviam considerado o capitalismo justamente como uma etapa histórica na qual o mundo tornava-se cada vez mais integrado; o socialismo, enquanto um momento posterior e superior ao capitalismo não poderia, portanto, de modo algum limitar-se aos quadros nacionais já extrapolados pelas contradições sociais. Lênin, por sua vez, enxergou a guerra mundial iniciada em 1914, oriunda da disputa entre as grandes potências capitalistas pelas regiões “coloniais” do globo, como uma manifestação incontestada de que a dinâmica da reprodução do capital transbordava as fronteiras nacionais; o imperialismo constituir-se-ia em um fenômeno mundial.<sup>96</sup> Assim, o célebre chamado à unidade dos “proletários de todos os países” feito por Marx e Engels ao final do *Manifesto*<sup>97</sup> como também a ruptura de Lênin, Rosa, Trotsky e cia. com a II Internacional quando da guerra imperialista<sup>98</sup> originaram-se não de uma solidariedade de cunho meramente *passional* para com a classe operária das outras nações, mas sim de uma solidariedade proletária decorrente de uma linha epistemológica que tomava o capitalismo enquanto uma *totalidade*. Podemos dizer, portanto, que o internacionalismo político que caracterizou o marxismo revolucionário desde os tempos de Marx resultava, antes de tudo, do que poderíamos chamar, utilizando-nos de uma categoria cunhada por Bianchi para definir um aspecto do pensamento

---

<sup>95</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>96</sup> LÊNIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979. A concepção de que o surgimento do imperialismo expressa a necessidade da reprodução do capital de operar para além dos limites nacionais encontra-se também em LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

<sup>97</sup> MARX, K. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro (Estado da Guanabara): Vitória, 1963, p. 62

<sup>98</sup> Como é bastante sabido, a maioria dos dirigentes do SPD alemão, principal organização componente da II Internacional, defendeu a aliança dos trabalhadores alemães com “sua” burguesia quando do início da guerra imperialista em 1914, colocando assim a chamada “questão nacional” acima do “internacionalismo proletário”.

de Trotsky, de um “internacionalismo metodológico”, isto é, de uma perspectiva de análise do mundo dotada de um forte conteúdo *totalizante*.<sup>99</sup>

Mesmo sem negar o internacionalismo em palavras, a burocracia soviética formulou e defendeu a possibilidade de se erigir uma sociedade socialista restrita aos limites do primeiro “Estado operário” da história. Dado esse fato, inimaginável dentre os bolcheviques até a publicação em 1924 da obra de Stálin intitulada *Questões do leninismo*,<sup>100</sup> Trotsky viu-se obrigado a resgatar e, por mais absurdo que pareça, a defender teoricamente a tradição internacionalista do marxismo revolucionário. Em meio a ataques de todo jaez, Trotsky buscou demonstrar como o próprio Lênin sempre vinculava a continuidade da existência da União Soviética à vitória da revolução nos países mais industrializados da Europa,<sup>101</sup> e que a ruptura do estalinismo com a perspectiva internacionalista tinha “tão grande importância de princípio como, por exemplo, a ruptura da social-democracia alemã com o marxismo no problema da guerra e do patriotismo em agosto de 1914”.<sup>102</sup> Segundo Trotsky, “o ‘erro’ de Stálin, do mesmo modo que o da social-democracia”, não seria outra coisa “senão o ‘socialismo nacional’”.<sup>103</sup>

É bom lembrarmos, entretanto, que a trajetória intelectual de Trotsky já era marcada, desde seu início, por um viés internacionalista de análise. Em seu *Balanços e perspectivas*, de 1906,<sup>104</sup> Trotsky já apontara que a particularidade do desenvolvimento histórico russo originava-se das relações estabelecidas entre a Rússia e o mundo exterior; a dinâmica entre as classes sociais do país sob o capitalismo, distinta da dos países *avançados* europeus, deitava raízes na própria relação entre a Rússia *atrasada*, o mundo asiático e, principalmente, o Ocidente industrializado.<sup>105</sup>

A compreensão da interpenetração dialética entre o “interno” e “externo”, entre as forças e elementos sociais localizados “dentro” e “fora” do Estado-nação, estaria presente, como pudemos observar nas páginas passadas, em todas as reflexões de Trotsky acerca dos países que retardatariamente realizaram seus processos de modernização industrial capitalista. De modo algum, os países *atrasados* foram tomados por Trotsky como realidades *em*

---

<sup>99</sup> A dimensão internacionalista do pensamento de Trotsky, denominada por Bianchi de “internacionalismo metodológico”, foi analisada em BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica” in *Idéias*. Campinas: no prelo.

<sup>100</sup> STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. 11ª edição. Cidade do México: Ediciones sociales, 1941. Foi esta a obra que inaugurou a literatura soviética dedicada à defesa do “socialismo em um só país”.

<sup>101</sup> “Sem a vitória da revolução na Alemanha, é inevitável a nossa queda”, afirmou Lênin alguns meses após a tomada do poder em outubro de 1917 (TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 127.).

<sup>102</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 4.

<sup>103</sup> *Idem*.

<sup>104</sup> TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. *Op. cit.*

<sup>105</sup> “As classes possuidoras da Rússia tinham conflitos com as classes possuidoras da Europa, que lhes eram inteira ou parcialmente hostis. Esses conflitos desencadeavam-se através de intervenções do Estado. Ora, o Estado era a autocracia. Toda a estrutura e toda a história da autocracia teria sido diversa, se as cidades européias não tivessem existido, se a Europa não houvesse ‘inventado a pólvora’ (esta invenção não é nossa), se a Bolsa européia não tivesse agido.” (TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa*. *Op. cit.*, p. 391. – Apêndice I.).

*separado*, o que permitiria o equívoco – presente nos “etapistas” e “dualistas” em geral – de se analisar as relações entre as classes sociais no interior dos mesmos independentemente da conexão existente entre estas (as classes sociais) e o mundo “externo”. Longe de uma oposição antitética entre a “nação” e o “imperialismo” – típica dos estalinistas, “nacionalistas”, *cepalinos* etc. –, Trotsky observou como as relações sociais “internas” dos países *atrasados* eram inteiramente penetradas pelos elementos “externos”, como havia uma articulação indissociável, no interior desses países, entre as forças sociais “internas” e “externas”. Na perspectiva de Trotsky, por exemplo, a “debilidade” da burguesia russa (que a impossibilitava de levar a cabo uma revolução “democrático-burguesa”), era derivada, entre outros fatores, de sua dependência face ao capital estrangeiro que se agravava com o processo de industrialização. Do mesmo modo, a possibilidade revolucionária aberta ao proletariado do país residia na própria “debilidade” burguesa e também no tipo de industrialização do qual havia nascido: uma industrialização retardatária que, “saltando” etapas, acabou por introduzir no país os elementos técnicos mais sofisticados do Ocidente, gerando com isso um proletariado moderno e altamente concentrado em grandes fábricas.

Na mesma linha de raciocínio, Trotsky considerava que também as condições sociais e políticas dos países mais industrializados explicavam-se em função das relações que estes estabeleciam com os países “coloniais” e “semicoloniais”. Ao responder sobre o porquê do pioneirismo italiano e alemão em relação ao fascismo, Trotsky afirmou: “a Itália, a mais pobre das grandes nações capitalistas, tornou-se a primeira nação fascista. A Alemanha foi a segunda; não possuindo colônias ou ricos países dependentes, esgotou, dessa forma, todas as possibilidades”.<sup>106</sup> Nesse exemplo fica claro como, para Trotsky, as formas pelas quais as classes sociais se relacionam politicamente nos países imperialistas, isto é, os regimes políticos assumidos por estes, dependem diretamente do tipo de relação existente, em determinado momento, entre suas burguesias e o mundo “externo” (neste caso, o “colonial” e “semicolonial”).

Mais uma vez, nota-se na metodologia de Trotsky que as nações são compreendidas enquanto partes componentes de uma mesma *totalidade* contraditória e concretamente indissociável, como também a percepção de que, em função da integração proporcionada pela economia mundial, as condições econômicas, sociais e políticas das mesmas são inteiramente penetradas, e, portanto, em parte constituídas, por elementos provenientes do meio “externo”. Observando as peculiaridades e os papéis desempenhados pelas distintas nações no sistema mundial de Estados, Trotsky, diferenciando-se de uma perspectiva geopolítica, tomava este

---

<sup>106</sup> TROTSKY, León. “Discussões sobre o Programa de Transição” in \_\_\_\_ *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004, p. 74.

último enquanto uma expressão da luta de classes internacional.<sup>107</sup> Desse modo, verificou como o capitalismo, em especial a partir de sua etapa imperialista, não poderia ser pensado a partir de limites nacionais rígidos e impenetráveis: o imperialismo não estaria somente “fora” dos países “coloniais” e “semicoloniais”, mas também “dentro” deles, assim como os trabalhadores das nações imperialistas constituiriam, em conjunto com os trabalhadores das “colônias” e “semicolônias”, uma só classe: o proletariado internacional. Daí, por exemplo, a implacável condenação que fez, ao lado de Lênin e outros, da postura “chauvinista” adotada pela social-democracia alemã em 1914; daí, também, sua feroz crítica à política da IC em relação às “burguesias nacionais” dos países *atrasados*.

Entendendo que, ao impor a “todos os países seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político”,<sup>108</sup> Trotsky assinalou a existência nas relações inter-nações daquilo que nas décadas de 1960 e 1970 os *dependentistas* chamariam de “interdependência”:

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não pelo seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial.<sup>109</sup>

Percebendo a existência dessa mútua dependência entre os países imperialistas e suas “colônias” e/ou “semicolônias”, Trotsky detectava as estruturas constitutivas do internacionalismo proletário sob a época imperialista e, por conseguinte, afirmava a impossibilidade de êxito de qualquer projeto socialista que se limitasse aos marcos nacionais:

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia como duas variantes extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável *interdependência* das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua *identidade*. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base do internacionalismo marxista.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> Nesse sentido, podemos considerar Trotsky como um crítico *avant la lettre* de uma perspectiva de compreensão das relações entre os países que dissocia a política internacional dos conflitos sociais, hoje hegemônica entre os que se dedicam às chamadas “relações internacionais”.

<sup>108</sup> O trecho em questão é parte do prefácio escrito por Trotsky à obra de Ferdinand Lassalle intitulada *Discurso diante do tribunal* e foi transcrito pelo próprio Trotsky em seu *Balanços e perspectivas* (TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. *Op. cit.*).

<sup>109</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 10. Quanto ao fato de a Índia ser descrita como uma “colônia”, devemos lembrar que a obra em questão foi publicada em 1930.

<sup>110</sup> *Idem*, p. 7. Grifos do autor.

*A revolução permanente* talvez seja a obra de Trotsky na qual mais se encontram trechos que explicitam seu entendimento do capitalismo enquanto uma *totalidade*. Objetivando demonstrar como tanto a política “etapista” implementada pela IC durante a revolução chinesa de 1925-1927, quanto a “utopia reacionária” de construção do “socialismo num só país” decorriam, no que diz respeito ao aspecto mais estritamente teórico, de uma mesma percepção equivocada acerca da natureza do sistema capitalista mundial, Trotsky, na obra em questão, por várias vezes argumentou que os vínculos inquebrantáveis entres as nações criados pela economia capitalista tornavam errôneo qualquer tipo de elaboração política que as tomassem como unidades independentes:

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior de limites nacionais* significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina [do “socialismo num só país”] participam da luta revolucionária internacional (com ou sem êxito, não vem ao caso), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário.<sup>111</sup>

Vale mencionarmos aqui que, em 1933 (cerca de três anos após a publicação da obra da qual extraímos o trecho acima), os trotskistas brasileiros da primeira geração, organizados então na Liga Comunista do Brasil, assinalaram, com uma linguagem muito similar à do próprio Trotsky, o caráter *totalizante* da perspectiva marxista de observação da realidade:

A análise marxista da estrutura social capitalista parte de seu caráter sistemático à expansão, como regime econômico, da sua tendência imanente para ultrapassar os limites do Estado nacional. O marxismo chega assim à consideração de uma unidade dialética mais alta – a economia mundial – causa e efeito do desenvolvimento das forças produtivas, na escala mundial, e que não é a simples soma das economias mundiais isoladas. Por isso mesmo, a luta de classes se desenvolve no plano internacional, não como repercussão da luta travada entre cada proletariado contra sua burguesia nacional, mas reflete no quadro nacional o caráter concreto da etapa alcançada pelo desenvolvimento da economia mundial; em suma, pelo grau atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, considerado o conjunto do mundo capitalista.<sup>112</sup>

A décima das quatorze “teses” contidas ao final de *A revolução permanente* é possivelmente a melhor síntese da perspectiva internacionalista que Trotsky opôs ao “socialismo nacional” dos estalinistas do PCUS e da IC:

---

<sup>111</sup> *Idem*, p. 4. Grifos do autor.

<sup>112</sup> LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Projeto de teses sobre a situação nacional” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Op. cit.*, p. 143.

A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.<sup>113</sup>

Pode-se dizer, em resumo, que é facilmente perceptível como o internacionalismo revolucionário pelo qual Trotsky ficaria conhecido pelos estudiosos dos debates comunistas dos anos 20/30 assentava-se sobre uma leitura científica do capitalismo que o autor já realizava desde sua juventude. Löwy, abordando as diferenças entre o pensamento do jovem revolucionário e o que vigorava no movimento operário nos anos iniciais do século XX afirmou que foi precisamente a compreensão do capitalismo enquanto *totalidade* que distinguiu, “do ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotsky daquele dominante na Segunda Internacional”.<sup>114</sup> Acerca dessa relação entre o internacionalismo político defendido arduamente por Trotsky desde seu *Balanços e perspectivas* e a perspectiva *totalizante* a partir da qual o mesmo enxergava as relações econômicas, políticas, sociais e culturais sob o capitalismo, Baruch Knei-Paz, estudioso do pensamento do revolucionário russo, afirmou: “Trotsky era certamente internacionalista por temperamento e mentalidade, mas o seu internacionalismo não era somente a moldura idealista que lhe é frequentemente atribuída, mas era parte integrante de sua concepção das necessidades materiais da revolução russa”.<sup>115</sup> Em uma avaliação similar, Alvaro Bianchi escreveu acerca do que denominou como o “internacionalismo metodológico” de Trotsky:

Trotsky era um defensor intransigente do internacionalismo político. Como a maior parte de sua geração, circulou muito cedo pela esquerda européia, não se restringindo aos círculos de emigrados russos e participou ativamente, por meio de seus artigos, dos debates de então. Sua dedicação às questões de política internacional nos primeiros anos da Revolução Russa e seu empenho na organização da Quarta Internacional costumam ser os exemplos para comprovar essa filiação. Mas não é de uma prática política que aqui estou falando e sim de uma concepção da história e da política que encerra uma dimensão metodológica profundamente internacionalista.

Esse *internacionalismo metodológico* aparece já plenamente em 1906, na sua obra *Balanços e perspectivas*.<sup>116</sup>

Nas palavras do próprio Trotsky é possível encontrarmos o mesmo tipo de afirmação:

A teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. **O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes.**<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 139.

<sup>114</sup> LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” in *Outubro*, n.º. 1, 1998, p. 74.

<sup>115</sup> KNEI-PAZ, Baruch. *Op. cit.*, p. 182.

<sup>116</sup> BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky...”. *Op. cit.* Grifos do autor.

<sup>117</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 24. Grifos nossos.



Como já adiantamos, consideramos que essa dimensão internacionalista, *totalizante*, do pensamento de Trotsky constitui-se também na base teórica para seu combate ao raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países “coloniais”, “semicoloniais” e *atrasados* em geral.

Ao considerar o sistema capitalista mundial como uma “simples adição de suas unidades nacionais”, a teoria estalinista acabava por realizar, *na prática*, uma ruptura com a noção hegeliano-marxista de *totalidade*. Recortando as nações de seu contexto internacional, o estalinismo tomava o desenvolvimento histórico destas como algo a ser realizado *em separado*, o que levava ao equívoco de considerar que as formações sociais *atrasadas* poderiam e deveriam repetir as “etapas” históricas vividas pelos países originários do capitalismo.

Em perspectiva oposta, Trotsky entendia que o fato de os países *atrasados* estarem integrados em uma “poderosa realidade independente” impossibilitava que a história trilhasse nesses os mesmos caminhos percorridos pelos países *avançados* em tempos passados. Uma vez inseridos no sistema capitalista mundial, os países *atrasados* tinham nessa inserção um elemento que impreterivelmente determinava seus desenvolvimentos históricos. Assimilando alguns dos elementos mais modernos da tecnologia, da política e da cultura das regiões mais industrializadas do globo, e implantando-os em seus ambientes pouco desenvolvidos (do ponto de vista capitalista), os países *atrasados* criavam realidades sociais particulares, híbridas e altamente contraditórias, nas quais interagiam dialeticamente (e não se opunham antiteticamente, como pensavam os “dualistas”) aspectos “arcaicos” e modernos”. Longe de possuírem “duas” realidades no interior de suas fronteiras nacionais, os países *atrasados* tinham uma só natureza, de caráter *combinado*, oriunda desse amálgama gerado pelo contato das estruturas “arcaicas” internas com os elementos “modernos” provenientes do exterior. Essa natureza própria dos países *atrasados*, criada a partir da inserção dos mesmos na *totalidade* constituída pelo capitalismo mundial, é que impossibilitaria a estes repetir a história dos países capitalistas pioneiros.

Observando a Rússia em 1909, Trotsky percebeu como nela encontravam-se “todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente...os debates do *Reichtag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva.”<sup>118</sup> Em

---

<sup>118</sup> TROTSKY. L. 1905, *apud* LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento...”. *Op. cit.*, p. 75. Grifos do autor.

1932, abordando novamente a formação histórico-social russa criada por um processo de industrialização realizado “aos saltos” e sob condições sociais primitivas, escreveu Trotsky:

O capitalismo russo não se desenvolveu a partir do artesanato, para passar da manufatura à fábrica: e foi por isso que o capital europeu, inicialmente sob a forma de capital comercial, depois, sob a forma de capital financiador e industrial, caiu sobre nós, num período em que o artesanato russo, em seu conjunto, ainda não se havia dissociado da agricultura. Daí surgiu, entre nós, uma indústria capitalista bastante moderna, no ambiente de uma economia absolutamente primitiva: uma fábrica belga, ou americana, mas, em derredor, lugarejos, aldeias em casas de madeira, cobertas de colmo e que, todos os anos, eram destruídas por incêndios e por muitas outras desgraças... Os mais antiquados elementos, ao lado das últimas realizações européias. Daí o papel imenso desempenhado pelo capital da Europa ocidental na economia russa. Daí a fragilidade da burguesia russa. Daí a facilidade com que destruímos nossa burguesia. Daí as dificuldades que surgiram quando a burguesia européia interveio em nossos negócios...<sup>119</sup>

A partir dos trechos citados acima, achamos conveniente ressaltar dois aspectos presentes no raciocínio de Trotsky referente ao desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas*.

Primeiramente, é nítido como que para o revolucionário a forma particular de desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais *atrasadas* deriva, como já dissemos, justamente da inserção das mesmas no sistema capitalista internacional, o que nos permite afirmar que a adoção de Trotsky de uma perspectiva *totalizante* (o seu “internacionalismo metodológico”, nas palavras de Bianchi) foi a base para a sua compreensão acerca da natureza *combinada* assumida pelo capitalismo nos países que tardiamente realizaram seu processo de industrialização. Segundo Bianchi,

o internacionalismo metodológico de Trotsky lhe permitiu ir além [das interpretações de Lênin acerca da natureza do capitalismo russo] e incorporar uma nova dimensão analítica, investigando os espaços nacionais de produção e reprodução das relações sociais capitalistas e as relações contraditórias que se estabeleciam entre o processo de universalização e internacionalização da forma valor e o processo de particularização da forma Estado. Olhando esse movimento a partir da periferia do capitalismo, Trotsky pôde radicalizar essa concepção, politizando-a: a relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção ocorre com a mediação do Estado-nação. Colocando-se espacialmente na fronteira do capitalismo Trotsky pôde ver o espetáculo caótico de um tempo partido. O choque do moderno e do arcaico tornava a Rússia atrasada, como queriam os populistas, distante ainda de uma modernidade idealizada. Mas também a tornava contemporânea de um presente capitalista que ela, a seu modo, é claro, também partilhava.

Essa dialética do arcaico e do moderno, do passado e do presente, do *ultrapassado* e do contemporâneo, do velho e do novo, do particular e do semelhante encontra-se fundada na contradição que se estabelecia entre as forças internas do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e as forças externas a esta. **A categoria de totalidade era, assim, incorporada por Trotsky na análise do processo histórico.** O lento desenvolvimento das forças produtivas locais e a conseqüente precariedade das bases materiais para a formação das classes modernas, por um lado; e, por outro, sua inserção no sistema político e econômico do capitalismo mundial.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa*. Op. cit., p. 390-391, apêndice I.

<sup>120</sup> BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky...”. Op. cit. Grifo em itálico do autor. Grifos em negrito nossos.

Como veremos ulteriormente, tal perspectiva de Trotsky que explica os particularismos do capitalismo nos países retardatários a partir do pertencimento histórico destes a uma *totalidade* – o sistema capitalista mundial – encontrar-se-ia também presente em vários intelectuais brasileiros que trabalharam com a idéia de “dependência”, tais como Florestan Fernandes, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Francisco Weffort.

Em segundo lugar, outro aspecto que consideramos importante destacar nas observações de Trotsky acerca da formação social altamente híbrida existentes nos países *atrasados* é o fato de que, para o revolucionário, os elementos “arcaicos” e “modernos”, como já adiantamos, interagem dialeticamente, mutuamente se determinando. Como afirma Löwy, os diferentes “estágios da civilização”, que para Trotsky se fariam presentes em nações *atrasadas* como a Rússia, não eram vistos por este como estando “simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada”. Segundo Löwy, Trotsky percebia como eles se articulavam, se combinavam e se amalgamavam.<sup>121</sup> Adiantamos aqui que também esse entendimento de Trotsky concernente à presença dos elementos “arcaicos” e “modernos” nas formações sociais *tardias* e *hipertardias* aproxima-se bastante da perspectiva de autores que criticaram as interpretações “dualistas” sobre a realidade sócio-histórica do Brasil. Algumas páginas adiante veremos, por exemplo, como a crítica de Francisco de Oliveira às leituras *cepalinas* e *pecebistas* sobre a natureza do capitalismo brasileiro tem como um de seus aportes teóricos justamente a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

Para Trotsky, seriam justamente essas particularidades sociais dos países *atrasados* (criadas, como vimos, a partir da inserção destes na *totalidade* capitalista mundial) que, ao mesmo tempo em que lhes fechavam as longas estradas históricas já percorridas pelas nações *avanzadas*, abriam-lhes outras possibilidades de desenvolvimento mais acelerado. Na economia e na política dos países *atrasados* descartava-se, segundo Trotsky, qualquer evolução nos moldes “etapistas”:

É absurdo dizer que não se pode saltar etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar *esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar*.

A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter aprendido o esquema de Marx: Ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada quando se tiver aprendido *somente isso*. É que a história russa – digâmo-lo sem ofender Stálin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das

---

<sup>121</sup> LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento...”. *Op. cit.*, p. 75.

etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto nem suas conseqüências.<sup>122</sup>

O caso russo, para Trotsky, constituía-se em um exemplo concreto de sua perspectiva histórica, isto é, daquilo que poderíamos chamar, sem grandes compromissos categoriais, de uma “filosofia trotskista da história”, caracterizada pelo seu cunho internacionalista e “antietapista”. Por se tratar de uma nação *atrasada*, a Rússia via-se em pleno século XX ainda pendente da realização de uma série de tarefas “democráticas”, como a destruição dos elementos feudais em sua estrutura agrária e a edificação de um regime democrático-burguês. Segundo Trotsky, entretanto, o processo de industrialização realizado “aos saltos” no país – “saltos” estes proporcionados justamente pela interação entre a economia russa e o mercado mundial – propiciara um cenário no qual uma relativamente “débil” burguesia deparava-se com um proletariado “relativamente poderoso”, situação que transmitiu a este último a potencialidade de efetivar as tarefas que, *em tese*, isto é, segundo a perspectiva “etapista”, caberiam, *por direito*, à primeira. Como já vimos, para Trotsky, o proletariado só poderia realizar tais tarefas tomando em suas mãos o leme do Estado e implantando a sua ditadura de classe, saltando assim a etapa de uma democracia formal, burguesa. Na ótica do revolucionário, a correlação de forças entre as classes sociais que permitiria (permitiu) a tomada do poder em um país *atrasado* antes que isso ocorresse nas nações altamente industrializadas originava-se justamente do modo *desigual e combinado* como o capitalismo operava na Rússia, modo este que, por sua vez, resultava, nunca é demais repetirmos, da inserção do país na *totalidade* capitalista mundial. Desse modo, tanto a burguesia quanto o proletariado russos, desenvolvidos e formatados pela industrialização do país, tinham raízes não só “internas”, mas também “externas”. A possibilidade de “saltar” etapas por parte dos países *atrasados* só poderia ser compreendida, então, por um raciocínio que os enxergasse a partir de suas relações dialéticas com o mundo *avançado*.

Diferentemente do pensamento *evolucionista* e *economicista* da II e da III Internacional estalinizada que, desconectando as nações *atrasadas* de seu contexto mundial, mensurava os níveis interiores de desenvolvimento econômico e político destas para lhes determinar qual o caráter de suas revoluções, Trotsky sempre buscou compreender as possibilidades revolucionárias de qualquer nação tomando-a como parte de um processo internacional da luta de classes. Mesmo com um desenvolvimento ainda incipiente das forças produtivas, ou melhor, precisamente por isso, poderiam os países *atrasados* tomar a dianteira das insurreições operárias vitoriosas, já que estes, mesmo com suas particularidades,

---

<sup>122</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 105-106. Grifos do autor.

pertenciam, tal como os países *avanzados*, a uma mesma *totalidade* histórico-social, o mundo capitalista, já passível de ser transformado pela ação do proletariado internacional:

Que diferença há, então, entre os países avançados e os países atrasados? Há uma diferença muito grande, mas sempre subordinada às relações da dominação capitalista. As formas e os métodos da dominação da burguesia são extremamente diversos nos diferentes países. Num dos pólos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutra pólo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as e lhes impõe seus métodos – a Índia. Isso nos leva a supor que também a ditadura do proletariado terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo. Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais.<sup>123</sup>

Nos é possível perceber, bem entendido, como a idéia de *desenvolvimento desigual e combinado*, a crítica à teoria do “socialismo num só país”, a descrença em qualquer papel “progressista” a ser executado pelas burguesias dos países *atrasados* e defesa do caráter socialista da revolução nestes últimos, entre outras elaborações teóricas e formulações políticas de Trotsky, só podem ser compreendidas a partir da perspectiva internacionalista por intermédio da qual o revolucionário se debruçava sobre o capitalismo nas distintas regiões do globo.

A título de conclusão deste item, gostaríamos de mencionar uma questão que será trabalhada em breve: tal como no caso de Trotsky em relação à teoria estalinista, a percepção dos países periféricos como pertencentes a uma *totalidade* capitalista está na base das críticas de intelectuais como Florestan Fernandes, F. H. Cardoso, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Ianni e Weffort à visão “dualista” e à proposta “etapista” comungados por “nacionalistas” e *pecebistas* nos anos 50/60. Não por acaso, os trabalhos desses intelectuais ficaram marcados nas ciências sociais latino-americanas pelo seu reconhecimento de uma historicidade própria à periferia do capitalismo (“antietapismo”) e pela desmistificação do caráter revolucionário ou mesmo “progressista” pertencente às chamadas “burguesias nacionais”. Veremos isso um pouco mais à frente.

## Trotsky e o papel contra-revolucionário das burguesias *atrasadas*

Um dos aspectos marcantes dos escritos de Trotsky acerca dos países que realizaram sua modernização/industrialização capitalista sob a época imperialista é a ênfase dada pelo autor à essência irremediavelmente contra-revolucionária das burguesias desses países. Consideramos que nas linhas precedentes já se encontram significativos elementos que oferecem uma visão bastante clara acerca desta perspectiva do revolucionário. Assim,

---

<sup>123</sup> *Idem*, p. 118-119.

buscaremos realizar nesse tópico não mais do que uma resumida sistematização das idéias de Trotsky referentes a tal aspecto. Mais especificamente, tentaremos apresentar, de modo sucinto, as principais razões que, segundo Trotsky, explicariam a impossibilidade do cumprimento de um papel “revolucionário”, “democrático” ou até mesmo “progressista” por parte das burguesias de nações que se industrializaram quando o fenômeno imperialista já se fazia presente.

Na perspectiva de Trotsky, a explicação para essa impossibilidade das burguesias em questão de repetir a saga revolucionária de suas irmãs mais velhas – isto é, das burguesias das nações originárias do capitalismo – reside, precipuamente, no enorme *atraso* com o qual essas filhas caçulas e temporãs do capital surgiram historicamente.

Segundo o revolucionário, já as burguesias européias que somente a partir de meados do século XIX levaram a cabo sua luta contra o domínio político das forças aristocráticas (burguesias essas que aqui denominaremos como *tardias*) se viram impedidas de adotar uma postura autenticamente revolucionária. O temor da repetição de uma experiência jacobina e, acima de tudo, a existência, já significativa, de um novo sujeito social, o proletariado, fez com que essas burguesias buscassem, em seus combates contra o antigo regime, saídas cada vez mais negociadas com as “forças do passado”.

Mesmo a “clássica” burguesia francesa (que, vale lembrar, já havia realizado sua revolução a partir de fins do século XVIII) tentou (e conseguiu) evitar que seus últimos ajustes de contas com as estruturas políticas feudais durante a vaga revolucionária aberta em 1848 reeditassem, de algum modo, o terror *robepierrista*. A saída bonapartista expressa pelo golpe de Estado de dezembro de 1851, encontrada para pôr fim à situação revolucionária no país, foi a prova cabal do receio burguês de fazer uso novamente de métodos revolucionários em um momento no qual a plebe já se constituía por uma parcela não desprezível de segmentos proletários.<sup>124</sup>

Todavia, seriam as formas políticas relativas aos processos *tardios* de modernização capitalista em países como Alemanha e Itália as maiores expressões do encerramento da etapa histórica revolucionária da burguesia. Carentes de um Estado nacional unificado e incapazes de conduzir sob suas bandeiras as classes dominadas, justamente em função do proletariado já existir enquanto sujeito social (mesmo que ainda não politicamente independente), as burguesias alemã e italiana, entre outras burguesias *tardias*, viram-se compelidas a buscar compromissos com suas respectivas aristocracias a fim de evitar que o processo político

---

<sup>124</sup> Quanto à dinâmica altamente complexa do processo revolucionário francês iniciado em 1848 e encerrado com o golpe de Estado de Luís Bonaparte em dezembro de 1851, ver MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

necessário à emergência de um moderno capitalismo industrial pudesse colocar em risco, devido à participação das camadas populares, a própria existência da propriedade privada dos meios de produção. Dessa necessidade das burguesias alemã e italiana de pactuar, respectivamente, com os *junkers* prussianos e com os *terratenentes* sulistas, surgiram Estados nacionais estruturados pelo compromisso burguês-aristocrático aos quais esteve destinada a tarefa de conduzir, “no lugar” de suas próprias burguesias, o processo de desenvolvimento do capitalismo. O *atraso* cobrava seu preço.<sup>125</sup>

Para Trotsky, a Revolução Francesa iniciada em 1789 teria sido a manifestação “clássica” da luta mundial da ordem social burguesa pelo “domínio, o poder e a vitória indivisível dentro do marco nacional”:<sup>126</sup>

No período heróico da história francesa vemos diante de nós uma burguesia ilustrada e ativa que ainda não tinha descoberto suas próprias contradições. A história lhe tinha confiado a tarefa de mando na luta pela nova ordem, não só contra as instituições antiquadas da França como também contra as forças reacionárias de toda Europa. Como consequência, a burguesia em todas as suas diversas frações se sente condutora da nação, compreende as massas em luta, lhes transmite consignas e lhes sinaliza a tática da luta. A democracia unificou a nação sob uma ideologia política. O povo – pequeno-burgueses, camponeses e operários – elegia burgueses como deputados e as tarefas encarregadas a eles pelas massas estavam escritas em uma linguagem de uma burguesia que era consciente de seu papel messiânico. Ainda que também durante a revolução mesma se destaquem claramente antagonismos de classe, o ímpeto, uma vez conseguido, da luta revolucionária elimina política e conseqüentemente os elementos burocráticos da burguesia. Nenhuma camada social é substituída sem ter transmitido antes sua energia as que a sucedem. Assim, a nação como um todo continua a luta por seus objetivos com meios cada vez mais potentes e decididos. Quando a nata da burguesia adinheirada se separa do núcleo do movimento nacional colocado em marcha e se alia com Luís XVI, se voltam as reivindicações da nação, que naquele tempo estão já dirigidas contra esta burguesia, para o sufrágio universal e para a república como formas lógicas e inevitáveis da democracia.<sup>127</sup>

Posteriormente, na vaga revolucionária aberta em 1848, a burguesia, em termos mundiais, “era já incapaz de cumprir um papel comparável” ao desempenhado por ela própria nos tempos da *Grande Revolução*:

[A burguesia] não era suficientemente disposta nem audaz para assumir a responsabilidade da eliminação revolucionária da ordem social que se opunha a sua dominação. Entretanto, temos podido chegar a conhecer o *porquê*. Sua tarefa consistia mais – disso se dava ela conta claramente – em incluir no velho sistema garantias que eram necessárias, não para sua dominação política, e sim simplesmente para uma repartição do poder com as forças do passado. A burguesia havia extraído algumas lições das experiências da burguesia francesa: estava corrompida por sua traição e amedrontada por seus fracassos. Não somente se abstinha muito bem de empurrar as massas ao assalto contra a velha ordem, como buscava um apoio nesta última com o objetivo de rechaçar as massas que a empurravam adiante.<sup>128</sup>

Desse modo, o encerramento da fase revolucionária da burguesia enquanto classe internacional impossibilitava a reedição da experiência jacobina – isto é, de uma experiência

---

<sup>125</sup> No que diz respeito a esses processos *tardios* de modernização industrial capitalista, são de grande valia, como já dissemos no início deste capítulo, os conceitos de “Via prussiana” de Lênin, de “Revolução passiva” de Gramsci e de “Revolução pelo alto” de Barrington Moore Jr.

<sup>126</sup> TROTSKY, L. *Resultados Y perspectivas*. *Op. cit.*, p. 28. Tradução nossa.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 27-28. Tradução nossa.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 30. Tradução nossa. Grifo do autor.

revolucionária “clássica” – em países que ainda se encontravam sob o domínio político das forças aristocráticas. O caminho revolucionário de ascensão da burguesia ao poder político estava definitivamente fechado. Colocava-se, portanto, desde meados do século XIX, um processo de dissociação crescente entre o desenvolvimento pleno das relações sociais capitalistas e a via da “revolução democrática” para a conquista do poder político por parte das burguesias *tardias*:

A burguesia francesa soube fazer grande sua revolução. Sua consciência era ao mesmo tempo a consciência da sociedade inteira e nada podia se converter em instituição duradoura sem ter sido antes reconhecido por esta consciência com um objetivo seu, como uma tarefa sua de caráter político. Aos poucos adotou uma atitude teatral para esconder perante si mesma a estreiteza de seu próprio mundo burguês; porém, seguia adiante, sem embargo.

A burguesia alemã, pelo contrário, desde o princípio, ao invés de “fazer” a revolução, se separava dela. Sua consciência se rebelou contra as condições objetivas de sua própria dominação. Não se podia chegar à revolução com seu concurso, e sim contra ela. Em seu pensamento, as instituições democráticas se apresentavam não como um objetivo de sua luta, e sim como um perigo para o seu bem-estar.

No ano de [18]48 necessitava-se de uma classe que tivesse sido capaz de tomar em suas mãos os acontecimentos, prescindindo da burguesia e inclusive em contradição com ela, uma classe que estivesse disposta não só a empurrar a burguesia para frente com toda sua força, como também a separar-se, no momento decisivo, de seu cadáver político.<sup>129</sup>

Pode-se perceber no trecho acima como está contida na perspectiva de Trotsky acerca da dinâmica histórica das nações *tardias* a idéia de um *substitucionismo político-social*, isto é, a idéia de que na história dos países *atrasados* uma classe social pode se ver frente ao desafio de realizar tarefas políticas e sociais que, *a priori*, estariam destinadas à outra classe. Tal concepção de Trotsky, como vimos, encontra-se fortemente presente na sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado* e em sua “teoria da revolução permanente”. Aliás, vale chamar a atenção para o fato de que foi o próprio Marx, em seus escritos produzidos à época da revolução alemã de 1848, quem vislumbrou a possibilidade da pequena-burguesia e, mais tarde um pouco, do proletariado daquele país virem a desempenhar o papel histórico revolucionário incapaz de ser exercido pela impotente burguesia *tardia*, significativamente atrelada à aristocracia *junker*. Não por acaso, a carta de Marx e Engels endereçada em 1850 à Liga dos Comunistas<sup>130</sup> no qual o remetente defende a necessidade de independência política completa do proletariado no decorrer da revolução “burguesa” alemã é invocada por Trotsky como uma prova da origem marxiana da “teoria da revolução permanente”.<sup>131</sup> Entretanto, o

---

<sup>129</sup> *Idem*, p. 30-31.

<sup>130</sup> MARX, K. e ENGELS, F. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” in \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Moscou/Lisboa: Progresso, 1982, p. 178-188, volume I.

<sup>131</sup> Acerca da idéia de “revolução permanente” em Marx, ver, entre outras obras, ARCARY, Valério. “Controvérsias sobre a teoria da revolução no ‘testamento’ de Engels” in \_\_\_\_\_. *O encontro da revolução com a história*. Socialismo como projeto na tradição marxista. São Paulo: Sundermann/Xamã, 2006, p. 149-196; BENSaid, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 45 e BIANCHI, Alvaro. “Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850)” in *Outubro*, nº. 16. São Paulo, 2007, p. 109-143.



que mais nos interessa no presente momento é frisar como, para Trotsky, as burguesias *tardias*, justamente pela forma retardatária como apareceram historicamente, encontraram-se forçadas a abdicar de levar a cabo uma revolução “democrática” como meio de abrir caminho para o desenvolvimento da sociedade burguesa, restando-lhes apenas a via do compromisso, ao nível do Estado, com as classes proprietárias nobiliárquicas.

Contudo, não obstante o caminho não-revolucionário e extremamente antipopular pelo qual essas burguesias *tardias* conseguiram efetivar a transição ao capitalismo industrial moderno, foi possível às mesmas inserir suas nações, recém-unificadas, na disputa que se dava por parte das potências imperialistas pelo domínio das regiões africana e asiática do globo. Dito de outro modo: pelo fato de nações como Alemanha, Itália e Japão terem realizado suas modernizações industriais retardatárias concomitantemente ao processo de monopolização do capital, e não quando o imperialismo já se constituía em uma realidade totalmente dada, ainda foi possível a estas alcançar uma posição de ponta, imperialista, no sistema mundial de Estados. Aproveitando-se das chamadas “vantagens do *atraso*”, que se expressam principalmente pela possibilidade de “saltar etapas” no processo de industrialização, nações *tardias* como a Alemanha Itália e Japão tornaram-se econômica, política e militarmente fortes o suficiente para se lançar de cabeça na corrida imperialista. Aliás, é a própria elevação dessas nações à condição de conquistadoras em potencial das áreas “coloniais” e “semicoloniais” que marca o início mesmo, se é que se pode assim dizer, do fenômeno imperialista. Em resumo: as nações *tardias*, mesmo tendo realizado suas modernizações industriais com um *atraso* significativo se comparadas a nações como Inglaterra, França e até mesmo Estados Unidos, as realizaram em um momento no qual o proletariado não era ainda um sujeito político totalmente independente na luta de classes, como o viria a ser em breve, e quando a divisão do mundo entre as grandes potências imperialistas ainda não atingira uma configuração muito bem delimitada. Se, por um lado, o caminho democrático-revolucionário mostrou-se impossível de ser trilhado pelas burguesias *tardias*, a transição ao moderno capitalismo industrial e a ruptura, mesmo que parcial, com a velha ordem política ainda puderam ser feitas sem que a revolução proletária se tornasse iminente, e a tempo de incluir as nações *tardias* no hall das nações de ponta do imperialismo.

Desse modo, o fardo do *atraso* cairia, porém agora de modo inescapável, sobre as costas das burguesias que somente em fins do século XIX “deram as caras” na cena histórica. Retardatárias não só em relação às burguesias dos países originários do capitalismo (Inglaterra, França, Estados Unidos etc.), mas também em relação às burguesias *tardias* (Alemanha, Itália, Japão etc.), essas burguesias que aqui denominamos de *hipertardias* mostraram-se não só incapazes de realizar uma revolução “democrática”, como também se viram durante um bom tempo absolutamente subordinadas na esfera política às antigas classes

dominantes, de origem agrária.<sup>132</sup> No que diz respeito ao peso econômico e político destas burguesias no sistema mundial de Estados, pode-se dizer que nenhuma delas possuiu a capacidade de atribuir às suas nações *ultratardiamente* industrializadas um papel de protagonista de primeira linha na trama imperialista; na enorme maioria dos casos, entretanto, o que restou mesmo a essas nações em questão foi ocupar uma posição indiscutivelmente “colonial” ou “semicolonial”.

Arriscando-nos a afirmar a existência de uma espécie de “ranking do *atraso*” na “teoria da história” de Trotsky,<sup>133</sup> podemos apresentar enquanto pertencentes ao “grupo” das burguesias *hipertardias* aquelas classes proprietárias industriais que apenas sob a fase monopolista do capital tornaram-se econômica e politicamente relevantes em suas nações, isto é, aquelas burguesias que só passaram a existir enquanto classes de fato quando o fenômeno imperialista já se fazia presente. Em função do demasiado *atraso* histórico com o qual surgiram, essas burguesias se depararam com dois elementos centrais que determinariam a trajetória politicamente contra-revolucionária e economicamente subalterna a qual estariam destinadas a cumprir ao longo do século XX: a existência, no plano mundial, de um proletariado politicamente independente e substancialmente temperado em suas cruentas lutas desde 1848, e a configuração de uma ordem mundial imperialista, na qual se destacavam como potências expansionistas tanto as nações originárias do capitalismo quanto as *tardias*. Vejamos, rapidamente, um pouco sobre esses dois aspectos.

Conforme mencionamos, contrariamente ao que fizera a “clássica” burguesia francesa (em particular sua ala jacobina), as burguesias *tardias* viram-se impedidas de, em seus respectivos países, conduzir a “Nação” (o “povo”) em uma caminho revolucionário-democrático voltado para a destruição dos antigos privilégios feudais. O modo conciliatório e profundamente antipopular pelo qual se deu politicamente a passagem a uma sociedade industrial moderna nos países *tardios* foi resultado, antes de mais nada, da já substantiva presença de um novo sujeito social no interior dessas formações sociais: o proletariado. Contudo, se o proletariado não era mais socialmente insignificante como à época da tragédia jacobina, a ponto de permitir a hegemonia burguesa sobre aquilo que se denominava “Nação” (o “terceiro Estado”, no caso francês), todavia, este ainda não possuía condições políticas que o possibilitassem seguir um caminho independente da própria classe burguesa a qual se opunha na vida econômica diária. Acerca da revolução alemã de 1848, constatou Trotsky:

---

<sup>132</sup> Sem ignorar todas as inúmeras diferenças históricas entre as burguesias industriais russa e brasileira, achamos possível, por exemplo, comparar a situação política da primeira em relação ao regime czarista com o papel desempenhado pela segunda no sistema político da “República Velha” (1889-1930).

<sup>133</sup> Trotsky chegou a usar, certa feita, a expressão “hierarquia do atraso”, como veremos em uma citação adiante. TROTSKY, L. “La revolución china” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente*. Op. cit., p. 527. Discutiremos essa “hierarquia” um pouco mais à frente.

O proletariado era demasiado débil, se encontrava sem organização, sem experiência e sem conhecimentos. O desenvolvimento capitalista havia progredido o suficiente para fazer necessária a abolição das velhas condições feudais, mas não tão suficiente para permitir que se destacasse a classe operária – o produto das novas condições de produção – como uma força política decisiva. O antagonismo entre o proletariado e a burguesia havia se desenvolvido demasiadamente no marco nacional da Alemanha para que ainda fosse possível à burguesia figurar intrepidamente com o papel de protagonista nacional; mas não havia se desenvolvido tanto para que o proletariado pudesse tomar para si esse mesmo papel.<sup>134</sup>

Entretanto, as décadas que separaram as modernizações industriais dos países *tardios* da dos países *hipertardios* foram suficientes para que o proletariado pudesse caminhar por suas próprias pernas. Mesmo derrotada, a Comuna de Paris de 1871 havia servido de exemplo para toda a burguesia mundial no que diz respeito às forças revolucionárias do proletariado. A transformação dos trabalhadores em uma classe politicamente independente e disposta a lutar violentamente pelo fim da propriedade privada fez com que, à escala mundial, a burguesia passasse a ser abertamente contra-revolucionária. Foi nesse contexto internacional determinado essencialmente pelo antagonismo entre revolução proletária e contra-revolução burguesa que as classes industriais das nações *hipertardias* subiram ao palco da luta de classes.

Num contexto histórico no qual a burguesia, enquanto classe internacional, já agia politicamente guiada pelo signo da contra-revolução, não restaria a essas burguesias temporãs, segundo Trotsky, nada mais do que se portarem de um modo claramente contra-revolucionário. Nota-se aqui mais uma vez o “internacionalismo metodológico” do revolucionário russo a que se referiu Alvaro Bianchi: mesmo que os proletariados dos países *hipertardios* não tivessem ainda um peso social expressivo e, conseqüentemente, uma política revolucionária, fazia-se necessária às burguesias desses países, em função de serem parcelas nacionais de uma classe internacional que já se enfrentava irreconciliavelmente com outra classe internacional (o proletariado), a adoção, mesmo que em muitos casos de um modo apenas preventivo, de uma política abertamente contra-revolucionária. Novamente, para Trotsky, é a inserção no todo que, dialeticamente, determina muito da dinâmica social das partes.

Além dessa determinação “externa” na política das burguesias *hipertardias* (o fato de terem surgido historicamente quando a burguesia enquanto classe mundial já se encontrava em sua fase contra-revolucionária), devemos chamar a atenção para o fato, já mencionado, de que a própria dinâmica de industrialização das nações *atrasadas* (que, por sua vez, é também “externamente” determinada, como já foi visto) favorece uma correlação de forças política favorável ao proletariado. A “queima” de etapas presente no processo de modernização capitalista industrial dessas nações acaba por originar um crescimento rápido do proletariado

---

<sup>134</sup> TROTSKY, L. L. *Resultados Y perspectivas*. Op. cit., p. 32. Tradução nossa.

e uma grande concentração do mesmo em grandes fábricas que operam a partir das inovações técnicas mais recentes no plano mundial; por outro lado, a burguesia, recém-surgida, percebe-se, antes mesmo de poder vir a amadurecer econômica, política e culturalmente enquanto classe, frente a frente com seu antagonista histórico.<sup>135</sup>

Essa situação social de temor do proletariado na qual se encontraram as burguesias *hipertardias* – situação esta constituída tanto pela etapa histórica da luta de classes na esfera mundial quanto pelo *desenvolvimento desigual e combinado* que se faz presente nas industrializações retardatárias – explica, em grande parte, não só a incapacidade revolucionária por parte dessas burguesias (tal como no caso de suas irmãs “do meio”, as burguesias *tardias*) como também, no caso da Rússia, por exemplo, a subordinação completa das mesmas às formas de poder político de natureza autocrática, correspondentes muitas vezes a um período histórico pré-capitalista. Para Trotsky, na modernização capitalista dos países mais *atrasados* verificava-se, com toda a clareza, não só a dissociação completa entre desenvolvimento industrial e revolução “democrático-burguesa”, como também a associação inquebrantável entre o primeiro e a contra-revolução política efetivada por parte das burguesias nativas. Seja abraçando e revitalizando instituições tirânicas de matriz aristocrática, seja optando pela implementação das formas repressivas mais modernas de regime político existentes no cenário mundial, as burguesias *hipertardias* estavam impossibilitadas de instaurar, a não ser de modo parcial e efêmero, formas políticas “democráticas” de dominação. Vale registrarmos que no caso das modernizações industriais deveras retardatárias, como, por exemplo, as ocorridas nos países latino-americanos (que se deram, de modo substancial, apenas a partir da década de 1930), as burguesias nativas, dado o contexto histórico na qual se encontravam, lançaram mão desta segunda alternativa. Não por acaso, Vargas e Perón incorporaram aos seus regimes traços da então mais moderna experiência ditatorial da Europa, o fascismo.

Na obra de Trotsky, a saga trágica da burguesia russa adquire um caráter paradigmático no que diz respeito às (im)possibilidades políticas das classes proprietárias industriais que muito tarde fizeram-se presentes historicamente. Deparando-se, praticamente desde seu alvorecer, com operários que a ela se “opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos”,<sup>136</sup> a burguesia russa, *hipertardia*, viu-se incapacitada de protagonizar até mesmo qualquer tarefa de cunho “reformista”. A presença do proletariado a levou a reforçar ainda mais seus laços com a nobreza proprietária, cerrando fileiras com esta na defesa da inviolabilidade da propriedade

---

<sup>135</sup> Foi observando essa dinâmica social que Trotsky apontou o que seria a força “relativa” do proletariado e, dialeticamente, a fraqueza, também “relativa”, das burguesias nessas formações sociais demasiadamente *atrasadas*, como veremos um pouco adiante.

<sup>136</sup> TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit*, p. 30.

privada. Fraca, temerosa de qualquer abalo social, organicamente atrelada à aristocracia e economicamente dependente do Estado promotor da industrialização, a burguesia russa não teve outra escolha senão a de, docemente constrangida, submeter-se a uma estrutura política de cunho medieval, o absolutismo czarista.

O caso das burguesias latino-americanas também pode ser tomado na obra de Trotsky enquanto exemplo da natureza política abertamente contra-revolucionária das classes industriais *hipertardias*. Ainda mais retardatárias do que a burguesia russa, e também ligadas às classes dominantes rurais e aos Estados-sujeitos da modernização capitalista, as burguesias industriais latino-americanas assistiram, em função da “queima” de etapas constituinte da dinâmica industrial das nações *atrasadas*, a um crescimento extremamente acelerado de “seus” proletariados. A existência, nas sociedades industriais em formação na América Latina, de uma correlação de forças relativamente favorável aos trabalhadores, gerada, precipuamente, por essa desproporção de pesos sociais entre as classes fundamentais da cena política, fez com que as burguesias nativas lançassem mão, quase que constantemente, de regimes não-democráticos como forma possível de dominação política de classe. A história latino-americana do século XX, com destaque para o período 1960-1990, foi uma prova incontestável da validade do raciocínio de Trotsky no que se refere à relação, inversamente proporcional, entre desenvolvimento industrial capitalista e democracia burguesa nas nações *atrasadas*. Esse mesmo raciocínio, ainda segundo Trotsky, seria válido, em termos gerais, também para os continentes africano e asiático.<sup>137</sup>

Há, contudo, tanto no caso da burguesia russa quanto no das latino-americanas (e também no das africanas e asiáticas) um outro aspecto explicativo de suas naturezas contra-revolucionárias: a forte presença do capital estrangeiro no interior das formações sociais *hipertardias*. Tal aspecto nos remete à outra condição histórica, apontada há pouco, com a qual as burguesias demasiadamente *atrasadas* se defrontaram no momento em que levaram a cabo as modernizações capitalistas de suas nações: a existência de um sistema mundial de Estados já estruturado, em fins do século XIX, pela lógica imperialista.<sup>138</sup>

A monopolização do capital está diretamente associada a um processo de internacionalização cada vez maior deste. Assim, as industrializações realizadas a partir de fins do século XIX tiveram no capital estrangeiro um ingrediente fundamental. Por uma questão de temporalidade histórica, não foi possível às nações *hipertardias* empreenderem o desenvolvimento de suas forças produtivas sem que encontrassem no capital imperialista, proveniente das nações preteritamente industrializadas, um impulsionador econômico de suas

---

<sup>137</sup> Vale aqui lembrar os escritos supracitados de Trotsky acerca de países como China e África do Sul.

<sup>138</sup> A idéia de que já não existem burguesias revolucionárias no mundo pelo menos desde as últimas décadas do século XIX pode ser encontrada também em Gramsci (ver, por exemplo, GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno. Op. cit.*).

industrializações e, ao mesmo tempo, um obstáculo incontornável para o alcance de suas autonomias política e econômica. O *atraso*, mais uma vez, cobrava seu preço; todavia, diferentemente do caso das nações *tardias*, ele agora o cobrava em dobro: as burguesias *hipertardias* não só não poderiam ser revolucionárias como também lhes estava vetada, historicamente, a possibilidade de virem a dirigir grandes potências imperialistas que ocupassem os papéis principais na novela mundial. A existência de nações imperialistas de primeiro time no sistema mundial de Estados foi, sem dúvida, um fator impeditivo para que outras nações também viessem a sê-lo.

Mais uma vez vem ao caso o exemplo da Rússia. A forte presença do capital estrangeiro (especialmente o inglês, o francês, o belga e o alemão) na economia russa, e em particular no ramo industrial, foi determinante no que diz respeito à carência de força política da burguesia do país. O alto índice de investimento de capitais estrangeiros no território russo fazia com que a burguesia local se visse desinteressada de travar uma luta “democrático-burguesa” contra o regime autocrático, já que as potências imperialistas tinham no czarismo uma instituição política que garantia seus lucros. Além disso, essa penetração externa de capital na Rússia debilitava significativamente sua burguesia, impossibilitando-a de adquirir uma consistência e organicidade típica de uma verdadeira classe “nacional” capaz de dirigir os diversos segmentos sociais. Tal aspecto só fazia aumentar seu temor de que viesse a ser o proletariado, e não ela própria, o sujeito social a dirigir o grosso da população, o campesinato, em uma luta política de caráter antiabsolutista – o que, de certo modo, acabou ocorrendo em fevereiro de 1917.

No plano internacional, uma das conseqüências dessa maciça inserção dos investimentos estrangeiros na Rússia foi o fato de que o país não logrou ocupar mais do que uma posição secundária enquanto nação imperialista. A fragorosa derrota militar para o império japonês na primeira metade da década de 1910 foi um indício claro de que a primeira e segunda fileira do teatro imperialista já tinham seus assentos devidamente ocupados, respectivamente, pelas nações capitalistas originárias e *tardias*. Coube à Rússia, resignada, conformar-se com a terceira fileira. O papel extremamente subalterno ocupado pela Rússia, cerca de dez anos depois do fim da guerra russo-nipônica, no bloco imperialista da *Entente* durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não deixou dúvidas quanto a isso. A subserviência econômica, política e militar da burguesia russa face às demais burguesias imperialistas da *Entente* a impediu e a seus aliados mencheviques e socialistas-revolucionários de retirar da guerra uma nação já completamente exaurida e quase derrotada, o que, conseqüentemente, tornou perceptível aos operários, soldados e camponeses russos o fato de que somente os bolcheviques eram seus sinceros e legítimos intérpretes. A dependência econômica da burguesia russa diante dos banqueiros e industriais estrangeiros

fez com que esta fosse incapaz de tomar uma única atitude, digamos, “nacional”; no caso, uma atitude que poupasse “sua” população, em especial “seus” camponeses e operários que serviam no *front*, de uma carnificina inaudita gerada, essencialmente, pela cobiça de outrem. Tal impotência custou à burguesia russa, nada mais nada menos, do que sua própria existência social.

Quanto aos países latino-americanos, asiáticos e africanos, pode-se dizer que há uma diferença de qualidade em relação à Rússia, no que diz respeito ao papel exercido pelo capital imperialista. Ainda mais industrialmente retardatários que a terra dos czares e, desde muito tempo, inseridos de modo subalterno em um sistema capitalista mundial ainda em formação, vieram esses países a assumir um caráter “semicolonial” ou propriamente “colonial” na ordem mundial imperialista configurada a partir de fins do século XIX. Suas burguesias, desde suas gêneses vinculadas ao capital estrangeiro e submetidas ao imperialismo, expunham uma “debilidade” política ainda mais agravada do que as de nações como a Rússia, que, afinal de contas, era uma nação imperialista, ainda que de terceira linha. Periféricas e dependentes até o âmago do capital externo, essas burguesias, segundo Trotsky, pouco ou quase nada podiam (e queriam) em termos de efetivação de medidas que, mesmo que de longe, lembrassem algo de “revolucionário” ou “democrático”:

Nem uma só das tarefas da revolução “burguesa” pode realizar-se nos países atrasados [aqui Trotsky refere-se especificamente aos países “coloniais” e “semicoloniais”] sob a direção da burguesia “nacional”, porque esta, desde seu nascimento, surge com apoio externo como classe distanciada e hostil ao povo. Cada etapa de seu desenvolvimento a liga mais estreitamente ao capital financeiro externo do qual é, em essência, agente. [...]

Desde logo não se pode identificar a Rússia com a China. Com todos os traços importantes que compartilham, as diferenças são bastante óbvias. Mas não é difícil dar conta de que essas ditas diferenças não debilitam, e sim fortalecem as conclusões fundamentais do bolchevismo. Em certo sentido a Rússia czarista também era um país colonial, o que se expressava no papel predominante do capital externo. Mas a burguesia russa gozava dos benefícios de uma independência muito maior do imperialismo externo do que a China. A Rússia era um país imperialista.<sup>139</sup>

Polemizando, em 1938, com a direção estalinista da IC em função da postura “etapista” adotada por esta durante a revolução chinesa de 1925-1927, Trotsky expôs como as burguesias “coloniais” e “semicoloniais” eram ainda mais reacionárias do que havia sido, nas duas primeiras décadas do século XX, a burguesia russa: “As diferenças entre China e Rússia – a dependência incomparavelmente maior da burguesia chinesa em relação ao capital estrangeiro, a ausência de tradições revolucionárias independentes no seio da pequena-burguesia, a atração massiva de operários e camponeses para a bandeira do Komintern –

---

<sup>139</sup> TROTSKY, L. “La revolución china”. *Op. cit.*, p. 528-533

exigiam [na China] uma política ainda mais intransigente, se isso fosse possível, que na Rússia.”<sup>140</sup>

Recorrendo mais uma vez ao “ranking do *atraso*” que pode ser entrevisto na obra de Trotsky, podemos dizer que os países “coloniais” e “semicoloniais” seriam os mais *atrasados* dentre os *atrasados*, dada a imbricação presente nestes entre modernização industrial capitalista retardatária e subordinação ao imperialismo.<sup>141</sup> Assim, para o revolucionário, a luta pela revolução socialista nessas formações sociais *hipertardias* estaria intimamente associada à luta pela realização das tarefas “democráticas” e pela libertação do jugo imperialista. Em outro texto de 1938, esse de natureza exclusivamente programática, Trotsky indicou a política a ser efetivada pelos revolucionários nas regiões mais *atrasadas* do globo:

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, atrasados. Estes países vivem em condições de domínio mundial do imperialismo. Seu desenvolvimento, conseqüentemente, tem um caráter combinado: reúnem em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras. Apenas havia iniciado a organização de sindicatos, o proletariado chinês foi obrigado a pensar nos conselhos. É nesse sentido que o presente programa [o “Programa de Transição”] é plenamente aplicável aos países coloniais e semicoloniais; pelo menos onde o proletariado já é capaz de possuir uma política independente.

Os problemas centrais desses países coloniais e semicoloniais são: a *revolução agrária*, isto é, a liquidação da herança feudal, e a *independência nacional*, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Essas duas tarefas estão estreitamente ligadas uma à outra.

É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático; é necessário que as próprias massas o ultrapassem na luta [...] É necessário armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia “nacional” [...] Somente eles são capazes de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da Revolução socialista.<sup>142</sup>

Nota-se claramente acima a utilização da “teoria da revolução permanente”, esboçada desde 1906 com vistas à aplicação na Rússia czarista, para dar conta do caráter da revolução nos países “coloniais” e “semicoloniais”. Na análise de Trotsky, o peso do capital estrangeiro nesses países é decisivo (mais do que o foi na própria Rússia) no que diz respeito à determinação das possibilidades políticas de suas burguesias nativas. O imperialismo não é,

---

<sup>140</sup> *Idem*, p. 533

<sup>141</sup> Vale dizer que Trotsky afirmou a existência de diferentes gradações de *atraso* no interior do conjunto de países “coloniais” e “semicoloniais”: “Os países coloniais e semicoloniais – atrasados, portanto –, que abarcam a maior parte da humanidade, diferem extraordinariamente entre si quanto ao grau de seu atraso. Ocupam uma escala histórica que vai do nomadismo e ainda do canibalismo até a cultura industrial mais moderna. Essa combinação de extremos caracteriza em maior ou menor grau a todos os países atrasados. Contudo, a *hierarquia do atraso*, se é possível empregar o seguinte termo, se vê determinada pelo peso específico dos elementos de barbárie e cultura na vida de cada país colonial. A África Equatorial está muito atrasada em relação à Argélia, o Paraguai em relação ao México, e a Abissínia em relação à Índia ou China. Detrás de sua dependência econômica comum da metrópole imperialista, a dependência política tem em alguns casos o caráter de escravidão colonial aberta (Índia, África Equatorial), enquanto que em outros se vê ocultada pela ficção da independência estatal.” TROTSKY, L. *Idem*, p. 527-528. Grifos nossos.

<sup>142</sup> TROTSKY, L. *Programa de Transição. Op. cit.*, p. 41-43. Grifos do autor.



na perspectiva trotskista, apenas um elemento “a mais”; ele é um fator estruturante das relações sociais na periferia do sistema capitalista. Contudo, diferentemente dos “etapistas” e “dualistas” de todo tipo, o imperialismo não é tratado por Trotsky como uma entidade “externa” às áreas submetidas a ele, nas quais teria como “cônsules” apenas o “latifúndio” e os setores mais reacionários e “arcaicos” da burguesia local (“burguesia agrária”, mercantil”, “compradora” etc.). Longe de operar com uma dicotomia “*Nação x antinação*” e depositar suas esperanças políticas em uma “burguesia nacional” de cunho “progressista”, Trotsky, invocando justamente a historicidade dos países periféricos, afirmava o comprometimento inquebrantável do conjunto das classes dominantes “coloniais” e “semicoloniais” com o imperialismo.

Organicamente vinculadas ao capital estrangeiro, as burguesias periféricas nada podiam (e queriam) em termos da realização de rupturas de fato com o imperialismo e, conseqüentemente, da efetivação de medidas “democráticas” que atendessem às amplas massas populares. Dada a “rapina” imperialista exercida nas áreas periféricas, ou seja, o encaminhamento para o exterior de grande parte do resultado da exploração do trabalho local, as burguesias “coloniais” e “semicoloniais” gozariam de pouquíssima margem de manobra econômica face às demandas do proletariado crescente. Desse modo, o regime “democrático-burguês”, pelo menos enquanto uma forma não meramente circunstancial e extremamente efêmera de dominação política, constituía-se em uma impossibilidade histórica para as regiões “coloniais” e “semicoloniais”. As inúmeras ditaduras bonapartistas, “semifascistas”, militares etc. que tiveram lugar na Ásia, América Latina e África ao longo do século XX não deixam de se constituir enquanto provas empírico-históricas da validade da assertiva trotskista.

No que concerne mais especificamente aos países latino-americanos, Trotsky apontou como a “relativa debilidade” de suas burguesias, proporcionada pelo papel preponderante do capital estrangeiro nas economias locais, assim como pelo já mencionado crescimento acelerado do proletariado, levaria as mesmas a erigirem regimes “bonapartistas *sui generis*” como modo possível de domínio de classe. Esses regimes – parte fundamental do objeto desta dissertação – poderiam, de acordo com as condições sócio-históricas de cada país, ou apoiarem-se na mobilização controlada das massas para melhor barganhar com o imperialismo (variante “semibonapartista democrática”, também denominada de “semidemocrática”, inspirada no regime cardenista mexicano), ou simplesmente controlá-las a partir da mais brutal repressão (variante “ditatorial policial-militar”/“fascista”, inspirada na ditadura varguista iniciada, na prática, em 1935). O capítulo seguinte, conforme já anunciado, será dedicado a uma discussão que envolve centralmente as elaborações de Trotsky acerca desses regimes “bonapartistas *sui generis*” latino-americanos e suas variantes. O que nos interessa por ora é chamarmos a atenção para a existência, no interior da perspectiva histórica

de Trotsky sobre a América Latina, de uma relação entre imperialismo, burguesias nativas contra-revolucionárias e a impossibilidade de implantação de democracias burguesas como forma de dominação sobre o jovem proletariado do continente. A idéia, presente nos escritos de Trotsky sobre a América Latina, de uma espécie de *tendência estrutural* ao bonapartismo na região (seja ele “semidemocrático” ou “policial-militar”) é consequência analítica direta da relação esposada acima.

Em um documento datado de 1931, Mario Pedrosa e Lívio Xavier, lideranças partidárias da já mencionada Liga Comunista do Brasil, analisaram o caráter da burguesia brasileira à luz das observações de Trotsky sobre a historicidade das burguesias *atrasadas* “coloniais” e “semicoloniais”:

A burguesia nacional vê a força do Estado escapar de suas mãos e está condenada a ceder o controle político à ação internacional imperialista, devido à sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe. Suas diferentes frações não tiveram tradições políticas comuns, não se formaram com a consciência de seus interesses comuns de classe e não foram obrigadas a expropriar uma classe de pequenos proprietários de terra. Suas tradições históricas são, antes de tudo, patrioteiras, elas combateram os *invasores* estrangeiros, mas essa foi uma luta episódica que nunca se estendeu por todo o país, mas, ao contrário, conservou caráter regional e, desse modo, foi logo esquecida durante o longo desenvolvimento histórico ulterior. A burguesia só começa a adquirir sua consciência de classe graças a seu pavor da revolução social.<sup>143</sup>

À guisa de conclusão deste item, gostaríamos apenas de pontuar algumas questões referentes à afirmação, contida na obra de Trotsky, acerca de uma “debilidade” por parte das burguesia *atrasadas*, em especial a das pertencentes aos países “coloniais” e “semicoloniais”.

Decerto, não por acaso foi que Trotsky na maioria das vezes em que se referiu a essa “debilidade” fez questão de anteceder ou suceder tal adjetivação pelo termo “relativa”. Interpretando os textos de Trotsky nos quais têm lugar suas análises sobre as classes dominantes industriais das formações sociais *hipertardias*, supomos que a utilização por parte do revolucionário da expressão “relativa debilidade” (ou “debilidade relativa”) para caracterizar a natureza social e política destas burguesias deve-se aos seguintes aspectos:

Em função do *desenvolvimento desigual e combinado* que opera na industrialização *ultra-retardatária* da periferia capitalista, as burguesias nativas das regiões “coloniais” e “semicoloniais”, assim como já havia ocorrido com a burguesia russa, depararam-se com proletariados que rapidamente cresciam e (saltando “etapas” também na formação de suas consciências) organizavam-se a partir das ideologias operárias mais elaboradas do cenário mundial, em especial o comunismo. Assim, a “relativa debilidade” das burguesias latino-americanas, por exemplo, explicava-se, em parte, pela força também “relativa” do

---

<sup>143</sup> CAMBOA, M. e LYON, L. (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. (orgs.) *Na contracorrente da história*. Op. cit., p. 78-79. Grifos dos autores.

proletariado; é acima de tudo uma questão de correlação de forças, e não de mensuração de naturezas sociais em absoluto. Para Trotsky, um pilar fundamental dessa correlação de forças favorável ao proletariado latino-americano, e que portanto fazia (faz) da burguesias da região classes “relativamente débeis”, era (é) o já mencionado peso do capital estrangeiro nas economias submetidas ao imperialismo:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado nacional.<sup>144</sup>

Como nos países atrasados o papel principal não é jogado pelo capital nacional e sim pelo estrangeiro, a burguesia nacional ocupa, enquanto a sua localização social, uma posição muito inferior ao que corresponde o desenvolvimento da indústria. Como o capital estrangeiro não importa operários e sim proletariza a população nativa, o proletariado nacional começa muito rapidamente a jogar o papel mais importante na vida nacional.<sup>145</sup>

O outro aspecto a ser mencionado é também de ordem comparativa, relacional. Ao se debruçar sobre a natureza das burguesias “coloniais” e “semicoloniais”, Trotsky, implícita ou explicitamente, as comparou com as burguesias das nações *avanzadas*, imperialistas. Diferentemente destas últimas, não seria permitido às classes dominantes industriais periféricas, dada a ausência em seus países de “bases materiais” necessárias ao atendimento satisfatório das reivindicações trabalhistas, estabelecer, a não ser muito episodicamente, regimes democráticos estáveis, o que explicaria o fato de essas burguesias “coloniais” e “semicoloniais” terem recorrido constantemente a expedientes altamente repressivos quanto às formas políticas adotadas por seus Estados – no entanto, não custa lembrar que o cardenismo, o varguismo e o peronismo, por exemplo, realizaram programas de reformas sociais nos quais encontravam-se incluídas, ainda que minimamente, certas demandas sociais oriundas dos trabalhadores. Contudo, se comparadas aos “direitos sociais” das presentes nas democracias européias do pré-Segunda Guerra (para não falar dos chamados “Estados de bem-estar social” – Welfare State – do pós-Guerra), as conquistas da classe trabalhadora obtidas sob esses regimes latino-americanos podem ser denominadas como meras “migalhas”, o que não deixa de confirmar a tese trotskista.

Não se trata, da parte de Trotsky, de se considerar tal ou qual burguesia mais ou menos competente para o exercício de suas funções políticas, e sim do fato de que as burguesias *atrasadas* periféricas, por força das circunstâncias históricas, exerceriam sua dominação política de um modo diferenciado do utilizado pelas burguesias imperialistas das nações originárias do capitalismo – salvo, naturalmente, quando dos períodos excepcionais de crise

---

<sup>144</sup> TROTSKY, L. “La industria nacionalizada y la administración obrera” in \_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*. *Op. cit.*, p.163. Tradução nossa. Grifo do autor.

<sup>145</sup> TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in \_\_\_\_ *Escritos latino-americanos*. *Op. cit.*, p.174. Tradução nossa.

da dominação “democrática” nos países *avançados*. A não ser para aqueles que consideram a democracia ocidental como nada mais do que uma imposição dos trabalhadores às suas classes burguesas (o que equivale, conceitualmente, a retirar a adjetivação de “burguesa” dessas democracias), não há dúvidas de que o regime democrático-burguês é uma forma muito mais consistente, estável e segura para as classes dominantes do que o são os regimes ditatoriais de todos os matizes.

É também nesse sentido – isto é, em relação às burguesias das nações *avançadas* – que as burguesias *atrasadas*, em especial as “coloniais” e “semicoloniais”, são tomadas enquanto classes sociais “relativamente débeis” por Trotsky, ou seja, pelo fato de a dominação política exercida por estas sobre seus antagonistas de classe ser efetivada por intermédio de um mecanismo mais instável e inseguro do que o utilizado pelas suas “irmãs mais velhas”. Há aqui uma proximidade significativa entre Trotsky e Antonio Gramsci no que concerne à caracterização do Estado dos países *avançados* (do “Ocidente”, na linguagem gramsciana) como mais consistente e, portanto, mais difícil de ser destruído do que o das nações de capitalismo retardatário (no “Oriente”, para Gramsci). Talvez isso ajude a explicar o fato de Trotsky, desde 1906, ter previsto que o capitalismo poderia começar a ruir por um de seus “elos mais fracos” (a Rússia, no caso), e que Gramsci, ao longo de suas reflexões, tenha exposto como a tarefa de destruir o Estado no “Ocidente” seria mais árdua e complicada do que o fora na Rússia, uma nação “Oriental” (ou *atrasada*, no léxico trotskista).

## Parte II: *A lei do desenvolvimento desigual e combinado* de León Trotsky e a intelectualidade brasileira

Na primeira parte do presente capítulo buscamos expor, ainda que não muito detalhadamente, a perspectiva de León Trotsky acerca do desenvolvimento do capitalismo nos países *atrasados*. Guiado por uma perspectiva científica totalizante, internacionalista, Trotsky, em sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, reconheceu as formações sociais retardatárias enquanto portadoras de uma historicidade própria, na qual não haveria lugar para a repetição de todas as etapas econômicas e políticas vividas pelas nações originárias do capitalismo, especialmente no que tange à ocorrência de revoluções democrático-burguesas conduzidas por classes proprietárias revolucionárias.

Nesta segunda parte, apresentaremos, de um modo um tanto quanto resumido, a relação que acreditamos existir entre o pensamento trotskista concernente à dinâmica social dos países *atrasados*, expresso no Brasil por intermédio de alguns pequenos agrupamentos

político-partidários, e parcela expressiva da intelectualidade brasileira que se contrapôs à lógica “dualista” e “etapista” de interpretação da realidade nacional. Acreditamos que a apresentação desta relação nos servirá como uma espécie de prólogo contextual para a discussão central de nossa dissertação que se realizará no capítulo seguinte: a proximidade entre as teses trotskistas sobre os regimes políticos latino-americanos pós-1929 e o conceito de “populismo” na sua acepção acadêmico-marxista.

Conforme já dito, imediatamente após a derrubada João Goulart, uma parcela significativa da intelectualidade de esquerda – à época já instalada, em grande parte, na Universidade – responsabilizou “os equívocos de interpretação”<sup>146</sup> dos “nacionalistas” e, principalmente, dos comunistas do PCB, pela derrota de 1964. O partido de Prestes e sua política de colaboração de classes, alicerçada em uma fé no papel “progressista” da “burguesia nacional”, tornaram-se, conjuntamente com os “nacionalistas” *isebianos* e *cepalinos*, os maiores alvos dessa intelectualidade, assim como de várias organizações políticas de esquerda, algumas existentes antes mesmo do advento do golpe de Estado. O empresariado brasileiro demonstrara, de modo irrefutável, sua dependência intrínseca ao imperialismo. A revolução “democrático-burguesa” e o “desenvolvimento em bases nacionais” haviam se mostrado uma impossibilidade histórica no Brasil, assim como nos demais países do cone sul em que triunfaram *contra-revoluções terroristas* “antipopulistas”, articuladas por amplos setores das “burguesias nacionais” e pelo imperialismo. A matriz teórica que lhe dava suporte, o “dualismo-etapista”, passou a ser fortemente questionada. Proliferaram-se trabalhos críticos, em vários campos das ciências humanas, ao *esquematismo* que teria trilhado o caminho do fracasso da esquerda brasileira.

Assim, importantes intelectuais, trabalhando com temáticas diversas, produziram interessantes pesquisas que foram de encontro tanto à perspectiva “dualista” de entendimento da realidade nacional quanto à plataforma “etapista” de transformação desta última, até então predominantes na esquerda brasileira. Nessa empresa, muitos desses intelectuais acabaram por se aproximar, ou mesmo fazer uso, da matriz formulada por Trotsky para a compreensão das condições sócio-históricas dos países *atrasados*. Nesse sentido, aproximaram-se também de muitas elaborações sobre a realidade sócio-histórica do país realizadas por organizações políticas de cunho trotskista. Vejamos isso então.

---

<sup>146</sup> WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978 (p. 18-27), p. 20.

O historiador marxista Caio Prado Jr., desde os anos 40, já guardava diferenças profundas com a perspectiva estalinista que apontava a existência de elementos “feudais” na estrutura econômica do Brasil. No mesmo período, outros intelectuais de esquerda latino-americanos, também com o fito de se contrapor à idéia do “feudalismo” – que não passava de consequência analítica direta da “teoria da repetição dos ciclos históricos” adotada pelo estalinismo –, defendiam a tese de que haveria um capitalismo de tipo diferenciado nas ex-colônias espanholas e portuguesa. Ao apontarem a presença de elementos pré-capitalistas, como a escravidão e o trabalho compulsório, no interior de um sistema colonial *capitalista* (pois subordinado à lógica da circulação de mercadorias),<sup>147</sup> Caio Prado e esses demais teóricos acabaram por atribuir uma *particularidade* ao processo histórico latino-americano e, nesse sentido, aproximaram-se, em certa medida, da perspectiva trotskista do *desenvolvimento desigual e combinado*. Michael Löwy, ao trabalhar com as produções teóricas de Caio Prado Jr. e desses intelectuais latino-americanos, alocou-as ao lado das de notórios adeptos da IV Internacional:

A hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano, da década de 1930 até a Revolução Cubana, não significa que não existiram contribuições científicas importantes ao pensamento marxista nesse período. Em vários países, dentro e fora dos partidos comunistas, pesquisadores comunistas questionaram as interpretações esquemáticas prevalentes sobre a natureza das formações socioeconômicas do continente, particularmente a tendência a impor o modelo feudal europeu na análise das estruturas agrárias da América Latina.

O trabalho pioneiro de Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (1945) rejeita este tipo de enfoque [...] De maneira similar [a Caio Prado e Sérgio Bagú], o historiador chileno Marcelo Segall criticava os partidários do feudalismo latino-americano e insistia na importância da mineração, uma indústria tipicamente capitalista, no sistema colonial. Podemos também mencionar a importante obra de certos autores trotskistas argentinos durante esses períodos, especialmente Nahuel Moreno e Milcíades Peña (embora o trabalho de Peña fosse publicado apenas posteriormente) sobre o aspecto capitalista da colonização espanhola e portuguesa e a sua combinação com relações sociais pré-capitalistas.<sup>148</sup>

Muitos autores assinalaram que a afirmação por parte de Caio Prado Jr. acerca da existência, desde praticamente o início do processo de colonização, de um “capitalismo colonial” no Brasil deveu-se, em grande parte, à perspectiva *totalizante* adotada pelo historiador, isto é, ao fato de Caio Prado Jr. conceber a história da América portuguesa, desde sua gênese, como parte de (e, portanto, determinada por uma) *totalidade*, a história mundial, localizada à época na fase da chamada “acumulação primitiva de capital”.<sup>149</sup> Nesse sentido, vale a pena expor aqui que os trotskistas brasileiros dos anos 30, em suas polêmicas com o

---

<sup>147</sup> Como é sabido, Caio Prado Jr. também buscou compreender a realidade econômica e social da colônia brasileira tomando como elemento central a inserção desta, principalmente pela via da circulação de mercadorias, no processo de acumulação primitiva de capital, que se operava em âmbito global. Por conta disso, ele e seus “discípulos” foram qualificados de “circulacionistas”.

<sup>148</sup> LÖWY, Michael. “Introdução” (pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina) in \_\_\_\_\_.(org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 40-41.

<sup>149</sup> Ver, entre vários outros autores, MANTEGA, Guido. *Op. cit.*, p. 236-261.

“etapismo” que já contaminava as análises históricas do PCB, também se afastaram da idéia de que a história do país poderia ser tomada enquanto uma simples reedição da história européia. Tal compreensão por parte dos militantes da Liga Comunista do Brasil, do mesmo modo que a de Prado Jr., também derivava de um entendimento da história brasileira como algo intimamente ligado, dialeticamente, à própria história européia em sua fase de expansão comercial:

[...] Numa palavra, foram transportadas para as terras americanas as relações de produção capitalistas [...].

Desde a sua primeira colonização, o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical. A coroa de Portugal repartira as terras por seus serviçais e fidalgos, e assim, sob a forma de um “feudalismo particular”, criou-se o monopólio dos grandes senhores de terra. Não houve aqui terra livre, não se conheceu aqui o colono livre, senhor dos meios de produção. O pequeno proprietário não pôde desenvolver-se na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro organizou-se com um rígido esquematismo de classe e repousou na exploração do braço escravo pela minoria de senhores de terra. Trabalho escravo, propriedade latifundiária, aristocracia rural, constituída aos azares do favoritismo da metrópole, na caça ao índio e do tráfico negreiro, imprimiram cunho particular à formação histórica do Brasil na América Latina [...] Numa sociedade assim constituída não há lugar para um desenvolvimento ponderável da classe dos pequenos proprietários (camponeses independentes) e podem-se considerar desprezíveis a burguesia urbana e a camada de trabalhadores livres [...] A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo. As vicissitudes coloniais no Brasil nos primeiros três séculos de sua história não são mais do que a repercussão das lutas das nações européias para o predomínio do mercado mundial [...] A produção colonial dirigida pelos senhores de terra foi, desde o início, dominada pela necessidade do mercado externo [...].

O desenvolvimento capitalista do Brasil tornou necessária a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A “mudança de forma” de que fala Marx processou-se aqui de modo direto. A escravidão tornara-se um empecilho à libertação das forças produtivas [...]. A imigração foi aqui uma empresa industrial para fornecer braços à grande cultura cafeeira. O desenvolvimento da cultura do café nas províncias do centro-sul é um desenvolvimento tipicamente capitalista.<sup>150</sup>

Retornando a Caio Prado Jr., faz-se necessário dizer que seria somente após o golpe de Estado de 1964 que a crítica à lógica “etapista” que estruturava a “teoria da revolução brasileira” do PCB tornar-se-ia mais clara na obra do historiador brasileiro. Afirmando, peremptoriamente, que “a idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo”, concluía Caio Prado jr.:

É certo que tais fatos [“a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a conseqüente e paralela decadência e destruição do antigo regime”] poderiam ter ocorrido em outros lugares [que não na Europa], mas não *necessariamente* e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e,

---

<sup>150</sup> LIGA COMUNISTA DO BRASIL “Projeto de teses ...”. *Op. cit.*, p. 152-155.

portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida.<sup>151</sup>

Para Caio Prado Jr., a crença em uma inevitabilidade da repetição das etapas históricas européias em quaisquer lugares acabou por ocasionar interpretações errôneas acerca da realidade nacional, tal com os vislumbres de um “feudalismo” vigente no campo e de uma parcela da burguesia nativa de viés “antiimperialista”. Segundo o historiador, esta convicção de que no Brasil existia um setor burguês de cunho “progressista” foi “certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964”.<sup>152</sup> Não é difícil notarmos uma certa semelhança entre as críticas de Trotsky e Prado Jr. aos modelos analíticos que pressupõem a repetição das etapas históricas em toda e qualquer formação econômico-social. Igualmente, a descrença em um papel “revolucionário” das chamadas “burguesias nacionais” é partilhada por ambos. Podemos dizer que, de certa maneira, o historiador brasileiro, **ainda que sem fazer uso explícito da lei do desenvolvimento desigual e combinado**, confirmou empiricamente em sua pesquisas sobre o Brasil a validade de uma teoria que o revolucionário russo propusera em suas reflexões sobre a historicidade de outros países *atrasados*.<sup>153</sup>

Caberia, então, a outro brilhante intelectual acadêmico inaugurar as pesquisas científicas referentes à realidade brasileira *nitidamente* estruturadas pela *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Ex-militante, nos anos 40, do Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV Internacional, Florestan Fernandes foi o fundador de uma sociologia científica no Brasil e principal combatente do dogmatismo estalinista nas ciências sociais do país. Grande parte de seus significativos estudos foram dedicados à compreensão do desenvolvimento capitalista nos países periféricos e das formas políticas assumidas pela dominação burguesa nestes. Crítico contumaz do “etapismo”, Florestan utilizou-se do conceito de “capitalismo dependente” para afirmar a existência de uma natureza histórica peculiar à formação e ao desenvolvimento do capitalismo nos países localizados na “periferia” do sistema, contrapondo-se, assim, ao esquematismo “dualista” que moldava-se pelo exemplo histórico europeu e norte-americano. Para o sociólogo, a realidade brasileira se constituía em uma totalidade dialeticamente contraditória, leitura que descartava oposições

---

<sup>151</sup> PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 39-41. Grifos do autor.

<sup>152</sup> *Idem*, p. 112.

<sup>153</sup> Contudo, é necessário chamar a atenção para o fato de que, apesar de ter sido um feroz crítico da perspectiva “etapista” de interpretação da realidade brasileira levada a cabo pelo PCB, Caio Prado Jr. não apontava em seus escritos o caráter “socialista” da revolução brasileira, e sim propunha, de modo bastante impreciso, transformações estruturais na sociedade que viessem a atender às “necessidades internas” do país, o que, segundo Mantega, deixava a “impressão de que [para o historiador] bastaria orientar a produção para o mercado interno para colocar o país na rota do desenvolvimento [capitalista]”. (MANTEGA, Guido. *Op. cit.*, p. 248-249.)



formais e idealistas bastante características das interpretações *cepalinas* e *pecebistas*.

Referindo-se a essa realidade, em um marcante texto escrito em 1967, Florestan afirmou:

A inegável *desigualdade* das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional tem levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser *combinadas* organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua *combinação* com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista”.<sup>154</sup>

Podemos entrever nesse trecho como a noção de *desenvolvimento combinado* orientou a interpretação de Florestan Fernandes acerca da estrutura sócio-econômica brasileira: o “arcaico” não aparece como resquício de outra temporalidade que entrava o desenvolvimento das regiões onde está presente, tal como na visão “dualista”. Para Florestan, seria justamente a presença de elementos “anticapitalistas” e “semicapitalistas” que produziria funcionalidade ao capitalismo nas áreas dependentes; o “arcaico” não seria antípoda do “moderno”, e sim seu complemento histórico e socialmente necessário. Para a vitalidade do sistema capitalista imperialista fazia-se necessário a utilização de formas não-capitalistas em várias regiões do globo. Sob a égide do capital monopolista, a história não poderia repetir suas etapas de desenvolvimento nos países *atrasados*:

A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as grandes corporações “multinacionais” criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. [...] O capitalismo selvagem [a forma assumida pelo capitalismo nos países dependentes] não reproduz o passado; e se nele há lugar para a “revolução burguesa”, esta se apresenta de outra forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de dependência tecnoeconômica.<sup>155</sup>

Na compreensão de Florestan, o desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas não estaria acoplado a uma “revolução burguesa” no seu sentido clássico, dotada

---

<sup>154</sup> FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 64-65. Grifos nossos. O texto que contém o fragmento acima foi originalmente apresentado por Florestan na Alemanha ocidental em 1967.

<sup>155</sup> FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo” in \_\_\_\_ *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 139-142. Este artigo foi originalmente publicado por *Économie et Humanisme* (nº. 216, março-abril de 1974, p. 10-14) sob o título de “Les bourgeoisies périphériques au service du capitalisme international”.

de transformações niveladoras, de um ímpeto “nacionalista” e cunho “democrático”; para o sociólogo, a aceleração do crescimento capitalista na periferia seria diametralmente oposta ao surgimento nessas áreas de formas políticas típicas de uma “revolução burguesa”, tal como esta se dera na Europa e Estados Unidos. As burguesias periféricas, dada a sua dependência, seriam incapazes de realizar transformações “democráticas” e “nacionalistas”; no entanto, seriam suficientemente competentes para engendrar estruturas de dominação sobre as massas populares no curso do desenvolvimento capitalista, se utilizando para isso de formas políticas “autocráticas” e reacionárias. Paradoxalmente, seriam revitalizados e intensificados privilégios que “muitos supunham banidos da cena histórica pela revolução burguesa”:<sup>156</sup>

A Revolução Burguesa [“nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas”] combina – e nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer possibilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia.<sup>157</sup>

A presença das idéias de Trotsky nas análises de Florestan Fernandes é facilmente perceptível, essencialmente no que diz respeito à tese deste sobre a natureza *combinada* do desenvolvimento do capitalismo nas áreas *retardatárias* e na sua ênfase atribuída à incapacidade das burguesias periféricas de protagonizar um papel “revolucionário” e “democrático”. Nas palavras de Florestan, a “burguesia nacional” não passava de uma “digna descendente da ‘burguesia clássica’”, no sentido de que ela era seria “tão útil para a continuidade e aperfeiçoamento do capitalismo” quanto haviam sido as burguesias dos países originários em tempos pretéritos.<sup>158</sup>

Assim como fizera Trotsky quando de suas observações sobre os regimes políticos das regiões “coloniais” e “semicoloniais”, Florestan tomou a relação de dependência dos países periféricos face ao imperialismo como um dos elementos explicativos centrais da natureza “autocrática” e altamente “ditatorial” das formas de dominação política presentes nesses países:

A apropriação dual do excedente econômico – a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência – exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa. A extrema concentração de riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente

---

<sup>156</sup> *Idem*, p. 140.

<sup>157</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa...* *Op. cit.*, p. 292. Grifos do autor. Vale destacarmos aqui que Trotsky também apontou como o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não só não necessitou previamente de uma destruição do regime autocrático (czarismo), como acabou mesmo por fortalecê-lo.

<sup>158</sup> FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo”. *Op. cit.*, p. 143.

econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sócio-cultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa situação puramente repressiva).<sup>159</sup>

Enxergando a periferia como parte de uma totalidade (o capitalismo mundial em sua fase monopolista), Florestan, distanciando-se dos *pecebistas*, *cepalinos* e *isebianos*, compreendia os nexos existentes, em dada época histórica, entre as burguesias dos países imperialistas e as burguesias das áreas dependentes, opondo-se (tal como Trotsky fizera em suas críticas à IC) àqueles que, antidialeticamente, entendiam o “interno” (a “Nação”) e o “externo” (o “imperialismo”) enquanto elementos dicotômicos, enquanto “duas” (e opostas) realidades:

Se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma “revolução frustrada”, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a revolução Burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos com a objetividade e a circunspeção gramscianas). Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos essenciais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionária, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe.<sup>160</sup>

Vale aqui expormos que a natureza histórica contra-revolucionária das burguesias pertencentes às nações “coloniais” e “semicoloniais” já havia sido assinalada, desde os anos 30, por várias organizações políticas de cunho trotskista. Mario Pedrosa e Lívio Xavier, no já citado documento da LC intitulado “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (1931), se referiram às burguesias das nações submetidas ao imperialismo de um modo que parecia não só constatar o papel que essas já cumpriam naquele momento, como também prenunciar as décadas de repressão sobre a classe trabalhadora, aberta ou velada, que ainda proporcionariam:

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia. Nos países novos,

---

<sup>159</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa... Op. cit.*, p. 292-293.

<sup>160</sup> *Idem*, p. 294-295. Grifos do autor.

diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos.<sup>161</sup>

Também compreendendo o vínculo indissociável entre imperialismo e burguesias periféricas, o Partido Socialista Revolucionário – no qual militou Florestan –, dissertando sobre os claros limites do processo de “redemocratização” de 1945-46, observou a nítida contradição entre “burguesia nacional” e “democracia” no país:

Do mesmo modo que na cena mundial, no Brasil as contradições de interesses entre os vários agrupamentos burgueses estão sendo sobrepujadas pelas irredutíveis contradições entre proletariado e burguesia. Parcela que é do capitalismo internacional, a burguesia brasileira, em seu todo malgrado a posição subalterna que ocupa na economia mundial, sofre com maior violência ainda as convulsões agônicas que abalam irremediavelmente toda a estrutura do sistema capitalista.<sup>162</sup>

Nos tempos presentes, a democracia, mesmo a formal, mesmo a burguesa, se tornou um regime inimigo da própria burguesia. E os nossos “liberais” de frases, mas reacionários no atos, têm plena consciência disso. Tudo, menos agitar as massas.<sup>163</sup>

Nos anos 50, guiado pela “teoria da revolução permanente”, o Partido Operário Revolucionário igualmente apontou a impossibilidade de a burguesia brasileira vir a realizar sequer as tarefas “democrático-burguesas”, o que transpunha para o proletariado nacional a incumbência de efetivá-las, colocando assim para este a necessidade de sua independência de classe:

O proletariado representa a Nação porque é a única classe que representa o progresso (...). O proletariado realiza [no Brasil] todas as tarefas que historicamente correspondem à burguesia (...) sua luta antiimperialista se completa com a liquidação final do imperialismo e da burguesia nacional. Por isso, sua luta deve ser conduzida por sua própria organização, com suas próprias perspectivas, com sua própria bandeira.<sup>164</sup>

Com a mesma concepção teórico-política do POR, posicionou-se a POLOP no debate sobre estratégia revolucionária existente no interior da esquerda brasileira nos primeiros aziagos anos da década de 1960. Combatendo a estratégia “etapista” do PCB, alicerçada em uma interpretação da realidade nacional que opunha antiteticamente o imperialismo à “burguesia nacional”, a POLOP, tomando esta última como totalmente dependente do primeiro, afirmava a necessidade da luta do proletariado brasileiro contra ambos:

---

<sup>161</sup> CAMBOA, M. e LYON, L. (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise...”. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>162</sup> PSR. “Os farsantes tiram a máscara” in *Orientação Socialista*, nº. 19, ano II, novembro de 1947, *apud* FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)*. São Paulo: Moraes, 1989, p. 73.

<sup>163</sup> PSR. *Orientação Socialista*, nº. 1, São Paulo, 20 de outubro de 1946, *apud* FERREIRA, P. R. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>164</sup> POR. “No caminho do socialismo o proletariado luta por um Governo Operário e Camponês” in *Frente Operária*, nº. 7, 8, e 9. Agosto/setembro de 1953, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 54.

Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas.<sup>165</sup>

Limitar, portanto, a revolução brasileira aos termos da luta antifeudal e antiimperialista, dando ilusão às massas de que, dentro do atual sistema, podem conseguir a sua emancipação econômica, é trair o proletariado, é trair o socialismo.

A luta antifeudal e antiimperialista, no Brasil, está ligada, indissolivelmente, à abolição de todo o sistema de exploração capitalista, pelo governo dos trabalhadores, com o apoio do campesinato. Antepor o capitalismo nacional ao imperialismo, como entidades isoladas e antagônicas, é cair numa utopia reacionária, que leva, simplesmente, à consolidação do poder burguês no Brasil. As contradições entre o capitalismo nacional e o imperialismo extremam-se porque ambos fazem parte, como um todo, do processo da economia mundial. Só o governo de operários e camponeses, desse modo, concluirá as tarefas da burguesia brasileira, que, despontando historicamente tarde e diante da presente conjuntura mundial, não tem mais condições para levar às últimas conseqüências a sua revolução.<sup>166</sup>

É importante chamarmos a atenção para o fato de que também Florestan Fernandes associava a luta contra o imperialismo à luta contra as burguesias periféricas. Entendendo que “sob a situação de dependência – tanto sob a dominação neocolonial quanto sob a dominação imperialista –, os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional”,<sup>167</sup> o sociólogo considerava uma exigência que o “Estado e a nação dos países subdesenvolvidos” deixassem de “gravitar seja na órbita do capitalismo internacional, seja na órbita dos interesses estreitos de burguesias ‘nacionais’ tacanhas” para que se pudesse exprimir, “ao nível mais profundo possível, os anseios revolucionários das grandes maiorias silenciosas, destituídas e oprimidas”.<sup>168</sup>

Nos anos finais de sua vida, em texto apresentado no seminário *Trotsky hoje*, que teve lugar na faculdade de História da Universidade de São Paulo (USP) em 1991, Florestan explicitou sua posição intelectual quanto à produção teórica do revolucionário russo:

Trotsky ficou famoso pela revisão, feita de modo independente também por Lênin, do curso da revolução. Em sua formulação sobre o *desenvolvimento desigual e combinado* estabeleceu que, em sociedades atrasadas, as classes trabalhadoras e destituídas podiam acelerar o processo histórico, desempenhando tarefas negligenciadas ou repelidas pelas classes proprietárias. Em conseqüência, cabia-lhes desencavar processos históricos latentes à ordem social existente, infundir-lhes maior velocidade e encetar a criação de uma sociedade nova. Repunha o conceito de “revolução permanente”, de Marx e Engels, em uma perspectiva simultaneamente teórica e prática, indo ao fundo dos dinamismos coletivos das classes despossuídas na impulsão e na fusão dialética de reforma e revolução sociais.<sup>169</sup>

A perspectiva teórica de Florestan Fernandes quanto ao capitalismo periférico se mostraria presente em uma série de estudos realizados por intelectuais que, formal ou

---

<sup>165</sup> POLOP. “Programa socialista para o Brasil” in REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs.). *Op. cit.*, p. 100. O documento em questão data de 1967.

<sup>166</sup> POLOP. “O caminho da revolução brasileira” in BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 90-91. O texto em questão é de autoria do próprio Moniz Bandeira, à época militante da POLOP, e data de 1962.

<sup>167</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa... Op. cit.*, p. 298.

<sup>168</sup> FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo”. *Op. cit.*, p. 141.

<sup>169</sup> FERNANDES, Florestan. “Trotsky e a revolução” in \_\_\_\_\_. *Em busca do socialismo. Op. cit.*, p. 119-121.

informalmente, estiveram sob sua orientação, tais como Marialice Foracchi, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Gabriel Cohn, Fernando Novaes, Emília Viotti da Costa, Francisco Weffort, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Merece destaque aqui o desenvolvimento do conceito de “capitalismo dependente” promovido por Cardoso em sua “clássica” obra escrita em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto.<sup>170</sup> Contrapondo-se à idéia do “subdesenvolvimento” tal como figurava nas interpretações “etapistas” e “dualistas”, Cardoso e Faletto alertaram:

Entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação [...]

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países originários.<sup>171</sup>

Mais uma vez, podemos perceber como a afirmação da existência de uma historicidade própria às nações retardatárias, derivada da própria inserção destas numa totalidade, o sistema capitalista mundial, se faz presente em autores que se destacaram pelo combate entusiasta às perspectivas *cepalina* e *pecebista*. Em um estudo posterior, Cardoso, tal como Trotsky e Florestan, demonstraria todo o seu descrédito na possibilidade de uma revolução “democrática” encabeçada pelas burguesias dos países *atrasados*. Ao analisar o golpe “antipopulista” de 1964 no Brasil, afirmou:

Por certo, os que acreditam que a burguesia nacional dos países dependentes pode realizar uma revolução burguesa nos mesmos moldes da revolução francesa ou da revolução americana mostrarão os “entraves estruturais” que permanecem e que limitam o alcance das transformações econômicas havidas no Brasil. Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente.<sup>172</sup>

Não obstante o fato de o autor acima, ironicamente, ter, ao longo de seu governo, proporcionado à burguesia brasileira a realização de importantes tarefas no curso “revolucionário” desta, podemos observar em suas palavras a mesma avaliação em relação às burguesias periféricas formulada por Trotsky. De certa maneira, Cardoso, à sua maneira, parece endereçar aos “nacionalistas” brasileiros a crítica feita por Trotsky aos mencheviques

---

<sup>170</sup> CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Op. cit.*

<sup>171</sup> *Idem*, p. 38-39.

<sup>172</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro” in \_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973, p. 71.

em 1907, no V Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), quando o teórico da “revolução permanente” acusou os “etapistas” de então de quererem obrigar os estratos burgueses russos a “desempenhar um papel constitutivo que não querem e não podem desempenhar, nem desempenham, nem desempenharão nunca”.<sup>173</sup> Entretanto, assim como fizemos em relação a Caio Prado Jr., é necessário ressaltar que, mesmo chegando a conclusões muito parecidas com as do revolucionário russo no que tange ao reconhecimento da existência de desenvolvimento particular do capitalismo na periferia do sistema e ao caráter heterônomo das “burguesias nacionais”, **Fernando Henrique Cardoso também não fez um uso explícito da lei do desenvolvimento desigual e combinado.**<sup>174</sup>

Combatendo a noção “etapista” contida nas elaborações dos *cepalinos* e *isebianos* acerca da realidade latino-americana, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank, entre outros “teóricos da dependência”, buscaram em seus trabalhos demonstrar, a partir da idéia de “capitalismo dependente”, como o subdesenvolvimento não se constituía em “um estado atrasado e anterior ao capitalismo”, e sim em “uma consequência”, “uma forma particular” do desenvolvimento do próprio capitalismo quando presente nas áreas periféricas.<sup>175</sup> Foi nesse sentido que Marini assinalou que não seria acidental a recorrência, nos estudos sobre nosso continente, da expressão “pré-capitalismo”:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção [de “pré-capitalismo”] se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.<sup>176</sup>

A perspectiva *totalizante* contida no fragmento acima foi, sem dúvida, um dos eixos que conduziram os “teóricos da dependência”, em geral, a escaparem da dicotomia “*Nação x antinação*” proposta por *cepalinos*, *isebianos* e *pecebistas*. Compreendendo os nexos existentes entre o “externo” e o “interno”, mais precisamente, entre as classes sociais

---

<sup>173</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 86.

<sup>174</sup> Todavia, não é arriscado afirmarmos que essa *lei* não só era bem conhecida de Cardoso, como era considerada pelo próprio como um instrumento analítico importante para as ciências sociais. No segundo volume da coletânea organizada por ele em conjunto com Carlos Estevam Martins, constituída por textos considerados pelos organizadores como referências para o estudo de vários temas da ciência política (CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*, vol. 2. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, s. d.), um dos materiais selecionados para compor o item “Os processos de mudança das estruturas políticas” é justamente o primeiro capítulo da *História da revolução russa* de Trotsky (“As peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”), no qual se encontra, conforme afirmamos, a exposição mais sistematizada da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

<sup>175</sup> SANTOS, T. dos. “Las crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina” in JAGUARIBE, Hélio (*et alii*). *La dependencia político-económica de América Latina*. México: Siglo XXI, 1970, p. 147-148, *apud* TOLEDO. Caio Navarro de. *Op. cit.*, p. 167.

<sup>176</sup> MARINI. Rui Mauro. “Dialética da dependência”. *Op. cit.*, p. 138.

localizadas “dentro” e “fora” da nação, os pensadores *dependentistas*, como já é de veras sabido, apontaram o caráter absolutamente contra-revolucionário das burguesias periféricas, em função da ligação genética e inquebrantável destas com o capital estrangeiro.<sup>177</sup> Acreditamos ser pertinente aqui nos remontar à crítica produzida em 1930 por Lívio Xavier, então militante do Grupo Comunista Lênin – o primeiro agrupamento trotskista brasileiro – ao modo antitético como o PCB tomava as relações entre imperialismo e “burguesia nacional”:

A ideologia “antiimperialista” concebe o jugo do imperialismo como uma ação mecânica exterior, única, sobre todas as classes da colônia. A Oposição comunista nas discussões sobre a Revolução Chinesa denunciou este erro grosseiro e, viu-se, logo, fatal. A luta revolucionária contra o imperialismo não cria uma coesão das classes na colônia, mas é, ao contrário, fator de diferenciação política. A força do imperialismo reside na ligação econômica e política do capital estrangeiro com a burguesia indígena.<sup>178</sup>

Tanto no que diz respeito ao reconhecimento de uma natureza própria ao capitalismo da periferia quanto no que concerne à compreensão dos vínculos existentes entre burguesias nativas e imperialismo, não nos é muito difícil perceber uma clara proximidade entre o pensamento trotskista e o *dependentista*. Destarte, não foi por acaso que Gorenender afirmou serem as idéias de Trotsky uma das matrizes do pensamento *dependentista*<sup>179</sup> e que Guido Mantega apontou as teses de Trotsky e da IV Internacional como raízes importantes de uma corrente de autores que se debruçaram sobre a economia brasileira, como Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini.<sup>180</sup>

Não é escusado lembrarmos aqui que Marini e Theotônio dos Santos foram, durante a década de 1960, militantes da POLOP que, por sua vez, encampava abertamente em suas análises sobre a realidade brasileira a perspectiva trotskista acerca da particularidade de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos:

A lei do desenvolvimento desigual, como base de uma outra, a do desenvolvimento combinado, é o que condiciona o sentido da revolução brasileira [...] A revolução nos países atrasados ou pré-desenvolvidos, como o Brasil, uma vez desencadeada, tende a prosseguir ininterruptamente, passando das tarefas democrático-burguesas às medidas de caráter socialista, e só termina com a liquidação completa da sociedade dividida em classes e com o advento da nova ordem, tanto no plano

---

<sup>177</sup> É bom lembrarmos, entretanto, que não obstante essa descrença quanto ao caráter “progressista” das burguesias nativas por parte dos *dependentistas*, havia entre os mesmos diferenças no que diz respeito ao entendimento acerca das possibilidades de crescimento e desenvolvimento do capitalismo periférico sob o jugo do imperialismo. Enquanto autores como Marini, Santos e Gunder Frank associavam (tal como Trotsky) a impossibilidade de implantação de regimes democráticos estáveis nos países periféricos à incapacidade da economia destes de alcançar patamares de desenvolvimento que pudessem satisfazer, ainda que minimamente, às demandas de suas massas populares, Cardoso e Faletto, entre outros *dependentistas* mais “moderados”, vislumbravam a possibilidade de que, mesmo que vinculadas ao capital metropolitano, as economias periféricas poderiam atingir um desenvolvimento econômico significativo.

<sup>178</sup> XAVIER, Lívio. “A última agitação política e as novas posições do imperialismo” in *A luta de classe*, nº. 3, apud MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.*, p. 151.

<sup>179</sup> GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 82-83.

<sup>180</sup> MANTEGA, Guido. *Op. cit.* p. 152-157 e 281-283. Essa relação entre o pensamento trotskista e a “teoria da dependência” foi também apontada por LÖWY, Michael. “Introdução...”. *Op. cit.*, p. 80.



nacional quanto no plano internacional. Esse caráter da revolução no Brasil deriva não só do atual estágio de sua evolução histórica, como, também, do fato da economia mundial como um todo, uma realidade superior, viva, potente, e não um amálgama de partículas nacionais, o que possibilita aos países atrasados queimar as etapas e atingir, em curto prazo, os graus mais altos da civilização.<sup>181</sup>

A *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky foi também utilizada por Octavio Ianni em seus estudos sobre o “populismo” latino-americano. Logo nas primeiras páginas de sua “clássica” obra *A formação do Estado populista na América Latina*, Ianni deixou claro sua compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo no continente em questão se realizava de um modo distinto do que o fizera preteritamente nas nações centrais:

Há um andamento histórico estrutural que parece ser comum ao conjunto da América Latina, ao lado das peculiaridades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada país. Em outros termos, por sob o desenvolvimento desigual e combinado, que diferencia os países entre si e internamente, há relações, processos e estruturas que aparecem e reaparecem em diferentes países, devido ao modo pelo qual o conjunto da América Latina e cada país *per si* vincula-se ao capitalismo mundial. Aliás, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não é uma teoria do acaso, mas um modo particular de funcionamento das leis do capitalismo nas sociedades atrasadas ou dependentes. O país atrasado assimila ou combina, de maneira *sui generis*, conquista materiais, instituições ou mesmo fases diversas do processo histórico das nações mais adiantadas. Mas é necessário observar, em primeiro lugar, que essa assimilação e combinação não se dão ao acaso, mas segundo as condições sócio-estruturais, políticas e econômicas do país atrasado. Em segundo lugar, esses processos dependem das influências, pressões e interesses dos países adiantados ou dominantes. Isto é, no desenvolvimento desigual e combinado, em sentido lato, a determinação externa [...] em certos momentos é fundamental. Nesse nível, as épocas históricas dos países da América Latina estão parcial ou amplamente determinadas, conforme o caso, pelas flutuações e desenvolvimentos do capitalismo mundial.<sup>182</sup>

Para Ianni, assim como para Francisco Weffort, outro estudioso do fenômeno “populista”, o modo como se relacionaram os diversos segmentos das classes sociais e o Estado a partir da vaga industrialista aberta com a crise de 1929 deveria ser compreendido como uma das formas históricas típicas assumidas pelos países latino-americanos em seus momentos de ruptura com os regimes oligárquicos de cunho agro-exportador. Historicamente, o processo de industrialização na América Latina não poderia se dar tal como nas nações centrais do sistema capitalista no século XVIII e XIX. A inserção periférica dos países latino-americanos na economia mundial, que determinava a formação de suas classes sociais, impossibilitava a repetição do modelo europeu. O conteúdo e forma constituintes do desenvolvimento capitalista na periferia seriam tão históricos quanto o foram no centro do capitalismo. A relação dialética entre o centro e a periferia do sistema é que comporia a totalidade do processo histórico.

Para os teóricos marxistas do “populismo”, as estruturas sociais e políticas da América Latina se manifestariam ao nível de suas possibilidades históricas, não podendo a etapa

---

<sup>181</sup> POLOP. “O caminho da revolução brasileira”. *Op. cit.*, p. 161-162.

<sup>182</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...Op. cit.*, p. 15-16. Nesse trecho, Ianni insere uma nota de rodapé na qual aponta a *História da revolução russa* de Trotsky como uma das obras a ser consultada acerca do conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*.

“populista” ser considerada como um período desviante ou simplesmente uma patologia histórico-social, tal como o fizeram alguns analistas guiados pelos “esquemas interpretativos vindos da tradição europeia do século XIX”,<sup>183</sup> como os argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella. Assim como Trotsky afirmara que sob o capitalismo um regime democrático na China só poderia “ter o caráter do Kuomintang”, isto é, um regime inteiramente dirigido “contra os operários e camponeses”,<sup>184</sup> Weffort concluiu acerca da redemocratização brasileira pós-Estado Novo: “é a revolução democrática se realizando. Pobre revolução, comparada ao modelo europeu, *mas não temos e não teremos outra*”.<sup>185</sup>

O sociólogo Francisco de Oliveira é outro importante intelectual brasileiro que utilizou-se abertamente da concepção de Trotsky acerca do *desenvolvimento desigual e combinado* dos países *atrasados* para criticar de forma contundente o esquematismo “dualista”. Compartilhando a idéia de “dependência”, Chico de Oliveira se dedicou a demonstrar, mais detalhadamente do que fizera Florestan Fernandes, a funcionalidade possibilitada pelo “arcaico” ao desenvolvimento do “moderno” no capitalismo brasileiro. As estruturas “arcaicas” do campo, longe de significarem um empecilho ao desenvolvimento das alas “dinâmicas” da economia, como acreditavam os “dualistas”, representariam para Oliveira, em função do baixo custo da força de trabalho rural que diminuía ao máximo o custo com os gêneros alimentícios nas cidades e do enorme êxodo rural que criava o “exército de reserva” de assalariados, um estímulo à produção industrial e à acumulação do capital.<sup>186</sup> Em outro interessante exemplo da combinação funcional do “arcaico” com o “moderno”, o sociólogo fez referência à perspectiva teórica que subjaz sua mais importante obra:

Uma não-insignificativa porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão*

---

<sup>183</sup> WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira” in \_\_\_\_ *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 71.

<sup>184</sup> TROTSKY, L. *A revolução permanente*. Op. cit., p. 121.

<sup>185</sup> WEFFORT, Francisco. “Política de massas” in \_\_\_\_ *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 22.

<sup>186</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. Op. cit., p. 44-45. É importante destacar que na atualização recente da discussão (\_\_\_\_ *O ornitorrinco*. Op. cit.), Chico de Oliveira apresenta, para além das diferenças já conhecidas, os elementos de continuidade entre sua perspectiva crítica e o pensamento de Celso Furtado.

*industrial e a conversão da economia pós-1930, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”*.<sup>187</sup>

Na concepção de Francisco de Oliveira, o “arcaico” e o “moderno” não constituem-se em elementos que produzem “duas realidades”; diferentemente, proporcionam uma natureza única, peculiar e dialética à estrutura societal dos países que chegaram com *atraso* na corrida industrial capitalista. Tal como na Rússia analisada por Trotsky, que às vésperas da Revolução de Outubro possuía uma tecnologia fabril equiparada (e às vezes superior) aos países *avançados* combinada com uma estrutura agrária similar, em grande parte, à sua configuração no século XVII, o crescimento capitalista industrial brasileiro, como expôs Oliveira, operou-se sob, e a partir de, uma base econômica portadora de vários elementos bastante rudimentares. A tese de Trotsky de que a possibilidade do veloz progresso ocorrido na indústria russa foi “precisamente determinada pelo estado atrasado do país”<sup>188</sup> está, sem dúvida, presente na *crítica à razão dualista* de Oliveira. Nesse sentido, vale registrar que Coggiola, em um trabalho dedicado à trajetória do trotskismo no Brasil, afirmou que o PSR “esforçou-se para compreender a produção no latifúndio a partir da produção capitalista propriamente dita”, escapando da “dualidade de ‘novo’ e ‘atrasado’”,<sup>189</sup> o que fez com que a organização, diferentemente dos estalinistas e “nacionalistas” em geral, considerasse que os eventuais conflitos entre a industrialização no país e o imperialismo “não condicionavam linearmente antagonismos radicais entre burguesia industrial e capital internacional”.<sup>190</sup>

Nas últimas páginas, observamos como existem indícios de uma relação muito mais próxima entre a produção teórica do movimento operário e a oriunda dos meios acadêmicos do que usualmente se costuma supor. Uma parte específica dessa relação, referente à temática do “populismo”, será tratada por nós a partir de agora.

---

<sup>187</sup> *Idem*, p. 59-60. Grifos do autor.

<sup>188</sup> TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, p. 28.

<sup>189</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 258.

<sup>190</sup> *Idem*, p. 259.

## Capítulo II: Movimento operário e academia no debate sobre o Estado brasileiro pós-1930: bonapartismo e populismo

### Introdução

Após termos exposto a relação existente entre o pensamento trotskista (em especial, a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*) e parcela significativa da intelectualidade brasileira que se contrapôs às interpretações “dualistas” e “etapistas” da realidade sócio-histórica brasileira, centraremos foco agora em um aspecto mais particular desta relação “trotskismo-intelectuais acadêmicos brasileiros”.

Nosso objetivo será tentar demonstrar que o conceito de “populismo” brasileiro e latino-americano, tal como foi desenvolvido pela perspectiva marxista acadêmica nos anos 60 e 70, pode ter suas origens em um ambiente bem distinto do espaço universitário: o movimento operário. Mais especificamente, buscaremos expor a íntima relação que acreditamos existir entre as elaborações do revolucionário russo León Trotsky acerca dos regimes “bonapartistas *sui generis*” que se configuravam na América Latina a partir da década de 1930,<sup>191</sup> as formulações do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre o regime político brasileiro de 1945-1964 (em especial o segundo governo Vargas [1951-1954]) e os estudos pioneiros dos anos 60 realizados por Francisco Weffort e Octavio Ianni referentes ao que teria sido a etapa “populista”<sup>192</sup> da história republicana brasileira. De modo resumido, apontaremos a proximidade analítica entre as observações do dissidente soviético acerca da existência de uma natureza particular nas relações entre Estado e classes sociais na América Latina, as avaliações do POR sobre o “nacionalismo-burguês” brasileiro no pós-Segunda Guerra e as reflexões sociológicas relativas ao período histórico nacional compreendido entre a deposição de Washington Luís em 1930 e o golpe de Estado de 1964 produzidas por duas das maiores referências sobre o fenômeno populista no Brasil.

---

<sup>191</sup> TROTSKY, L. “La industria nacionalizada...” *Op. cit.*, p.163.

<sup>192</sup> A partir de agora, quando nos referirmos ao fenômeno do populismo em si, isto é, aos Estados, partidos e governos populistas, não utilizaremos mais as aspas. Quando nos referirmos ao conceito de “populismo”, faremos uso das mesmas. Entretanto, é necessário lembrarmos que, quanto ao populismo, conceito e fenômeno historicamente se confundem. Antes mesmo de constar na produção acadêmica brasileira, o termo “populista” já era utilizado, ainda que parcamente, enquanto adjetivação identitária pelos personagens da cena política dos anos 50/60. Enquanto os políticos que faziam uso da manobra de massas para alcançar seus interesses se autodenominavam ou eram denominados por seus adeptos como “populistas”, os adversários dos mesmos, ligados à tradição elitista-liberal avessa à participação das massas na política (talvez melhor expressa no Brasil, durante o período populista, pelo *udenismo*), acusavam Vargas, Jango, Juscelino e cia. de “demagógicos” e “populistas”.

Realizado esse objetivo expresso acima, buscaremos depois demonstrar como a atual revisão sobre o conceito de “populismo”, que se debruçou com um olhar “crítico” (antimarxista, como veremos à frente) sobre as obras dos principais construtores do conceito (Ianni e Weffort), se furtou a mencionar qualquer tipo de relação entre essas obras e a literatura trotskista oriunda do movimento operário.

Antes, porém, de passarmos ao debate concernente às “origens” trotskistas do conceito de “populismo”, consideramos pertinente apresentar um outro ponto de conexão entre o trotskismo e os intelectuais brasileiros: a proximidade entre a caracterização da “Revolução de 1930” realizada pelos trotskistas brasileiros dos anos 30<sup>193</sup> e as interpretações do historiador Boris Fausto e do cientista político Francisco Weffort acerca deste mesmo evento político, considerado por muitos como marco “fundador” da etapa populista do país.

José Castilhos Marques Neto, em seu estudo sobre o “nascimento” do movimento trotskista brasileiro, chegou a mencionar muito rapidamente o fato de Boris Fausto em sua obra sobre a “Revolução de 1930”<sup>194</sup> ter trabalhado com os mesmos “argumentos” utilizados pelos trotskistas da Liga Comunista do Brasil para explicar o fenômeno em questão.<sup>195</sup> Entretanto, essa relação só veio a ser desenvolvida quase dez anos depois por Angelo José da Silva em *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*.<sup>196</sup> Curiosamente, nem Marques Neto, nem Silva chamaram a atenção para o fato de que o trabalho de Fausto sobre “1930” é um desenvolvimento historiográfico da tese levantada anteriormente por Weffort acerca do chamado “Estado de compromisso”, o que, conseqüentemente, também vincularia, de certo modo, a produção de Weffort sobre o rearranjo político de 1930 às teses trotskistas. Baseando-nos centralmente na obra de Silva, tentaremos mostrar a seguir como tanto Boris Fausto quanto Weffort interpretaram a natureza da ruptura institucional de 1930 de modo muito parecido com que o fizeram, à época dos fatos, os seguidores de Trotsky no Brasil.

Avisamos ao leitor que, justamente pelo fato dessa relação “Boris Fausto-trotskistas” já ter sido devidamente trabalhada por Angelo José da Silva, nas páginas seguintes não faremos mais do que uma brevíssima apresentação dessa questão, que servirá para nós como uma espécie de preâmbulo para nossa discussão central. Não custa lembrar que todo o mérito de ter demonstrado como a visão de Fausto sobre a “Revolução de 1930” é bastante similar à

---

<sup>193</sup> Lembramos ao leitor que em 1930 foi fundado o Grupo Comunista Lênin (CGL), que no ano seguinte passaria a se chamar Liga Comunista do Brasil (LC) e, em outubro de 1933, Liga Comunista Internacionalista (LCI).

<sup>194</sup> FAUSTO, Boris. *Op. cit.*

<sup>195</sup> MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.*, p. 182-183.

<sup>196</sup> SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

contida nos documentos das organizações políticas dos trotskistas dos anos 30 cabe exclusivamente a Angelo José da Silva.

### **O significado da “Revolução de 1930”: mais um ponto de convergência entre o trotskismo e a academia**

Como dissemos, a queda de Washington Luís da Presidência da república a 24 de outubro de 1930 é considerada por muitos historiadores e cientistas sociais o marco inicial do populismo brasileiro, período que se encerraria com a derrubada de Goulart em março de 1964. Muito papel já foi gasto, tanto por atores históricos do período, quanto por analistas posteriores, com o debate acerca de qual teria sido o sentido histórico da chegada ao poder de Getúlio Vargas e até mesmo se tal episódio representaria ou não uma verdadeira “revolução”. Sob o risco de nos desviarmos de nosso curso central, não poderemos, evidentemente, nos embrenhar no longo histórico dessa discussão. Entretanto, faz-se necessário para nossos fins mencionarmos alguns eixos interpretativos sobre “1930”.

À época da “Revolução de 1930”, o jovem PCB, já contaminado pelas teorias estalinistas e ainda sob influência do *Agrarismo e industrialismo* de autoria de Octavio Brandão, a interpretou como não mais do que um subproduto político de contradições inter-imperialistas entre Inglaterra e Estados Unidos, nações que disputavam o controle sobre a economia latino-americana. O partido encontrava-se em busca de uma revolução que inaugurasse uma “etapa” de natureza “democrático-burguesa” – todavia, em função da orientação política do “terceiro período”,<sup>197</sup> não buscava na burguesia nativa uma direção para esse hipotético processo político, tal como fizera anteriormente e voltaria a fazer logo em breve –, mas não a “encontrou” em 1930, interpretando o golpe que levara Vargas ao poder como uma vitória de uma parcela da burguesia brasileira ligada às atividades agro-pecuária e vinculada ao capital norte-americano contra os cafeicultores paulistas, atrelados ao capital britânico. Superada a fase “ultraesquerdista”, o PCB, guiado doravante pelo signo das “frentes-populares”,<sup>198</sup> tornou seu entendimento referente à realidade e ao processo histórico brasileiro cada vez mais submetido ao imperativo político de uma aliança com a chamada “burguesia nacional” com vistas a tal revolução “democrático-burguesa”.

Com o passar dos anos, a perspectiva interpretativa dos *pecebistas* foi se tornando mais claramente “etapista” e “dualista”, tal como sua política tornava-se incorrigivelmente mais “oportunista”. De modo retrospectivo, a “Revolução de 1930” começou a ser vista como

---

<sup>197</sup> Ver capítulo anterior.

<sup>198</sup> *Idem.*

um momento de ascensão política de setores da burguesia brasileira que possuiriam uma caráter “progressista” (e até mesmo “antiimperialista”) em detrimento dos grupos oligárquicos e “feudais” ligados diretamente ao imperialismo.

A partir do final da década de 1950, coadunadas com o pensamento “nacionalista”, as teses do PCB ganharam certa notoriedade nos meios acadêmicos. Nelson Werneck Sodré, em sua *História da burguesia brasileira*, citando Wanderley Guilherme, definiu o episódio de 1930 como o “golpe da burguesia”.<sup>199</sup> Tal posicionamento constituía-se em uma decorrência analítica de uma interpretação histórica que vislumbrava nos anos 1920 um antagonismo entre o imperialismo, alicerçado nas classes latifundiárias, e a expansão industrial voltada para o mercado interno, que teria como protagonista a burguesia industrial (“nacional”). Sendo assim, o caráter industrialista assumido pelo Estado brasileiro após a Revolução de 1930, em especial a partir de 1937, seria uma evidência de que a burguesia industrial teria se apossado da máquina estatal com o fim da Primeira República (1889-1930). Lembramos ainda que coexistiam com essa visão esquemática abordagens que enfocavam o papel dirigente das “classes médias” na Revolução de 1930, perspectiva que havia sido inaugurada pelo trabalho de Virgínio Santa Rosa intitulado *O sentido do tenentismo* e que foi desenvolvida por intelectuais “nacionalistas” como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, ambos *isebianos*.<sup>200</sup>

Francisco Weffort, dotado, como vimos no capítulo anterior, de outra perspectiva histórica, observou de forma substancialmente distinta a ruptura institucional havida em 1930. Segundo ele, a crise internacional a partir de 1929 teria acirrado os conflitos já existentes entre as frações oligárquicas no interior do sistema agro-exportador. Teriam se somado a isso as aspirações políticas de cunho liberal das classes médias e o clamor por maior participação dos setores burgueses ligados à industrialização. Para Weffort, apesar desses setores industriais terem sido “talvez os maiores beneficiários das mudanças políticas que se verificam depois de 1930”,

seria ilusório supor que teriam tido um papel importante nos acontecimentos que levam à crise da oligarquia. O movimento da Aliança Liberal contra o antigo regime foi antes de tudo o resultado de uma transação entre alguns grupos urbanos de classe média e alguns setores agrários que mantinham uma posição divergente no interior do sistema oligárquico. A burguesia industrial, como força política individualizada, esteve praticamente ausente do processo revolucionário. As classes médias, por sua vez, não demonstraram possuir aquela “vocação para o poder” que lhes teria permitido transformar o movimento de 1930 no ponto de partida de um novo regime coerente com suas aspirações liberal-democráticas.<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964, p. 290.

<sup>200</sup> SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932 (?); RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961; e JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962, respectivamente.

<sup>201</sup> WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 63-64.

Segundo Weffort, a decadência do sistema econômico, político e social vigente sob a Primeira República, motivada pela falência do modelo agro-exportador e pelas fricções existentes entre os grupos oligárquicos, teria aberto uma grave “crise de hegemonia”, isto é, uma situação na qual qualquer classe ou fração de classe existente no cenário nacional possuía condições de impor seu projeto político e exercer o domínio sobre o restante da nação.<sup>202</sup> A solução encontrada pelos diversos segmentos das classes dominantes para esta crise, segundo Weffort, foi a fórmula do “compromisso” – o que, aliás, diga-se de passagem, se mostraria uma das mais fortes características de nossas elites dominantes ao longo do período republicano:

Depois de 1930 [...] estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum desses casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais.<sup>203</sup>

Na perspectiva de Weffort, o “Estado de compromisso” seria a resultante política da Revolução de 1930, uma forma de organização do poder estatal decorrente da impossibilidade por parte de qualquer um dos setores dominantes de se fazer hegemônico tal como certas frações da oligarquia no período anterior. Aí residiria, segundo o autor, a explicação para o caráter de “massas” assumido pelo Estado desde então (“Estado de Massas”), aspecto que veremos mais à frente. O “populismo” brasileiro, iniciado em 1930, teria sido, entre outras coisas, “uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário”.<sup>204</sup>

Esta abordagem de Weffort – distinta, portanto, daquelas que atribuíam o fim do sistema oligárquico a um “golpe da burguesia” (industrial) ou das classes médias – seria desenvolvida pelo historiador Boris Fausto em seu trabalho que se tornaria o “divisor de

---

<sup>202</sup> Apesar de ser altamente perceptível, cabe lembrar aqui a nítida influência do pensamento gramsciano nas reflexões de Weffort (e também nas de Fausto, Ianni etc.) sobre o sistema político brasileiro pós-1930 calcadas na ideia de uma “crise de hegemonia”, categoria cunhada pelo próprio Antonio Gramsci.

<sup>203</sup> WEFFORT, Francisco. “Estado e Massas no Brasil” in *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>204</sup> WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 61. Contudo, a própria categoria de “Estado de compromisso” é passível de ser questionada por um viés marxista, dado o caráter um tanto quanto tautológico que encerra. Como indagou a historiadora Virgínia Fontes, quando do exame de qualificação da presente dissertação, “não seria todo Estado capitalista um Estado de compromisso por excelência?”. Uma boa discussão sobre o tema pode ser vista em FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in \_\_\_\_\_. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 201-232.



águas” do debate acerca da Revolução de 1930.<sup>205</sup> As semelhanças entre as visões do cientista político e do historiador são notórias:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classes para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo.<sup>206</sup>

Para Fausto, esse “Estado de compromisso”, justamente em função das condições de crise em que nasceu, significaria uma ampliação das funções estatais em termos de intervencionismo econômico e uma maior centralização na esfera propriamente política:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova *forma de Estado*, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas)

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias [...]. A nova forma de Estado – mais centralizado, intervencionista – é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo.<sup>207</sup>

Para o historiador, as Forças Armadas teriam se constituído em um elemento vital para o novo sistema político, pois esta teria sido o instrumento institucional que possibilitou a mencionada centralização política necessária a esse “novo” Estado que se forjara alicerçado em “compromissos”:

A instituição que garante a existência do Estado de Compromisso é o Exército. Ele sustenta o regime não no caráter de “estrato protetor das classes médias”, mas como liame unificador das várias frações da classe dominante. Aos olhos do general Góes Monteiro, as Forças Armadas aparecem como a concentração da nacionalidade, diante da incapacidade da opinião pública do país para se organizar em forças nacionais. Nessas condições, o Exército e a Marinha terão que ser, naturalmente, núcleos construtores, “apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional porque só com força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas”.<sup>208</sup>

Os trotskistas da Liga Comunista do Brasil, em um artigo intitulado “Aos trabalhadores do Brasil” publicado em janeiro de 1931 no *Boletim da Oposição* (um dos órgãos da corrente), já vislumbravam o acirramento do caráter repressivo do Estado, assim como seu viés cada vez mais centralizador:

---

<sup>205</sup> FAUSTO, Boris. *Op. cit.*

<sup>206</sup> *Idem*, p. 113. Não podemos deixar de mencionar que a noção de “vazio de poder” utilizada por Fausto guarda muito mais proximidade com a perspectiva liberal-funcionalista do que propriamente com a marxista, que estrutura teoricamente seu trabalho em questão.

<sup>207</sup> FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 109-111.

<sup>208</sup> *Idem*, p. 106.

O governo federal tornou-se tão absorvente, tão grande é a soma de poder enfeixada nele, que a burguesia de um estado que se apodera dele pode exercer um controle quase completo de todas as forças do Estado [...].

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou declarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas, nos diferentes estados, se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a “pátria brasileira” do desmembramento, eis a missão histórica dos “generais da revolução”, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia.

A unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da “Aliança Liberal”. Suprimidos do cenário político alguns figurões mais comprometidos, o acordo geral da burguesia está sendo restabelecido à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida.

Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista e a forma federativa, garantia de unidade política.<sup>209</sup>

Além do aumento da repressão estatal sobre as massas trabalhadoras e da questão da centralização do poder político, podemos notar também nos trechos acima como os trotskistas já observavam, a partir da expressão de “acordo geral da burguesia”, o “compromisso” que se configurava entre os diversos setores da classe dominante. Entretanto, seria em outro documento da organização, datado de maio de 1933, que essa idéia ficaria mais clara:

Com a derrocada do PRP [Partido Republicano Paulista], precipitado do seu fastígio pela crise da grande lavoura de café, começou uma série de ensaios tendentes à substituição do antigo aparelho partidário controlador do governo federal, por uma nova composição de forças estaduais, representando as zonas de produção, na qual o exército, em vista da ausência de partido nacional, fazia papel de fermento aglutinante. Essa substituição deu-se evidentemente pela ausência de partidos intermediários. O exército impôs à burguesia um regime político misto de formas ditatoriais (tenentismo) e formas semiconstitucionais (governo central civil, presidência civil de Minas etc.) que não são senão a forma de *compromisso* entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte, *compromisso* válido somente na medida em que São Paulo não possa recuperar a antiga hegemonia.<sup>210</sup>

É interessante destacarmos que cerca de trinta anos mais tarde, a POLOP afirmaria que a Revolução de 1930 “constituiu uma solução de *compromisso* entre os dois grupos dominantes [burguesia e senhores de terras]”.<sup>211</sup> Mais interessante ainda, entretanto, é verificarmos que essa assertiva da organização política consta em um periódico publicado em janeiro-fevereiro de 1963, anterior, portanto, ao primeiro trabalho de Francisco Weffort

---

<sup>209</sup> LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Aos trabalhadores do Brasil” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.) *Op. cit.*, p. 59-60.

<sup>210</sup> LIGA COMUNISTA DO BRASIL “Projeto de teses sobre a situação nacional” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Op. cit.*, p. 161. Grifos nossos.

<sup>211</sup> PINTO, A. “Apontamentos sobre a revolução brasileira” in POLOP. *Política Operária* n.º. 5 (revista) (janeiro-fevereiro de 1963), p. 32. Coleção Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê n.º. 20, doc. 130. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

dedicado a temática do populismo, o artigo “Política e Massas no Brasil”,<sup>212</sup> escrito, segundo o próprio autor, em setembro de 1963.

Outros aspectos poderiam aqui ser expostos no que diz respeito à proximidade entre as interpretações da Liga Comunista do Brasil e as de Weffort e Fausto sobre “1930”. Todavia, como já alertamos, correríamos o risco de perder nosso foco. Entretanto, à guisa de exemplo, mencionamos o aspecto relativo à debilidade política das classes médias. Para os intelectuais acadêmicos em questão, como pode ser percebido em alguns trechos que transcrevemos, as classes médias não possuíam uma “vocação para o poder”, dada a sua ausência de “autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral”. Por sua vez, os trotskistas da LC, em uma linguagem mais claramente marxista, afirmaram que

a pequena-burguesia urbana no Brasil e sobretudo em São Paulo   destituída de toda importância política, incapaz de desempenhar um papel aut nomo, incapaz de, na época imperialista, continuar as suas tradi es jacobinas de revolucionarismo democrático [...] no Brasil atrasado, com um proletariado incipiente, ela se encontra comprometida em parte pelos arreganhos e roupagens demagógicas de um fascismo crioulo, a serviço do capital financeiro internacional.<sup>213</sup>

Decerto, a compreensão da “Revolu o de 1930” enquanto um rearranjo político de cunho centralizador entre os setores dominantes nacionais, e não como uma “revolu o burguesa” propriamente dita, deve-se, no que diz respeito às organiza es políticas referenciadas no pensamento de Trotsky,   concep o do revolucionário russo de que a revolu o “democrático-burguesa”   uma impossibilidade histórica nos países *atrasados* (dado o caráter contra-revolucionário das burguesias retardatárias e a fraqueza e heteronomia das camadas pequeno-burguesas), como expusemos no capítulo anterior.

Essa leitura de Trotsky acerca da historicidade própria do capitalismo nas na es, como foi visto, vincula-se diretamente   compreensão do mesmo de que a domina o política burguesa nessas na es, e em especial nas submetidas ao imperialismo, não pode assumir uma fei o “democrática”, tal como foi possível nos países originários do capitalismo industrial. Para Trotsky,   essencialmente nesta impossibilidade da domina o “democrática” por parte das burguesias nativas dos países “coloniais” e “semicoloniais” que reside a explica o para o caráter bonapartista assumida pelos regimes latino-americanos em um momento no qual o capitalismo industrial começou a se desenvolver efetivamente na região, aproveitando-se da conjuntura de crise das economias imperialistas.

---

<sup>212</sup> WEFFORT, Francisco. “Política e massas no Brasil” in \_\_\_\_ *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 15-44. Quanto   data de produ o deste artigo, ver WEFFORT, Francisco. “Introdu o” a \_\_\_\_ *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>213</sup> LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Carta aos camaradas do Partido Comunista” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Op. cit.*, p. 119.

Essa espécie de *tendência estrutural ao bonapartismo* na América Latina detectada por Trotsky é o que, centralmente, orientou as leituras dos trotskistas brasileiros sobre a formação das estruturas políticas nacionais durante o período populista; leituras estas que, segundo acreditamos, são muito similares às de autores como Octavio Ianni e Weffort, como tentaremos demonstrar nas páginas seguintes deste capítulo.

Conforme antecipamos, a exposição da convergência entre as leituras dos trotskistas e de destacados intelectuais acadêmicos sobre o significado da “Revolução de 1930”, marco inicial da etapa populista brasileira, teve apenas o objetivo de abrir caminho para nossa discussão central: a relação entre os “bonapartismos *sui generis*” descritos por Trotsky em seus textos sobre América Latina de finais dos anos 30, o movimento “nacionalista-burguês” na região analisado pelos trotskistas do POR a partir dos anos 50, e os estudos iniciados em meados da década de 1960 por intelectuais brasileiros sobre o que teria sido o período “populista” da história nacional.

Passemos, então, a esse debate.

### **Trotsky, bonapartismo e os Estados da América Latina**

A categoria “bonapartismo” foi utilizada por Marx para definir o regime instituído na França pelo golpe dado por Luís Bonaparte em 1851.<sup>214</sup> Em termos gerais, o “bonapartismo” expressa um tipo de regime no qual o Estado (e por conseqüência a própria figura do chefe de Estado) parece se colocar “acima” das classes sociais em conflito para assegurar a “ordem” e a “paz social”, dada a impossibilidade de qualquer classe ou fração de classe resolver sozinha a questão do poder. Para manter-se como classe dominante, a burguesia necessita, entretanto, abdicar, ela própria, das funções de direção política da nação. Atacando a vanguarda do movimento operário organizado e muitas vezes apoiando-se na mobilização dos setores mais atrasados das classes subalternas, os regimes “bonapartistas” acabam sempre por garantir a propriedade dos meios de produção e os interesses dos grandes grupos capitalistas, cerceando para isso muitas das chamadas “liberdades democráticas” – conquistas, muitas vezes, de revoluções passadas dirigidas pela própria burguesia.

Inspirando-se em Marx, muitos teóricos do movimento operário utilizaram a categoria para definir vários regimes políticos instituídos em diversas localidades ao longo do século XX. Combatendo o uso indiscriminado por parte da IC estalinizada do termo “fascista” para caracterizar quaisquer regimes nos quais despontavam medidas coercitivas e uma alta centralização do poder político, Trotsky se pôs a produzir uma série de artigos de intervenção política em que apontava as importantes diferenças entre “bonapartismo” e “fascismo”. A

---

<sup>214</sup> MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*

Alemanha às vésperas da vitória de Hitler, assim como a França sob o ascenso da “Frente Popular” de Leon Blum foram dois palcos privilegiados para esse debate proposto por Trotsky.<sup>215</sup>

Em um dos artigos dedicados à polêmica com os estalinistas acerca da natureza social e política do “bonapartismo”, Trotsky, numa linguagem recheada de metáforas, assim definiu tal regime:

Logo que a luta entre dois campos sociais – os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados – atinge a mais alta tensão, estabelecem-se as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se “independente” da sociedade. Lembremo-nos mais uma vez o seguinte: se espetarmos, simetricamente, dois garfos numa rolha, esta pode ficar de pé, mesmo sobre uma cabeça de alfinete. É precisamente o esquema do bonapartismo. Naturalmente, um tal governo [sic] não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores. Mas o caixeiro está sentado sobre as costas do patrão, machuca-lhe a nuca e não faz cerimônias para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara.<sup>216</sup>

Já em sua obra intitulada *A história da revolução russa*, buscando explicar o caráter profundamente débil do “bonapartismo kerenskista”, Trotsky realizou uma comparação acerca das diversas modalidades de bonapartismo que tiveram lugar na cena histórica desde Napoleão I. Nessa digressão histórico-sociológica, o intelectual bolchevique considera que o bonapartismo de Napoleão teria tido como fonte de sua força política o fato de ter se assentado na emergência da sociedade burguesa, na qual a figura de um “árbitro” que garantisse, pelo “sabre”, as conquistas da revolução (“aos grandes burgueses a possibilidade de ganhar lucros, aos camponeses a posse de seus lotes, aos filhos dos camponeses e aos miseráveis a possibilidade de pilhagens durante a guerra”)<sup>217</sup> se fez historicamente necessária. Nesse momento, entretanto, ressalta Trotsky, o antagonismo entre burguesia e proletariado “ainda estava longe da maturidade”. Razões sociais distintas, contudo, explicariam, segundo Trotsky, a existência histórica dos bonapartismos de Luís Bonaparte e de Otto Von Bismarck:

O golpe de Estado de 1848 não deu, nem podia dar, terras aos camponeses: não era uma grande revolução que substituía um regime social por outro, era um arranjo político baseado no mesmo regime social. Napoleão II não trazia, após si, um exército vitorioso. Os dois elementos principais do bonapartismo clássico não existiam. Havia, entretanto, outras condições propícias e não menos eficazes. O proletariado, que em cinquenta anos crescera, demonstrou em junho, sua força ameaçadora: mostrou-se, entretanto, ainda incapaz de tomar o poder. A burguesia temia tanto o proletariado quanto a vitória sangrenta conseguida contra ele. O camponês proprietário amedrontara-se perante a insurreição de junho e desejava que o Estado o protegesse contra os que queriam levar a termo a repartição das terras.

---

<sup>215</sup> Ver, respectivamente, os artigos contidos em TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa; Porto; Luanda: Centro do livro brasileiro, s. d. e em TROTSKY, L. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994. Desde então, a categoria “bonapartismo” passou a constar muito mais no léxico dos trotskistas do que no dos estalinistas, que continuaram a usar à porfia a expressão “fascista”.

<sup>216</sup> TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. *Op. cit.*, p. 282.

<sup>217</sup> TROTSKY, L. *A História da revolução russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, p. 544 (v. II). Fazemos uso aqui dessa edição de *A História da revolução russa* pois não temos em mãos o segundo volume da edição que vínhamos citando (Paz e Terra, 1977). Nas duas notas seguintes, o mesmo se repetirá. Posteriormente a estas duas, e até o final deste trabalho, voltaremos a trabalhar com a edição da Paz e Terra de 1977.

E, enfim, o poderoso progresso industrial, que durara, com certas interrupções, durante duas dezenas de anos, abria à burguesia fontes jamais igualadas de enriquecimento. Essas condições foram suficientes para um bonapartismo de epígono.

Na política de Bismarck que, ele também, se elevava “acima das classes”, houve, conforme mais de uma vez foi demonstrado, traços indubitáveis de bonapartismo, se bem que sob aparências de legitimidade. A estabilidade do regime de Bismarck estava assegurada pelo fato de que, nascido após uma revolução impotente, ele dera solução, ou meia solução, a um problema nacional tão grande quanto a unidade alemã, saíra vitorioso em três guerras, e contribuía para um poderoso florescimento capitalista. Isso basta para uma dezena de anos.<sup>218</sup>

Surgido em outra fase histórica, sob o imperialismo, o “kerenskismo” não tivera a mesma sorte dos bonapartismos anteriores. Localizado em momento de acuidade da luta de classes entre proletariado e a burguesia, e em uma nação na qual sequer havia conquistas de uma revolução burguesa a assegurar (como a terra aos camponeses, por exemplo), a variante bonapartista russa careceu de bases sociais sólidas que lhe permitissem lograr sucesso:

A desgraça dos russos que posavam como candidatos a Bonaparte [além de Kerensky, o general Kornilov, segundo Trotsky, também se colocou como uma eventual liderança bonapartista em meio à crise do regime de “dualidade de poderes”, inaugurado pela “Revolução de Fevereiro”] não consistia, absolutamente, no fato de que eles não se pareciam nem com o primeiro Napoleão nem mesmo com Bismarck: a história sabe fazer uso dos sucedâneos. Eles tinham, contra eles, uma grande revolução que não resolvera os próprios problemas dela nem tão pouco esgotara suas forças. O camponês que ainda não obtivera terra era forçado, pela burguesia, a guerrear em benefício dos domínios dos nobres. A guerra só trazia derrotas. Não havia sequer um florescimento industrial: ao contrário, a desordem ocasionava, constantemente, novas devastações. Se o proletariado recuou foi sempre para tornar a cerrar fileiras. A classe camponesa só se punha em movimento para uma derradeira investida contra os senhores. As nacionalidades oprimidas passavam à ofensiva contra o despotismo russificador. Em busca da paz, o exército unia-se cada vez mais estreitamente aos operários e ao Partido deles. Embaixo se concentravam enquanto que em cima se enfraqueciam. Não havia, pois, equilíbrio. A Revolução permanecia em pleno verdor. E não causa, portanto, admiração o bonapartismo ter-se revelado anêmico.<sup>219</sup>

Quando de seu exílio latino-americano, Trotsky voltaria a trabalhar, agora mais recorrentemente, com a categoria de “bonapartismo”.

Em 9 de janeiro de 1937 o petroleiro *Ruth*, vindo da Noruega, aportou em Tampico, no México, desembarcando nessa localidade seus únicos passageiros (salvo a escolta policial norueguesa que os acompanhava): o revolucionário russo León Trotsky e sua esposa Natália Sedova.<sup>220</sup> Acossado pela GPU e a diplomacia soviética, um dos principais líderes da revolução de Outubro só encontrou asilo no país comandado pelo populista Lázaro Cárdenas, num momento em que o mundo, segundo a conhecida frase do surrealista André Breton, “era um planeta sem visto para León Trotsky”.

Recepcionado por Max Shachtman e George Novack, dois trotskistas norte-americanos,<sup>221</sup> e Frida Kahlo, talentosa pintora e companheira do muralista Diego Rivera,

---

<sup>218</sup> *Idem.*

<sup>219</sup> *Idem*, p. 554-555.

<sup>220</sup> DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*, p. 366-369.

<sup>221</sup> Novack é o já mencionado autor de *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade (Op. cit.)*.

Trotsky deparou-se com um país fortemente sacudido por lutas políticas e sociais. Pouco antes de sua chegada, o presidente Cárdenas havia firmado um decreto que repartia alguns latifúndios entre camponeses pobres e estava em vias de nacionalizar companhias petrolíferas e ferroviárias americanas e britânicas.<sup>222</sup> Em meio a esse clima tenso e radicalizado, o “anfitrião” Cárdenas exigiu de seu “hóspede” Trotsky silêncio sobre as questões políticas mexicanas, cláusula aceita por um revolucionário sem muitas escolhas e “escaldado” em função de suas recentes expulsões da França e Noruega.

A presença de Trotsky em um país que vivia o auge da revolução camponesa iniciada na década de 1910<sup>223</sup> constituiu-se em mais um elemento de instabilidade política para o México. Os adversários de Cárdenas o acusavam de sofrer influências de seu acolhido em suas decisões políticas. Por outro lado, a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), que tinha a sua frente Lombardo Toledano, aliado dos estalinistas, condenou o presidente por ter aceitado nas fronteiras do país o “chefe da vanguarda da contra-revolução”.<sup>224</sup> Trotsky sentia-se acuado. Na primeira página de seu *Diário do exílio*, escrita na França em 7 de fevereiro de 1935, o revolucionário aventava a possibilidade de que aquele caderno (diário) pudesse “ser fechado mais cedo pelo tiro, vindo de qualquer canto, de um agente de... Stálin, de Hitler, ou de seus amigos-inimigos franceses”.<sup>225</sup> Não houve motivos em sua temporada nas terras mexicanas para que Trotsky se visse livre desse temor. Ao contrário, após a tentativa fracassada de assassiná-lo organizada pelo pintor estalinista David Alfaro Siqueiros,<sup>226</sup> e a gradativa piora em seu estado de saúde, sua morte lhe parecia a cada dia mais próxima.<sup>227</sup>

Todavia, não obstante o acordo de não interferência na política interna do México, Trotsky, desde sua chegada até seu assassinato em 1940, não se furtou a realizar análises relativas aos dilemas vividos pelo Estado mexicano e o papel do proletariado nesse momento de exasperação da luta de classes. Em contato com um país latino-americano, o intelectual bolchevique produziu brilhantes textos a partir da síntese entre sua matriz teórica para interpretação do desenvolvimento das nações de capitalismo retardatário, a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, e a observação direta, empírica, de uma realidade sócio-histórica passível de ser compreendida por essa perspectiva interpretativa.

---

<sup>222</sup> DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*, p. 370.

<sup>223</sup> *Idem*, p. 370.

<sup>224</sup> *Idem*, p. 370-371.

<sup>225</sup> TROTSKY, León. *Diário do Exílio*. 2ª edição. São Paulo: Edições Populares, s.d., p. 27.

<sup>226</sup> DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*, p. 505.

<sup>227</sup> No *Post Scriptum*, de 3 de março de 1940, ao seu “Testamento”, de 27 de fevereiro do mesmo ano, Trotsky faz uso das seguintes palavras: “parece-me que o fim chegará de repente e, provavelmente – é ainda uma hipótese pessoal – por uma hemorragia cerebral [o que, de fato, acabaria ocorrendo em função do golpe desferido por seu assassino Jacques Monard].” Nesse texto, a idéia de suicídio é levantada por Trotsky como uma forma de “encurtar o longo processo de agonia”. Entre outros locais, o “Testamento” e seu *Post Scriptum* encontram-se em TROTSKY, León. *Moral e revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.77-79.

Como vimos anteriormente (capítulo I), em diversos escritos referentes às revoluções em países *atrasados*, Trotsky abordou como o capitalismo se desenvolvera em ritmos desiguais entre as nações que primeiramente chegaram ao capitalismo industrial e as que só o conheceram a partir de sua fase imperialista. O *atraso* dessas últimas, segundo Trotsky, levaria a um desenvolvimento *combinado* do capitalismo nestas e, conseqüentemente, designaria às suas classes sociais tarefas historicamente distintas das realizadas pelas classes das nações *adiantadas*. Contrapondo-se ao *etapismo* de Stálin, afirmou a impossibilidade de que o desenvolvimento histórico dos países “chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha”<sup>228</sup> cursasse os mesmos caminhos transcorridos por nações como Inglaterra, França e Estados Unidos.

Da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, segundo Trotsky, é que se deveria retirar o substrato teórico para a análise das classes sociais, do Estado e do caráter da revolução nos países que se encontravam sob o jugo do imperialismo. Foi partindo dessa ótica que Trotsky se pôs a interpretar a natureza das relações de classe e do Estado mexicano à época de Cárdenas, assim como da América Latina em geral.

Em um ambiente bastante tenso que marcaria o período de pouco mais de três anos em que permaneceu no México, Trotsky produziu diversos trabalhos que diziam respeito aos mais variados temas que compunham a aziaga década de 1930. A iminência da Segunda Guerra e sua natureza imperialista,<sup>229</sup> a caracterização sociológica da URSS<sup>230</sup> e os rumos dos movimentos estéticos diante do fascismo e do estalinismo<sup>231</sup> – regimes políticos que Trotsky, em contraposição aos democratas-liberais de todo o tipo, fazia questão de diferenciar demonstrando o antagonismo social existente entre ambos – foram questões, entre tantas outras, que o revolucionário exilado abordou de modo muito argucioso e preciso. Nessa fase especialmente rica da produção teórica do revolucionário é que se encontram também suas reflexões acerca da América Latina que trataremos a seguir

---

<sup>228</sup> TROTSKY, L. *A história da revolução russa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, v. I (A queda do czarismo), p. 25.

<sup>229</sup> A entrevista concedida por Trotsky ao líder sindical argentino Mateo Fossa em 23 de setembro de 1938 constitui-se em um dos vários documentos que explicitam as posições do revolucionário diante da guerra que se aproximava. Essa entrevista contém importantes pontos de vista de Trotsky, em especial sua crítica à idéia de que a guerra seria entre um imperialismo “fascista” e um “democrático”, caracterização produzida pelo estalinismo e mantida até o pacto germânico-soviético, e que conduziu o movimento operário a alianças “táticas” com as burguesias das nações incluídas nesta segunda “modalidade” do imperialismo. TROTSKY, León. “La lucha antimperialista es la clave de la liberación” in \_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*. *Op. cit.*, p. 106-112.

<sup>230</sup> Os textos mais significativos acerca da natureza social da União Soviética, produzidos em grande parte em meio a um debate com a minoria do Socialist Workers Party (SWP), seção norte-americana da IV Internacional, encontram-se reunidos na obra TROTSKY, León. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta Editorial, s.d.

<sup>231</sup> O trabalho mais conhecido de Trotsky sobre os dilemas da arte neste período é o *Manifesto por un arte revolucionario independiente*, escrito conjuntamente com o surrealista André Breton e que pode ser encontrado em TROTSKY, León. *Literatura y revolución* y outros escritos sobre la literatura y el arte. [s.l.]: Ediciones Crux, 1989, p. 271-276.



Produzidos ao final da década de 1930, no alvorecer do populismo na América Latina, os textos de Trotsky destacam nesses “regimes”<sup>232</sup> vários elementos que nos anos 60/70 seriam apontados por Octavio Ianni e Francisco Weffort enquanto aspectos definidores do “populismo” brasileiro. Do mesmo modo, as análises de Trotsky sobre o fenômeno do bonapartismo (ainda que muito provavelmente não as contidas nos textos sobre América Latina, pelo que averiguamos) constituíram-se na base para as elaborações do POR sobre o “nacionalismo-burguês” existente no Brasil no período pós-guerra.<sup>233</sup> Observemos, então, algumas palavras de Trotsky acerca dos Estados latino-americanos vigentes ao final da década de 1930:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isso confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Este se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [do governo mexicano] se liga à segunda alternativa; suas maiores conquistas são as expropriações das linhas férreas e das companhias petrolíferas.<sup>234</sup>

Em outro trecho, em que distingue o governo do general Cárdenas (1934-1940) da ditadura *estadonovista* de Vargas (1937-1945), Trotsky expõe novamente o caráter bonapartista dos regimes latino-americanos assim como as duas formas que esse bonapartismo assumia no continente:

Estamos em um período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência frente aos imperialistas estrangeiros. A burguesia nacional está obrigada a flertar com os operários, com os camponeses, e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda como hoje no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e a trabalhar sob sua tutela direta, teremos um regime fascista, como no Brasil, por exemplo. Mas ali a

---

<sup>232</sup> Utilizamos aqui a categoria “regime” de forma mais extensa do que o convencional (regime democrático, ditatorial, bonapartista, fascista etc.) com o objetivo de que ela possa ser aplicada também ao “populismo” latino-americano, “regimes” estes que, tanto em suas formas “democráticas” como “ditatoriais”, possuíram certas características particulares no que diz respeito à relação entre Estado e as diversas classes sociais. Feita essa ressalva, passaremos agora a utilizar o termo “regime” sem aspas.

<sup>233</sup> Tanto Ruy Fausto quanto Leôncio Martins Rodrigues, dois ex-militantes do POR, não se lembram do partido ter trabalhado com a categoria mais específica de “bonapartismo *sui generis*”, utilizada por Trotsky em seus textos sobre América Latina (Entrevista de Ruy Fausto a Felipe Demier. Paris/Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2007. Entrevista realizada por via eletrônica [email] e Entrevista de Leôncio Martins Rodrigues a Felipe Demier. São Paulo/Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2007. Entrevista realizada por via eletrônica [email]). Murilo Leal, historiador estudioso do POR, nada menciona sobre a presença, nos textos da organização, do termo “*sui generis*” como acompanhante da categoria “bonapartismo”, bastante utilizada pelos trotskistas brasileiros em questão (LEAL, M. *Op. cit.*). No material que tivemos acesso pertinente ao POR, também nada encontramos; entretanto, como veremos em breve, as interpretações do partido sobre os governos de Perón e Vargas assemelham-se muito às feitas por Trotsky sobre o governo Cárdenas. Assim, consideramos ser necessária ainda uma pesquisa de maior amplitude para que tal dúvida possa ser finalmente retirada. Esperamos fazê-la futuramente.

<sup>234</sup> TROTSKY, L. “La industria nacionalizada...”. *Op. cit.*, p.163-164. Tradução nossa. Grifos do autor.

burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática porque, por um lado existe o capital imperialista, e por outro, existe o medo do proletariado, porque a história, ali, saltou uma etapa, e porque o proletariado se converteu em um fator importante antes que tenha sido realizada a dominação democrática do conjunto da sociedade.<sup>235</sup>

Consideramos que esses dois fragmentos citados são demonstrativos das elaborações do revolucionário russo acerca da natureza dos regimes políticos que se proliferavam na região a partir da década de 1930. Em função de um desenvolvimento retardatário do capitalismo, os Estados latino-americanos tendiam a assumir formas bonapartistas, dada a relação, própria aos países *atrasados*, entre capital estrangeiro, burguesia nacional e o proletariado. Numa conjuntura de crise do sistema capitalista mundial que teria proporcionado uma maior autonomia às nações subordinadas ao capital imperialista, os governos burgueses da América Latina viam-se obrigados a optar (e essa opção não era “livre”, como se pode perceber no segundo trecho citado, mas dependia de condições históricas específicas de cada país) entre se apoiar nas massas trabalhadoras para barganhar com o imperialismo ou simplesmente se render a este impondo àquelas um “regime fascista” (ou, em outros termos, uma “cerrada ditadura policial-militar”):

Como nos países atrasados o papel principal não é jogado pelo capital nacional, e sim pelo estrangeiro, a burguesia nacional ocupa, quanto à sua localização social, uma posição muito inferior ao que corresponde o desenvolvimento da indústria. Como o capital estrangeiro não importa operários, e sim proletariza a população nativa, o proletariado nacional começa muito rapidamente a jogar o papel mais importante na vida nacional. Sob tais condições, na medida em que o governo nacional intenta oferecer alguma resistência ao capital estrangeiro, se vê obrigado em maior ou menor grau a apoiar-se no proletariado. Por outro lado, os governos dos países atrasados que consideram inevitável ou mais proveitoso marchar de mãos dadas com o capital estrangeiro destroem as organizações operárias e implantam um regime mais ou menos totalitário. Desse modo, a debilidade da burguesia nacional, a ausência de uma tradição de governo comunal próprio, a pressão do capitalismo estrangeiro e o crescimento relativamente rápido do proletariado cortam na raiz qualquer possibilidade de um regime democrático estável. O governo dos países atrasados, sejam coloniais ou semicoloniais, assume em geral um caráter bonapartista ou semibonapartista. Diferem entre si na medida em que alguns intentam orientar-se para a democracia, buscando apoio nos operários e camponeses, enquanto que outros implantam uma cerrada ditadura policial-militar.<sup>236</sup>

Podemos notar que para Trotsky, portanto, existiriam duas modalidades, duas variantes dentre os “bonapartismos *sui generis*” que se configuravam na América Latina.

Na modalidade na qual o governo atrelava-se fielmente ao imperialismo e submetia os trabalhadores “às amarras de uma ditadura policial”, Trotsky enquadrou, à guisa de exemplo, além do regime *estadonovista* de Vargas, o governo de Fulgêncio Batista em Cuba (1934-1944).<sup>237</sup> Esses governos, bastante temerosos de qualquer participação política das massas

---

<sup>235</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

<sup>236</sup> TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in \_\_\_\_ *Escritos latino-americanos*. *Op. cit.*, p. 174. Tradução nossa.

<sup>237</sup> Quanto ao fato de Trotsky ter enquadrado a ditadura *estadonovista* nesta modalidade, vale lembrar que o revolucionário russo foi assassinado em 1940, não assistindo, portanto, à aproximação mais direta com as massas operada por Getúlio Vargas a partir de 1943.

que uma luta contra o imperialismo poderia desencadear, acabavam por, no máximo, explorar em proveito próprio as contradições inter-imperialistas:

Em muitos países latino-americanos, a ascendente burguesia nacional, *buscando uma maior participação no butim e ainda se esforçando para aumentar a medida de sua independência – quer dizer, para conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país* – [...] trata de se utilizar das rivalidades e conflitos dos imperialistas estrangeiros com este fim. Mas a sua debilidade geral e sua retardada aparição a impede de alcançar um mais alto nível de desenvolvimento que o de servir a um amo imperialista contra outro. *Não podem lançar uma luta séria contra toda a dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional* por temer desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que por sua vez ameaçaria sua própria existência social. O exemplo recente de Vargas, que trata de se utilizar da rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha, mas ao mesmo tempo mantém a mais selvagem ditadura sobre as massas populares, vem ao caso.<sup>238</sup>

Trotsky observou com muita precisão a natureza da política diplomática do “Estado Novo” brasileiro às vésperas da Segunda Guerra Mundial a partir dos novos objetivos almejados pelas burguesias periféricas na dada conjuntura.<sup>239</sup> Incapazes de promover uma “autêntica independência nacional” por conta de sua natureza retardatária e das danosas conseqüências que um movimento de massas antiimperialista poderia acarretar, restaria a algumas burguesias latino-americanas tirar proveito das disputas interimperialistas com o fito de aumentar suas participações no resultado da “pilhagem”, ao mesmo tempo em que impunham às suas massas uma forma ditatorial de regime.<sup>240</sup>

Já na outra modalidade de “bonapartismo *sui generis*” presente na região, na qual o aparelho governamental, “manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões”, ganharia deste modo a possibilidade de dispor “de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros”, Trotsky inspirou-se principalmente na formatação política mexicana à época de Lázaro Cárdenas. Os regimes que se encaixariam nessa variante de “esquerda” dos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos foram apresentados por Trotsky como possuidores de um caráter “semibonapartista democrático”<sup>241</sup> (ou “semidemocrático”<sup>242</sup>). Tendo sempre em mente as condições históricas próprias da América

---

<sup>238</sup> TROTSKY, León. “La política de Roosevelt en America Latina” (3 de setembro de 1938) in \_\_\_\_ *Escritos Latinoamericanos*. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa. Grifos do autor.

<sup>239</sup> Acerca da política externa do primeiro governo Vargas, ver MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980 e GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas. A influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

<sup>240</sup> Vale lembrar aqui, como já expusemos no capítulo I, que essa leitura de Trotsky acerca dos limites políticos da burguesia brasileira, representada à época (ainda que indiretamente) por Vargas, encontra-se dentro de uma perspectiva mais geral do revolucionário no que diz respeito às possibilidades históricas das burguesias “coloniais” e “semicoloniais”. Ao analisar o embate da burguesia chinesa, representada pelo Kuomintang, contra o imperialismo japonês às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Trotsky afirmou que Chiang Kai-shek lutava contra os invasores japoneses “apenas dentro dos limites” que lhes eram impostos pelos “seus patrões britânicos ou yanquis.” TROTSKY, L. “La revolución china”. *Op. cit.*, p. 529.)

<sup>241</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa. O texto em questão trata-se de um resumo transcrito de uma discussão entre Trotsky, seus militantes-seguranças norte-americanos e o trotskista Charles Curtiss, também norte-americano.

<sup>242</sup> *Idem*.

Latina, Trotsky apontou a dubiedade presente nesses governos, partidos e movimentos vinculados a essa modalidade “semibonapartista democrática”:

Em todos os casos em que ela [a burguesia nacional] enfrenta diretamente os imperialistas estrangeiros ou os seus agentes reacionários fascistas, nós [a IV Internacional] damos a ela nosso pleno apoio revolucionário, conservando a independência integral de nossa organização, de nosso programa, de nosso partido, e nossa plena liberdade de crítica. O Koumitang na China, o PRM [Partido da Revolução Mexicana] no México, o APRA [Aliança Popular Revolucionária Americana] no Peru são organizações totalmente análogas. É a Frente Popular sob a forma de partido.

Apreciado corretamente, a Frente Popular não tem na América Latina um caráter tão reacionário como na França ou na Espanha. Tem duas facetas. Pode ter um conteúdo reacionário na medida em que está dirigida contra os operários, pode ter um caráter agressivo<sup>243</sup> na medida em que está dirigida contra o imperialismo.<sup>244</sup>

Se a caracterização do POR sobre o segundo governo Vargas (1951-1954), como poderemos perceber a seguir, parece conter elementos das duas variantes de “bonapartismos *sui generis*” apresentadas por Trotsky, os trabalhos de Ianni e Weffort, por sua vez, apontaram no populismo brasileiro (e latino-americano, no caso específico de Ianni) características muito similares às presentes na modalidade “semibonapartista democrática” descrita pelo bolchevique exilado. Segundo acreditamos, portanto, essa segunda variante conglomerada em si uma série de aspectos que seriam destacados por Octavio Ianni como presentes em governos como os de Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955), Velasco Ibarra no Equador (1934-1935, 1944-1947, 1952-1956, 1961 e 1968-1972), Paz Estensoro na Bolívia (1952-1956 e 1960-1964) e o do próprio Lázaro Cárdenas no México (1934-1940). Também – e aqui se encontra nossa tese central –, *muitos dos elementos constitutivos dessa modalidade “semibonapartista democrática” dos “bonapartismos sui generis” latino-americanos estiveram presentes, ao que nos parece, nas análises de Ianni e Weffort sobre o período de 1930 até 1964 no Brasil.*

Devemos ressaltar, entretanto, que apesar de acreditarmos que alguns importantes elementos da realidade histórica e política da América Latina destacados por Trotsky, assim como certas categorias analíticas por ele propostas, vieram a se constituir em peças-chave para as futuras abordagens de Ianni e Weffort acerca do populismo latino-americano, e em

---

<sup>243</sup> Na edição em espanhol que utilizamos, consta o termo “agresivo”, o que nos levou à tradução “agressivo”. Entretanto, o tradutor da edição em questão, por sua vez, avisou que empregou tal termo, pois a referência tomada para sua tradução foi uma edição em língua francesa, na qual tem lugar a palavra “agressive”. Todavia, o próprio tradutor alertou que em outras três edições anteriores de língua espanhola os tradutores empregaram o termo “progresivo”. De nossa parte, como advertimos, fizemos uso do termo “agressivo” para ser fiel à edição que trabalhamos; todavia, conhecendo o teor das polêmicas existentes entre os trotskistas, acreditamos que dificilmente as diferentes maneiras de se traduzir uma adjetivação empregada por Trotsky em relação a determinados governos latino-americanos se deveram única e exclusivamente a questões de natureza lingüística.

<sup>244</sup> *Idem*, p. 124-125. Ao comparar o PRM e o APRA com o Koumitang para defender a independência dos trabalhadores diante desse tipo de organização nacionalista-burguesa, o que Trotsky fez foi retomar a crítica feita por ele próprio à subordinação do Partido Comunista Chinês ao partido de Chang-Kai-Shek no período da revolução chinesa de 1926-1927, subordinação esta, como já vimos, orientada pela III Internacional já sob controle do estalinismo.

especial do brasileiro, o regime vigente no Brasil no período em que Trotsky se dedicou a discutir a situação do continente em questão, isto é, o regime altamente coercitivo inaugurado por Vargas a partir do frustrado levante de 1935, não foi classificado pelo revolucionário russo como “semibonapartista democrático” (ou “semidemocrático”), *categoria que, segundo acreditamos, é uma espécie de antecessora do “populismo”*. Para Trotsky, como vimos, o regime estadonovista não seria apoiado nas massas, e sim impunha a estas um “regime fascista” (uma “cerrada ditadura policial-militar”).

### **O “nacionalismo-burguês” latino-americano segundo o POR**

O Partido Operário Revolucionário, criado em 1952, deu continuidade ao movimento trotskista brasileiro iniciado havia mais de duas décadas atrás.<sup>245</sup> Iniciando, portanto, suas atividades em meio ao segundo governo Vargas, o POR encarregou-se de, em suas análises de conjuntura expressas em seu periódico *Frente Operária*, buscar apreender a natureza do regime brasileiro naquele período. Observando as relações entre o Estado, o imperialismo, as classes dominantes nacionais e as massas trabalhadoras, o POR, segundo Murilo Leal, compreendeu o *trabalhismo* de Getúlio como “uma expressão particular de um fenômeno mais abrangente, o nacionalismo latino-americano, que abarcaria manifestações como a vitória de Carlos Ibañez Del Campo, no Chile, o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) na Bolívia, a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) do Peru, os governos de Bettencourt na Venezuela, Jacob Arbenz na Guatemala, Grau San Martin em Cuba e Vargas no Brasil”.<sup>246</sup>

Analisando algumas particularidades do “nacionalismo” de Vargas, o POR acabou por aproximar sua interpretação deste das abordagens de Trotsky sobre os “bonapartismos *sui generis*” da América Latina. Para a organização trotskista, embora Getúlio gozasse de “um fantástico apoio de massas” que lhe fornecia um poder de barganha frente aos Estados Unidos, ele não desfrutava de tempo “para fazer o que Perón fez na Argentina. Por isso, procura[va] manter a ordem interna através da repressão”.<sup>247</sup> Na visão dos trotskistas brasileiros, o “nacionalismo” varguista seria mais moderado que o de Perón em função de uma debilidade maior da industrialização brasileira face à argentina, da não existência de uma verdadeira unidade nacional e de um ainda considerável atraso no campo. Além disso, Vargas, deposto em 1945, não teria podido, tal como Perón, se aproveitar da prosperidade

---

<sup>245</sup> Lembramos aos leitores que no capítulo seguinte ofereceremos um histórico, ainda que resumido, do movimento trotskista no Brasil.

<sup>246</sup> LEAL, Murilo. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>247</sup> POR. “O nacionalismo na América Latina: comunistas ou fascistas?” in *Frente Operária*, nº. 1, novembro de 1952, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 50.

econômica que se iniciou alguns anos depois do fim da Segunda Guerra. Em decorrência dessas condições, Vargas não teria conseguido capitanear a ascensão das massas populares deste período, que acabou sendo aproveitado pelo PCB. Diferentemente de Perón, que conseguira controlar os sindicatos por intermédio da Confederación General de los Trabajadores (CGT), Getúlio, segundo o POR, não se sentia à vontade para realizar grandes manobras, pois temia que o controle das mobilizações escapasse de suas mãos e caísse nas dos comunistas.<sup>248</sup>

Dadas essas condições, o POR, segundo Murilo Leal, compreendia que

a política de Vargas oscilava, combinando medidas nacionalistas e de cunho social e outras pró-imperialistas. Entre as primeiras figuravam a criação da Petrobrás, o projeto da Eletrobrás, o reajuste do salário mínimo, a lei limitando a remessa de lucros, o projeto de reforma agrária e de congelamento de preços. Entre as segundas são apontadas: o acordo militar com os Estados Unidos, os apelos à união com a UDN [União Democrática Nacional], a inclusão de udenistas no ministério e a demissão de João Goulart e Estillac Leal. Portanto, o nacionalismo de Vargas era considerado tímido e marcado por constantes concessões ao imperialismo.

O resultado era “um constante jogo da balança”. Os ministérios expressariam uma luta perpétua entre “os homens da burguesia nacional e os da burguesia importadora e do imperialismo”, pois Vargas tinha consciência de sua debilidade e temia as massas, mais do que o imperialismo [...].

Não tendo forças para exercer uma oposição consistente às pressões imperialistas e de latifundiários, a fração de classe representada por Vargas buscava apoio nas massas para não ser ultrapassada. Quando era demasiadamente pressionado por baixo ou pela esquerda, Vargas pendia para a direita e aproximava-se do imperialismo.<sup>249</sup>

A análise das contradições do “nacionalismo-burguês” brasileiro do pós-guerra continuaria por parte do POR em suas elaborações sobre os governos seguintes a Getúlio Vargas. No início dos anos 60, mais particularmente sob o governo de João Goulart (1961-1964), teriam um forte peso nas publicações da organização trotskista as interpretações referentes às várias correntes do “nacionalismo-burguês” e “pequeno-burguês” encabeçadas por figuras como Francisco Julião, Leonel Brizola e o próprio Jango. Nesse período, como veremos mais à frente, o “nacionalismo” brasileiro (e latino-americano em geral) seria cada vez mais associado à idéia de bonapartismo. Se o governo de Vargas já havia sido algumas vezes denominado de bonapartista pelo POR, ao longo do governo Goulart o agrupamento trotskista vislumbrou a emergência no movimento “nacionalista” brasileiro de alas bonapartistas de cunho “nasserista”, dispostas a se apoiarem nas massas em um processo de enfrentamento com o imperialismo.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 50-51.

<sup>249</sup> *Idem*, p. 51-52.

<sup>250</sup> *Idem*, p. 169-195. Liderando o Grupo de Oficiais Livres, Abdel Gamal Nasser chegou ao poder no Egito em 23 de junho de 1953, por meio de um golpe de Estado. Marcado por políticas de cunho “antiimperialista”, o governo de Nasser tornou-se uma referência para vários segmentos da esquerda latino-americana (e do “terceiro mundo” em geral) que almejavam a constituição de regimes calcados em uma política-econômica de perfil “nacionalista”.

## O “populismo” de Francisco Weffort e Octavio Ianni

Como já indicamos, em obras produzidas em sua maioria quase que imediatamente após o crepúsculo da experiência populista brasileira, Ianni e Weffort vislumbraram nos governos que se sucederam após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 características que, de antemão, haviam sido expostas por Trotsky como presentes nos governos latino-americanos que possuíam um caráter “semibonapartista democrático”, em especial o de Lázaro Cárdenas no México. Do mesmo modo, as avaliações do POR sobre o “nacionalismo-burguês” do período político situado entre 1945-1964 também já continham elementos que se encontrariam nas futuras leituras dos cientistas sociais em questão acerca do “populismo” brasileiro.

Antes, porém, de passarmos a essa demonstração (que se constitui no cerne deste trabalho), consideramos necessário expor um breve panorama sobre a produção de Ianni e Weffort dedicada ao período histórico brasileiro iniciado com a “Revolução de 1930”.

O fim do governo Goulart praticamente forçou a intelectualidade de esquerda a buscar os elementos explicativos do colapso das estruturas políticas formatadas a partir da derrubada de Washington Luís. Nesse intuito, realizaram-se trabalhos que retrocediam à crise das sociedades oligárquicas, com o fito de compreender as condições históricas que proporcionaram a entrada em cena do que seria designado como “populismo”, e avançavam até a aberta luta de classes presente sob o governo de Jango, almejando decifrar as reais razões do fim desse período histórico.

Em 1965, foi publicada a coletânea *Política e revolução social no Brasil*<sup>251</sup> que, entre outros textos, trazia o artigo de Weffort intitulado “Política de massas”,<sup>252</sup> escrito em setembro de 1963, quando o populismo, segundo as palavras do próprio autor, “era o poder vigente ou, pelo menos, aparentava sê-lo”.<sup>253</sup> Em 1964, “quando o populismo já era o passado”,<sup>254</sup> foi editado pela *Revista latinoamericana de sociologia* o artigo “Estado e Massas no Brasil”,<sup>255</sup> também de Weffort. Três anos depois foi a vez do artigo “O populismo na política brasileira”, do mesmo autor, que compôs um número coletivo dedicado ao Brasil pela revista *Le temps modernes*, nº. 257, organizado por Celso Furtado.<sup>256</sup> No ano de 1968,

---

<sup>251</sup> IANNI, Octavio (org.) *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>252</sup> Esse artigo encontra-se também na seguinte coletânea: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 15-44.

<sup>253</sup> WEFFORT, Francisco. “Introdução” in \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>254</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>255</sup> Em 1965, este artigo foi publicado na *Revista Civilização Brasileira*, nº. 7. Utilizaremos em nossa pesquisa a versão (modificada) já citada por nós do mesmo: WEFFORT, F. “Estado e massas no Brasil” in \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 45-60.

<sup>256</sup> Publicado em português como *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. Esse artigo encontra-se também na coletânea que levaria o seu nome. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 61-78. É esta a versão que utilizaremos.

Octavio Ianni lançou a obra *O colapso do populismo no Brasil*<sup>257</sup> e, em 1975, *A formação do Estado populista na América Latina*.<sup>258</sup> Também em 1975, foi publicado um interessante estudo de Ianni sobre o regime populista de Lázaro Cárdenas,<sup>259</sup> que depois ganharia várias edições em língua espanhola. No período de 1978-1979, foi editado, em três partes, o artigo de Weffort intitulado “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964”.<sup>260</sup> Ainda em 1978, Weffort publicou a coletânea *O populismo na política brasileira*,<sup>261</sup> homônima de seu artigo de 1967 e que, além deste e dos dois primeiros mencionados neste parágrafo, continha ainda textos inéditos em português. Alguns dos trabalhos mencionados acima atingiram o status de verdadeiros “clássicos” acerca de nossa etapa populista.

As obras de Ianni e Weffort são marcadas por interessantes diálogos com os dois precursores analistas do fenômeno na América Latina, os sociólogos argentinos Gino Germani<sup>262</sup> e Torcuato Di Tella.<sup>263</sup> Preocupados em compreender a modernização vivida pelos países latino-americanos a partir dos anos 1930, em grande parte conduzida por governos oriundos de “revoluções nacional-populares”, Germani e Di Tella buscaram as raízes sociais destes governos populistas nos processos de “transição” das sociedades “tradicionais” (agrárias, pré-capitalistas) para as sociedades “modernas” (urbana, industrial, capitalista) ocorridos na América Latina.<sup>264</sup>

Para Germani, as passagens de uma “democracia com participação limitada” para uma “democracia com participação ampliada” teria se dado de forma distinta das dos países europeus, nas quais não ocorreram, segundo eles, grandes rupturas do ponto de vista político, já que os novos setores sociais teriam sido integrados ao sistema democrático moderno a partir dos canais políticos legalizados. No caso latino-americano, a “transição” de uma forma democrática para outra seria marcada por uma forte “assincronia”,<sup>265</sup> pois a mobilização prematura das massas, geradora de pressões sobre o aparelho estatal, não teria encontrado os canais de participação política suficientemente amadurecidos para sua absorção. Como consequência, teria se aberto a possibilidade da manipulação destas massas por parte das

---

<sup>257</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo... Op. cit.*

<sup>258</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*

<sup>259</sup> IANNI, Octavio. *El Estado capitalista en la época de Cárdenas*. México: Ediciones Era, 1991.

<sup>260</sup> WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 1, julho de 1978, p. 7-14 (primeira parte); in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 2, janeiro de 1979, p. 3-12 (segunda parte); in *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1, nº. 1, agosto de 1979, p. 11-18 (terceira parte).

<sup>261</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira. Op. cit.*

<sup>262</sup> GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

<sup>263</sup> DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

<sup>264</sup> FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” in \_\_\_\_ (org). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 64-66.

<sup>265</sup> ANDRADE, César Ricardo de. “O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas” in *Estudos de História* nº. 2 (Revista do Curso de Pós-Graduação em História da Unesp). Franca: Unesp, 2000, p. 74.



elites defensoras do *status quo*,<sup>266</sup> o que caracterizaria, entre outros elementos, os Estados populistas.

Comungando dos mesmos pressupostos que Germani, Torcuato Di Tella concebeu o populismo como um movimento político defensor de uma ideologia *anti-status quo*, apoiado nas massas populares urbanas e rurais, camadas médias e setores da burguesia insatisfeitos “com a reversão de suas expectativas com relação ao papel que deveria[m] desempenhar na sociedade”.<sup>267</sup>

Tanto Germani quanto Di Tella insistiram na diferença existente entre os processos europeu e latino-americano, o que, a princípio, poderia ser entendido pelos leitores como um aspecto que os aproximariam da perspectiva interpretativa formulada por Trotsky (e que foi partilhada pelos intelectuais brasileiros “antidualistas” e “antietapistas”) para o entendimento da América Latina. Na verdade, o que ocorre é literalmente o oposto.

Apesar de reconhecerem uma condição histórica e social própria aos países da América Latina – o que a CEPAL, o ISEB e o PCB também faziam –, Germani e Di Tella a reconheciam enquanto um *desvio* do modelo europeu (e norte-americano) de modernização capitalista. Para esses autores, a democracia liberal européia era tomada como um padrão, como a forma política de organização das sociedades modernas. Nesse raciocínio, à medida que a história latino-americana se afastava do paradigma moderno europeu, passava a ser vista como um descompasso, como uma *fuga de rota* em relação a um caminho que se imaginava ideal. Por esta ótica eurocêntrica e funcionalista é que o fenômeno populista foi analisado por esses sociólogos também conhecidos como “teóricos da modernização”.

Nesse sentido, Germani e Di Tella, admitindo a evolução histórica da Europa e dos Estados Unidos como expressão de um *telos* histórico que, salvo condições desviantes, deveria se manifestar em toda a parte, encontram-se muito próximos da vertente analítica que afirmava ser o “subdesenvolvimento” da América Latina consequência de *enclaves* ao “desenvolvimento”. Afirmando o caráter *dualista* das sociedades latino-americana,<sup>268</sup> Germani e Di Tella acabaram por compreender o populismo no continente como resultado de realidades sociais que teriam escapado, em função de suas “assincronias”, ao desenvolvimento democrático-liberal. Não por acaso, essa concepção do populismo voltou-se “muito mais para o que seria o caráter autoritário e ditatorial” deste, deixando “em segundo plano [seus] elementos nacionalista, desenvolvimentista e antiimperialista”.<sup>269</sup>

Partilhando, como já dissemos, da idéia de que a realidade latino-americana não era passível de ser explicada por intermédio de modelos utilizados anteriormente para

---

<sup>266</sup> PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 10-11.

<sup>267</sup> *Idem*.

<sup>268</sup> ANDRADE, César Ricardo de. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>269</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 29.

compreensão do processo histórico europeu, Weffort e Ianni contrapuseram-se, no essencial, às tipologias utilizadas por Germani e Di Tella para dar conta do fenómeno populista – utilizando-se, porém, de certas constatações e categorias destes teóricos. Adeptos de uma perspectiva *dependentista*, Ianni e Weffort associaram o populismo “ao processo de industrialização substitutiva de importações e às peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina”.<sup>270</sup> Orientados por Florestan Fernandes – que possuía, como vimos, uma significativa ligação com a produção intelectual de Trotsky –, Ianni e Weffort interpretaram o populismo a partir de uma matriz teórica que reconhecia uma historicidade própria às nações periféricas do sistema capitalista. A história da América Latina não poderia ser encarada enquanto desvio de um modelo histórico que se pretendia universal: a história das nações centrais do capitalismo.

Nesse sentido, aproximaram-se, como vimos no capítulo anterior, claramente da idéia motriz da teoria trotskista, a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Tal como outros intelectuais “antidualistas”, Ianni e Weffort opuseram-se à idéia da repetição das etapas históricas europeias na periferia do sistema, assim como à existência de “duas realidades” no Brasil, concepções partilhadas pelos *estalinistas* (PCB, PC do B etc.) e “nacionalistas”, e que, como também já mencionamos, tinham suas origens nas elaborações do Comintern nos anos 30. Conseqüentemente, tal como fizera Trotsky e os agrupamentos trotskistas brasileiros do período 1930-1964, nenhuma fé foi depositada pelos teóricos marxistas do “populismo” nas chamadas “burguesias nacionais” do Brasil e da América Latina em geral.

Foi tendo como pressuposto essa natureza peculiar do desenvolvimento capitalista nas nações que tardiamente iniciaram seu processo de industrialização que os dois intelectuais em destaque realizaram suas reflexões acerca das relações entre classes sociais e Estado na América Latina. Assim, muitas considerações acerca do populismo brasileiro assemelharam-se às produzidas por Trotsky ao analisar os regimes por ele denominados de “bonapartistas *sui generis*” (mais especificamente os regimes “semibonapartistas democráticos”) de nosso continente e às avaliações do POR sobre o regime político brasileiro de 1945-1964.

---

<sup>270</sup> Andrade, César Ricardo de. *Op. cit.*, p. 74.

## Regimes “semibonapartistas democráticos”, “nacionalismo-burguês” e “populismo”: a proximidade entre os conceitos

### *A etapa histórica*

A crise econômica das potências centrais, especialmente a partir do “crack” da bolsa de Nova York em 1929, teria proporcionado, segundo cientistas sociais das mais diversas tendências, a possibilidade de uma expansão industrial efetiva em bases nacionais na periferia. Imersas em uma aguda crise, as potências imperialistas, que em sua maioria já vinham debilitadas desde o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ficaram, após 1929, incapazes de exercer seu domínio tal como nos moldes anteriores. Dessa forma, teria sido possível a alguns países que possuíam certas pré-condições internas (existência de um setor fabril já instalado – especialmente de bens não-duráveis – que empregasse um minoritário, porém significativo contingente operário) levar a cabo um processo de desenvolvimento das forças produtivas – que culminaria, nos anos 40, com a implantação da indústria de bens de produção sob responsabilidade estatal –, tornando-os assim menos sujeitos às flutuações externas do mercado internacional.

Tanto Trotsky e o POR quanto Ianni e Weffort (entre outros cientistas sociais brasileiros e latino-americanos) associaram o surgimento dos novos regimes latino-americanos (populistas) a essa nova etapa das relações entre o imperialismo e a periferia do sistema capitalista. Segundo Trotsky, vivia-se nos anos 30 na América Latina, um momento no qual a “ascendente burguesia nacional”<sup>271</sup> buscava “obter um pouco mais de independência frente aos imperialistas estrangeiros”,<sup>272</sup> isto é, almejava “*uma maior participação no butim*” e por isso se esforçava “*para conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país*”.<sup>273</sup> Em raciocínio similar, Francisco Weffort apontou a Primeira Guerra Mundial e a “Grande Depressão” de 1929 como marcos iniciais de uma forte crise que teria minado a “velha sociedade latino-americana”, isto é, oligárquica.<sup>274</sup> Ter-se-ia aberto no continente, segundo o autor, uma nova etapa na qual “pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional”.<sup>275</sup> Octavio Ianni, por seu turno, afirmou que “na medida em que envolve uma reorientação do subsistema econômico nacional e certa ruptura com o imperialismo, o populismo tem algum compromisso com a idéia de um

---

<sup>271</sup> TROTSKY, L. “La política de Roosevelt en America Latina”. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa.

<sup>272</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

<sup>273</sup> TROTSKY, L. “La política de Roosevelt en America Latina”. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa. Grifo do autor.

<sup>274</sup> WEFFORT, Francisco. “Introdução” à segunda parte da obra *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 82. Utilizamos aqui a expressão “oligárquica” para nos referir a sociedades nas quais o poder político estatal encontra-se nas mãos das classes dominantes agrárias.

<sup>275</sup> WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 61.

capitalismo nacional”.<sup>276</sup> Em uma passagem acerca da industrialização no Brasil, Ianni deixou claro que esta só poderia ser pensada em função da relação entre o processo histórico nacional e a história mundial:

É inegável que a industrialização no Brasil ocorreu ao acaso das flutuações das relações externas. As condições econômicas, sociais e políticas internas, que foram as bases efetivas dos surtos de desenvolvimento industrial, somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas havidas nos vínculos do Brasil com a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e outras nações.

Por essa razão, a história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis hegemônicos. Em verdade, os progressos da produção fabril colocam em confronto e em encadeamento a história nacional e universal. A história brasileira, mais uma vez, funde-se e ilumina-se na história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta.<sup>277</sup>

Em seu estudo sobre o regime cardenista, Ianni também atribuiu o caráter “nacionalista” e “estatizante” deste à conjuntura histórica na qual tivera lugar o governo do general populista:

O governo Cárdenas se insere em uma época em que o país e o mundo capitalista – do qual o México faz parte – estão empenhados em colocar em prática, ou seguir aplicando, as medidas políticas e econômicas de cunho anticíclico. O mundo capitalista se encontrava ainda sob o impacto da depressão econômica iniciada em outubro de 1929. Daí as medidas protecionistas, os programas de obras públicas, as políticas de incentivo ao setor privado etc. [...]

A confluência dos processos político-econômicos confere ao governo Cárdenas a conotação de um governo altamente dinâmico e acentuadamente estatizante, além de nacionalista. O contexto histórico em que se localiza esse governo impõe soluções práticas, imediatas e mediadas de tipo keynesiano. Ademais, toda a década de 1930, no mundo capitalista, é keynesiana.<sup>278</sup>

Para Ianni, portanto, a etapa de industrialização populista na América Latina teria sido diretamente determinada pelo momento histórico vivido pelo imperialismo mundial no entre guerras. Debilitado por conta de seus conflitos endógenos (além de atemorizado pelo “fantasma do comunismo internacional”, achamos necessário incluir), o imperialismo, naquele contexto específico, possibilitou que certos setores das burguesias dependentes – até então marginalizados nos regimes oligárquicos latino-americanos –, em aliança com frações da própria oligarquia e elementos das classes médias, procurassem desenvolver projetos de um “capitalismo nacional” na periferia do sistema. *Grosso modo*, foi mais ou menos nesses termos que Weffort e Ianni localizaram historicamente o fenômeno populista.

O “nacionalismo-burguês” na América Latina, segundo o POR, teve seu surgimento também numa conjuntura específica das relações entre o centro e a periferia do capitalismo. Segundo os trotskistas do POR, num momento no qual as “massas trabalhadoras dos países semicoloniais da América Latina” ofereciam “fortíssima resistência aos intentos do

---

<sup>276</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 156.

<sup>277</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo...* Op. cit., p. 23.

<sup>278</sup> IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* Op. cit., p. 123-124. Tradução nossa.

imperialismo americano e dos dirigentes colaboracionistas de conduzi-las à ‘defesa’ econômica e política do hemisfério ocidental”, a chamada “burguesia nativa” desses países, aproveitando-se da “debilidade geral do imperialismo”, tentava “reivindicar mais para si” essa tarefa. Assim, em países que já haviam conseguido um “relativo desenvolvimento industrial, como Brasil, Argentina [e] México”, existiram, por parte das burguesias locais, “desejos de independência perante a estreita dominação do imperialismo”, e estas esboçariam mesmo “uma certa resistência contra ele”. Desse modo, segundo o POR, as “burguesias nativas” pressionavam o imperialismo que impedia “deliberadamente” o “progresso industrial” das nações submetidas a ele.<sup>279</sup> Numa percepção semelhante, Theotônio dos Santos também considerou que

entre as décadas de 1920-1950 se tentou firmar uma burguesia nacional de base industrial na região. Ela esteve na raiz do cardenismo, deu origem ao pensamento da CEPAL e a modelos ideológicos bastante sofisticados, como o ISEB no Brasil. Ela influenciou visões mais pequeno-burguesas, como a Alianza Popular Revolucionaria Americana (a APRA peruana), que se apresentou sob várias modalidades no resto da região. Serviu de inspiração e apoio aos movimentos de tipo populista, de afirmação nacional democrática, desde suas formas mais radicais, como a Revolução Mexicana, em seus vários desdobramentos – sobretudo por intermédio do cardenismo –, até figuras menos radicais, mais conservadoras, como Perón ou Vargas.<sup>280</sup>

É vital destacar, também, o fato de que tanto para os intelectuais brasileiros em questão, como para o revolucionário russo e o POR, mantinha-se, apesar dessa nova etapa, a dependência estrutural das burguesias latino-americanas face ao capital monopolista e conseqüentemente a impossibilidade das mesmas de levar adiante um projeto “antiimperialista”.

#### *A questão das massas populares*

Segundo Trotsky, alguns dos governos latino-americanos surgidos na vaga industrialista do entre guerras, objetivando sucesso em seus movimentos de barganha com o imperialismo, adotariam uma estratégia de conciliação com a classe trabalhadora. Tratando do caso mexicano – que, segundo ele, era exemplar –, afirmou: “A burguesia nacional está obrigada a flertar [‘coquetear’] com os operários, com os camponeses, e temos agora [no

---

<sup>279</sup> POR. “O nacionalismo na América Latina: comunistas ou fascistas?” in *Frente Operária*, n.º. 1, novembro de 1952, p. 3. Para o POR, em países que não possuíam ainda esse “relativo desenvolvimento industrial”, como “Bolívia, Peru, Equador, Guatemala [e] Venezuela”, “a resistência ao imperialismo” se fazia “através de movimentos particularmente das massas camponesas e pequeno-burguesas urbanas organizadas em seus partidos”. Vale destacar ainda que, como veremos mais à frente, o POR, em momento posterior, realizará uma interpretação da relação centro-periferia no capitalismo na qual percebe que pode haver desenvolvimento industrial nos países latino-americanos submetidos ao imperialismo, e que esse desenvolvimento é até mesmo estimulado por este último.

<sup>280</sup> SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência. Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 91.

México] o homem forte do país orientado à esquerda.”<sup>281</sup> Como vimos em uma outra citação exposta anteriormente, tais governos manobriariam com o proletariado, “chegando inclusive a fazer-lhe concessões”, com o fito de obter uma relativa independência frente ao imperialismo.

Essas considerações de Trotsky, no nosso entendimento, aproximam-se bastante da idéia da “política de massas” de Ianni e de Weffort, na qual “o governo populista é obrigado a pôr em prática ou estabelecer as condições mínimas ao exercício da cidadania, por parte [das] massas”<sup>282</sup> (salário mínimo, férias remuneradas, escola primária gratuita, assistência médica etc.), o que permitiria utilizá-las como base para suas “manobras”. Nessa política de colaboração levada a cabo pelo Estado populista, se uniriam “as forças políticas de várias classes, ou seus grupos, para propor e impor um programa alternativo àquele sustentado pelas oligarquias e o imperialismo”.<sup>283</sup> Numa interpretação parecida, o POR reconheceu em Vargas a representação política, no interior de seu segundo governo, de uma frente única constituída por pecuaristas interessados no mercado interno e pela burguesia industrial nacional, ambos setores que, objetivando resistir à “política asfixiante e monopolista do imperialismo”, procuravam apoio nas massas populares.<sup>284</sup>

Essa busca de apoio nas massas populares por parte dos Estados periféricos em seus embates com o imperialismo foi também destacada por Florestan Fernandes. Descartando, como já vimos, a possibilidade de a “burguesia nacional” realizar uma autêntica revolução “democrática” e “nacional”, o sociólogo compreendia, entretanto, o fato de as classes dominantes dos países submetidos ao imperialismo serem, *em determinados momentos e de modo bastante restrito*, obrigadas a abrir seus Estados à presença dos setores explorados:

A burguesia [dos países periféricos] tende a maximizar seus alvos puramente econômicos nas fases de transição ao capitalismo e a minimizar suas identificações ideais ou utópicas com a “democracia” e com a “revolução nacional”. Todavia, é em condições concretas de tal natureza que ela se vê compelida a criar um espaço político seguro, seja para enfrentar e debelar a pressão de baixo para cima (de massas mais ou menos excluídas e oprimidas), seja *para ter base política de barganha e de auto-proteção nas relações com as nações capitalistas hegemônicas e com a burguesia internacional*, seja, enfim, para vincular o rápido crescimento de um Estado forte intervencionista aos seus próprios interesses de classe e ao padrão de dominação de classe.<sup>285</sup>

As considerações de Trotsky no que diz respeito à relação do Estado com o proletariado nos regimes latino-americanos do período analisado aproximam-se também, a nosso ver, do conceito de Weffort (comungado igualmente por Ianni) de “Estado de Massas”. Segundo Weffort, diante da impossibilidade de alguma das “débeis” frações da burguesia

---

<sup>281</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

<sup>282</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 126.

<sup>283</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>284</sup> SOUZA, M. “La caída de Vargas – el desarrollo de los acontecimientos”. *Revista Marxista Latino-Americana*, nº. 2-3, janeiro de 1955, p. 25-43, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 51-52.

<sup>285</sup> FERNANDES, Florestan. “Imperialismo e revolução autocrático-burguesa” in \_\_\_\_\_. *Em busca do socialismo...* *Op. cit.*, p. 134. Grifos nossos.

brasileira assumir o poder sozinha – Trotsky e o POR também ressaltaram essa “relativa debilidade da burguesia nacional”<sup>286</sup> – formou-se entre essas um “Estado de compromisso” que, carecendo de legitimação, foi buscá-la justamente nas massas urbanas.<sup>287</sup> Para Weffort, o populismo “foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das massas populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios, e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político”.<sup>288</sup>

A idéia de um “Estado de compromisso” que vai buscar legitimidade nas massas populares também aparece no trabalho de Ianni sobre o cardenismo. Segundo o sociólogo, sob o governo mexicano em questão

se realiza uma espécie de união nacional, na qual camponeses, operários, empregados, funcionários e militares se organizam politicamente sob o mando de Cárdenas. Este é, em uma primeira aproximação, o *Estado de compromisso* que surge sob o governo Cárdenas. No jogo das relações entre grupos e classes sociais, caudilhos civis e militares, estruturas estatais e intermediárias, interesses político-econômicos internos e externos, o Estado mexicano acaba por se tornar extraordinariamente poderoso.<sup>289</sup> [...]

Com o *apoio das massas rurais e urbanas*, e atendendo algumas de suas reivindicações, o partido da revolução [PRM] e o governo ampliam e consolidam as bases sociais e econômicas de uma estratégia nacionalista e estatizante de desenvolvimento capitalista.<sup>290</sup>

Trotsky, invocando justamente o peso das massas populares na constituição dos Estados “semibonapartistas democráticos”, referiu-se a estes enquanto Estados “com tendências para as massas [*tendencias hacia las masas*]”.<sup>291</sup> Já o POR, em suas análises sobre o processo de industrialização no Brasil, considerou que este acarretou o surgimento de “novas forças sociais” na esfera política nacional, o “proletariado industrial e agrícola”. Assim, a entrada em cena das massas populares acabava por obrigar “todos os setores das classes governantes a terem em conta, nos seus planos, as ações e reações da classe trabalhadora”.<sup>292</sup> Alguns anos depois, a POLOP, em um texto supracitado, considerou que a partir da “contra-revolução” de 1932, “as massas populares”, “um novo elemento” que havia surgido no cenário nacional, passaram a encontrar “expressão na estrutura do poder burguês”.<sup>293</sup> É importante chamarmos a atenção para o fato de que inclusive a visão da POLOP sobre o papel das massas no Estado pós-oligárquico é anterior à produção de Weffort

---

<sup>286</sup> TROTSKY, L. “La industria nacionalizada...”. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>287</sup> WEFFORT, Francisco. “Estado e massas no Brasil”. *Op. cit.*, p. 50-51.

<sup>288</sup> WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 61.

<sup>289</sup> IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* *Op. cit.*, p. 39-40. Tradução nossa. Grifos nossos.

<sup>290</sup> *Idem*, p. 91. Grifos nossos.

<sup>291</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p.124. Tradução nossa.

<sup>292</sup> MARTINS, L. “Nenhum crédito ao Governo JK” in *Frente Operária*, n.º. 19, 1956, *apud* LEAL, M. *Op.cit.*, p. 106.

<sup>293</sup> PINTO, A. “Apontamentos sobre a revolução brasileira” in POLOP. *Política Operária* n.º. 5 (revista). *Op. cit.*, p. 32.

dedicada ao populismo, já que tal perspectiva da organização política está contida em uma revista que, conforme já destacamos algumas páginas, data de janeiro-fevereiro de 1963, enquanto que o primeiro trabalho do cientista político acerca da temática mencionada (como também já foi dito há pouco) foi escrito, segundo o próprio autor, em setembro do mesmo ano.

*A natureza bonapartista dos regimes latino-americanos pós-oligárquicos*

A própria afirmação por parte de Trotsky da existência de uma natureza “semibonapartista” (“semidemocrática”) nesses regimes latino-americanos encontra um sugestivo paralelo nas elaborações do POR e nos trabalhos dos dois cientistas sociais brasileiros em questão.

Nomeando-os de “bonapartismos *sui generis*”, Trotsky destacava a essência bonapartista dos governos latino-americanos, ao mesmo tempo em que salientava as peculiaridades destes em relação à experiência bonapartista clássica, européia. Por se tratarem de países de desenvolvimento retardatário e, principalmente, submetidos ao imperialismo, os “bonapartismos *sui generis*” se originariam justamente da relação entre o capital estrangeiro, a classe trabalhadora e a burguesia nacional, sendo esta última uma classe social subordinada ao primeiro e oposta à segunda (“uma camada controlada pelo capital estrangeiro e ao mesmo tempo oposta aos operários”).<sup>294</sup> Dadas essas condições entre as classes sociais, existiria então um “regime semibonapartista entre o capital estrangeiro e o capital nacional, o capital estrangeiro e os trabalhadores”.<sup>295</sup>

O POR diagnosticou por várias vezes a existência de traços bonapartistas no “nacionalismo-burguês” que gozou de muita força no Brasil dos anos 50 até o Golpe de 1964. É necessário frisar, contudo, que a constatação de uma tendência ao bonapartismo na sociedade brasileira já havia sido realizada por outras organizações trotskistas pretéritas. Em um texto redigido poucos meses após o levante armado que derrubou Washington Luís, Mario Pedrosa e Lívio Xavier, à época membros da LC, apontaram traços bonapartistas já nos governos da República liberal-oligárquica brasileira. Segundo os militantes da primeira geração de trotskistas no Brasil,

a contradição que faz com que o imperialismo – ao revolucionar de modo permanente a economia dos países que lhe são submetidos – atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo. [...] O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista. Esse processo acentuou-se aqui (Brasil) desde a Grande Guerra, coincidindo com o domínio preponderante do imperialismo norte-americano no cenário mundial, especialmente na América Latina. Ou seja, desde

---

<sup>294</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132.

<sup>295</sup> *Idem.*



o governo de Epiácio Pessoa. Então a reação tornou-se sistemática e assumiu caráter de classe muito claro. A apologia dos governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária, que surgiu entre a fumaça das chaminés das fábricas e dos *dreadnoughts* americanos. O governo Epiácio Pessoa (1920-1922) assinala o ponto culminante da vaga de constitucionalismo e do fetichismo da autoridade constituída. Durante os quatrênios seguintes o governo [Artur Bernardes] foi presa da obsessão histórica da ordem do regime social. Washington Luís [...] representa a hipertrofia do poder executivo, já separado dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder.”<sup>296</sup>

É interessante notar que Pedrosa e Xavier detectam essa natureza bonapartista da dominação capitalista no Brasil antes mesmo do início do regime populista no país, este sim considerado depois por alguns cientistas sociais como possuindo contornos bonapartistas, conforme veremos logo à frente. Essa constatação dos trotskistas devia-se a um entendimento, baseado na *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky, de que não seria possível às burguesias periféricas, como vimos, realizar uma dominação democrática em seus países. Retardatária, vinculada ao imperialismo desde sua gênese, e tendo o proletariado as apossando permanentemente, a burguesia industrial brasileira não teria condições de, tal como suas irmãs das nações centrais, fazer uso da democracia burguesa em sua forma clássica enquanto instrumento de dominação de classe. Subordinada estruturalmente ao capital estrangeiro e com interesses não-antagônicos – no que diz respeito à questão da propriedade – aos das elites fundiárias, nossa burguesia não poderia, ou melhor, não necessitaria conduzir amplas camadas populares em direção a transformações democráticas da sociedade que atacassem vitalmente as oligarquias e o imperialismo.

Alguns anos mais tarde, Trotsky sintetizaria essas idéias numa afirmação peremptória: “O regime democrático é a forma mais aristocrática de governar um país. Ele só é possível para uma nação rica.”<sup>297</sup>

O POR, nas páginas de seu jornal *Frente Operária*, chegou a usar eventualmente o conceito de bonapartismo para classificar o segundo governo Vargas.<sup>298</sup> No mês final da curta passagem de Jânio Quadros pela Presidência da república, em agosto de 1961, o POR analisou que o governo estaria “marchando para o bonapartismo”, e que este “poder bonapartista” seria “dirigido fundamentalmente contra as massas, para cujas reivindicações não tem solução, e não contra as forças reacionárias que entravam a política de reformas”.<sup>299</sup>

---

<sup>296</sup> CAMBOA, M. e LYON, L (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise da situação econômica do Brasil”. *Op. cit.*, p. 74-75. Grifos dos autores. O governo de Epiácio Pessoa foi, como se sabe, de 1918 a 1922. Ao colocarem nos parênteses ao lado do nome do presidente a data de 1920 como marco inicial, os autores do documento provavelmente se referem a uma inflexão reacionária por parte do governo de Pessoa ocorrida nesse ano.

<sup>297</sup> TROTSKY, León. “Discussões sobre o Programa de Transição” in *Programa de Transição... Op. cit.*, p.74.

<sup>298</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 169.

<sup>299</sup> POR. “A Marcha para o autoritarismo e a forma de fechar-lhe o caminho” in *Frente Operária*, nº. 52, 1961, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p.113. A interpretação do golpe frustrado de Jânio Quadros como uma tentativa de golpe bonapartista foi feita também por Moniz Bandeira, então militante da POLOP. (BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979).

Contudo, seria a partir do governo Goulart (1961-1964) que a terminologia apareceria com mais freqüência, em meio às análises das crises políticas que se proliferavam. Segundo Murilo Leal, o POR, a partir da greve geral que derrubou Auro de Moura Andrade,<sup>300</sup> começou a vislumbrar o surgimento de uma ala bonapartista de tipo “nasserista” no país, identificada por políticos como Jânio Quadros, San Tiago Dantas e o próprio presidente João Goulart.<sup>301</sup> Quando da crise gerada pela rebelião dos sargentos em setembro de 1963 (ocasionada pelo não reconhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal da “elegibilidade” dos sub-oficiais),<sup>302</sup> o POR realizou uma análise em que enxergava uma acentuação dos traços bonapartistas do regime político vigente, e expôs seu entendimento acerca do conceito:

Quando o poder da classe dominante não pode mais apoiar-se no domínio social e político, surge o fenômeno do bonapartismo, do nasserismo (...) o bonapartismo tende a substituir a autoridade direta da classe dominante – que não existe mais – por uma equipe que governa com aparente independência, em meio [a] forças sociais em conflito. O bonapartismo serve ainda aos interesses da classe dominante, porém, não pode basear-se nela para governar (...). O bonapartismo substitui a burguesia no exercício direto do poder, em princípio para preservar seus interesses históricos de classe, que ela não mais está em condições de gerir.

Por isso o bonapartismo puxa forças do movimento de massas e pode fazê-lo na medida em que este não tem direção revolucionária nem centro organizativo independente (...).

Nesta última crise se reforçaram as tendências bonapartistas e nasseristas que estão à esquerda de Goulart: Assis Brasil, [Pedro Paulo de Araujo] Suzano, Aragão, [Osvino] Ferreira Alves e também, de certo modo, Brizola, Neiva Moreira etc.<sup>303</sup>

No ambiente de crise gerada pela tentativa de implantação do estado de sítio por Goulart em outubro de 1963, o POR detectou, novamente, a possibilidade cada vez maior da ocorrência de um golpe de Estado de tipo bonapartista no país, desferido agora por parte de setores reformistas e “nacionalistas” da burguesia, e afirmou, de forma surpreendente, que não se colocaria contra esse provável golpe de caráter “nasserista”.<sup>304</sup>

---

<sup>300</sup> Quanto à mobilização dos trabalhadores que derrubou o primeiro-ministro Auro de Moura Andrade, ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2002, p. 59.

<sup>301</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 170.

<sup>302</sup> A Constituição de 1946 não concedia aos suboficiais o direito de se candidatarem para cargos eletivos. No entanto, nas eleições de 1962, vários sargentos elegeram-se, recorrendo imediatamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de assumirem seus postos no Poder Legislativo. No dia 11 de setembro, o STF decidiu pela inelegibilidade dos sargentos por sete votos a um. Como resposta, cerca de seiscentos sargentos, cabos e soldados rebelaram-se em Brasília contra a decisão judicial e ocuparam os Ministérios da Marinha, da Justiça, a Base Aérea e a Área Alfa da Marinha. O presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Clóvis Mota, e o ministro do STF, Victor Nunes Leal, ficaram sob o poder dos insurgentes. O levante foi dominado poucas horas depois de iniciado. João Goulart afirmou que, em horas como aquelas, o governo seria sempre inflexível na manutenção da ordem e na preservação das instituições. Quanto a este episódio, ver, entre outras obras, VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalam o Brasil* (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 451.

<sup>303</sup> POR. “O sentido da crise atual” in *Frente Operária*, n.º. 104, 1ª quinzena de outubro de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 170-171.

<sup>304</sup> POR. “As tendências atuais da situação” in *Frente Operária*, n.º. 112, 12 de dezembro de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 173.

Octavio Ianni, trabalhando com textos de Trotsky sobre a América Latina, realizou uma interessante discussão acerca do “caráter bonapartista assumido com frequência pelo populismo latino-americano”:<sup>305</sup>

O exame da conotação bonapartista do populismo pode abrir alguma perspectiva histórica nova à discussão do problema da composição de classes no populismo.

É inegável que nos governos, regimes ou Estados populistas têm surgido elementos típicos do bonapartismo. Em primeiro lugar, o “equilíbrio” das classes sociais que participam da coalizão populista é um componente básico do bonapartismo. Em segundo lugar, no populismo tem sempre ocorrido a hipertrofia do Executivo, ou o que é equivalente, a submissão do Legislativo ao Executivo. Todo governo populista tende a ser forte, semiditatorial ou simplesmente ditatorial, como no bonapartismo. Em terceiro lugar, por fim, o governo populista, da mesma forma que o bonapartista, trata de organizar o poder além do aparelho estatal; ou, à reversa, trata de incorporar ao aparelho estatal sindicatos e partidos. A combinação Estado-partido-sindicato é o produto e, ao mesmo tempo, o sustentáculo do governo populista mais típico. Nesse contexto, o chefe do governo – seja Cárdenas, Perón ou Vargas – aparece como o benfeitor de todas as classes identificadas com a Nação; ele se apresenta como quem tem a missão de instaurar a paz social, para salvaguardar a ordem burguesa.<sup>306</sup>

Após este trecho que reproduzimos acima, Ianni transcreve em forma de citação destacada uma parte do artigo de Trotsky “Os sindicatos na época da decadência imperialista”<sup>307</sup> na qual o revolucionário russo versa justamente sobre as duas modalidades de bonapartismo assumidas pelos Estados latino-americanos.<sup>308</sup> É a única vez que Trotsky ganha um destaque significativo no debate do sociólogo acerca do populismo latino-americano.<sup>309</sup>

Contudo, após demonstrar essa proximidade entre “bonapartismo” e “populismo”, Ianni objeta que “talvez haja um aspecto no bonapartismo que o torne particularmente – se não essencialmente – distinto do populismo”.<sup>310</sup> Segundo Ianni, o bonapartismo surge da incapacidade de se resolver em determinado momento, por meio do conflito, a contradição entre os elementos antagônicos fundamentais na sociedade, isto é, a luta das classes sociais pelo poder: o bonapartismo se impõe “quando nenhuma das classes sociais em confronto

---

<sup>305</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 45.

<sup>306</sup> *Idem*, p. 45-46.

<sup>307</sup> TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in \_\_\_\_ *Escritos latino-americanos. Op. cit.*

<sup>308</sup> O fragmento de Trotsky transcrito por Ianni foi também citado por nós algumas páginas atrás (página 99) e encontra-se, como dissemos, em “Os sindicatos na época da...”. Ianni, entretanto, segundo sua própria nota de rodapé, retirou tal fragmento da obra de Jorge Abelardo Ramos intitulada *Historia de la Nación Latinoamericana*. (Buenos Aires: A. Pena editor, 1968, p. 450.). Este último autor, por sua vez, ainda segundo a nota de rodapé de Ianni, obteve a citação de Trotsky na obra TROTSKY, L. *Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina* (Buenos Aires: ed. Coyoacán, 1961, p. 15), provavelmente uma coletânea de artigos do revolucionário sobre nosso continente que deve incluir o artigo “Os sindicatos na época da...”. Ver IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 47, nota 4.

<sup>309</sup> Como vimos no capítulo anterior, ao falar sobre o *desenvolvimento desigual e combinado* da América Latina, Ianni menciona esta lei de Trotsky e remete em nota à *História da revolução russa* do mesmo. Em outra passagem em que faz referência muito rapidamente à forma particular de bonapartismo que significou o regime kerenskista na Rússia, Ianni remete de novo em nota à mesma obra do revolucionário (mais particularmente ao capítulo “Os elementos do bonapartismo na Revolução Russa”). IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 47, nota 6.

<sup>310</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 47.

dispõe de condições para impor seu mando às outras”.<sup>311</sup> Recorrendo aos escritos de Gramsci sobre o “cesarismo” (que era como o marxista italiano se referia ao bonapartismo),<sup>312</sup> Ianni define o bonapartismo como uma “coalizão de antagônicos”, uma “paz” surgida a partir da principal contradição social. Entretanto, para Ianni, não seria isso o que ocorreria no caso do populismo:

No bonapartismo, pois, o que parece ser essencial é uma situação de antagonismo de classes na qual a própria contradição e a impotência relativa das classes obrigam-nas a acomodarem-se entre si. Nesse caso, o controle do poder surge como um produto político paradoxal das contradições de classes; paradoxal porque exprime uma paz de antagônicos, estabelecida pela impossibilidade de continuação da luta.

Não seria essa a situação no peronismo, nem no varguismo. Nos dois casos, as contradições principais eram as contradições entre a própria coalizão e as estruturas oligárquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder. Isso não significa que os antagonismos internos, em ambos, não eram um elemento dinâmico importante. Mas eram secundários na definição do regime. Nota-se, porém, que no peronismo, por exemplo, nos últimos anos de sua vigência, as contradições internas do regime parecem ter ganho maior significação, influenciando bastante as condições de seu colapso. Aliás, em outros governos populistas latino-americanos ocorreu fato semelhante: em certas ocasiões críticas, as contradições internas, entre as classes sociais que compunham o pacto, adquiriam maior importância ou podiam mesmo tornar-se decisivas.<sup>313</sup>

Também em seu ensaio sobre o governo Cárdenas, a idéia de um regime bonapartista se faz presente, ainda que de forma implícita:

De fato, sob o governo Cárdenas, o povo é organizado – em suas atividades políticas, econômicas e culturais – pelo poder público, e organizações vinculadas a este. A maior parte das mensagens ideológicas e culturais recebidas pela população é proveniente do aparelho estatal. Ao mesmo tempo, o Estado aparece na prática e no pensamento das pessoas, grupos e classes sociais como núcleo principal de todas as relações [...]. Visto em seu movimento histórico, contudo, o governo Cárdenas mostra um Estado que organiza, articula e dinamiza as relações de produção, as forças produtivas e a acumulação privada e pública de capital. Sob esse governo a formação social capitalista do país amadurece suas relações e estruturas básicas.<sup>314</sup>

Fica claro, portanto, que a noção de “bonapartismo”, tanto pela positiva quanto pela negativa, ora aparecendo abertamente, ora não, é trazida por Ianni para seu debate sobre a etapa populista da América Latina populista.

---

<sup>311</sup> *Idem.*

<sup>312</sup> Vale lembrar, entretanto, que o próprio Marx já havia alertado para os problemas do uso “cesarismo” para dar conta de fenômenos políticos situados na modernidade capitalista: “Finalmente espero que o meu trabalho [*O 18 brumário de Luís Bonaparte*] possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado *cesarismo*. Nesta analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada entre os cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. Esquece-se a significativa frase de Sismondi: ‘O proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado.’ Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antigas e modernas, as formas políticas produzidas por elas não de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel.” (MARX, K. “Prefácio do autor para a segunda edição” in \_\_\_\_\_. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 9. Grifo do autor.).

<sup>313</sup> IANNI, Octavio. *A formação do estado populista...* *Op. cit.*, p. 47-48.

<sup>314</sup> IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* *Op. cit.*, p. 25-26. Tradução nossa.

Ainda mais reticente que Ianni, Francisco Weffort, para evitar, segundo ele próprio, comparações entre países de diferentes formações capitalistas,<sup>315</sup> preferiu não aplicar as categorias de “bonapartismo”, “bonapartista” etc. para caracterizar o populismo brasileiro, mas afirmou em nota de rodapé que “dentro da experiência histórica europeia o ‘bonapartismo’ seria talvez a situação política mais próxima dessa que procuramos descrever para o Brasil”.<sup>316</sup>

Nas análises de cunho trotskista, tal como nos trabalhos dos acadêmicos em questão, pode-se perceber a idéia de que a experiência bonapartista europeia guarda semelhanças com os regimes latino-americanos tratados; assim como é claro que tanto em Trotsky e em seus discípulos do POR, quanto nos cientistas sociais brasileiros, existe uma preocupação em afirmar a existência de condições históricas próprias à periferia do sistema capitalista que condicionam seus regimes políticos. Foi essa preocupação com o reconhecimento da existência de historicidades distintas entre as nações *avançadas* e *atrasadas* – o que está diretamente relacionado aos papéis desempenhados pelas classes sociais nestes dois “grupos” de países – que fez com que Trotsky, o POR, Ianni e Weffort, cada um a seu modo, acentuassem as diferenças entre o bonapartismo europeu e o “bonapartismo latino-americano”. Enquanto o revolucionário russo fez uso da expressão “*sui generis*”, o POR, seguindo as orientações de Posadas, associou a emergência de um bonapartismo de cunho “nacionalista” (“nasserista”) no Brasil à natureza “terceiro-mundista” do país.<sup>317</sup> Já Octavio Ianni, como vimos um pouco acima, mostrou-se igualmente preocupado em estabelecer as diferenças entre o bonapartismo clássico (europeu) e o latino-americano, apresentando de que maneira “bonapartismo” e “populismo” se aproximavam e se diferenciavam.<sup>318</sup> Weffort, por sua vez (como também foi visto), admitiu a proximidade entre ambos os regimes, mas optou por não utilizar o termo que nomeia o primeiro para trabalhar com o segundo.

Outros cientistas sociais brasileiros também trabalharam com a categoria de “bonapartismo” para compreender a formatação política do Estado brasileiro no período pós-oligárquico. Fazendo uso das elaborações de Gramsci acerca de duas modalidades de *cesarismo*, João Quartim de Moraes afirmou:

O regime oriundo da Revolução de 1930, embora se apoiando num Exército comprometido com seus objetivos essenciais (primado do ponto de vista nacional sobre o regionalismo das oligarquias da República Velha, centralização orgânica do aparelho estatal, promoção pelo Estado do desenvolvimento industrial etc.) assumiu, na medida em que se consolidou o poder e o prestígio pessoais de Getúlio Vargas, o caráter de um “cesarismo progressivo” no estrito sentido de Gramsci (criação de um novo tipo de Estado, compatibilizando forças sociais em conflito não-antagônico e abrindo caminho para as tendências progressistas do movimento histórico). A partir de 1935, no

---

<sup>315</sup> WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 70 (nota 11).

<sup>316</sup> *Idem.*

<sup>317</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 173-174.

<sup>318</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op.cit.*, p. 47-48.

entanto, o impulso progressista aberto pelo combate dos “tenentes” e vitorioso em 1930 deslocou-se para a Aliança Nacional Libertadora, portadora de um projeto de reformas sociais avançadas. Para contê-la, Vargas recorreu a medidas repressivas e provocadoras, às quais os dirigentes da ANL responderam com uma aventura insurrecional fracassada. Vitorioso e mais poderoso do que nunca, o César acentuou a virada de seu regime no rumo de um “cesarismo policial”, institucionalizado, dois anos mais tarde, com o Estado Novo. [...] Mas a singularidade do destino histórico do cesarismo varguista está em sua nova virada, desta vez de sentido progressivo, que o conduziu a fazer do sindicalismo corporativista de Estado sua principal base de apoio político. Evolução que não foi aceita pelas cúpulas militares que o haviam ajudado a instaurar o “Estado Novo”.<sup>319</sup>

Luiz Alberto Moniz Bandeira, ex-militante da POLOP, foi outro intelectual marxista que analisou o regime político instaurado em 1930 no Brasil enquanto um regime bonapartista. Segundo Bandeira, Vargas “jogou com o proletariado para impedir que a burguesia industrial e a oligarquia se assenhoreassem completamente do poder. [...] O *bonapartismo de Vargas* apresentou [...] um caráter extremamente complexo, mesclando traços social-democráticos e fascistas, ao longo de 15 anos de duração”.<sup>320</sup>

Como verificou Murilo Leal,<sup>321</sup> Leôncio Martins Rodrigues, ex-militante do POR, utilizou em sua produção acadêmica a categoria de “bonapartismo getulista” para dar conta da relação entre o poder executivo e as classes sociais sob o período 1930-1945:

A instauração do Estado Novo completou um processo geral de capitulação da “sociedade civil” face ao Estado. Trata-se de uma evolução que teve seu ponto de arranque em 1930. A instauração do Estado Novo foi sua culminação. O novo regime não [sic] resultou de um pacto ou acordo – ainda que implícitos – entre as classes proprietárias entre si, entre elas, ou facções delas, e as classes populares. Embora falte ao getulismo o apoio de uma massa camponesa, o Estado getulista apresenta muitos outros componentes que caracterizaram o tipo bonapartista de Estado: 1) o elevado grau de autonomia do aparato estatal ante as classes sociais; 2) o autoritarismo popular; 3) a centralização do Poder; 4) o apoio na burocracia e nas Forças Armadas; 5) a presença do chefe político todo poderoso com traços carismáticos; 6) a demagogia com relação às classes baixas, as quais pretende representar ou defender; 7) a inexistência de partido político e de uma ideologia mais elaborada; 8) o relacionamento direto e pessoal, altamente emotivo, entre o chefe e o “baixo povo”, que atua como *massa* e não como *classe*.<sup>322</sup>

---

<sup>319</sup> MORAES, João Quartim de. “O argumento da força” in OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. [et. al]. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 32-33.

<sup>320</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 31. Grifos nossos.

<sup>321</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 169.

<sup>322</sup> RODRIGUES, L. M. “Sindicalismo e classe operária” [1930-1964] In FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. X, p. 532. Grifos do autor. Eli Diniz é outra autora que trabalha com a idéia de uma “autonomia relativa do Estado” (suas palavras) no processo político iniciado em 1930. Ver DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes” in FAUSTO, B. *Op. cit.*, p. 79-120. Conforme já afirmamos, desde o debate sobre a caracterização política da Alemanha às vésperas da vitória do nazismo, a categoria “bonapartismo” passou a ser muito mais utilizada pelos agrupamentos e militantes de matiz trotskista do que pelos partidos comunistas (estalinistas), que, abusivamente, lançavam mão da categoria de “fascismo” para definir qualquer regime possuidor de uma estrutura política mais centralizada. Nesse sentido, não achamos ser mera coincidência o fato de que a utilização da categoria de “bonapartismo” para dar conta de momentos políticos da vida brasileira tenha sido feita, na enorme maioria da vezes, por intelectuais marxistas críticos às teses *pecebistas*, como Carlos Estevam Martins (ver *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil* [Rio de Janeiro: Graal, 1977], que caracteriza a ditadura militar brasileira como um regime “bonapartista”) e o próprio Moniz Bandeira (ver, além de *Brizola e o Trabalhismo*, a obra, também já citada, *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*). Uma das exceções que parece confirmar a regra é o próprio João Quartim de Moraes. Ex-militante da POLOP e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o autor, recém-convertido ao estalinismo, trabalhou, como vimos, com a idéia de bonapartismo (“cesarismo”, nas suas palavras) para interpretar o(s) regime(s) político(s) existentes no Brasil no período 1930-1945. Entretanto, ciente do debate político intra-

A “autonomização relativa” do Estado, elemento típico do fenômeno bonapartista, foi apontada (não necessariamente nesses termos) por Trotsky e seus seguidores do POR, assim como por Ianni e Weffort, enquanto uma característica expressiva dos regimes latino-americanos iniciados na década de 1930. Tanto do ponto de vista político como econômico – instâncias que, para os marxistas, são impossíveis de serem dissociadas por completo –, Trotsky, o POR, Ianni e Weffort chamaram a atenção para o forte peso do Estado nos regimes políticos em questão.

A partir da análise da dinâmica entre as classes sociais e os Estados na América Latina, Trotsky afirmou, como vimos, que estes últimos acabavam por se elevar, “por assim dizer, por cima das classes”, e chegavam mesmo a desempenhar, às vezes, o papel de “árbitros”.<sup>323</sup> O POR, tal como observamos há pouco, considerou que o regime “democrático” brasileiro seria marcado por fortes traços bonapartistas que levariam os governantes e as “equipes” de governo a atuarem com uma “aparente independência, em meio [a] forças sociais em conflito”.

Quanto à sociologia brasileira, é bastante conhecida nas elaborações de Ianni e Weffort sobre o “populismo” brasileiro a atribuição ao Estado de um papel arbitral diante das classes sociais, na qual o “chefe de Estado”, “nas funções de árbitro”, “passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo”, estabelece “alianças com os setores urbanos das classes dominadas” e encarna “a imagem da soberania do Estado, em face das forças sociais em conflito”.<sup>324</sup> Para Ianni, mesmo quando o populismo assumia uma forma ditatorial, essa *ditadura populista* não implicava na “ditadura da burguesia ou dos assalariados, e muito menos na da classe operária”:

Ela mantém o caráter policlassista, ainda que não em todos os níveis do poder. O Estado é representado pelas forças que se acham no poder como se representasse, ao mesmo tempo, todas as classes e grupos sociais, mas vistos como “povo”, como uma coletividade para a qual as tarefas do nacionalismo desenvolvimentista pacificam e harmonizam os interesses e os ideais. O Estado é proposto e imposto à sociedade como se fora o seu melhor e único intérprete, sem a mediação dos partidos.<sup>325</sup>

---

marxista que envolve a terminologia, João Quartim de Moraes, em tom um tanto quanto hostil em relação a Trotsky e seus seguidores, ressaltou, em nota de rodapé, que a diferenciação entre “fascismo” e “bonapartismo” foi um “cavalo de batalha do trotskismo” (MORAES, João Quartim de. *Op. cit.*, p. 15-16, nota 4).

<sup>323</sup> TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”. *Op. cit.*, p. 171.

<sup>324</sup> WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 70-71.

<sup>325</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 128.

Diretamente ligado a essa função arbitral do Estado, estaria também o papel desempenhado por este enquanto promotor direto do desenvolvimento capitalista. Abordando as particularidades da modernização industrial latino-americana, Ianni afirmou que “sob os governos populistas, o aparelho estatal adquire novas dimensões, como força produtiva. Mais do que apenas disciplinar e fazer respeitar as normas da atividade econômica, ele atua diretamente como agente econômico”.<sup>326</sup> Para o sociólogo, durante os regimes populistas no continente,

nacionalizaram-se empresas estrangeiras e reformularam-se as condições de entrada e saída de capital estrangeiro. Reservaram-se alguns setores infra-estruturais da economia a empresas estatais ou mistas. O poder público criou empresas ou incentivou a sua criação em novos setores ou subsetores econômicos. Ao mesmo tempo, punham-se em prática outros regulamentos, relativamente aos movimentos do capital nacional e estrangeiro no país, e estabeleciam-se critérios gerais e especiais, quanto às condições de oferta e demanda de força de trabalho no mercado urbano.<sup>327</sup>

Acerca do governo Cárdenas, observou Ianni:

Sob o governo Cárdenas, o Estado se transforma em uma força produtiva básica e complexa. O modo mediante o qual se organizam e põem em prática as políticas, as decisões e as empresas estatais cria condições bastante favoráveis à progressiva e ampla transformação do excedente econômico potencial em excedente econômico efetivo. As atuações do aparato estatal dinamizam as forças produtivas, reorganizam produtivamente as relações de produção e intensificam a acumulação de capital, nos setores públicos e privados da economia. Ao mesmo tempo transformam o setor público da economia e as mesmas estruturas estatais em componentes ativos da acumulação privada. Por diversas formas, o poder público subsidia e avaliza, política e economicamente, a expansão e diferenciação do setor privado. Simultaneamente, o Estado e a sociedade, isto é, o poder estatal e as classes sociais, encontram uma integração dinâmica na qual se realizam e se expressam reciprocamente, no quadro de uma formação social capitalista.<sup>328</sup>

Trotsky também destacou a forte presença do Estado no controle de setores estratégicos da economia, tendo por base a relação dialética entre o capital estrangeiro, burguesia nacional e os trabalhadores na América Latina. Buscando decifrar o sentido da estatização dos poços de petróleo efetivada pelo governo mexicano – que os tomava do “capitalismo estrangeiro sem entregá-lo, contudo, aos capitalistas nacionais” –, Trotsky afirmou que se Cárdenas não os distribuía ou não os vendia para a burguesia mexicana era, sobretudo, porque tinha “medo da luta de classe dos operários”, e então optava por dá-los ao

---

<sup>326</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 134.

<sup>327</sup> *Idem.*

<sup>328</sup> IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* *Op. cit.*, p. 137. Tradução nossa.



Estado: “Criaram assim um *capitalismo de estado* que nada tem a ver com o socialismo. É a forma mais pura de *capitalismo de estado*”.<sup>329</sup>

No entanto, o aspecto “nacionalista” desses novos regimes latino-americanos – conferido, fundamentalmente, pelo mencionado tipo de intervenção estatal realizada na economia – foi relativizado tanto por Trotsky e o POR quanto pelos cientistas sociais brasileiros.

Para Trotsky, como vimos, as burguesias nacionais da América Latina eram incapazes de “lançar uma luta séria contra toda a dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional por temer[em] desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que por sua vez ameaçaria sua própria existência social”. De modo quase idêntico, Octavio Ianni afirmou que “para a burguesia não interessa levar o nacionalismo demasiado longe, já que uma luta mais aberta com o imperialismo pode abrir aos trabalhadores perspectivas políticas incontroláveis por ela. Para a burguesia nacional, a condição subalterna, em sua relação com o imperialismo, parece ser um preço menor do que o risco do confronto político com os trabalhadores”.<sup>330</sup> Por seu turno, o POR também apontou os limites do nacionalismo-burguês latino-americano:

O nacionalismo-burguês não passa, objetivamente, por um lado, de uma forma de pressão sobre o imperialismo. Por melhores condições nos investimentos e empréstimos (...) e por outro lado, de um falso objetivo apresentado às massas para controlá-las, impedir que sigam uma política independente da burguesia, influenciando, sobretudo, [sobre] as camadas pequeno-burguesas.<sup>331</sup>

---

<sup>329</sup> TROTSKY, L. “Discussion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132. Tradução nossa. Grifos nossos. Talvez caiba aqui dizer ainda que, apesar de todas as particularidades categoriais que encerra, o termo “capitalismo de estado”, mencionado pelo revolucionário para dar conta do papel do Estado na economia mexicana, nos faz lembrar expressões como “estatismo”, “nacional-estatismo” e “intervencionismo estatal”, utilizadas por uma vasta gama de autores que se debruçou sobre a dinâmica industrialista brasileira do período 1930-1964. Lembramos também que o próprio Trotsky, em *A revolução traída*, apontou as diferenças existentes entre os conceitos de “capitalismo de Estado” e de “estatismo”: “Durante a guerra, e especialmente durante as experiências da economia fascista, o termo ‘capitalismo de Estado’ é frequentemente entendido com um sistema de intervenção e regulação econômica do Estado. Os franceses usam, para esse caso, um termo bem mais apropriado: o ‘estatismo’. O ‘capitalismo de Estado’ e o ‘estatismo’ têm certamente pontos comuns, mas, como sistemas, serão mais opostos do que idênticos. O ‘capitalismo de estado’ significa a substituição da propriedade privada pela propriedade estatal e tem, por isso, um caráter parcial. O estatismo, quer seja na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler, nos Estados Unidos de Roosevelt ou na França de Leon Blum, significa a intervenção do Estado nas bases da propriedade privada, para salvá-la.” (TROTSKY, L. *A revolução traída*. *Op. cit.*, p. 221-222.).

<sup>330</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado...* *Op. cit.*, p. 54.

<sup>331</sup> BLA [Bureau Latino-Americano da IV Internacional]. “Tesis programáticas de la Sección Brasileña de la IV Internacional para la discusión con grupos revolucionarios” in \_\_\_\_\_. *Boletim Informativo do Secretariado do BLA da IV Internacional*, nº. 2, maio de 1959, apud LEAL, M. *Op. cit.*, p. 124.

Outro aspecto que faz convergir os trabalhos acadêmicos em questão com as reflexões de Trotsky e as teses do POR brasileiro é a observação realizada por todos estes acerca da necessidade de subordinação dos sindicatos aos Estados latino-americanos a partir de determinada etapa histórica.

Um dos elementos marcantes do “populismo” brasileiro para Ianni e Weffort, assim como para uma série de outros autores, foi o forte controle exercido pelo Estado sobre o movimento sindical dos trabalhadores. Submetidos a uma estrutura sindical corporativista, de matriz fascista, a classe trabalhadora se viu privada de sua autonomia político-organizativa; todavia, em contrapartida, a legislação trabalhista, a partir da implementação de uma série de direitos pertinentes ao mundo do trabalho, teria fornecido às massas populares uma até então inexistente “cidadania” social, o que viabilizava, segundo tais autores, a existência do chamado “pacto populista”. Dada a necessidade de incorporação das massas ao processo político brasileiro, criada justamente em função da incapacidade de qualquer fração das classes dominantes de exercer a hegemonia, a “estatização” do movimento sindical e o conseqüente controle político dos trabalhadores teria sido uma condição vital para a preservação do *status quo* após a crise do sistema oligárquico.<sup>332</sup>

A estrutura sindical criada por Vargas possuiria, entretanto, não só a tarefa de coibir uma atuação operária que colocasse em risco o “Estado de compromisso” erguido pelas classes dominantes em 1930, mas também funcionaria como um instrumento que possibilitava a este, em momentos de crise do regime, a “mobilização” dos trabalhadores na defesa dos interesses do bloco de poder populista. Para Ianni, sob a tutela do Ministério do Trabalho, os sindicatos e seus dirigentes foram reduzidos a “instrumentos de manobras políticas às vezes totalmente alheias aos interesses dos assalariados” e as lideranças operárias e comerciárias se viram, muitas vezes, “obrigadas a formular uma linha de atuação política congruente, de alguma forma, com os interesses governamentais”.<sup>333</sup> Em um trecho que se tornaria bastante conhecido, Weffort assim resumiu as principais características do sindicalismo populista:

No plano da orientação, se subordina à ideologia nacionalista e apóia uma política de reformas e colaboração e classes. No plano da organização, se caracteriza por uma estrutura dualista na qual as “organizações paralelas” passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial de corte corporativista e apendicular do Estado. E, finalmente, no nível político, se subordina às vicissitudes da aliança formada à esquerda por Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas.<sup>334</sup>

---

<sup>332</sup> Alertamos o leitor que expusemos acima uma definição bastante simplista do “pacto populista”. De forma alguma, como tem pensado certos *revisionistas* do “populismo” – que chegam inclusive a rejeitar o termo, como veremos à frente –, tal definição dá conta da complexidade analítica presente nos trabalhos de Ianni e Weffort.

<sup>333</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo... Op.cit.*, p. 56-57.

<sup>334</sup> WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978, p. 18.

Para Weffort, portanto, mesmo as federações e confederações sindicais, as chamadas “organizações sindicais paralelas”, demonstraram-se incapazes de representar os reais interesses da classe trabalhadora brasileira. Tais entidades “intersindicais”, segundo o autor, apesar de não ligadas juridicamente ao Ministério do Trabalho (e, portanto, ilegais), teriam se constituído em organismos também burocratizados e atrelados, politicamente, ao Estado populista e aos políticos varguistas. Guiadas por uma política reformista, de “colaboração de classes”, e por uma ideologia “nacionalista”, organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Fórum Sindical de Debates (FSD), entre outras, se mostraram, na prática, extremamente “cupulistas”, afastadas de suas bases sindicais, e sem inserção significativa entre os trabalhadores ligados aos ramos mais modernos da economia.<sup>335</sup>

Em avaliações realizadas no início da década de 1960 sobre o movimento sindical brasileiro, o POR já apontava alguns desses elementos apresentados por Ianni e Weffort:

Na realidade o movimento sindical brasileiro não atesta o pensamento da classe operária, pois esta não se encontra representada nos sindicatos, pois estes não passam de órgãos de cúpula que servem de mediação entre o governo e a burguesia, de um lado, e a classe operária, de outro (...). Apesar da aparente organização da classe operária no Brasil, esta se encontra totalmente desorganizada. Nem sindicatos, nem Federações, nem Confederações refletem o que se passa por baixo, na classe.<sup>336</sup>

O que existe, os sindicatos e as organizações camponesas, não são realmente organizações de massas (...). A estrutura dos sindicatos, apoiada no financiamento estatal através do imposto sindical, faz com que as direções, longe de interessarem pela organização da classe, atuem como agentes do governo (...). A organização da classe operária não pode vir destes aparelhos burocráticos dependentes do governo, tem que começar de baixo, a partir das fábricas [...].<sup>337</sup>

Muito antes, porém, refletindo sobre o momento histórico vivido pelo movimento sindical em âmbito internacional no entre guerras, Trotsky destacou uma tendência geral ao controle dos sindicatos pelos Estados burgueses. O capitalismo em sua fase monopolista não poderia mais permitir a existência de sindicatos independentes “como nos bons velhos tempos em que a burguesia os tolerava porque podia dar-lhes uma liberdade muito maior”.<sup>338</sup> Na época agonizante do capitalismo, não seria possível, segundo Trotsky, “restabelecer nos sindicatos a antiga democracia”, assim como consistia em tarefa irrealizável “restabelecer a democracia no Estado”.<sup>339</sup> Portanto, ao “transformar os sindicatos em organismos do Estado,

---

<sup>335</sup> *Idem*. Essa percepção acerca do movimento sindical brasileiro foi, a partir de finais da década de 1980, questionada por vários estudiosos do tema. Entre outras obras, ver MATTOS, M. Badaró, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro* (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>336</sup> POR. “A divisão das direções sindicais impõe a unificação da classe sob uma política e organização independentes”. In *Frente Operária*, nº. 91, 1ª quinzena de junho de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p.186.

<sup>337</sup> POR. “Diante da crise da burguesia; organizar as massas e construir o partido revolucionário” in *Frente Operária*, nº. 85, 1ª quinzena de dezembro de 1962, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p.186.

<sup>338</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina.” *Op. cit.*, p. 133. Tradução nossa.

<sup>339</sup> *Idem*.

o fascismo não inventou nada de novo: simplesmente levou às últimas conseqüências as tendências inerentes ao imperialismo”.<sup>340</sup>

Segundo Trotsky, o continente latino-americano, imerso no sistema capitalista mundial, não escapava a essa tendência internacional de subordinação dos sindicatos aos Estados. A essência combinada do desenvolvimento na periferia, segundo o teórico, fazia com que “a última palavra em tecnologia, economia e política” fosse assimilada pelas nações *atrasadas*: “O cumprimento dessa lei [do *desenvolvimento desigual e combinado*] pode ser observado nas esferas mais diversas do desenvolvimento dos países coloniais, inclusive no movimento sindical. O capitalismo imperialista opera aqui da maneira mais cínica e descarada. Transporta a um terreno virgem os métodos mais elaborados de sua tirânica dominação”.<sup>341</sup>

Contudo, devido aos particularismos histórico-sociais das nações submetidas ao imperialismo, a tutela do Estado sobre o movimento sindical na América Latina se explicaria também por outras questões. A tendência à “estatización” dos sindicatos no México, por exemplo, seria explicada por Trotsky da seguinte forma:

Pode-se observar que no México, assim como nos outros países latino-americanos, saltaram-se a maior parte das etapas do desenvolvimento. No México, isso começou com a integração dos sindicatos ao Estado. Há uma dupla dominação. A saber, o capital estrangeiro e a burguesia nacional ou, como disse Diego Rivera, uma sub-burguesia – uma camada social controlada pelo capital estrangeiro e ao mesmo tempo oposta aos operários. Um regime semibonapartista entre o capital estrangeiro e o capital nacional, o capital estrangeiro e os trabalhadores. Todo governo pode criar, em situação similar, uma posição que oscile, inclinando-se algumas vezes para a burguesia nacional e o operariado, e outras vezes para o capital estrangeiro. Para sujeitar os operários, integram os sindicatos ao Estado.<sup>342</sup>

Para Trotsky, esse movimento de incorporação dos sindicatos pelo Estado na América Latina seria determinado por duas grandes tarefas que esses regimes “semibonapartistas” deveriam encarar: “atrair a classe operária, para assim ganhar um ponto de apoio para a resistência contra as pretensões excessivas por parte do imperialismo, e ao mesmo tempo disciplinar os mesmos operários colocando-os sob controle de uma burocracia.”<sup>343</sup>

Pode-se perceber, a partir da exposição dos trechos acima, que as funções da estrutura sindical corporativista no “populismo” brasileiro apresentadas por Ianni e Weffort – isto é, controlar os trabalhadores e, quando necessário, mobilizá-los (manobrá-los) para defesa dos interesses “nacionalistas” da burguesia periférica – assemelham-se bastante às funções da “estatización” dos sindicatos pelos regimes latino-americanos observadas por Trotsky.

---

<sup>340</sup> TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”. *Op. cit.*, p. 171. Tradução nossa.

<sup>341</sup> *Idem*, p. 175-176.

<sup>342</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132. Tradução nossa.

<sup>343</sup> TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 174. Tradução nossa.

É interessante mencionarmos ainda o fato de que Trotsky destacou a funcionalidade desse controle do Estado sobre as organizações sindicais para o domínio burguês na América Latina tanto em momentos nos quais a burguesia nacional se enfrenta com o imperialismo, como em outros quando ela é “obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e a trabalhar sob sua tutela direta”.<sup>344</sup> Criticando os legisladores de Cárdenas, defensores de que a estatização dos sindicatos se fazia “para o bem dos interesses dos operários”, Trotsky, em 1940, alertou: “Porém, quando o imperialismo estrangeiro dominar o Estado nacional e puder, com a ajuda das forças reacionárias internas, derrotar a instável democracia e substituí-la por uma ditadura fascista sem disfarces, a legislação sindical pode facilmente se converter em uma ferramenta da ditadura imperialista.”.<sup>345</sup> Definições sociológicas à parte, curiosamente, 24 anos depois do alerta acima, o golpe de Estado antipopulista no Brasil justificaria a preocupação do revolucionário russo, quando a ditadura militar implantada no país, de nítida coloração imperialista, usou e abusou dos dispositivos da legislação sindical populista para combater os trabalhadores organizados e suas lideranças.<sup>346</sup>

#### *A questão das direções políticas da classe operária*

Para Trotsky, diretamente vinculada ao sucesso da empreitada do Estado mexicano de subordinação do movimento sindical estaria as equivocadas políticas levadas a cabo pelas direções operárias do país, em especial pelo Partido Comunista Mexicano (PCM). O movimento dos trabalhadores mexicanos sofreria, tal como no restante do cenário mundial, de uma “crise de direção”, na qual as suas demandas e reivindicações eram sistematicamente “traídas” por lideranças que se distanciavam em muito dos princípios revolucionários.<sup>347</sup> Guiado pelas orientações da III Internacional estalinista, o PCM, após ter de forma insólita classificado o governo de Cárdenas como “fascista”, passou imediatamente a um apoio incondicional ao general populista e à sua política de controle dos sindicatos, que, segundo Trotsky, teria por objetivo “disciplinar a classe operária, fazendo-a trabalhar mais ao serviço dos interesses comuns do Estado, que superficialmente parecem coincidir com os da própria classe operária”.<sup>348</sup> Ora assumindo uma feição “esquerdista”, ora abertamente “oportunista”, a política dos estalinistas mexicanos fundamentava-se numa busca de aliança com a burguesia

---

<sup>344</sup> TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

<sup>345</sup> TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 171. Tradução nossa.

<sup>346</sup> Aliás, a legislação sindical corporativista no Brasil demonstrou sua validade para todas as formas de dominação burguesa existentes no país. Criada na ditadura estadonovista de Vargas, ela foi preservada intacta pela Constituição “liberal” de 1946. Em 1964, como foi dito acima, a ditadura militar dela fartamente se utilizou. Por fim, a Constituição “cidadã” de 1988 manteve vários elementos da estrutura sindical de Vargas, como o “poder normativo” da Justiça, o imposto sindical, a unicidade sindical etc.

<sup>347</sup> Quanto à idéia de “crise de direção”, ver TROTSKY, León. *Programa de Transição... Op. cit.*

<sup>348</sup> TROTSKY, León. . “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 178.

nacional do país, o que levava, na prática, a uma capitulação frente ao Estado burguês que impunha amarras às atividades sindicais. Orientando seus seguidores nas terras mexicanas, afirmou Trotsky:

[...] no México mais que em qualquer outro lugar, a luta contra a burguesia e seu governo consiste antes de tudo em *liberar os sindicatos de sua dependência frente ao governo*. Formalmente, nos sindicatos mexicanos está todo o proletariado. A essência do marxismo consiste em proporcionar uma direção à luta de classe do proletariado. Mas isso exige sua independência da burguesia. Por consequência, a luta de classes no México tem que estar orientada a ganhar a independência dos sindicatos em relação ao Estado burguês. Isso exige dos marxistas *uma concentração de todas as suas forças contra os estalinistas e toledanistas*.<sup>349</sup>

O Partido Operário Revolucionário, em sua luta pela direção do movimento sindical brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, também acusou o Partido Comunista Brasileiro de seguir por uma linha de colaboração com a “burguesia nacional” e de aceitação da estrutura sindical brasileira de formato corporativista, o que teria levado os estalinistas brasileiros a se tornarem “uma ala do nacionalismo-burguês, e não a mais radical”.<sup>350</sup>

O PC[B] deixou uma tradição que faz desconfiar as massas com relação à necessidade do partido de classe [sic.]. Ele se arreventou por completo. Hoje milita abertamente no campo da contra-revolução e não tem mais nenhuma autoridade diante das massas (...) A herança mais lamentável que deixou atrás de si o desbarranco do PC[B] é a desorganização e falta de tradição de vida política organizada dentro do proletariado. Ele criou uma tradição de um aparelho sindical desligado da classe, fundido como o governo e a burguesia. Esse aparelho luta denodadamente contra a organização e a intervenção da classe.<sup>351</sup>

Uma linha de argumentação muito parecida pode ser encontrada nas críticas de Weffort e Ianni ao papel desempenhado pelo PCB frente ao movimento sindical brasileiro e ao Estado populista. Criticando a tese de que a subordinação das massas a Vargas e aos seus discípulos devia-se à formação recente da classe trabalhadora brasileira, Weffort foi enfático:

---

<sup>349</sup> TROTSKY, León. “Problemas de la sección mexicana” in \_\_\_\_\_. *Escritos Latinoamericanos*. *Op. cit.*, p. 141. Grifos do autor. Lombardo Toledano, mais importante dirigente sindical mexicano do período, após conflitos com o PCM, passou, imediatamente depois da chegada de Trotsky ao México, a trabalhar lado a lado com os estalinistas, tanto no que dizia respeito à defesa da expulsão do revolucionário do país, quanto no que concernia ao apoio à política de subordinação dos sindicatos pelo Estado promovida pelo governo Cárdenas. A postura do PCM em relação a Cárdenas nos faz lembrar a trajetória política do PCB frente a Getúlio Vargas alguns anos depois, quando os comunistas, nos momentos finais do Estado Novo [1937-1945], enxergaram no antigo ditador “fascista” o principal sujeito de uma “redemocratização” apoiada nas massas populares. Aliás, o não entendimento da natureza contraditória dos regimes “bonapartistas *sui generis*” da América Latina fez com que os partidos comunistas do continente adotassem posturas incoerentes e até mesmo esdrúxulas. Enquanto o Partido Comunista de Cuba, por exemplo, foi capaz de apoiar o primeiro governo de Batista [1934-1944], que continha fortes traços fascistas, o Partido Comunista da Argentina cerrou fileiras com o imperialismo norte-americano [representado na figura do embaixador-golpista Braden] na luta contra Perón e seu governo de “colaboração de classes”. O curioso é que décadas mais tarde, os estalinistas argentinos, mesmo tendo seus quadros torturados e assassinados pela ditadura militar (1976-1983), chegaram, em função das relações diplomáticas desta com a União Soviética, a apoiar o governo do sanguinário general Jorge Videla.

<sup>350</sup> BLA. “Tesis programáticas...”. *Op. cit.*, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 125.

<sup>351</sup> POR. “O caminho de um grande estouro revolucionário – O que fazer” in *Frente Operária*, nº. 106, 2ª quinzena de outubro de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 187.

Parece-me que a análise da conjuntura do após-guerra deixará suficientemente claro que a explicação da “tragédia do movimento operário brasileiro” deve ser procurada menos no “atraso” da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste “atraso” para suas próprias manobras políticas.<sup>352</sup>

Na conjuntura do após-Segunda Guerra, ao propagar a bandeira “ordem e tranqüilidade” e defender que os operários deveriam “apertar os cintos”, o PCB, atuando como um “partido da ordem”,<sup>353</sup> teria sido, segundo o cientista político, um dos principais responsáveis pelo sucesso da política varguista face aos sindicatos:

Criada pela ditadura Vargas no espírito do corporativismo fascista italiano e mantida durante o período ditatorial mais como uma dispositivo legal que como instituição real, a estrutura sindical oficial teve que esperar até os anos iniciais da democracia para consolidar-se no aparato institucional do Estado. Mais ainda: a estrutura sindical oficial criada no espírito do corporativismo fascista italiano para o controle do Estado sobre a classe operária teve que esperar pelo empenho da esquerda, em especial do Partido Comunista Brasileiro, para conquistar alguma eficácia real como instrumento de mobilização e de controle da classe operária.<sup>354</sup>

Igualmente, Octavio Ianni destacou sempre em seus trabalhos sobre o populismo a importância do papel político das esquerdas, em especial dos PC's, para o êxito da “política de massas” utilizadas pelos Estados como forma de cooptação das massas e para a não formação de uma consciência verdadeiramente classista por parte dos trabalhadores:

Na vigência da política de massas, a classe operária geralmente foi levada a lutar muito mais contra os inimigos do seu inimigo. Nessas épocas, a luta contra a oligarquia fundiária e o imperialismo foi colocada em primeiro plano. O que era a luta principal, para a burguesia interessada no mercado interno, o proletariado foi levado a tomar como a luta principal também para si. É inegável que as organizações e lideranças políticas de esquerda atuaram de modo decisivo nesse processo de inversão de meio e fins, ou de táticas e estratégias. Em conseqüência, quando a burguesia se volta contra ele, o proletariado não está preparado para reagir de modo congruente com a sua situação de classe. Surpreende-se com a aliança entre o seu aliado de ontem e os inimigos do seu inimigo. É que o proletariado não se dera conta da paulatina transformação de uma aliança tática em um compromisso estratégico. Reificava-se a aliança tática preconizada pelas esquerdas reformistas.<sup>355</sup>

Analisando o caso brasileiro, Ianni considerou que

a luta no seio da democracia populista era encarada pela esquerda como um momento tático para a consecução dos alvos socialistas. Acreditava-se que as massas trabalhistas e populistas precisavam ser conquistadas por dentro, a partir dos objetivos e técnicas da própria política de massas. Por isso, a “frente única” e os outros compromissos, com militares, setores da classe média etc. eram alianças táticas indispensáveis. Eram uma decorrência do realismo político. Assim, sacrificava-se momentaneamente a teoria marxista-leninista da revolução, como o objetivo de juntar teoria e prática, condições e possibilidades, alvos e táticas. É claro que nesse jogo confunde-se e invertem-se meios e fins. Na prática, em decorrência do vigor, da preponderância e do realismo da política de massas, a

---

<sup>352</sup> WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do Após-Guerra)” *in Estudos Cebrap*, nº. 4. São Paulo, abril-maio-junho de 1973, p. 71.

<sup>353</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>354</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>355</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 119.

esquerda não consegue executar uma política de classes nova e eficaz. Os valores e as técnicas políticas do populismo eram mais vigorosos que o talento teórico e a pertinácia das esquerdas.<sup>356</sup>

Essa imersão do PCB na “política de massas” seria, segundo o sociólogo, oriunda de uma leitura “reificada” que os comunistas latino-americanos, vinculados às diretrizes estalinistas, teriam feito de conceitos como “latifúndio”, “imperialismo” e “burguesia nacional”: “Em geral atribuíram a essa burguesia tarefas hegemônicas, quanto à luta contra o imperialismo e o latifundismo, minimizando sua condição subalterna. Em boa parte, é na época do populismo que muitas interpretações, programas e técnicas dessas correntes políticas reelaboram-se segundo condições e perspectivas oferecidas pelas próprias realidades nacionais, sob comando direto ou não da burguesia urbano-industrial nascente.”<sup>357</sup>

A nosso ver, os fundamentos das críticas de Ianni ao PC’s latino-americanos (e ao PCB, em particular) expressos na última citação acima assemelham-se bastante aos de Trotsky e seus seguidores no continente em seus enfrentamentos com os adeptos da IC estalinizada. Aliás, ressaltamos que a crítica às posturas do PCB ao longo do período populista foi uma marca da produção acadêmica de vários intelectuais brasileiros dos anos 1960 e 1970, em sua maioria orientados por Florestan Fernandes. Nesse aspecto (assim como em outros), muito deles se aproximaram também da noção de “crise de direção” formulada pelo revolucionário russo. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foi um dos que responsabilizou em grande parte o PCB pelo fato de a imensa mobilização das massas populares no início dos anos 60 não ter se traduzido em uma conquista efetiva do poder político por partes destas:

De fato, havia, especialmente entre 1963 e março de 1964, uma conjuntura que poderia ser qualificada como pré-revolucionária: o Estado se decompunha parcialmente e a mobilização social e política talvez superasse os mecanismos de integração de que a ordem política dispunha. Dificilmente, entretanto, essa conjuntura poderia ter resultado numa revolução pela falta dos instrumentos adequados para isso: metas claras, uma política não oportunista por parte dos grupos de esquerda que predominavam na situação, em suma, organizações capazes de aproveitar para seus objetivos a decomposição do Estado. E, principalmente, a “aliança populista”, para vincular as massas, os grupos de classe média e a burguesia, baseava-se em setores do próprio Estado que se ligavam, pela teia de relações políticas que mantinham e pelos interesses que sustentavam, a uma base econômica não só intrinsecamente não-revolucionária, posto que proprietária, como atrasada.<sup>358</sup>

### *Imperialismo e capitalismo periférico*

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que a interpretação de Ianni acerca do “colapso” do populismo aparenta-se com algumas considerações do POR sobre os impasses

<sup>356</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo... Op. cit.*, p. 113.

<sup>357</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...Op. cit.*, p. 101-102.

<sup>358</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro...”. *Op. cit.*, p. 69.



do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e seu respectivo regime político ao final da década de 1950.

Se Trotsky já havia alertado para a possibilidade de a burguesia nacional “abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e a trabalhar sob sua tutela direta”, derrotando, com a ajuda do imperialismo, “a instável democracia” e substituindo-a “por uma ditadura fascista sem disfarces”, o POR, segundo Leal, já havia identificado em finais dos anos 50 o “estreitamento dos laços” da burguesia brasileira com o imperialismo.<sup>359</sup> Octavio Ianni, posteriormente, constatou que

em todas as situações realmente críticas a burguesia nacional rompe os compromissos táticos com o proletariado e [com] alguns outros setores do populismo, em benefícios de suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista. Num paradoxo aparente, para sobreviver, essa burguesia abandona a política de hegemonia implícita no populismo e adota a sua condição subalterna, refazendo e fortalecendo os seus laços com os seus inimigos de ontem.<sup>360</sup>

No tocante ao Brasil, Ianni relacionou tal opção política da burguesia a um processo de “internacionalização” vivido pela mesma a partir de meados dos anos 1950, impulsionado, paradoxalmente, pelo governo mais apologeta do “nacional-desenvolvimentismo”.<sup>361</sup> Essa explicação da crise do populismo brasileiro (e, naturalmente, do golpe de Estado de 1964), alicerçada no argumento de que um processo de maior associação dos setores dinâmicos da burguesia brasileira com o imperialismo, a partir dos anos 50, teria lhe fornecido um caráter abertamente antipopulista, foi depois desenvolvida por vários cientistas sociais, como Fernando Henrique Cardoso<sup>362</sup> e René Dreifuss.<sup>363</sup> Essa “internacionalização” da burguesia brasileira, para tais analistas, seria decorrência de uma nova fase vivida pelo do capitalismo mundial alguns anos depois do após-guerra, na qual teve lugar um processo de implantação das multinacionais em áreas periféricas na busca pela ampliação de suas taxas de lucro. Tal processo, entre outras conseqüências, levou, na última metade da década de 1950, a um rápido crescimento da economia brasileira (até, obviamente, encontrar seu esgotamento e crise já no alvorecer da década seguinte).

É interessante notarmos que o POR, em 1960, já apontava essa nova relação do imperialismo com as regiões submetidas a ele:

O desenvolvimento econômico é uma necessidade objetiva da qual não pode fugir nem mesmo a política do imperialismo para a América Latina. Os homens de Wall Street nisto são menos conservadores que a mentalidade da pequena burguesia nacionalista. Enquanto esta última continua

---

<sup>359</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>360</sup> IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 143.

<sup>361</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo... Op. cit.*, p. 10 e 176.

<sup>362</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro...”. *Op. cit.*

<sup>363</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

repetindo estupidamente que o imperialismo está pelo atraso da América Latina e do Brasil, em todas suas formas, o imperialismo procura adaptar-se ao crescimento inevitável desses países, tornando-o, naquilo que for possível, vantajoso para si, tratando de dominá-lo e controlá-lo.<sup>364</sup>

Segundo Murilo Leal, é provável que essa perspectiva do POR, na qual o imperialismo, diferentemente de bloquear o desenvolvimento capitalista da América Latina, associava-se a este com o fito de obter vantagens – perspectiva essa claramente oposta às teses do PCB, da CEPAL e do ISEB – tenha “se incorporado ao patrimônio de idéias da esquerda alternativa e tenham contribuído, por exemplo, para o amadurecimento das teorias da dependência”.<sup>365</sup> Aliás, quanto à importância das organizações políticas à esquerda do PCB na construção do pensamento *dependenstista*, vale lembrar mais uma vez o papel desempenhado nesse sentido pela POLOP. Segundo Marcelo Badaró Mattos, a organização (que, como já dissemos, teve em suas fileiras nomes como Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini) foi responsável pelo surgimento de “novos parâmetros para a análise da realidade brasileira” no meio acadêmico nacional que se mostrariam presentes, por exemplo, nas “teorias da dependência” e em trabalhos sobre o “populismo”.<sup>366</sup>

Certamente, alguns aspectos apresentados dessa relação entre o pensamento trotskista e o conceito de “populismo” poderiam ter sido aqui mais desenvolvidos, da mesma forma que talvez outros o tenham sido de um modo um tanto quanto repetitivo. Contudo, no cômputo geral, esperamos ter tido êxito na apresentação e discussão do objeto central desta dissertação.

### **O *revisionismo* do “populismo” e o silêncio acerca das “origens” trotskistas do conceito**

Não conhecemos nenhuma obra que trate do pioneirismo de Trotsky enquanto analista dos regimes latino-americanos em questão, nem de sua influência nos estudos posteriores da academia acerca da etapa “populista” do continente. Do mesmo modo, não temos notícia ainda de nenhuma pesquisa que associe a produção universitária sobre o período 1930-1964 da história brasileira às formulações e teses oriundas dos partidos trotskistas que atuaram no movimento operário do país até o golpe de Estado antipopulista.<sup>367</sup>

Recentemente foram publicados trabalhos que procuraram traçar a história da aplicação do conceito de “populismo” à América Latina. Nesses trabalhos, naturalmente, as

---

<sup>364</sup> POR. “O proletariado e o tratado da Zona de Livre Câmbio” in *Frente Operária*, nº. 35, março de 1960, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>365</sup> LEAL, M. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>366</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...” *Op. cit.*, p. 195-196 e 206-208. Voltaremos a esse assunto um pouco mais à frente.

<sup>367</sup> Há, contudo, o interessante trabalho já mencionado de SILVA, Angelo José. *Op. cit.* que, entretanto, não aborda a questão do populismo propriamente dito, encerrando suas investigações na questão da proximidade entre as análises trotskistas e acadêmicas sobre o sentido político da “Revolução de 1930”.

conhecidas produções de Ianni e Weffort estiveram entre os principais alvos de observação e análise. No entanto, nada foi afirmado ou mesmo sugerido quanto à existência de qualquer tipo denexo entre o pensamento trotskista e o desses autores no que tange à interpretação das relações entre Estados e classes sociais na etapa pós-oligárquica do continente.

Em 1988, a historiadora Angela de Castro Gomes publicou sua tese de doutoramento sob o título de *A invenção do trabalhismo*,<sup>368</sup> provocando substantivas alterações no curso dos debates referente ao período 1930-1964 da história republicana brasileira. Iniciava-se nesse momento uma seqüência, *ainda em andamento*, de críticas à forma como a relação entre poder estatal e trabalhadores no pós-1930 vinha sendo compreendida nos meios acadêmicos dedicados ao tema, ainda fortemente influenciados pelas abordagens de Weffort e Ianni. Criticando o papel “passivo”, de “objeto”, conferido aos trabalhadores do período 1930-1964 pelas análises vigentes, Gomes propôs a categoria de *trabalhismo*, inicialmente uma rejeição implícita ao conceito de “populismo”. Segundo a autora, o termo “populismo” era dotado de tom pejorativo e associado a uma relação de manipulação entre um Estado/sujeito e trabalhadores/objetos. Buscava-se, como a própria autora depois salientou, entender os mecanismos de interlocução entre Estado e trabalhadores, procurando atribuir a estes últimos “um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades”.<sup>369</sup>

De certa forma, Angela Gomes fez escola, e seguiram-se várias pesquisas imbuídas da perspectiva de explicitar uma substituição direta do conceito de “populismo” pelo de *trabalhismo*. Em trabalhos de cortes espaciais distintos, mas com temporalidades e matriz teórica similares, o também historiador Jorge Ferreira<sup>370</sup> e a própria Angela de Castro Gomes<sup>371</sup> buscaram realizar, respectivamente, um balanço crítico do “populismo” nas ciências sociais latino-americanas e, em particular, na brasileira.

Após mencionarem as primeiras produções bibliográficas sobre o tema, como as provenientes do “Grupo de Itatiaia” de 1952, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) de 1953<sup>372</sup> e dos (já aqui citados) sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella,<sup>373</sup> ambos os trabalhos desembocam nos textos de Ianni e Weffort, tomados (com razão) como os mais expressivos nos meios acadêmicos nacionais, e até mesmo nos

---

<sup>368</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*

<sup>369</sup> GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>370</sup> FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa...”. *Op. cit.*

<sup>371</sup> GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais...”. *Op. cit.*, p. 22

<sup>372</sup> *Idem.*

<sup>373</sup> FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa...”. *Op. cit.*, p. 64-65.

continentais.<sup>374</sup> Outro historiador que vem se dedicando à revisão do “populismo” é Daniel Aarão Reis Filho. Em seu artigo intitulado *O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita*,<sup>375</sup> após se deter de forma superficial sobre a radicalização política às vésperas da derrubada de Jango, concentra-se, assim como Ferreira e Gomes, na análise e crítica áspera aos trabalhos de Ianni e Weffort.

Não podemos, dada a natureza deste trabalho, discutir nas páginas seguintes o mérito dos ataques proferidos pelos três historiadores ao modo como o populismo foi abordado pelos seus mais destacados analistas. Contudo, rápidas considerações podem aqui ser feitas.

Primeiramente, os *revisionistas* em questão se furtam a uma análise precisa dos regimes políticos vigentes no Brasil entre a derrubada de Washington Luís e a de João Goulart. As bases econômicas da ascensão e queda do populismo, tal como a dinâmica dialética entre Estado e classes sociais que determinaram a natureza desses regimes não são suficientemente tratadas. Como corolário, o período 1945-1964, classificado por Weffort e Ianni como “democracia populista”, passa então a ser chamado simplesmente de “democracia”.<sup>376</sup> Reis Filho, por exemplo, considerou a derrubada dessa “democracia” (livre, agora, de adjetivações pejorativas) como fruto de uma “opção” tomada pela “sociedade” quando da campanha de Goulart e da esquerda radical pela implementação da “reformas de base”.<sup>377</sup> À maneira liberal, a “sociedade” é concebida, na prática analítica do autor, como um espaço isento de antagonismos classistas estruturantes, o que lhe permite opô-la antiteticamente à categoria do Estado (“Estado x sociedade”), no “melhor estilo” *lockiano*.

Em segundo lugar, no fito de combater a idéia da “manipulação das massas” que, segundo Weffort e Ianni, só teria sido viável graças à ausência de “consciência de classe” por parte dos trabalhadores, os *revisionistas*, munidos da categoria weberiana de “escolha racional”, chegaram mesmo a afirmar que “no caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses em comum”.<sup>378</sup> A própria asserção de que pode haver, numa espaço de tempo significativo como

---

<sup>374</sup> Virgínia Fontes afirma que a matriz explicativa oferecida por Weffort para a “Revolução de 1930” – marco inicial do populismo –, calcada na idéia de “crise de hegemonia”, tornou-se preponderante nas ciências sociais do país, “figurando inclusive em livros didáticos”. FONTES, Virgínia. *Op. cit.*, p. 202.

<sup>375</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. *Op. cit.*, p. 319-377.

<sup>376</sup> *Idem*, p. 334.

<sup>377</sup> *Idem*, p. 340.

<sup>378</sup> FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. *Op. cit.*, p. 103. Grifo do autor. Quanto à adoção por parte dos autores *revisionistas* da perspectiva teórica da “escolha racional” enquanto instrumental analítico em seus trabalhos, vale mencionar a influência exercida nestes últimos da obra de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (São Paulo: Paz e Terra, 1993), que introduziu no Brasil o chamado “marxismo analítico” de autores como Adam Przeworski e Jon Elster. Assim como nos trabalhos dos *revisionistas* do populismo, há na obra em questão de Argelina Figueiredo um forte teor antimarxista, que a leva a responsabilizar a esquerda brasileira pelo fim do regime “democrático” (1945-1964). Uma interessante crítica à perspectiva interpretativa de Figueiredo acerca do Golpe de 1964 (assim como a outros

o período populista, comunhão de interesses entre as classes trabalhadoras e o Estado capitalista não é senão um devaneio keynesiano, que, acreditamos, não requer uma crítica muito refinada e extensa. Limitamos-nos a dizer que, na lógica *revisionista*, a categoria marxista de “ideologia”, indispensável para o entendimento das relações entre classes dominantes e dominadas, particularmente no que diz respeito à sustentação política que as últimas (salvo nas situações excepcionais, revolucionárias) oferecem aos regimes das primeiras, é atirada sumariamente para o “lixo da história”. Nesse mesmo lugar, aliás, é também depositada a idéia trotskista de “crise de direção”, implicitamente utilizada, como vimos, por Ianni e Weffort em suas críticas às posturas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a etapa “democrática” do populismo brasileiro (1945-1964). Afinal de contas, se as massas populares apoiaram, por várias vezes, as lideranças políticas do Estado varguista, foi única e exclusivamente porque *elas assim o quiseram*, ou, continuando o silogismo antidialético e *objetivista*, foi porque os políticos *trabalhistas* e afins eram, de fato, representantes das vontades populares mais intensamente sentidas. Atacando a idéia de “manipulação” e substituindo-a pela de “opção”, os *revisionistas* simplesmente ignoraram o complexo processo de constituição e desenvolvimento das subjetividades de classe na arena dos conflitos históricos.

Além disso, é justo registrarmos que tanto Weffort como Ianni não fizeram uso do conceito de “manipulação de massas” do modo como lhes foi atribuído pelos *revisionistas*. Ambos os teóricos marxistas do “populismo” deixaram claro, em várias passagens de seus trabalhos, que a “manipulação” do Estado sobre os setores subalternos assentava-se, essencialmente, no atendimento por parte do primeiro a determinadas demandas sociais provenientes do segundo. De modo algum tal “manipulação” foi interpretada por Ianni e Weffort como um fenômeno de ordem meramente ideológica, calcado simplesmente na capacidade “demagógica” das lideranças populistas.<sup>379</sup>

Como síntese das análises *revisionistas*, temos agora o período populista brasileiro visto positivamente, de forma laudatória, numa clara tentativa de oposição ao modo como foi tratado nos meios acadêmicos de esquerda dos anos 60, 70 e 80. Se é verdade, por um lado,

---

autores que a seguiram, como os próprios Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira) pode ser encontrada em MELO, Demian. “A miséria da historiografia” in *Outubro*, nº. 14. São Paulo: Alameda, 2006, p. 111-130.

<sup>379</sup> Apenas como exemplo de nossa afirmação acima, citamos: “A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, precisa ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequada para entendermos as relações entre massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tática) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, *mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares*, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil.” (WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 75-76. Grifos nossos.)

que esses novos estudos contribuíram para que se pudesse verificar atitudes e rebeldias dos trabalhadores até então obscurecidas em muitos dos trabalhos anteriores, por outro, como afirmou Marcelo Badaró Mattos, a nova abordagem sobre o populismo acabou por “enredar-se na mesma polarização política da época, embora no pólo oposto, ao defender abertamente os argumentos usados pelos ‘acusados’ de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada na cena política dos trabalhadores.”<sup>380</sup>

Vale destacar ainda que essa revisão do “populismo”, que buscou apontar as raízes marxistas do conceito para desqualificá-lo, utilizou-se, paradoxalmente, de um autor notoriamente marxista para tal tarefa: o historiador inglês Edward Palmer Thompson. Nesta insólita empresa, entretanto, fez-se necessário que Thompson passasse por um processo de “domesticação” no qual a natureza marxista de sua produção teórica foi completamente omitida, ou mesmo extirpada, a fim de que considerações (marxistas) do autor sobre as relações entre trabalhadores, consciência e Estado pudessem ser utilizadas para se opor às interpretações sobre o período 1945-64 de cunho... marxista !?<sup>381</sup>

Contudo, como anunciamos, o que interessa para nosso debate é o fato de que, apesar de os três historiadores *revisionistas* terem se debruçado substancialmente sobre as produções de Weffort e Ianni, nenhum deles realizou sequer uma referência à influência de León Trotsky e do trotskismo brasileiro nas elaborações desses pioneiros marxistas do “populismo”. Constituindo-se os supracitados artigos de Gomes, Jorge Ferreira e Reis Filho em importantes referências sobre a trajetória do “populismo” nas ciências sociais, e, mais particularmente, sobre as perspectivas interpretativas de Ianni e Weffort sobre este, a ausência, nesses artigos, de qualquer menção à marca do trotskismo na obra desses últimos é algo, segundo pensamos, digno de nota.

Quanto aos trabalhos de Weffort sobre o “populismo”, Angela de Castro Gomes afirma a existência de uma “perspectiva teórica de sabor gramsciano”.<sup>382</sup> Jorge Ferreira, por sua vez, opõe (confusamente) a noção de “populismo” de Weffort a essa mesma perspectiva gramsciana.<sup>383</sup> Daniel Aarão Reis Filho, referindo-se à marcante obra *O colapso do populismo no Brasil* de Octavio Ianni, aponta a presença de um “certo marxismo-leninismo” no autor pelo fato de este invocar uma ausência de consciência de classe por parte dos trabalhadores no período populista. Contudo, em seu já característico tom agressivo em relação ao marxismo revolucionário, Reis Filho fez uso do termo “marxista-leninista” como

---

<sup>380</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, p. 28-29.

<sup>381</sup> Quanto a esse processo de “domesticação” de Thompson, ver MATTOS, Marcelo Badaró. “E.P. Thompson no Brasil” in *Outubro*, nº. 14. São Paulo, 2006.

<sup>382</sup> GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais...”. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>383</sup> FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. *Op. cit.*, p. 85.

sinônimo de esquematismo e ortodoxia, e não de um sofisticado arcabouço teórico em que estivessem incluídas as idéias de León Trotsky.

Curiosamente, com algumas exceções, muitos dos próprios autores fortemente influenciados pela perspectiva trotskista de interpretação dos países industrialmente retardatários também se omitiram de reconhecer sua dívida intelectual com o dissidente soviético, ou o fizeram de forma comedida, aquém da influência que, direta ou indiretamente, tiveram de seu pensamento. Esse fato, por sua vez, não deixa de amenizar um pouco a omissão dos *revisionistas* do “populismo” relatada acima.

Não sabemos, ao certo, as razões que relegaram o nome de Trotsky e de seus seguidores brasileiros a uma zona de sombras, e nem se constitui em objetivo deste trabalho descobri-las. Entretanto, algumas suposições nossas serão, de modo muito célere, mencionadas na conclusão desta pesquisa.

### Capítulo III:

## Partidos trotskistas e intelectuais acadêmicos: relações pouco conhecidas

Nos dois primeiros capítulos, nos dedicamos a demonstrar a proximidade que acreditamos existir entre o pensamento trotskista e a produção científica de expressivos intelectuais brasileiros que adotaram uma perspectiva crítica em relação às teses *pecebistas* e “nacionalistas” em geral. Em função disso, buscamos nas páginas pretéritas expor como as idéias de León Trotsky, difundidas no Brasil por seus seguidores organizados em pequenos agrupamentos, guardam uma significativa semelhança com as interpretações sobre a realidade sócio-histórica brasileira produzidas por acadêmicos que, a partir dos anos 60, destacaram-se por um combate à ideologia “desenvolvimentista” que imperava nos meios da esquerda intelectual e partidária.

Até o presente momento, nos limitamos a uma discussão acerca da proximidade entre o trotskismo e a academia exclusivamente no que diz respeito ao âmbito *teórico-analítico*. Assim, no primeiro capítulo, procuramos apresentar as similitudes entre as análises de Trotsky acerca dos países *atrasados* (orientadas pela sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*), as elaborações sobre a luta de classes no Brasil feitas pelas organizações trotskistas locais e as interpretações históricas e sociológicas concernentes à estrutura do capitalismo brasileiro realizadas por intelectuais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni, Francisco Weffort etc. Mais detalhadamente, abordamos, no segundo capítulo, a relação existente entre os conceitos de “bonapartismo *sui generis*”, de Trotsky, e de “populismo”, de Weffort e Ianni, tomando as análises do POR sobre o “nacionalismo burguês” latino-americano como um possível elo entre ambos. Não custa lembrarmos aos leitores que promover a discussão acerca dessas similitudes entre as produções trotskista e acadêmica, entre as perspectivas teóricas de uma “ala” do movimento operário (o trotskismo) e uma “ala” do pensamento universitário (os “antidualistas”) constitui-se no objetivo central de nossa dissertação. Esperamos tê-lo alcançado.

Neste terceiro e último capítulo, *de caráter essencialmente complementar*, apresentaremos, de modo breve, *os contatos mais propriamente políticos* que existiram entre alguns dos partidos trotskistas brasileiros e alguns dos acadêmicos abordados por nós. Acreditamos que esses *contatos políticos* possam ser tomados como elementos de natureza “empírica” que nos ajudem a melhor compreender a tal proximidade *teórico-analítica* entre movimento operário e universidade que observamos anteriormente. Antes, porém, de



passarmos à exposição das relações políticas entre intelectuais acadêmicos e correntes trotskistas, dois avisos devem aqui ter lugar. Primeiramente, tal como já foi dito na introdução, não abordaremos as trajetórias política, sindical e organizativa dos partidos mencionados, pois o histórico do movimento trotskista brasileiro, além de já ter sido bem (ainda que não suficientemente) trabalhado em outras obras (algumas já citadas), não é, nem secundariamente, objeto de nossa dissertação; as informações sobre as organizações políticas trotskistas serão oferecidas apenas na medida em que julgemos necessária ao atendimento de nossos fins. O outro aviso é que a própria exposição que faremos das ligações políticas entre correntes trotskistas e intelectuais universitários dos anos 60/70 não tem a pretensão de ser mais do que um esboço dessa temática, contendo, desse modo, apenas alguns elementos para pesquisas futuras (nossa e/ou de outrem).

### **A Liga Comunista Internacionalista e o Partido Operário Leninista: distantes da intelectualidade acadêmica marxista dos anos 60.**

A primeira geração dos trotskistas brasileiros organizou-se primeiramente no interior do PCB por intermédio do Grupo Comunista Lênin, fundado em 1930. Em janeiro de 1931, o GCL passaria a se chamar Liga Comunista do Brasil, organização que mantinha relações diretas com a Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky. Abandonando a estratégia de funcionar como uma fração do PCB que buscava reorientar os rumos deste, a LC deu lugar, em outubro de 1933, à Liga Comunista Internacionalista.<sup>384</sup> Tal postura compatibilizava-se com a nova avaliação da OEI (motivada pela vitória do nazismo alemão, favorecida pela desastrosa política do PCA estalinizado) de que não mais estaria colocada para os revolucionários a disputa pelos rumos da IC, e sim, a necessidade, em função da irremediável degeneração desta, de construção de uma nova Internacional revolucionária – tal avaliação, como é sabido, daria origem à fundação da IV Internacional em 1938.

Constituídos em sua maioria por militantes dissidentes do PCB, esses primeiros núcleos trotskistas, que tiveram como divulgador de suas idéias o jornal *A luta de classe*, agrupavam tanto militantes de perfil intelectual, como Mario Pedrosa (advogado, jornalista e crítico de arte), Lívio Xavier (advogado e jornalista), Aristides Lobo (professor), Rodolpho Coutinho (advogado e professor) e Salvador Pintaúde (editor),<sup>385</sup> quanto quadros oriundos

---

<sup>384</sup> As informações expostas neste trabalho acerca dessas primeiras organizações trotskistas foram retiradas de ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Na contracorrente...* *Op. cit.*; MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária...* *Op. cit.*; KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. “Os trotskistas brasileiros...” *Op. cit.*; CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “Os intelectuais trotskistas...” *Op. cit.* e COGGIOLA, Osvaldo. “O trotskismo no Brasil”. *Op. cit.*

<sup>385</sup> Pintaúde esteve à frente da Gráfica e Editora Unitas que, nos anos 30, foi responsável pela publicação de diversos textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc.

dos meios operários, como João Jorge da Costa Pimenta (gráfico), Mário Colleoni (metalúrgico), João Dalla Déa (linotipista) e Josefina Mendez (operária têxtil). Trabalhadores do comércio (Arnaldo Tommasini, Lelia Abramo e Fúlvio Abramo), assim como estudantes (Mirno Tibor e Azis Simão) e artistas de vanguarda (a romancista Rachel de Queiroz e o poeta surrealista francês Benjamin Péret, por exemplo) também tiveram espaço nas fileiras dessas pioneiras organizações trotskistas.

Intervindo em sindicatos como os de comerciários, motoristas, ferroviários, alfaiates, sapateiros, construção civil, professores e gráficos, os pioneiros do trotskismo brasileiro só obtiveram uma significativa inserção nesta última categoria, dirigindo greves combativas da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG). Em termos da política mais geral, a LCI destacou-se por ter impulsionado a construção, em junho de 1933, da Frente Única Antifascista (FUA), uma entidade que visava à aliança de diversos setores e correntes do movimento operário com o fito de combater o crescimento do fascismo tupiniquim, expresso na Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932. Em 7 de outubro de 1934, a LCI liderou uma contramanifestação a uma parada integralista na Praça da Sé, episódio que resultou em uma morte e em feridos de ambos os lados do conflito.

Em função da altíssima repressão estatal desencadeada contra o conjunto do movimento operário após o levante frustrado da Aliança Nacional Libertadora em novembro de 1935, a LCI foi praticamente desbaratada. Seus militantes do Rio de Janeiro (que passaram a se denominar, em fins de 1936, Grupo Bolchevique Leninista) estabeleceram uma aproximação política com membros da “oposição classista” do PCB que haviam deixado as fileiras estalinistas criticando a linha partidária adotada às vésperas do *putsch*.<sup>386</sup> Dessa aproximação nasceu, em janeiro de 1937, o Partido Operário Leninista. Atuando junto a garçons, gráficos, vidraceiros, tecelões, ferroviários etc., o novo agrupamento trotskista externou suas posições também por intermédio de *A luta de classe*. Em abril de 1938, o aparato repressivo da ditadura estadonovista (ditadura classificada pelo POL como “bonapartista”) provocou um forte revés na organização. Ainda em 1938, Mario Pedrosa, representando o POL, participou (sob o pseudônimo de “Lebrun”) da conferência de fundação da IV Internacional, realizada na França.<sup>387</sup>

---

<sup>386</sup> A aproximação entre esses dissidentes do PCB (como o bancário Augusto Besouchet, o médico Febus Gikovate e o jornalista Barreto Leite Filho) e os remanescentes da LCI deveu-se, em grande parte, ao fato de os trotskistas terem tido, desde o início, uma postura crítica em relação à ANL, assim como ao levante impulsionado por esta (pelo PCB, na verdade) em novembro de 1935. Quanto às críticas da LCI às estratégias e táticas do PCB nos momentos que antecederam e sucederam o *putsch* comunista, ver ALMEIDA, Miguel Tavares. “Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 83-117.

<sup>387</sup> As informações expostas por nós sobre o POL foram extraídas de KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.*

Essa primeira geração dos trotskistas brasileiros não possuiu, por questões temporais antes de qualquer outro fator, vínculos com a intelectualidade acadêmica “antidualista” e “antietapista” das décadas de 1960 e 1970, salvo a presença (já mencionada) do então jovem estudante Azis Simão entre os membros da Liga Comunista do Brasil.

Entretanto, talvez valha a pena relatar o fato de que Lívio Xavier, militante destacado das primeiras organizações trotskistas brasileiras, chegou a corresponder-se, ainda nos anos 30, com Caio Prado Jr. Em uma carta de tom altamente polêmico, datada de 20 de setembro de 1933, o historiador *pecebista* pretendeu rebater as críticas que o seu livro *Evolução política do Brasil* sofrera numa resenha de Lívio Xavier publicada no *Diário da Noite*. Na missiva em questão, em grande parte dedicada ao debate em torno da noção de “feudalismo brasileiro”, Caio Prado Jr., dizendo-se conhecedor das posições dos trotskistas brasileiros sobre tal temática, afirmou ser “um critério absolutamente errado este de procurar enquadrar artificialmente os fatos brasileiros nos esquemas que Marx traçou para a Europa”.<sup>388</sup> Palavras como estas vindas de Caio Prado Jr. não são, evidentemente, nenhuma surpresa, dado que o combate ao *esquematismo* analítico foi sempre uma constante em sua obra, desgarrada, no essencial, da ortodoxia estalinista. O que acreditamos que mereça atenção aqui é o fato de ter havido diálogo historiográfico e, ainda que ofuscado por polêmicos desacordos quanto a questões específicas, uma certa compatibilidade teórico-analítica, de caráter mais geral, entre Caio Prado Jr. e Lívio Xavier – que, como visto, foi co-autor ao lado de Mario Pedrosa do “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (1931), documento de análise histórica e sociológica do Brasil marcado por uma perspectiva “antidualista” e “antietapista”. Nesse sentido, ainda que distantes no campo mais propriamente “político”, Caio Prado Jr. e os trotskistas da primeira geração, de algum modo, compartilharam pressupostos interpretativos no que concerne ao processo histórico e político brasileiro.

### **O Partido Socialista Revolucionário: Florestan Fernandes e o trotskismo**

Também bastante desarticulado devido à repressão varguista no pós-novembro de 1935, o PCB assistiu, em meados de 1937, a uma significativa crise no seu interior. Discordando da concepção estratégica que apontava a burguesia como “força motriz da revolução brasileira” e das táticas que se gestavam na direção partidária para a intervenção

---

<sup>388</sup> Carta de Caio Prado Jr. endereçada a Lívio Xavier em 20 de setembro de 1933. A carta se encontra no arquivo pessoal de Lívio Xavier, depositado no Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), parte do acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Os trechos da carta entre aspas foram citados por Lincoln Secco em matéria da *Folha de São Paulo* (“Caio Prado Jr. – Marxismo próprio. Historiador distingue o pensamento do autor entre os marxistas brasileiros”) de 4 de fevereiro de 2007.

nas eleições presidenciais de 1938,<sup>389</sup> a maioria do Comitê Regional de São Paulo, em aliança com setores de outras regionais, deu origem ao Comitê Central Provisório (CCP), liderado por Heitor Ferreira Lima e pelo jornalista Hermínio Sacchetta. Derrotado pela facção partidária comandada por Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) – que contou com o apoio, por intermédio de transmissões radiofônicas, da IC –, o CCP sofreu uma cisão, autodenominada Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária.<sup>390</sup> No ano de 1938, esse agrupamento, no qual se destacavam figuras como o advogado Alberto Moniz da Rocha Barros e o jornalista José Stacchini, além de Sacchetta, aproximou-se do POL.<sup>391</sup>

Em agosto de 1939, a fusão entre o POL e o agrupamento de Sacchetta deu origem ao Partido Socialista Revolucionário, logo reconhecido como seção brasileira da IV Internacional.<sup>392</sup> Contudo, os vínculos entre esta e o novo partido foram, até 1943, bastante esporádicos. O clima bélico mundial instaurado definitivamente no mesmo ano de 1939 e a morte de Trotsky em 1940, no México, fizeram com que a própria IV Internacional carecesse de organicidade, deixando um tanto quanto “soltas” suas seções nacionais.<sup>393</sup> Somou-se a isso o fato de que Mário Pedrosa, ainda em 1939, conjuntamente com um setor do norte-americano Socialist Workers Party (SWP), rompeu com a internacional trotskista em função de divergências sobre a caracterização da União Soviética.<sup>394</sup> Segundo a direção da IV Internacional, por motivos “fracionais”, Pedrosa dificultou o contato desta com os militantes que permaneceram no PSR.<sup>395</sup>

Exercendo suas atividades em meio à repressão *estadonovista*, o PSR divulgou suas posições políticas pelo periódico *Luta Proletária*, que substituiu o jornal das primeiras organizações trotskistas, *A luta de classe*. A partir de 1943 (ano em que estreitou seus laços com a IV Internacional), o PSR passou a defender a convocação de uma Assembléia Nacional

---

<sup>389</sup> O PCB cogitava fortemente o apoio ao candidato burguês José Américo de Almeida. Contudo, como se sabe, o golpe *estadonovista* de novembro de 1937 levaria ao cancelamento do pleito presidencial.

<sup>390</sup> Quanto à história da cisão do PCB envolvendo a Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária, ver KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938. Op. cit.*

<sup>391</sup> No debate acerca das futuras eleições de 1938, o POL defendeu o lançamento do nome de Luiz Carlos Prestes, que se encontrava preso, para candidato à Presidência da república.

<sup>392</sup> As informações expostas sobre o PSR foram extraídas de KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.* e de COGGIOLA, O. *Op. cit.*

<sup>393</sup> Quanto à história da IV Internacional, ver SAGRA, Alicia. *Op. cit.* e PETIT, Mercedes. *Apuntes para una historia del trotskismo*. 2ª edição. Buenos Aires: Ediciones El Socialista, 2005.

<sup>394</sup> As posições de Trotsky (e da maioria da IV Internacional) acerca dessa polêmica travada no seio da internacional trotskista podem ser vistas em TROTSKY, L. *Em defesa do marxismo. Op. cit.* As posições de Mário Pedrosa (compartilhadas pelos dissidentes do SWP) podem ser encontradas em PEDROSA, M. “A defesa da URSS na guerra atual” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 289-318.

<sup>395</sup> Mário Pedrosa, rompido com o trotskismo, dirigiu, ao lado da poetisa Patrícia Galvão (Pagu), que havia sido do PSR, o jornal *Vanguarda Socialista*. Em 1945, já no Partido Socialista Brasileiro (PSB), defendeu a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da república. Muitos anos depois, após a volta de seu exílio vivido durante a ditadura militar brasileira, seria homenageado ao ser escolhido para preencher a primeira ficha de filiação do Partido dos Trabalhadores (PT), no ato de sua fundação realizado em fevereiro de 1980. Em novembro do ano seguinte, aos 81 anos de idade, o “fundador” do trotskismo brasileiro e consagrado crítico de arte morreria em sua casa no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro.

Constituinte para por fim ao Estado Novo – vale lembrar que é justamente em 1943 que Vargas inicia uma guinada “democrática” no regime vigente. Em 1945, com o fim da guerra e com a ditadura em crise, os trotskistas propuseram a formação de uma “frente única” entre os socialistas e as forças democráticas (que incluía a oposição liberal a Vargas) contra eventuais manobras ditatoriais da cúpula governamental que visassem impedir as eleições esperadas. Ainda em 1945, convidaram o conjunto da esquerda para participar de uma frente eleitoral, a Coligação Democrática Radical, proposta que malogrou principalmente devido ao lançamento da candidatura, por parte do PCB, do médico Yedo Fiúza.<sup>396</sup> Nas eleições estaduais de 1947, o PSR chamou o “voto em branco” para governador e o “voto crítico” nos comunistas para deputado.

Entre outubro de 1946 e janeiro de 1948, o PSR editou o jornal *Orientação Socialista*, no qual tiveram lugar vários artigos de Sacchetta de conteúdo extremamente crítico às teses “etapistas” do PCB.<sup>397</sup> O partido trotskista obteve também uma significativa influência na editora paulista *Flama*, que publicou traduções de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e Kautsky. Com uma inserção bastante marginal entre os trabalhadores e praticamente restrito a São Paulo, o PSR atuou junto a categorias como a dos gráficos, dos jornalistas e dos vidreiros. Entre 1951 e 1952, devido a motivos ainda não muito esclarecidos, o PSR deixou de existir.<sup>398</sup> Em 1956, Hermínio Sacchetta organizaria a Liga Socialista Independente (LSI), agrupamento de inspiração luxemburguista que contou com a presença de nomes como Paul Singer, Michael Löwy, Maurício Tragtenberg, Moniz Bandeira e os irmãos Emir e Éder Sader.

O que mais interessa a este trabalho, entretanto, é o fato de que entre 1942 e 1952, aproximadamente, o futuro renomado acadêmico Florestan Fernandes foi membro do PSR.<sup>399</sup> A adesão ao partido trotskista do então estudante de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, “núcleo-matriz” da Universidade de São Paulo (USP), deu-se por intermédio de Sacchetta, que Florestan conheceu na redação do jornal *Folha da manhã*. Convidado pelo jornalista trotskista a militar no pequeno grupo, Florestan encontrou um lugar no qual a “colaboracionismo” de classes propagado pelo PCB não obtinha ressonância. Em uma entrevista de 1995, o sociólogo assim falou de sua participação política entre os trotskistas do PSR:

---

<sup>396</sup> Os militantes do periódico *Vanguarda Socialista*, alocados em sua maioria no PSB, defenderam, como dissemos, o voto em Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN). Isolados, os trotskistas do PSR anularam seus votos sufragando nas cédulas o nome de Luiz Carlos Prestes.

<sup>397</sup> Quanto ao *Orientação Socialista*, ver FERREIRA, P. R. *Op. cit.*

<sup>398</sup> Segundo Murilo Leal, a nova crise da IV Internacional, aberta após a vitória de Pablo e Mandel no III Congresso da organização (veremos um pouco sobre isso mais à frente), e a convergência de militantes do partido com as posições do grupo *Vanguarda Socialista* referentes à natureza social da União Soviética podem ter sido alguns dos motivos que levaram ao fim o PSR (LEAL, M. *Op. cit.*, p. 27-34).

<sup>399</sup> As informações acerca da relação de Florestan Fernandes com o PSR foram retiradas de COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo” in FERNANDES, F. *Em busca do socialismo. Op. cit.*, p. 9-28. e de CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes. Vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2004.

Eu venerava muito o partido e algumas das figuras do PC, mas ao mesmo tempo não gostava da conciliação de interesses que levava o partido a ter uma face para o movimento operário e outra face para a burguesia. A organização em que militei era filiada à IV Internacional, tinha uma pequena base operária e uma colaboração de intelectuais...O grupo era relativamente pequeno, caberia na categoria de grupúsculos, segundo os franceses, sem diminuir a importância. Mas tinha operários, não muitos, tinha pessoas empenhadas nos problemas da mulher, nos problemas da pobreza e no combate comum ao Estado Novo...Os meus colegas trotskistas não compartilhavam do sacrifício que exigia o meu trabalho na universidade, por causa até da atividade partidária. Eu sempre dava uma contribuição menor do que a que eles esperavam. Fiquei na organização até mais ou menos 1952. Tinha entrado em 1942.<sup>400</sup>

Não obstante o fato de não ter se dedicado exclusivamente à militância partidária, Florestan participou intensamente das atividades da organização. Segundo Laurez Cerqueira, Florestan cedeu sua residência para reuniões do PSR e, num dos cômodos dela, instalou um mimeógrafo no qual eram rodados textos do partido. O jovem intelectual foi também um dos redatores do “Anteprojeto Técnico Eleitoral”, documento político-programático apresentado em 1945 pela Coligação Democrática Radical, entidade (como foi visto pouco acima) impulsionada pelos trotskistas com vistas a aglutinar o conjunto da esquerda nas eleições presidenciais e parlamentares à Constituinte que se avizinhava.<sup>401</sup> Em 1946, foi publicada pela *Flama* a *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx,<sup>402</sup> traduzida por Florestan a pedido de Sacchetta, então à frente da casa editorial. A edição em questão contou com uma introdução de autoria do tradutor bastante elogiada pelos intelectuais da época.<sup>403</sup>

A partir de 1945, Florestan Fernandes passou a lecionar na Faculdade de Filosofia. Após um período em que, com muito sacrifício, conciliou as atividades de militante e acadêmico, Florestan, por volta de 1952, quando concluía sua tese de doutoramento, finalmente optou pela carreira universitária. Nessa difícil escolha, o já destacado intelectual obteve o apoio de seu próprio dirigente partidário, Hermínio Sacchetta:

Com a filiação ao PSR, a seção brasileira da IV Internacional, minha militância se tornou sistemática [...] eu me mantive [no partido] até o início dos anos 50. Aí os próprios companheiros acharam que não seria conveniente que eu desperdiçasse o tempo em um movimento de pequeno alcance, quando podia me dedicar a trabalhos de maior envergadura na universidade. O Sacchetta, que era um homem esclarecido, me aconselhou: “É melhor você se afastar da organização e se dedicar à universidade, que vai ser mais importante para nós.”<sup>404</sup>

---

<sup>400</sup> LEITE, Paulo Moreira. “Vida e transformação, as convivas do Florestan”. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 19 de agosto de 1995, *apud* COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>401</sup> Cerqueira, Laurez. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>402</sup> MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Flama, 1946.

<sup>403</sup> Cerqueira, Laurez. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>404</sup> VENCESLAU, Paulo de Tarso. “Florestan Fernandes” (entrevista) in *Teoria e debate* n.º 13. São Paulo, fevereiro de 1991, *apud* COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 11.

O abandono da militância partidária, motivado pela necessidade de concentrar-se integralmente no mundo acadêmico, provocou em Florestan, segundo o próprio, uma “crise de consciência”:<sup>405</sup>

Passado o período da militância, defrontei-me com uma acomodação improdutiva: ou ser militante, com o sacrifício de minhas possibilidades intelectuais, ou ser universitário, com atividades políticas de fachada, mistificadoras. Uma tormentosa crise foi resolvida com a generosidade dos companheiros políticos, que viam claro a realidade: a esquerda ainda não possuía partidos que pudessem aproveitar o intelectual rebelde de forma produtiva para o pensamento político revolucionário. Por sua vez, Antonio Cândido ajudou-me a conviver com feridas e frustrações, que surgiam como um pesadelo e me levaram a sublimar a castração política parcial com uma prática exigente e (acredito) autopunitiva do significado da responsabilidade intelectual.<sup>406</sup>

Ainda que não partidariamente, Florestan Fernandes nunca deixou de fazer política, mesmo que, durante um longo tempo, a fizesse apenas por intermédio de seus escritos universitários. Seria somente cerca de trinta anos depois que Florestan novamente combinaria as duas funções (a de militante e a de acadêmico), quando aderiu ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual foi eleito deputado federal em 1987, cargo que exerceu por dois mandatos. Nas polêmicas travadas entre a militância petista, Florestan sempre defendeu a necessidade do partido de se portar como um defensor do fim da propriedade privada dos meios de produção e posicionou-se contra a expulsão das correntes trotskistas do seu interior.<sup>407</sup> Segundo Coggiola, “toda a bagagem política adquirida [por Florestan] no PSR voltava à tona” quando o velho intelectual imergia nos debates programáticos de seu novo partido.<sup>408</sup> Talvez seja interessante mencionar ainda que, em 1990, quando do aniversário de cinquenta anos da morte de Trotsky, Florestan, afastado organicamente dos trotskistas há quase quatro décadas, não se furtou a reafirmar, em palestras e trabalhos apresentados em eventos “comemorativos” à data, a inquestionável validade histórica da “teoria da revolução permanente” assim como o papel político fundamental para o movimento operário desempenhado pelo revolucionário russo desde 1905 até seu assassinato.<sup>409</sup>

Concluimos este pequeno item afirmando que, tendo em vista vários elementos da produção científica de Florestan Fernandes analisados nos capítulos anteriores (principalmente sua interpretação acerca da dinâmica da “revolução burguesa” nos países periféricos, com destaque para suas reflexões sobre o caráter contra-revolucionário das burguesias nativas), não é difícil notarmos como a militância trotskista dos anos de juventude exerceu significativo papel na formação intelectual do sociólogo. Consideramos-nos

---

<sup>405</sup> COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 10.

<sup>406</sup> FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 252, *apud* COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 10.

<sup>407</sup> COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 24-25.

<sup>408</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>409</sup> Ver FERNANDES, Florestan. “Trotsky e a revolução” in \_\_\_\_\_. *Em busca do socialismo. Op. cit.*

autorizados a dizer que o trotskismo deixou marcas indeléveis em Florestan, passíveis de serem verificadas tanto em algumas de suas obras quanto em muitos de seus posicionamentos políticos adotados ao longo de sua combativa vida. Vale lembrar ainda que Florestan foi, formal ou informalmente, orientador de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Weffort que, como esperamos ter demonstrado anteriormente, realizaram alguns destacados trabalhos acadêmicos nos quais também pode ser verificada uma influência teórica de León Trotsky.

### **O Partido Operário Revolucionário: uma experiência política e teórica para futuros acadêmicos**

O III congresso da IV Internacional, realizado em 1951, teve como principal consequência uma forte e irreparável cisão no movimento trotskista mundial.

De um lado, ficaram as seções que corroboravam as propostas, vitoriosas no encontro em questão, defendidas pelo grego (que militava na França) Michel Raptis, mais conhecido por seu codinome Pablo. Alegando a inevitabilidade de um enfrentamento cada vez mais radicalizado, com possibilidades bélicas, entre o imperialismo e os “Estados operários” liderados pela União Soviética, Pablo argumentou que tal conjuntura levaria as traidoras burocracias estalinistas a uma radicalização de suas políticas. Provavelmente impressionado com a influência de massas da qual gozavam muitos partidos comunistas europeus no pós-guerra, Pablo defendeu que os trotskistas deveriam reingressar nas organizações estalinistas com fito de influenciar suas decisões e conduzi-las ao caminho revolucionário. No caso da inexistência de partidos comunistas com inserção significativa na classe trabalhadora, como em muitos países da América Latina, por exemplo, a direção pablista, após um curto período em que indicou a construção de partidos revolucionários independentes, orientou os trotskistas a ingressarem nas fileiras dos partidos e movimentos “nacionalistas” burgueses ou pequeno-burgueses que tivessem audiência massiva entre o proletariado. Tal “tática” política formulada por Pablo recebeu o nome “entrismo *sui generis*”.<sup>410</sup>

---

<sup>410</sup> A adição da expressão latina “*sui generis*” ao termo “entrismo” deveu-se ao fato de que, na década de 1930, Trotsky havia orientado seus seguidores em determinados países da Europa (França e Espanha, por exemplo) e nos Estados Unidos a ingressar nas fileiras dos partidos social-democratas ou “centristas” (nos anos 30, o ingresso ou reingresso dos trotskistas nos PC’s constituía-se, por questões de simples sobrevivência física, em uma impossibilidade prática). Entretanto, o “entrismo” defendido por Trotsky almejava, após a construção de “alas revolucionárias” no interior destes partidos operários, a captação de quadros e de setores de massas para que se pudesse formar um outro partido, revolucionário e independente tanto da social-democracia quanto do “centrismo” e do estalinismo. De nenhum modo, Trotsky pretendia com tal tática influenciar as decisões das direções da social-democracia e do “centrismo”, quiçá corrigi-las.



Contando com a adesão pós-congresso do economista belga e prestigiado dirigente Ernest Mandel, a ala da IV Internacional que agrupava as seções nacionais (ou partes destas) adeptas da nova “tática” passou a ser conhecida como Secretariado Internacional (SI).

Do outro lado, organizou-se o Comitê Internacional (CI), composto pelos partidos e grupos trotskistas que se recusaram a implementar a política “entrista”, considerando-a um retrocesso em relação à própria fundação da IV Internacional. Majoritário entre a militância que reivindicava o trotskismo, o CI tinha como principais expoentes o norte-americano SWP, o Partido Obrero Revolucionario (POR) da Argentina (liderado por Nahuel Moreno, codinome de Hugo Bressano) e a maioria da antiga seção francesa (que, por se negar a cumprir as ordens *pablistas* de iniciar, em 1952, o “entrismo” no Partido Comunista Francês, acabou expulsa pelo SI), que tinha à frente Pierre Lambert.<sup>411</sup>

Alinhado com as diretrizes do SI, teve origem em 1952 o Bureau Latino-Americano da IV Internacional (BLA), dirigido pelo excêntrico dirigente argentino J. Posadas (codinome de Homero Cristali).<sup>412</sup> Foi como delegado do BLA que o também argentino Guillermo Almeyra chegou a São Paulo com o objetivo de estabelecer contatos com os trotskistas brasileiros, liderar um grupo e editar um jornal. Hospedado na casa dos pais do então jovem estudante Leôncio Martins Rodrigues, Almeyra arregimentou ex-militantes do PSR (como Milton Camargo, Antônio Pinto de Freitas e o próprio Leôncio Martins Rodrigues) e alguns jovens membros do PSB (como Sebastião Simões de Lima), constituindo assim um pequeno núcleo trotskista, alinhado ao BLA. Desse modo, dando seqüência à saga do movimento trotskista no Brasil, foi criado, ainda em 1952, o Partido Operário Revolucionário, que passou a expor suas posições por intermédio do periódico *Frente Operária*.<sup>413</sup>

Durante dois anos, o POR atuou com a perspectiva de, a partir da animação de uma “frente única operária”, dotada de um programa antiimperialista e anticapitalista, construir um partido marxista e revolucionário no país. Entretanto, em fins de 1954, após a volta de Leôncio e Almeyra do IV Congresso da IV Internacional realizado na França, o POR, seguindo as novas diretrizes deste último para o Brasil, enveredou-se pelo caminho do “entrismo” no PCB. Para essa difícil e clandestina tarefa,<sup>414</sup> foram destacados, entre outros

---

<sup>411</sup> Naturalmente, oferecemos acima uma descrição deveras resumida do grande “racha” sofrido pela IV Internacional após seu III Congresso. Para um conhecimento mais detalhado das inúmeras cisões e crises vividas pelo trotskismo mundial, ver, entre outras obras, PETIT, Mercedes. *Op. cit.*

<sup>412</sup> Ligado ao CI, Nahuel Moreno, por sua vez, animou o Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO), que disputou com o BLA de Posadas a representação do legado político de Trotsky em nosso continente.

<sup>413</sup> As informações expostas neste capítulo acerca da trajetória do POR foram extraídas de LEAL, M. *À esquerda da esquerda... Op. cit.* e \_\_\_\_\_. “Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964)” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 127-159.

<sup>414</sup> Lembremos que o artigo 13 dos estatutos do PCB proibia seus militantes de “manter relações pessoais, familiares ou políticas com os trotskistas”.

militantes, o próprio Leôncio e o então estudante de Direito e Filosofia Ruy Fausto.<sup>415</sup> Ruy, assim como seu irmão, o futuro historiador Boris Fausto, haviam adentrado as fileiras do POR pouco tempo após o surgimento do partido. Leal destaca que à época o partido agitava nos meios universitários o *Círculo Karl Marx*, um centro de estudos e discussões sobre o marxismo por meio do qual os trotskistas estabeleciam contatos com estudantes e intelectuais de esquerda. Nesse *Círculo* participavam, além de Ruy Fausto e demais ativistas de perfil intelectual do POR, nomes como Paul Singer e Emir Sader.

A tática “entrista” no PCB, que se mostraria, em termos gerais, um enorme fracasso, rendeu ao POR a captação de alguns quadros *pecebistas*, entre eles o importante dirigente operário e ex-deputado federal constituinte José Maria Crispim que, expulso em fevereiro de 1952 do partido de Prestes, aderiu em carta aberta de setembro de 1955 à IV Internacional. Em 1957, sem muito sucesso, o POR incidiu também sobre Agildo Barata e seu grupo que rompera com o PCB – mas que acabou aderindo, entretanto, a posições de cunho “nacionalista”.<sup>416</sup> Em 1962, o POR deslocou dois de seus militantes, Doroty Massola e Fábio Munhoz, para realizar o “entrismo” no recém-fundado Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha maoísta. Com os dois trotskistas rapidamente descobertos e expulsos, a nova investida fracassou fragorosamente.

Em 1963, o POR abandonou por completo a militância entre os *pecebistas*, e a prática “entrista” passou a ter lugar no movimento brizolista, especialmente após o Golpe de 1964. Segundo Posadas, tratava-se agora de um “entrismo” modificado, que ele, de um modo altamente pleonástico, denominou como um “entrismo interior”. Nesse momento, o POR já não se encontrava mais vinculado ao SI, pois em 1962 o BLA havia acompanhado sua liderança maior no intento de formar uma “IV Internacional Posadista”.

Em 1953, o POR envolveu-se na campanha de Jânio Quadros à Prefeitura da São Paulo. Segundo depoimentos de ex-militantes do partido, Jânio, no final do ano anterior, participou de uma reunião com cinco militantes do POR (entre eles, Leôncio Martins Rodrigues e os irmãos Fausto) na qual assinou um documento em que se comprometia a implementar determinadas medidas apresentadas a ele pelos trotskistas caso vencesse o pleito. Após seu sucesso nas urnas, Jânio, como era de se esperar, não só nada implementou das tais medidas, como disse aos trotskistas que não se lembrara de ter assinado documento algum.

Nas eleições para a Presidência da república de 1955, em um manifesto intitulado “Os trotskistas rejeitam as quatro candidaturas”, o POR afirmou que poucas diferenças existiam

---

<sup>415</sup> Ruy Fausto foi militar na Juventude Comunista (JC), e tornou-se membro do Comitê de Zona Universitária (CZU) do PCB. Leôncio Martins Rodrigues, por sua vez, dedicou-se ao trabalho entre os jovens comunistas que atuavam na União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES).

<sup>416</sup> Nesse mesmo período, Leôncio Martins Rodrigues, fundador do POR, afastou-se da organização e dedicou-se à carreira acadêmica.

entre Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado, defendendo assim o “voto em branco” como uma forma de protesto contra a legislação eleitoral que não permitia candidaturas independentes. Ferozmente, os trotskistas condenaram o apoio do PCB a JK, considerando tal postura uma “capitulação vergonhosa diante do inimigo de classe”.<sup>417</sup> Igualmente, no pleito de 1960, o partido atacou os três concorrentes à cadeira presidencial (Henrique Teixeira Lott, Adhemar de Barros e Jânio Quadros) e defendeu o lançamento de uma candidatura “operária” que nascesse do movimento e das lutas dos trabalhadores; esta candidatura, segundo o POR, deveria basear-se em um programa político no qual constasse, entre outras consignas, a escala móvel de salários, a jornada móvel de horas de trabalho, a estabilidade no emprego, a estatização das fábricas paradas, nacionalização dos bancos, o monopólio estatal do comércio exterior, o controle operário sobre a Previdência Social, a reforma agrária, a ampliação das relações diplomáticas do país, o direito de greve e a organização dos trabalhadores independente em relação ao Estado.

Quando da renúncia de Jânio no 25 de agosto de 1961, o POR acreditou que abria-se no país uma “situação pré-revolucionária” e passou a defender, entre outras bandeiras, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. No contexto da “crise da legalidade”, o jovem militante do partido, Tullo Vigevani, estudante de engenharia na Politécnica da USP, foi preso pichando nos muros palavras de ordem contra o golpe (iniciado pelos três ministros militares, o general Odílio Denys, o brigadeiro Grün Moss e o almirante Sílvio Heck) que buscava impedir a posse do vice-presidente eleito João Goulart. Já no final de 1963, o POR começou a identificar a situação nacional enquanto “revolucionária”. Entretanto, tal concepção não impediu os trotskistas de subestimar a contra-revolução – que, segundo Trotsky, sempre se faz presente em qualquer situação na qual a questão do poder está colocada para a classe operária – e avaliar que o golpe assestado em 1964 pela burguesia e o imperialismo não havia provocado senão um revés circunstancial no processo revolucionário.

Impressionados com a audiência entre as massas do movimento “nacionalista” (no qual depositavam uma esperança de “radicalização”, como vimos no capítulo anterior), os trotskistas propuseram que os brizolistas se diferenciasssem, no interior da Frente de Mobilização Popular (FMP), das correntes por ele consideradas (não sem razão) moderadas, como Arraes, Almino Alfonso e o PCB. Após a derrubada de Jango, o partido participou da Frente Popular de Libertação, criada no Uruguai, e assumiu, no Brasil, a divulgação do jornal “nacionalista” *O panfleto*.

Na década de 1950, o POR, muito pequeno e concentrado no Estado de São Paulo, desenvolveu atividades no Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, no Sindicato dos

---

<sup>417</sup> POR. “Os trotskistas rejeitam as quatro candidaturas” in *Frente Operária*, nº. 17. São Paulo, setembro de 1955, apud LEAL, M. “Idéias políticas...”. *Op. cit.*, p. 134.

empregados em Hotéis e Similares de São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Mobiliário de Campinas. Os trotskistas atuaram também nesse período na metalúrgica Sofunge e entre os trabalhadores dos frigoríficos Armour e Wilson.

Nos anos 60, o partido logrou construir um núcleo no Rio Grande do Sul, a partir da militância no meio estudantil exercida por Paulo Pilla Vares que, como “entrista” na JC, atraiu para o POR seus companheiros Vito Letizia e Paulo Pereira. No Rio de Janeiro, onde o a organização consolidava-se nesse período, o dirigente Sidney Fix Marques dos Santos coordenou as atividades dos trotskistas entre os estudantes de Niterói e São Gonçalo, os trabalhadores dos estaleiros e os da região canavieira de Campos, assim como entre os funcionários da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Por intermédio da FMP e do 2º sargento do Regimento da Escola de Infantaria da Vila Militar da Guanabara, Wilson Mendonça Maia, o POR atuou também entre a sub-oficialidade das Forças Armadas, em uma conjuntura na qual a organização política dos sargentos e marinheiros ameaçava significativamente a solidez do Estado burguês.

Aos militares da “base” das Forças Armadas, aliás, o POR dedicou uma atenção especial. Em Recife, os trotskistas realizaram um trabalho envolvendo aproximadamente 25 sargentos da Base Aérea, por intermédio do 3º sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Jair Borin, militante do POR e componente da chapa que, em fevereiro de 1963, venceu as eleições para o Clube de Oficiais e Sargentos da Aeronáutica.<sup>418</sup> Em São Paulo, os contatos também foram estabelecidos com militares da Aeronáutica por meio dos sargentos José Barreto de Souza, José Francisco de Almeida e João Ferreira da Silva. No começo de 1963, o POR ganhou a adesão do 3º sargento do Exército Ovídio Ferreira Dias, da Divisão Regional de Moto Mecanizados da 2ª Região Militar (DRMM/2), sediada em Osasco. Como presidente do Caixa Beneficente dos Oficiais e Sargentos da DRMM/2, Ovídio estruturou uma célula partidária com cerca de 30 militares.

Vale destacar também o trabalho realizado pelo POR, a partir de 1962, junto ao movimento “camponês” que se radicalizava no Nordeste. Para o município de També, fronteira de Pernambuco com a Paraíba, foi enviado o jovem gráfico Paulo Roberto Pinto, que lá ficaria conhecido por Jeremias. Recebendo pouco tempo depois a companhia de outros dois militantes do POR, Fábio Munhoz e o Pedro Makovsky Clemachuk, Jeremias obteve, conjuntamente com o sindicalista Joel Câmara, o controle *de fato* do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de També (oficialmente dirigido por um “pelego” que atendia por

---

<sup>418</sup> Em 22 de novembro de 1964, quando já havia sido expulso das Forças Armadas, Borin, que dava seqüência a sua militância em uma célula universitária (pois também era estudante de sociologia), acabaria finalmente preso.

“Capitão”) e desenvolveu intensas lutas a partir das propostas de ocupações de terras, da organização de milícias dos trabalhadores rurais, da formação de “conselhos” de camponeses por engenhos, usinas e municípios, além da defesa da estratégica “aliança operário-camponesa”. Jeremias, contudo, acabaria morto quando liderava um grupo de 500 trabalhadores em greve pelo pagamento do 13º salário atrasado no Engenho Oriente. O POR conseguiria ainda a incorporação às suas fileiras de alguns militantes que haviam passado pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), vinculado às Ligas Camponesas de Francisco Julião.

O Golpe de 1964 abalou profundamente os trotskistas, assim como as demais organizações de esquerda que vinham atuando sob o governo de Goulart. Enquanto elementos que levariam à desagregação do POR, somaram-se à mudança de regime as fortes diferenças políticas presentes no seu interior. Em 1966, na V Conferência Nacional do partido, um grupo de militantes apresentou um documento no qual criticava o excesso de centralismo implantado por Posadas na organização brasileira.<sup>419</sup> O plenário da Conferência, entretanto, não só repudiou o documento como determinou a imediata dissolução da “fração” que o havia elaborado, composta por Antonio Carlos Leal de Campos, José Leão de Carvalho, Gilvan Rocha, Fábio Munhoz e Maria Hermínia Tavares de Almeida (que havia ingressado no POR em 1963), além do afastamento desses militantes dos cargos de direção que ocupavam na estrutura partidária. Pouco tempo depois, os autores do polêmico documento abandonariam o POR. Em 1968, alguns militantes do Rio Grande do Sul foram excluídos do partido e deram origem à Fração Bolchevique da Seção Brasileira da IV Internacional. Rapidamente, o novo agrupamento recebeu adeptos do POR provenientes do Ceará, Pernambuco e do próprio Rio Grande do Sul. Embora bastante enfraquecido, o POR continuaria suas atividades sob a ditadura militar (1964-1985), assim como nos anos “democráticos” posteriores. Atualmente, os trotskistas de linha *posadista*, com uma insignificante inserção entre a classe trabalhadora brasileira, encontram-se dentro do PT e editam o periódico *Revolução Socialista*.

Da interessante trajetória do Partido Operário Revolucionário, o que acreditamos pertinente ser destacado nesta dissertação é o contato proporcionado pela pequena organização entre futuros acadêmicos “ilustres” e as idéias do revolucionário León Trotsky.

Nas páginas precedentes, vimos como dois destacados estudiosos do movimento sindical brasileiro, Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares de Almeida, compuseram, durante determinado período, as fileiras do POR – o primeiro, como já registramos no capítulo anterior, retomaria a categoria de “bonapartismo”, vastamente

---

<sup>419</sup> Desde 1962, quando rompeu com o SI e criou sua própria organização internacional, Posadas passou a defender o “monolitismo” como forma de funcionamento interno das seções de sua internacional (a “IV Internacional Posadista”). Segundo Posadas, sob o “monolitismo”, o “centralismo democrático” deveria operar numa proporção de 90% de centralismo e de 10% de democracia.

utilizada pelo POR nas décadas de 1950/1960, em seus estudos acadêmicos acerca da formatação política brasileira vigente entre 1930-1945.<sup>420</sup> Mencionamos também, neste brevíssimo histórico do POR, como os irmãos Boris e Ruy Fausto militaram na organização trotskista praticamente desde sua fundação. Em um depoimento dos anos 90, Boris, que se afastara do POR em fins de 1962, relembrou de sua experiência de membro da IV Internacional:

Eu comecei a militar no trotskismo por volta de 52 [...] Havia qualquer coisa de errado, para mim, no PC. Havia uma certa dureza – o trotskismo também tinha – mas que eu identificava muito com os comunistas e havia também o culto à personalidade do Prestes, que era uma coisa que eu não vivi *a posteriori*, porque hoje é um mérito indiscutido, não é? Mas na época era uma coisa que incomodava profundamente. Então eu entrei para o trotskismo muito pela via intelectual. Eu comecei a ler coisas, a me interessar pelas coisas de esquerda em geral e dei, quase que “autodidaticamente”, com os livros de Trotsky em sebos e coisas assim, e comecei a me encantar com as coisas dele e a dizer: “Não, isso aqui eu entendo, isso aqui é uma crítica da União Soviética”. Eu me preocupava muito com a coisa da União Soviética, ao mesmo tempo em que aderiu à União Soviética dizia: “Mas aí há coisas erradas, há coisas que não funcionam.” Então, a crítica trotskista, especificamente do Trotsky, da União Soviética me impressionou demais [...]<sup>421</sup>

Por mais que eu discorde do que a gente pensava naquela época, eu acho que isso foi uma coisa importante, para nós, como grupo, como pessoas. Eu acho que, não sei o que cada um pensa disso, eu acho que ganhei com a elaboração política, no sentido de que a gente discutia muito. A vida das reuniões era muito intensa [...] eram longuíssimas discussões. Sobre textos, sobre ideologia, sobre rumos a tomar e isso eu acho que nos deu um treino, um exercício, de falar etc., e como nós éramos um grupo, a não ser quando estavam aqui os argentinos [os delegados do BLA], como nós éramos um grupo cujos caciques eram fracos, isso tinha uma liberdade, vamos dizer assim, que eu nunca vi no PC. Quando a gente conversava com o pessoal do PC eu tinha a sensação de que nós percebíamos as coisas e não só isso, que nós tínhamos liberdade de pensar e que eles eram teleguiados [...] eu acho que isso [a experiência no POR] foi um ganho. Não um ganho político geral: um ganho para nós como formação pessoal.<sup>422</sup>

Pensamos que não consiste em empresa muito difícil estabelecer uma relação entre a militância trotskista de Boris Fausto e certos aspectos de parte de sua ulterior produção científica. Sem muitos constrangimentos, afirmamos que o contato do futuro historiador, por intermédio do POR, com a “teoria da revolução permanente” e a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* constituiu-se, por exemplo, em um importante “ingrediente” para o “preparo” de sua interpretação acerca da “Revolução de 1930”. Nesse sentido, o fato de esta consagrada interpretação ter se mostrado antípoda das oriundas dos meios “nacionalistas” e *pecebistas* (G. Ramos e N. W. Sodré, por exemplo) – vertebradas por uma lógica “dualista” e “etapista” – não pode ser visto como um fenômeno eminentemente acadêmico, oriundo de divergências historiográficas de gabinete. Do mesmo modo, podemos dizer que a proximidade entre Fausto e os primeiros trotskistas brasileiros no que diz respeito à

---

<sup>420</sup> Não custa lembrar que tal fato foi verificado por Murilo Leal em *À esquerda da esquerda... Op. cit.*, p. 169, e também em \_\_\_\_\_. “Idéias políticas...”. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>421</sup> Depoimento de Boris Fausto a Murilo Leal, 3 de janeiro de 1996, p.1. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo.

<sup>422</sup> *Idem*, p. 13-14.

compreensão da natureza social e política da ruptura institucional de outubro de 1930 não é, de jeito algum, uma mera coincidência.

Profundo estudioso do POR, Murilo Leal chamou a atenção para essa relação entre a pequena organização trotskista e nomes expressivos da intelectualidade acadêmica brasileira:

Algumas das perguntas, das categorias e das problemáticas propostas pelo POR em suas tentativas de interpretação da sociedade brasileira foram reelaboradas, mas estão presentes como matrizes em obras tão relevantes como *A revolução de 1930*, de Boris Fausto, ou no trabalho *Sindicalismo e classe operária (1930-1964)*, em que Leôncio Martins Rodrigues emprega o conceito de bonapartismo. Certamente o trotskismo entrou como componente dos fundamentos do interesse de Ruy Fausto pelo marxismo. Contribuiu, também, para formar o interesse de Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Tullo Vigevani e Cláudio Cavalcanti pelo papel dos sindicatos na sociedade brasileira e suas interrogações sobre os significados da “Era Vargas”. O POR representou nos anos 50, portanto, uma das matrizes de um pensamento de contra-hegemonia face ao nacional-desenvolvimentismo e ao estalinismo.<sup>423</sup>

Corroborando a perspectiva de Leal acerca do vínculo existente entre a organização trotskista e determinada produção acadêmica brasileira dos anos 60 e 70, consideramos ainda que a lista de consagrados intelectuais universitários que, no pré-1964, tiveram no POR um interlocutor político pode ser um pouco ampliada.

O próprio Leal aponta, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, que nos anos 50 integraram a Juventude Comunista (JC), como nomes que estabeleceram contatos com o partido trotskista.<sup>424</sup> Em depoimento a Leal, Ruy Fausto – que, como vimos, foi militante “orgânico” do POR e praticou o “entrismo” na JC –, afirmou que durante sua experiência, entre 1954 e 1956, junto à juventude *pecebista*, Weffort fora um dos ativistas que desenvolveram afinidade com a linha trotskista: “Weffort nunca foi da IV Internacional, ele estava próximo”, disse Fausto.<sup>425</sup> O depoente em questão lembrou que nesse período Weffort era muito ligado ao filho do histórico militante comunista Leôncio Basbaum, Hersch Basbaum, então integrante da JC e que somente anos mais tarde aderiria ao trotskismo: “[Weffort] morava perto da minha casa, numa pensão. Eu ia lá buscar ele, conversar com ele. Deixava recados: ‘Weffort, telefone para o Hersch’. O Hersch tinha telefone, ele não tinha. Imaginar esse sujeito ministro da Cultura é engraçado.<sup>426</sup> [Weffort] era secundarista nesse tempo, eu era universitário.”<sup>427</sup>

---

<sup>423</sup> LEAL, Murilo. “Idéias políticas...”. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>424</sup> LEAL, M. *À esquerda da esquerda...* *Op. cit.*, p. 40, 90 e 93-95.

<sup>425</sup> Depoimento de Ruy Fausto a Murilo Leal. Paris, 2 de junho de 1996, p.5. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo.

<sup>426</sup> Quando da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso sobre Lula no pleito presidencial de 1994, Weffort, que havia sido um dos organizadores da campanha deste último, aceitou, surpreendentemente, o convite do primeiro para estar à frente do Ministério da Cultura, ocupando assim o cargo de ministro durante todo o mandato de FHC (1995-2002).

<sup>427</sup> Depoimento de Ruy Fausto a Murilo Leal, p. 11.

Ruy Fausto se recordou ainda de que entre 1963 e 1964 (quando já se encontrava, na prática, afastado de uma militância mais “orgânica” entre os trotskistas) chegara a assistir, acompanhado de Weffort, a algumas reuniões do POR. Em uma dessas reuniões, realizadas às vésperas do Golpe de 1964, Fausto apresentou um manifesto acerca da situação nacional, *redigido conjuntamente com Weffort*, no qual atacava tanto os golpistas como o governo Goulart, o que fez com que os presentes considerassem que o manifesto supunha que o golpe viesse a ser desferido por Jango.<sup>428</sup> Em entrevista concedida a nós em 2007, o filósofo *uspiano* afirmou que alguns militantes do POR tinham relações pessoais, mas não partidárias, com figuras como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni nos anos 50 e início dos 60. Quando perguntado, entretanto, se estes últimos, assim como Weffort, tiveram contatos com as idéias de Trotsky por intermédio da organização *posadista*, Fausto foi peremptório: “Sim, tiveram contato via-POR”.<sup>429</sup>

Ottaviano De Fiori, que passou pelas fileiras do POR também em meados da década de 1950, relatou que Weffort era, naquele período, uma das eternas esperanças de captação por parte da organização. Talvez tenha sido imbuído dessa esperança que De Fiori, segundo o próprio, emprestou a obra *Revolução e contra-revolução na Alemanha* de Trotsky a Weffort, cobrando insistentemente deste a leitura da mesma. Não obstante o fato de Weffort ter atendido ao pedido do militante do POR, jamais aderiria ao agrupamento trotskista.<sup>430</sup>

Recordando-se da militância de Weffort ao seu lado na JC, o já mencionado Hersch Basbaum, em depoimento a Murilo Leal, posicionou-se acerca da possibilidade de ter havido uma possível influência do trotskismo do POR na formação intelectual do futuro “teórico do populismo”:

Weffort foi membro da Juventude Comunista [...]. Weffort sempre teve um perfil acadêmico. Temos a mesma idade, e eu digo isso, Murilo, não para abonar as minhas falhas, mas eu trabalhava para ganhar a vida nessa época, porra. E eles [Weffort e outros ativistas de perfil intelectual, provavelmente] não, ele estudavam, só. Eles tinham essa vantagem. Ficavam lendo o dia inteiro. E o Weffort sempre foi inteligente, um bom sujeito, inclusive, eu gosto muito dele. E ele era comunista sim. *E era muito preparado para absorver as idéias da esquerda trotskista naquele momento.* Até porque o perfil acadêmico que ele manifestava naquele momento facilitava ainda mais a curiosidade intelectual de chegar a ler os textos proibidos. E ele fez isso numa boa. E ele provavelmente foi influenciado. Ele ficou muito amigo do Leôncio [Martins Rodrigues] por um certo tempo também. Não sei em que momento eles tiveram a aproximação e a ruptura. Mas foi por aí, na década de 1950. *Então eu diria que, provavelmente, Weffort foi influenciado pelo trotskismo.* A adesão dele ao PT mais tarde pode ser que seja uma decorrência. Não que o PT fosse uma coisa de extrema esquerda, mas [...] ele surgiu como uma crítica ao Partido Comunista [PCB] na prática. Podia ser, mas não posso te dizer com segurança. [?]

---

<sup>428</sup> *Idem*, p. 21-22.

<sup>429</sup> Entrevista de Ruy Fausto a Felipe Demier. Paris/Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2007. Entrevista realizada por via eletrônica (email).

<sup>430</sup> Depoimento de Ottaviano De Fiori a Murilo Leal. São Paulo, 17 de julho de 1996, p. 17. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo. Talvez não seja escusado lembrar aqui que a obra de Trotsky mencionada acima é justamente uma das poucas que contém análises sistematizadas do revolucionário acerca da questão do “bonapartismo”.



Mas provavelmente teve apoio trotskista sim [apoio para quê?],<sup>431</sup> porque ele tinha essa posição crítica muito forte. Ele saiu do Partido [PCB] muito antes que eu. Muito antes. Eu, em 1958, ainda estava batalhando, e ele já tinha saído e já era professor, eu acho [...]. *Então o Weffort, eu diria, mantinha relações, sim, com os trotskistas*, mas convém ir falar com ele lá em Brasília para ver se ele confirma isso (risos).<sup>432</sup>

O sugestivo depoimento de H. Basbaum faz menção também a Fernando Henrique Cardoso. Agrupando-o a Weffort, comentou Basbaum:

Eram pessoas muito cultas, nós admirávamos os dois [...] babávamos de deslumbramento porque já eram figuras que apareciam no meio intelectual, ainda que muito jovens, então fatalmente tiveram contatos [com os trotskistas] [...] Então, o Fernando Henrique teve, com certeza, influência trotskista, com muito mais evidência até porque ele ficou amigo do Leôncio [Martins Rodrigues] muito tempo. E foi quem deu o primeiro empurrão para o Leôncio fazer carreira acadêmica. Eu lembro. Trabalhávamos ambos, Leôncio e eu numa empresa chamada Marplan [de] pesquisa de mercado e eu lembro do Fernando Henrique cantando o Leo para fazer carreira universitária.<sup>433</sup>

Aliás, o próprio Leôncio Martins Rodrigues, fundador e ex-dirigente do POR, nos forneceu recentemente um interessante relato acerca das relações entre o trotskismo dos anos 50 e renomados acadêmicos das décadas de 1960 e 1970. Se nas lembranças de Leôncio sobre o período a figura de Weffort não aparece de forma muito nítida, o nome de nosso ex-presidente, por sua vez, lá se encontra vivamente:

Por razões de amizade, ainda quando membro do POR, tinha relações com F. H. e Ruth. Essas relações eram vistas com maus olhos pelos membros do Partidão [PCB], cujo artigo 13 dos seus estatutos proibia a relação com trotskistas. Ocorre que Fernando e Ruth tinham sido – antes de se casarem e ainda cursando a antiga FFCL [Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, um dos alicerces da construção da USP] – professores no curso colegial do Colégio Fernão Dias Paes, onde eu estudava. Alguns anos depois, quando eu era funcionário da Secretaria do Trabalho de SP, voltei a encontrar a Ruth que fora contratada como técnica de um Serviço Estadual de Mão-de-Obra que fazia parte dessa Secretaria.

Com Ianni, quando militante do POR não tive contactos. Com Florestan, sim, porque ele fora *simpa* do trotskismo. Eu o procurava para vender o jornal Frente Operária. *Idem* com relação a Lívio Xavier. Com Weffort, que fazia parte da JC, creio que me encontrei uma ou duas vezes, mas não estou certo.

Relato um fato curioso: *um encontro de F. H. com Posadas*, promovido por mim. O encontro ocorreu na casa do Fernando Henrique, com a presença do [ex-militante comunista] Fernando Pedreira, que era muito amigo do F. H. Foi em 1956. F. H. C. e Pedreira tinham rompido com o Partidão quando do relatório Kruschev e da invasão da Hungria e da Polônia pela URSS. Na ocasião, houve a cisão no PCB de um grupo liderado pelo Agildo Barata, do qual F. H. C. e Pedreira fizeram parte. Posadas tinha a esperança de trazer algumas pessoas desse grupo para o trotskismo. Ficava impressionado por um trabalho sobre o estalinismo escrito por Pedreira que chegara a circular em Montevidéu. Não é preciso dizer que houve apenas uma reunião entre eles.<sup>434</sup>

---

<sup>431</sup> Acreditamos que se trata da ruptura de Weffort com o PCB, mas não podemos garantir.

<sup>432</sup> Depoimento de Hersch Basbaum a Murilo Leal. São Paulo, 17 de julho de 1996, p. 13-14. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo. Grifos nossos. No interessante depoimento, Basbaum lembrou, por exemplo, de seu contato na época com Paul Singer (“que não era trotskista”) e sua então mulher Eveline Singer (que “era trotskista”). O depoente recordou-se ainda de Maurício Tragtenberg, a quem definiu como “um trotskista muito bacana”. (*Idem*, p. 14.)

<sup>433</sup> *Idem*, p. 14-15.

<sup>434</sup> Entrevista de Leôncio Martins Rodrigues a Felipe Demier. São Paulo/Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2007. Entrevista realizada por via eletrônica (email). Grifos nossos. A curiosa reunião que teve entre seus participantes Posadas e F. H. C. foi mencionada também por Murilo Leal (LEAL, M. *Op. cit.*, p. 94-95). Dainis Karepovs aponta como, nos anos 90, a grande imprensa produziu matérias de tom anedótico acerca das falhas de

Leôncio Martins Rodrigues nos contou também que, quando já se encontrava afastado do POR,<sup>435</sup> realizou uma exposição sobre a “teoria da revolução permanente” nos seminários do chamado “Grupo d’*O Capital*”. Segundo o expositor, tal atividade teve apenas a finalidade de “satisfazer a curiosidade intelectual dos participantes”.<sup>436</sup> Não custa registrar aqui o já sabido fato de que Ruy Fausto, Weffort, F. H. Cardoso e Octavio Ianni, como também José Arthur Gianotti, Emir Sader e Michael Löwy, foram alguns dos participantes do mencionado “Grupo”, que possuiu duas “gerações”.<sup>437</sup> Nesse sentido, dada a relação (observada nos capítulos anteriores) entre a perspectiva teórica de León Trotsky e a produção bibliográfica da intelectualidade “antidualista” e “antietapista” brasileira dos anos 60 e 70, é possível que a “despretensiosa” exposição de Leôncio Martins Rodrigues para seus colegas acerca de um dos pilares do pensamento trotskista possa ter tido maiores conseqüências do que as imaginadas pelo seu autor.

Nas últimas laudas acreditamos ser permitido entrever a existência de vínculos entre o movimento trotskista brasileiro e a nossa intelectualidade acadêmica para além dos que já são, relativamente, bastante conhecidos do público interessado. Todavia, ressalvamos que tais contatos com o trotskismo por parte de autores como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, por exemplo, foram investigados por nós apenas de modo introdutório, o que torna necessária a realização de pesquisas de maior profundidade para que conclusões mais precisas sejam alcançadas. Por ora, nos limitamos a dizer que, em função das relações mantidas entre o POR e estes dois futuros notórios acadêmicos, as concepções teórico-políticas de matriz trotskista não se constituíram em elementos totalmente estranhos às suas formações intelectuais.

Encerramos, assim, este item sobre o POR afirmando de forma breve que, não obstante seu pouco peso político conseguido junto ao movimento operário brasileiro, esse pequeno partido trotskista pode adquirir uma importância significativa enquanto fonte de pesquisa para os eventuais interessados em se debruçar sobre as raízes de uma importante geração de intelectuais acadêmicos do país.

---

espionagem cometidas pelos serviços de informação do Estado brasileiro (KAREPOVS, D. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. *Op. cit.*, p. 58, nota 7.). Uma destas matérias citadas por Karepovs é a intitulada “Para Deops paulista, [Fernando Henrique] Cardoso era trotskista”, publicada no *Jornal do Brasil* em 7 de dezembro de 1994. Entretanto, ainda que F. H. C. nunca tenha sido de fato um trotskista, os seus contatos com o POR e com Posadas, maior liderança trotskista latino-americana dos anos 50, não são aspectos totalmente insignificantes a ponto de serem ignorados quando de uma investigação feita por um órgão de espionagem sobre um possível “subversivo”. Nesse sentido, mesmo que a conclusão do Deops paulista sobre o ex-presidente seja, na essência, equivocada, talvez o deboche da imprensa nesse caso não se justifique; possivelmente, os “arapongas” do Estado tenham sido nessa ocasião menos incompetentes do que afirmam nossos jornalistas da imprensa burguesa.

<sup>435</sup> Como já dissemos, Leôncio abandonou a organização por volta de 1957.

<sup>436</sup> Entrevista de Leôncio Martins Rodrigues a Felipe Demier.

<sup>437</sup> LEAL, M. *À esquerda da esquerda...* *Op. cit.*, p. 110 e SILVA, Luiz Fernando da. *Op. cit.*, p. 30.

## A POLOP: militantes, intelectuais e “teoria da dependência”

Fundada em 1961 a partir da junção de militantes vindos do PSB e de grupos como a Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, a Juventude Socialista, da Guanabara, e a luxemburguista LSI, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), conforme já foi dito na introdução deste trabalho, não era um agrupamento político propriamente trotskista. Entretanto, como também já o dissemos, Trotsky foi, ao lado de nomes como Rosa Luxemburgo, Bukharin, Brandler e Talheimer, uma importante matriz teórica para as elaborações políticas da POLOP, sigla pela qual ficaria conhecida a agremiação.

Indubitavelmente, a adoção de parte das idéias de Trotsky pela POLOP contribuiu de modo significativo para que esta tenha interpretado o capitalismo brasileiro enquanto um elemento indissociável e dependente do internacional sistema capitalista imperialista. Do mesmo modo, Trotsky está na raiz das inclementes críticas da organização à linha política “etapista” do PCB para a revolução no Brasil, que levava os estalinistas, quase que supra-conjunturalmente, a buscar alianças com os setores supostamente “progressistas” da burguesia do país.

Veiculando suas posições por intermédio do periódico *Política Operária*,<sup>438</sup> a POLOP diferenciou-se da maioria das organizações de esquerda existente nos anos 60 pela sua defesa intransigente do caráter “socialista” da revolução brasileira. Rejeitando, por conseqüência, a “colaboração de classes” proposta pelo PCB (e demais adeptos da estratégia da revolução “democrático-burguesa” ou de suas variantes), a POLOP apresentou ao agitado movimento de massas do período a fórmula de uma “Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”.<sup>439</sup>

Reivindicando, sob o governo Goulart, eixos programáticos como a reforma do ensino, o controle dos lucros, a organização dos camponeses e a aliança com a esquerda revolucionária da América Latina, a pequena organização de quadros, composta basicamente de intelectuais, estudantes e subalternos das Forças Armadas, gozou de pouquíssima interlocução com o operariado. O trabalho político da POLOP junto a esse setor, considerado por ela como o principal sujeito revolucionário, restringiu-se, até 1964, a algumas bases em Minas Gerais e São Paulo (em especial na região do ABC), além dos contatos com as cúpulas dirigentes. No movimento sindical, estimulou a construção de comitês de empresa e a

---

<sup>438</sup> Primeiramente jornal e depois revista.

<sup>439</sup> As informações sobre a POLOP foram extraídas de MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...”. *Op. cit.*

militância nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical corporativista, sem, contudo, abandonar a participação nos sindicatos oficiais. No movimento estudantil, chegou a ser majoritária em alguns diretórios acadêmicos e a possuir um assento na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que, em especial após o golpe militar, era hegemônica pela Ação Popular (AP).

Já entre a sub-oficialidade militar, em especial a do Exército, a POLOP obteve um relativo êxito, recrutando entre esta muitos de seus militantes – cerca de 20% dos componentes da organização tinham origem castrense. Nas resoluções de seu II Congresso, realizado em 1963, consta a bandeira do apoio à luta dos sargentos pela sua elegibilidade, assim como a defesa do direito de voto para as praças de pré (como também para os analfabetos). Tal êxito talvez se explique em parte pela aproximação feita pelos *polopistas* com Leonel Brizola, principal referência de esquerda entre as baixas patentes das Forças Armadas. A POLOP, enxergando o golpe como iminente,<sup>440</sup> participou da construção dos chamados “grupos dos onze”, animados por Brizola, que tinham por finalidade combater militarmente a ofensiva contra-revolucionária. Também ao lado de Brizola, assim como do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e de outras organizações, militantes da POLOP envolveram-se, no exílio uruguaio do pós-Golpe, na elaboração de um plano de implementação de focos de guerrilha no Brasil, iniciado com a “guerrilha do Capará”.

Desde seu início, a POLOP se propôs a ser um pólo aglutinador da vanguarda brasileira, visando à construção de um partido revolucionário no país. Entretanto, uma análise nos materiais da organização (documentos, cartilhas, resoluções congressuais etc.), como a realizada por Mattos, demonstra que, com o passar do tempo, em especial no período pós-1964, a idéia de um partido revolucionário a ser construído passou a se confundir progressivamente com a concepção de que a própria POLOP já seria esse partido.<sup>441</sup>

Ainda que tenha sido uma das primeiras organizações políticas a divulgar os feitos da Revolução Cubana (1959), a POLOP não aderiu logo de início à perspectiva *guerrilheirista*, mantendo-se adepta da insurreição dos grandes centros fabris como caminho para a conquista do poder pelos trabalhadores. Contudo, provavelmente em função das dificuldades cada vez maiores impostas ao trabalho junto ao movimento de massas a partir do Golpe, a organização passou a tratar o foco guerrilheiro como um elemento “tático” que poderia preparar o terreno para o futuro levante do proletariado, compreensão política que a diferenciava tanto dos críticos da luta armada (PCB) quanto dos agrupamentos que tomavam a “guerra de

---

<sup>440</sup> Segundo Marcelo Badaró Mattos, “a POLOP foi uma das organizações que mais claramente avaliaram a iminência de um golpe de Estado, na conjuntura dos meses finais do governo Goulart” (*Idem*, p. 205.).

<sup>441</sup> *Idem*, p. 198-201.

guerrilhas” como substitutiva da mobilização operária e popular (Ação Libertadora Nacional, Movimento Revolucionário 8 de Outubro etc.).

As diferenças políticas acerca da “tática” guerrilheira no interior da POLOP provocaram um expressivo racha em seu IV Congresso, realizado em 1967, fazendo com que mais da metade dos componentes da organização dela debandasse. Os que restaram se juntaram à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (oriunda do PCB) – que tinha entre seus quadros Flávio Koutzi e Marco Aurélio Garcia –, formando assim o Partido Operário Comunista (POC). Em 1970, um racha do POC daria origem à Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML – PO) que, apesar da proximidade semântica com a antiga sigla POLOP, “não poderia guardar senão alguns paralelos com a POLOP original”.<sup>442</sup> Já alguns membros que haviam participado do racha de 1967 (como Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Alberto de Freitas, que atuavam em Minas Gerais), após ganharem a adesão de ativistas da Guanabara e do Rio Grande do Sul, aproximaram-se de militantes de origem militar e constituíram uma organização que em 1968 assumiria o nome de Comando de Libertação Nacional (COLINA). Em São Paulo, os militantes que haviam permanecido na organização após a crise interna, estabeleceram relações com ativistas ligados ao ex-sargento Onofre Pinto e fundaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em julho de 1969, a COLINA e a VPR se fundiram dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares). Portanto, pode-se dizer que, a partir da fragmentação de 1967, a POLOP praticamente deixou de existir.

Apesar de seus principais esforços terem estado voltados para conquista da direção do movimento dos trabalhadores brasileiros, a POLOP acabaria por se tornar conhecida, tanto na época de sua existência quanto posteriormente, pelas interessantes e argutas interpretações que realizou acerca do capitalismo brasileiro, nas quais, como dissemos, se afirmava peremptoriamente a natureza dependente deste assim como o caráter irremediavelmente contra-revolucionário do conjunto das classes dominantes nativas. Muitos dos aspectos contidos nessas interpretações mostrar-se-iam presentes em reflexões posteriores da esquerda, em especial nas produzidas pela intelectualidade “antietapista” e “antidualista”, em grande parte já alocada, a partir de meados da década de 1960, no espaço universitário (conforme já expusemos).

Marcelo Badaró Mattos destaca como, por exemplo, no “Programa socialista para o Brasil”, documento político da organização elaborado em 1967, encontram-se diversos elementos “que se repetirão em textos produzidos por mais de uma década de análises preocupadas com as explicações do porquê da ditadura militar”.<sup>443</sup>

---

<sup>442</sup> *Idem*, p. 186.

<sup>443</sup> *Idem*, p. 206.

Entre esses elementos, destaca-se a idéia da inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia brasileira, de um lado, e o latifúndio e o imperialismo, de outro, como defendiam as análises colocadas nas propostas do PCB. Assim, naquele documento, caracteriza-se que “o capitalismo industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se despreendeu disso completamente” [...].

Daí que termos que ali apareciam [no documento] de forma difusa ganhassem contornos conceituais em análises posteriores, como era o caso da idéia de um desenvolvimento “tardio” do sistema capitalista brasileiro, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola.<sup>444</sup>

Pensamos que não é difícil observar as semelhanças existentes entre as concepções *polopistas* e as das organizações trotskistas descritas anteriormente no que concerne à interpretação do capitalismo brasileiro, como, aliás, já pôde ser entrevisto na segunda parte de nosso primeiro capítulo. Decerto, isto se explica pela nítida influência teórica que Trotsky exerceu não só nas “suas” seções brasileiras, mas também nas organizações de cunho mais propriamente “centrista”, como acreditamos ser o caso da POLOP – na qual, como vimos, o nome de Trotsky figurava ao lado de outros não identificados com a crítica de esquerda ao estalinismo, como Bukharin, representante da “direita” comunista nos anos 30.<sup>445</sup> É unicamente por conta dessa proximidade entre a POLOP e as organizações trotskistas do 1930-1964 no que tange à compreensão da dinâmica histórica e social do capitalismo periférico brasileiro, que incorporamos, *ad hoc*, a primeira ao conjunto composto pelas últimas – já que nosso foco é justamente a relação das elaborações sobre o Brasil feitas por estas organizações com a produção da intelectualidade brasileira acadêmica crítica às perspectivas analíticas *cepalina*, *isebiana* e *pecebista*.

Acerca dessa relação, mais especificamente no que refere à POLOP, afirmou Mattos:

Nas suas múltiplas interpretações, a idéia de um desenvolvimento capitalista dependente – em que latifúndio e indústria surgiam imbricados e a burguesia havia optado pela associação com os monopólios imperialistas – embalou as críticas ao reformismo pecebista e às teses dualistas sobre o subdesenvolvimento brasileiro, nos textos programáticos de muitos dos agrupamentos de esquerda surgidos entre fins dos anos 60 e início da década de 1970, bem como nas diversas análises acadêmicas sobre o tema do “populismo” no Brasil, o golpe de 1964 e as políticas econômicas anteriores e posteriores à instalação da ditadura.

---

<sup>444</sup> *Idem*, p. 206-207.

<sup>445</sup> Nossa utilização do termo “centrista” para definir um tipo histórico de partido pertencente ao movimento operário baseia-se, em grande parte, no sentido atribuído a este pelo próprio Trotsky. Tomando como exemplo principalmente o caso do Partido Obrero Unificado Marxista (POUM), agrupamento espanhol constituído por uma fusão de trotskistas (opositores de esquerda ao estalinismo) e de bukharinistas (opositores de “direita” ao estalinismo) que participou ativamente da revolução espanhola, Trotsky avaliou que os partidos (por ele chamados de) “centristas” continham em seu interior tanto elementos revolucionários como outros claramente reformistas e oportunistas, e, dependendo da conjuntura histórica e dos grupos que momentaneamente os hegemonizassem, estes partidos viam-se aptos a girar ora “à esquerda”, ora “à direita” (ver, entre outras obras, TROTSKY, León. *La revolución española*. S.l: El puente editorial, s.d.). No linguajar do movimento operário, em especial o dos anos 60, os partidos desse tipo eram também chamados de “trotskizantes”, como foi o caso da POLOP.

Assim, se a POLOP não resistiu, como organização, aos debates radicalizados da agitada conjuntura posterior ao golpe de 1964, muitos dos elementos centrais de suas análises e propostas persistiram, influenciando os debates posteriores.<sup>446</sup>

Os vínculos entre a produção *polopista* e a bibliografia acadêmica “antidualista” e “etapista” podem ser explicados, tal como no caso das organizações trabalhadas anteriormente, por meio das relações que certos membros da intelectualidade brasileira estabeleceram com a POLOP. Contudo, diferentemente dos contatos travados entre futuros acadêmicos e organizações trotskistas como o PSR e o POR, as participações “orgânicas” de alguns destacados pensadores universitários dos anos 60/70 na POLOP são, até certo ponto, bem conhecidas do público interessado na temática do pensamento de esquerda no Brasil. Não se constitui em grande novidade, por exemplo, o fato de que os “teóricos da dependência” Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, assim como o brilhante cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, os irmãos Emir e Éder Sader, e o filósofo Michael Löwy, compuseram as fileiras da organização e intervieram intensamente nos debates do movimento operário da década de 1960.<sup>447</sup> Muitas vezes, foram esses próprios intelectuais, que nas décadas seguintes ganhariam um significativo prestígio universitário à escala latino-americana, os formuladores das já mencionadas análises da POLOP sobre o caráter altamente híbrido, contraditório e dependente do capitalismo brasileiro.

### **Organizações trotskistas e pensamento social brasileiro: dois breves comentários conclusivos**

Como forma de findar esse pequeno capítulo, gostaríamos de, muito rapidamente, chamar a atenção para dois aspectos que consideramos de grande valia para o debate acerca da relação entre os partidos trotskistas brasileiros da etapa 1930-1964 e a parcela da intelectualidade nacional denominada por nós de “antidualista” e “antietapista”.

Primeiramente, pensamos que vale a pena reforçar a idéia de que esses partidos, muitos dos quais desconhecidos nos meios universitários e não raras vezes ignorados na historiografia sobre o movimento operário do país, tiveram uma significativa importância no que diz respeito ao entendimento da realidade nacional e, por conseguinte, para a história do pensamento crítico brasileiro. Politicamente marginalizados na esquerda, numericamente inexpressivos e com uma reduzidíssima penetração programática entre a classe trabalhadora organizada, os agrupamentos trotskistas do período em questão, ainda que tenham estado longe de seu principal objetivo, a saber, a conquista da direção do movimento operário e

---

<sup>446</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...”. *Op. cit.*, p. 208.

<sup>447</sup> Os quatro últimos teóricos citados, como informamos, haviam militado anteriormente na LSI.

popular do país, não deixaram, entretanto, de prestar sua contribuição à difícil tarefa de compreender a natureza das relações entre o Estado e as classes sociais sob o periférico e dependente capitalismo brasileiro.

Em segundo e último lugar, alertamos o leitor de que o conhecimento dos contados travados entre as organizações trotskistas mencionadas e os intelectuais acadêmicos abordados nos permite, na busca das razões explicativas da demonstrada proximidade teórica e analítica (quanto à realidade brasileira) entre as primeiras e estes últimos, ultrapassar a mera suposição de que muitos dos nossos consagrados autores universitários dos anos 60 e 70 leram a obra de León Trotsky.

Se alguns intelectuais como Florestan, Ianni, Marini e Chico de Oliveira chegaram até mesmo a referir-se positivamente em seus trabalhos a Trotsky e/ou a algumas de suas categorias interpretativas das nações *atrasadas*, outros, tais como Cardoso e Weffort, sequer fizeram menção ao nome do revolucionário russo. Embora sejamos levados a crer, em função da época e do meio social nos quais a intelectualidade “antidualista” e “antietapista” esteve inserida, que pelo menos alguns dos escritos do teórico bolchevique não foram para os membros desta objetos absolutamente intocados, tal fato, afora uma informação ou outra que obtivemos nesse sentido (e que foram expostas neste capítulo), consiste em algo muito difícil, quase impossível, de ser precisado.

Contudo, após o que esposamos nas pouco mais de vinte páginas anteriores, nos sentimos autorizados a afirmar que, independentemente de terem ou não lido Trotsky, importantes nomes de nossa intelectualidade tiveram acesso às suas idéias. Pelo fato de as relações (“orgânicas” ou “periféricas”) mantidas com os partidos trotskistas, ou simplesmente por freqüentarem ambientes sociais (o movimento estudantil, a universidade, os grupos de estudo etc.) no quais tais partidos buscavam divulgar o pensamento trotskista, muitos daqueles intelectuais que ganhariam notoriedade acadêmica no país no pós-1964 tomaram contato, ainda que por vezes indiretamente, com o pensamento de León Trotsky. Em seus trabalhos científicos posteriores, acabariam por demonstrar que as elaborações teóricas e políticas dos trotskistas brasileiros não estiveram totalmente desprovidas de audiência como se costuma imaginar.



## Conclusão:

### Movimento operário, trotskismo e universidade

Realizando um rápido balanço de nossa dissertação, avisamos aos leitores, primeiramente, que nutrimos a expectativa de que nosso objeto central, ou seja, a conexão da teoria marxista do “populismo” com o pensamento trotskista (analisada no capítulo II), tenha sido significativamente aqui discutido.

Do mesmo modo, temos a certeza de que a relação, mais geral, entre as teses trotskistas e a produção acadêmica de parcela da intelectualidade brasileira das décadas de 1960 e 1970 foi abordada neste trabalho (no capítulo I) apenas introdutoriamente, o que faz com que a efetivação de estudos mais aprofundados sobre a temática seja ainda necessária. Imaginamos que, entre outras propostas, a produção de pesquisas mais detalhadas acerca de cada um dos eixos de contato entre as formulações trotskistas e acadêmicas sobre a realidade brasileira (as constatações de ambas acerca da natureza dependente do capitalismo brasileiro, da não existência de uma oposição antitética entre latifúndio e indústria no processo de modernização capitalista do país e do caráter visceralmente contra-revolucionário de nossa burguesia, por exemplo) seja um bom caminho para que esse nexos científico seja melhor compreendido e, conseqüentemente, melhor exposto ao público interessado.

Igualmente, sabemos que, no tocante à observação das relações (“orgânicas” ou “periféricas”) de alguns de nossos renomados acadêmicos com essas pequenas organizações trotskistas (capítulo III), não fizemos mais do que descortinar alguns elementos para empresas futuras.

Nas páginas pretéritas, vimos como organizações políticas absolutamente desvinculadas institucionalmente dos institutos oficiais de pesquisa foram pioneiras na realização de sugestivas e dialéticas interpretações da sociedade brasileira. Por intermédio de *intelectuais-militantes* como Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Hermínio Sacchetta, Leôncio Martins Rodrigues e Rui Mauro Marini, entre tantos outros que poderíamos aqui citar, agrupamentos políticos pertencentes ao movimento dos trabalhadores como a LCI, o PSR, o POR e a POLOP acabaram por ser os responsáveis pelo surgimento de uma perspectiva de compreensão histórica e sociológica do Brasil que só posteriormente far-se-ia presente no âmbito acadêmico. Muitos dos trabalhos gerados neste último, como esperamos ter demonstrado, assemelham-se bastante, em termos teóricos e analíticos, às teses defendidas e propagadas por esses pequenos partidos.

Foi, portanto, opondo-nos à idéia, cada vez mais em voga, de uma produção científica que nasce e finda no interior do espaço acadêmico, que buscamos apresentar como grande parte dos trabalhos que ganharam notoriedade nos meios universitários por suas críticas ao “dualismo” e “etapismo” (contidos nas interpretações “nacionalista” e *pecebista* sobre a realidade nacional) guarda profundas semelhanças – possivelmente em função do passado militante de seus autores e/ou da perspectiva teórica destes – com as elaborações de organizações políticas que se situaram à esquerda do partido de Prestes no período 1930-1964. Se, por um lado, os laços existentes entre a lógica “dualista-etapista” de análise histórico-sociológica e as formulações políticas do PCB e da IC já foram por demais mencionados pela bibliografia dedicada ao pensamento social brasileiro, por outro, o tema das relações entre o pensamento trotskista da IV Internacional e a intelectualidade do país nos parecia sofrer e, certamente ainda sofre, de uma ingente escassez de pesquisas. Almejamos que este trabalho tenha, mesmo que modestamente, dado sua contribuição para que a carência em questão venha a ser minimizada.

Entretanto, é bom deixarmos claro que, ao apresentar a participação das reflexões de Trotsky e dos trotskistas brasileiros enquanto alicerces da construção do pensamento “antidualista” e “antietapista” do Brasil, e em particular na elaboração da “teoria do populismo”, não intencionamos, de modo algum, colocar em dia o que poderíamos chamar dos “direitos autorais” relativos à parte da produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras; no máximo, esperamos poder lembrar a existência dos mesmos.

Assim, ficaremos satisfeitos se a presente dissertação, em seu conjunto, vier a ajudar na demonstração de que a universidade não se constitui no único *lócus* de produção do conhecimento. Colimamos que a exposição acerca das “origens” trotskistas do pensamento “antidualista” e “antietapista” brasileiro venha a evidenciar também o fato de que, ainda quando produzido no interior do espaço universitário, o conhecimento pode ter suas raízes localizadas em outros espaços de elaborações científicas sobre a realidade social, como, no caso em questão, o movimento operário.

Nos tempos atuais, irritantemente conservadores, um setor quantitativamente não desprezível dos corpos acadêmicos do país comunga a noção de que a universidade é, ou pelo menos deveria ser, uma instância absolutamente “independente”, e até mesmo apartada, dos conflitos sociais presentes no tecido social; tal noção vem invariavelmente acompanhada do velho desejo positivista, requeitado por Weber, da obtenção por parte dos pesquisadores da chamada “neutralidade científica” – ainda que nossos colegas pós-modernos entortem arrogantemente suas faces quando ouvem, mesmo que de longe, a pronúncia dessa última palavra que compõe a expressão aspada. Buscando um isolamento cada vez maior do ambiente societal catastrófico que os cercam, muitos dos intelectuais do presente (assim como

o fizeram seus equivalentes no passado) cultivam a crença de que suas produções bibliográficas não possuem vínculos com qualquer grupo em particular, econômico ou político, localizado “fora” de seus gabinetes; como bons liberais pequeno-burgueses, imaginam que seus intelectos produzem obras que servem – se é mesmo que eles ainda pensam que estas devem “servir” para algo além do sofisticado deleite literário de seus pares – para a sociedade “como um todo”. Ilusão reacionária, a idéia de uma universidade que, “independente” dos antagonismos sociais, trabalha para o “conjunto dos cidadãos” não é senão uma ideologia, derivada justamente da relação servil que parte considerável dos nossos prestigiados acadêmicos estabelecem com os grupos dominantes, seja por intermédio dos elos materiais e institucionais que os ligam ao poder público, seja pelas chamadas “parcerias” realizadas pelos departamentos e pós-graduações com instituições privadas, organizações não-governamentais (ONG’s) e demais *aparelhos de hegemonia* do capital, para fazermos uso de uma linguagem gramscianiana. Não por acaso, aqueles que esbravejam contra qualquer penetração dos partidos anticapitalistas e movimentos sociais de esquerda no espaço acadêmico são os primeiros a abrir simpáticos sorrisos quando do noticiar da possibilidade de realização de qualquer “projeto em conjunto” com órgãos como a Fundação Ford, o “Viva Rio”, a Rede Globo, o Banco Santander e até mesmo (“por que não?”) a Polícia Militar.

De nossa parte, alimentamos a vontade de que, não obstante a expressiva audiência alcançada atualmente por esse discurso da “independência” da produção científica gestada na universidade, nosso pequeno trabalho possa explicitar como, em tempos nem tão remotos, alguns dos até hoje prestigiados intelectuais acadêmicos beberam, e muito, na abundante fonte do movimento operário.

Talvez, haja ainda uma outra contribuição, um tanto quanto irônica, prestada por nossa dissertação.

Na avalanche de ataques, desencadeada na década passada, a qualquer trabalho de cunho marxista, os “clássicos” trabalhos de Ianni e Weffort sobre o populismo brasileiro foram alvos de irascíveis críticas, como pudemos observar rapidamente ao final do capítulo II. Tais trabalhos, vistos agora pejorativamente como portadores do que seria a ótica “tradicional” de compreensão do período político brasileiro de 1930-1964, têm como principal acusação contra eles – ainda que essa acusação esteja na maior parte das vezes somente colocada implicitamente – o fato de estarem estruturados por uma perspectiva marxista de análise do processo social. Não se constitui em tarefa muito difícil perceber que o incômodo dos *revisionistas* do “populismo” com os textos de Ianni e Weffort provém da verificação de que estes trabalhos encerram a idéia de que o varguismo, assim como suas variantes de esquerda e de direita, longe de atender verdadeiramente aos interesses da classe

trabalhadora brasileira, buscava nela prioritariamente uma necessária base de sustentação do regime capitalista do país, numa etapa histórica na qual já não se podia mantê-lo de pé fazendo uso somente da coerção para com os explorados. Em outras palavras, o que incomoda os *revisionistas* é, essencialmente, a denúncia do “populismo” enquanto uma forma de dominação de classe, ou seja, o que os incomoda é, nada mais nada menos, que o marxismo – ou, mais especificamente, como disse o já comentado Daniel Aarão Reis Filho, o “marxismo-leninismo”.

Curiosamente, ao expormos como León Trotsky (provavelmente tomado pelos *revisionistas* em questão como mais um “radical” e “sectário” personagem da experiência “autoritária” bolchevista) foi uma significativa influência para os teóricos marxistas do “populismo”, possivelmente estamos oferecendo aos atuais críticos do conceito mais um subsídio para sua apologia da “Era Vargas”: que façam uso dele da forma que acharem mais conveniente; quando a isso, nada podemos fazer a não ser intervir novamente num eventual debate ulterior.

Por fim, comunicamos aos leitores – e talvez nem fosse necessário fazê-lo – que este trabalho foi motivado, em grande parte, pelo enorme silêncio existente nos meios universitários de pesquisa sobre o nome de León Trotsky.

Tal silêncio, como foi visto ao final do segundo capítulo, fez-se presente tanto entre os autores que, direta ou indiretamente, trabalharam com os instrumentais teórico-analíticos desenvolvidos pelo revolucionário russo (em especial a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* e a categoria de “bonapartismo *sui generis*”), quanto entre aqueles que se dedicaram a analisar criticamente a obra desses conhecidos sociólogos, cientistas políticos e historiadores brasileiros.

Entretanto, como também já dissemos, não sabemos muito bem precisar as razões que fizeram com que o nome de Trotsky tenha ficado sempre obscurecido no âmbito da produção universitária brasileira. Todavia, quanto ao primeiro silêncio de que falamos acima, podemos supor que, nas décadas de 1960 e 1970, não obstante o desgaste da autoridade política da União Soviética junto a uma gama de intelectuais de esquerda no Brasil e no mundo – ocasionado, principalmente, pelo “relatório Krushev” (1956) e pelas invasões da Hungria (*idem*) e Tchecoslováquia (1968) –, qualquer menção ao nome do dissidente bolchevique pudesse ser ainda vista como uma atitude um tanto quanto herética nos círculos acadêmicos de esquerda, então hegemônicos pelo estalinismo. Quanto ao segundo, como também dissemos anteriormente, acreditamos que ele pode ser explicado antes de tudo pelo próprio silêncio anterior; como muitos dos cientistas sociais nitidamente influenciados por Trotsky sequer se referiram ao nome deste, não é de se estranhar que os pesquisadores que se

debruçaram sobre as obras daqueles nelas não enxergassem a presença da perspectiva trotskista.

Atualmente, persiste o silêncio sobre Trotsky na academia. Porém, nos consideramos dispensados de gastar muita tinta para explicar as causas de tal fato. A forte reação intelectual que alcançou seu fastígio (assim esperamos) na década de 1990 obteve um relativo êxito no seu intento de diminuir o espaço na universidade de qualquer tipo de corrente teórica embasada substantivamente na perspectiva epistemológica de Marx. Assim sendo, não seria justamente o nome de Trotsky – visto (corretamente, aliás) como representante de uma das alas mais à esquerda do pensamento marxista do movimento operário – que viria a ser poupado pelo vendaval reacionário. Até mesmo nos núcleos universitários de linha marxista, verdadeiros focos de resistência às modas pós-modernas trazidas por este vendaval, Léon Trotsky ocupa, quando muito, uma posição secundária no quadro das referências teóricas do pensamento *contra-hegemônico*. Muitos dos intelectuais marxistas que, nas décadas de 1980 e 1990, romperam qualquer ligação política e científica com a ortodoxia moscovita passaram a abraçar teóricos socialistas altamente sofisticados como Gramsci e Lukács; porém, evitaram uma aproximação maior com aquele que foi inquestionavelmente o maior adversário de Stálin e da vulgarização do marxismo orquestrada por este desde meados da década de 1920.

No entanto, consideramos importante esclarecer, à guisa de conclusão, que, ao expormos como Trotsky constituiu-se em uma importante fonte teórica para produções bibliográficas que vertebraram a formação intelectual de algumas gerações universitárias brasileiras do campo das ciências sociais (em especial a partir da década de 1980), não visamos, de nenhuma maneira, trabalhar no sentido de uma incorporação de Trotsky ao “panteão” dos autores acadêmicos. Supomos que tal tarefa seria, muito provavelmente, não só fracassada, como também inteiramente vã caso viesse a ser efetivada. Para que um dia venha a ter seu nome “aceito” nas bibliografias de curso, Trotsky provavelmente teria que passar pelos mesmos processos de “domesticação” que sofreram importantes autores marxistas, com destaque para Antonio Gramsci, nos quais foram praticamente despidos de todo o seu conteúdo revolucionário. Entretanto, como adiantamos, supomos que tal perspectiva é muito remota. Pela sua trajetória de vida, em particular como dirigente da *violenta* Revolução de Outubro, pela sua recusa categórica de aliança dos trabalhadores com qualquer setor da burguesia, pela sua defesa intransigente da “ditadura do proletariado”, pela unidade indissolúvel entre sua teoria e prática revolucionária, Trotsky deixou um legado que dificilmente está sujeito a “domesticações”. Desse modo, talvez Trotsky continue a ser, tal como nos tempos em que o estalinismo hegemônizava o pensamento universitário de esquerda, um *outsider* na academia, o que, aliás, não deixa de ter um lado positivo.

## Bibliografia

- ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.) *Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- AGGIO, Alberto. “A emergência das massas na política latino-americana e a teoria do populismo” in \_\_\_\_\_ e LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX*. São Paulo: UNESP, 2003.
- ALEXANDER, Robert J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institutions Press, 1973.
- ALMEIDA, M. H. T de. e MARTINS, C. E. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: Cebrap, 1973.
- ALMEIDA. Miguel Tavares. “Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 83-117.
- ALVAREZ JUNCO, José. “El populismo como problema” in \_\_\_\_\_. e GONZÁLES LEANDRI, Ricardo. *El populismo en España y América*. Madri: Catriel, 1994, p. 11-38.
- ANDERSON, Perry. “As antinomias de Gramsci” in *A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p.7-75.
- ANDRADE, César Ricardo de. “O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas” in *Estudos de História* nº. 2 (Revista do Curso de Pós-Graduação em História da Unesp). Franca: Unesp, 2000, p. 69-84.
- ARAÚJO. Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho. A experiência de Lindolfo Collor*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1990.
- ARCARY, Valério. “Controvérsias sobre a teoria da revolução no ‘testamento’ de Engels” in \_\_\_\_\_. *O encontro da revolução com a história. Socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo: Sundermann/Xamã, 2006, p. 149-196.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. “O caminho da revolução brasileira” in \_\_\_\_\_. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BENOIT, Hector. “O programa de Transição de Trotsky e a América” in *Crítica Marxista* nº18. São Paulo: Revan, maio de 2004, p. 37-64.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.
- BIANCHI, Alvaro. “Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850)” in *Outubro*, nº. 16. São Paulo, 2007, p. 109-143.
- \_\_\_\_\_. “O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica” in *Idéias*. Campinas: no prelo.
- \_\_\_\_\_. “O primado da política: revolução permanente e transição” in *Outubro* nº.5. São Paulo, 2001, pp. 101-115.
- \_\_\_\_\_. *Trotsky em Português: esboço bibliográfico*. Coleção Textos Didáticos IFCH/Unicamp, n. 54, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BROSSAT, Alain. *El pensamiento político del joven Trotski: em los orígenes de la revolución permanente*. México D.F.: Siglo XXI, 1976.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007, 2 volumes.
- CALIL, Gilberto. “Populismo e hegemonia burguesa na América Latina” in *História e luta de classes* nº 4. São Paulo, julho de 2007, p. 27-33.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo latino-americano em discussão” in FERREIRA, Jorge (org.). *Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001., p. 125-165.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro” in \_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973, p. 50-82.

\_\_\_\_\_. e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. e MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*, vol. 2. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, s. d.

CARONE, Edgard. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *O movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

CASTILLO, Christian. “Prólogo a la primera edición” in TROTSKY, León. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p. 7-22.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30” in REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e poder*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 137-152.

COGGIOLA, Osvaldo. “Florestan Fernandes e o socialismo” in FERNANDES, F. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-28.

\_\_\_\_\_. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. “O trotskismo no Brasil” in MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.) *Corações vermelhas (os comunistas brasileiros no século XX)*. São Paulo: Cortez, 2003.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



DEBERT, Guida. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEMIER, Felipe. “Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro” in *Outubro*. São Paulo: 2005, p. 59-78.

\_\_\_\_\_. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira” in *Outubro* n°. 16. São Paulo, 2007, p. 75-107.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1928)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Trotsky. O profeta banido (1929-1940)*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DIETRICH, Eckart. “Populismo y la izquierda o el populismo de izquierda: aproximaciones a una teoría del populismo” in *Herramienta* n° 15. Buenos Aires, 2000, p. 155-164.

DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes” in FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. X, p. 79-120.

DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. “Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)” in *Novos Estudos Cebrap*, n° 20. São Paulo: março de 1988, p. 6-37.

\_\_\_\_\_. *A revolução de 1930. História e historiografia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social no Brasil*. São Paulo: Difel, 1975.

- FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo” in \_\_\_\_ *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p.139-144.
- \_\_\_\_. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_. “Imperialismo e revolução autocrático-burguesa” in \_\_\_\_\_. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 133-138.
- \_\_\_\_. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1987
- \_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- \_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_. “Trotsky e a revolução” in \_\_\_\_\_. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 119-121.
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” in \_\_\_\_\_. (org). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)* São Paulo: Moraes, 1989.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in \_\_\_\_\_. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FURTADO, Celso (org.) *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas. A influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

- GARCÍA HIGUERAS, Gabriel. *Trotsky en el espejo de la historia*. Lima, s.c.p., 2005.
- GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho no Brasil. Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2001.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2004
- \_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *El Estado capitalista en la época de Cárdenas*. México: Ediciones Era, 1991.

- \_\_\_\_\_. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- \_\_\_\_\_(org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- \_\_\_\_\_[et.al.] *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. (et alii) *La dependencia politico-económica de America Latina*. México: Siglo XXI, 1970.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 2003.
- \_\_\_\_\_. e MARQUES NETO, J. C. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Unicamp, 2002, p. 103-155.
- KNEI-PAZ, Baruch. *The social and political thought of Leon Trotsky*. Londres: Clarendon, 1978.
- \_\_\_\_\_. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso” in HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O automarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 159-196.
- KRASSO, Nicholas. “El marxismo de Trotsky” in KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. *El marxismo de Trotsky*. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.

LACLAU, Ernest. "Para uma teoria do populismo" in \_\_\_\_\_. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978, p. 149-204.

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1959 (tradução do original \_\_\_\_\_. *Le Brésil*. Structure sociale et politique. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.).

LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. "Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964)" in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, n°. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 127-159.

LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria*. 3ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1988, 2 volumes.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

LÖWY, Michael. "Introdução" (pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina) in \_\_\_\_\_.(org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 9-64.

\_\_\_\_\_. (org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MANDEL, Ernest. "El marxismo de Trotsky: una anti-crítica" in KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. *El marxismo de Trotsky*. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.

- \_\_\_\_\_. “El marxismo de Trotsky: réplica” in KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. *El marxismo de Trotsky*. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª edição. Petrópolis: Polis/ Vozes, 1987.
- MARIE, Jean-Jacques. *Trotsky e o trotskismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s.d.
- MARINI, Rui Mauro. “Dialética da dependência” in TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Rui Mauro Marin. Vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 137-180.
- MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MARTINS, Luciano. *Politique et developpment economique: struture de povoir et systeme de décision au Brésil*. Tese de doutorado. Paris: Universidade René Decartes, 1973.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Flama, 1946.
- \_\_\_\_\_. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio do autor para a segunda edição” in \_\_\_\_\_. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro (Estado da Guanabara): Vitória, 1963.
- \_\_\_\_\_. e ENGELS, F. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” in \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Moscou/Lisboa: Progresso, 1982, p. 178-188, volume I.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. “E.P. Thompson no Brasil” in *Outubro* nº. 14. São Paulo, 2006, p. 81-110.

\_\_\_\_\_. (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro; Vício de Leitura, 1988.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2002.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.) *Corações vermelhos (os comunistas brasileiros no século XX)*. São Paulo: Cortez, 2003

MELO, Demian. “A miséria da historiografia” in *Outubro*, nº. 14. São Paulo: Alameda, 2006, p. 111-130.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MONAL. I. “Gramsci, sociedade civil e os grupos subalternos.” In. COUTINHO, C. N. & TEXEIRA, A. P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 11-56.

MORAES, João Quartim de. “O argumento da força” in OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. [et. al.] *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e terra, 1998.

NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. “A economia brasileira: crítica a razão dualista” in *Estudos Cebrap*, nº. 2, 1972.

\_\_\_\_\_. *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PCB. “Resolução política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – 1960” in \_\_\_\_\_. *PCB: vinte anos de política. Documentos 1958-1979*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1980.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROSA, M. “A defesa da URSS na guerra atual” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 289-318.

PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina Lúcia M. “Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro” in FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 273-317.

PETIT, Mercedes. *Apuntes para una historia del trotskismo*. 2ª edição. Buenos Aires: Ediciones El Socialista, 2005.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)* São Paulo: Companhia das letras, 1991.

PINTO, João Alberto da Costa. “Nelson Werneck Sodré e o projeto da História Nova do Brasil”. In SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauri, Edusc, 2001.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.



\_\_\_\_\_. *Fascismo e ditadura. A III Internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense editora, 1972, 2 volumes.

\_\_\_\_\_. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires: A. Pena editor, 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 319-377.

\_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. e SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

\_\_\_\_\_. e RIDENTI, Marcelo (orgs) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RODRIGUES, L. M. “Sindicalismo e classe operária” [1930-1964] In FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. X, p. 509- 555.

ROWLAND, Robert. “Classe operária e Estado de compromisso.” in *Estudos Cebrap n°8*. Edições Cebrap/Editora brasileira de ciências, abril-maio-junho de 1974.

- SACCHETA, H. et al. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Unicamp, 1992.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 88-124.
- SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932 (?)
- SANTOS, Theotônio dos. “Las crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en America Latina” in JAGUARIBE, Hélio (et alii) *La dependencia político-económica de America Latina*. México: Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da dependência. Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968
- SEGATTO, J. A. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.
- SILVA, A. O. da. *História das tendências políticas no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2ª edição. São Paulo: Proposta, s.d.
- SILVA, Fernando Teixeira da. e COSTA, Hélio da. “Trabalhadores e populismo: um balanço dos estudos recentes” in FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-271.
- SILVA, Luís Fernando da. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964

SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados” in HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo*. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, volume VIII.

STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. 11ª edição. Cidade do México: Ediciones sociales, 1941.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Rui Mauro Marin. Vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2005.

TROTSKY, León. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

\_\_\_\_\_. *Diário do Exílio*. 2ª edição. São Paulo: Edições Populares, s.d.

\_\_\_\_\_. “Discusion sobre America Latina” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p. 121-137.

\_\_\_\_\_. “Discussões sobre o Programa de Transição” in \_\_\_\_\_ *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

\_\_\_\_\_. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta Editorial, s.d.

\_\_\_\_\_. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000.

\_\_\_\_\_. “Las expropiaciones mexicanas del petróleo” in *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 65-68.

\_\_\_\_\_. “El fascismo y el mundo semicolonial” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 88-90.

\_\_\_\_\_. “El futuro de la America Latina” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 168-169.

\_\_\_\_\_. *História da revolução russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, 3 volumes.

- \_\_\_\_\_. *História da revolução russa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. “La industria nacionalizada y la administración obrera” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 163-167.
- \_\_\_\_\_. *Literatura y revolución* y outros escritos sobre la literatura y el arte. [s.l.]: Ediciones Cruces, 1989.
- \_\_\_\_\_. “La lucha antimperialista es la clave de la liberación” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos* 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 106-112.
- \_\_\_\_\_. “México y el imperialismo británico” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 76-80.
- \_\_\_\_\_. *Moral e revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. “La política de Roosevelt en America Latina” (3 de setembro de 1938) in \_\_\_\_\_ *Escritos Latinoamericanos Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 91-94.
- \_\_\_\_\_. *Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina*. Buenos Aires: ed. Coyoacán, 1961.
- \_\_\_\_\_. “Problemas de la sección mexicana” in \_\_\_\_\_ *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 138-145.
- \_\_\_\_\_. “Problemas de la revolución italiana” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente (compilación)*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 549-556.
- \_\_\_\_\_. *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Resultados Y perspectivas. Tres concepciones de la revolución russa*. Buenos Aires: el Yunque editora, 1975.

- \_\_\_\_\_. “La revolución china” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 524-535.
- \_\_\_\_\_. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- \_\_\_\_\_. *La revolución española*. S.l.: El puente editorial, s.d.
- \_\_\_\_\_. *A revolução permanente*. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Sobre las tesis sudafricanas” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente (compilación)*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 561-567.
- \_\_\_\_\_. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in \_\_\_\_\_. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 170-179.
- \_\_\_\_\_. “Tareas e peligros de la revolución en la India” in \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente (compilación)*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000, p. 539-548.
- \_\_\_\_\_. *La teoría de la revolución permanente (compilación)*. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.
- TICKTIN, Hillel. “Trotsky’s political economy of capitalism” in BROTHERSTONE, Terry e DUKES, Paul. *The Trotsky reappraisal*. Edinburgh:Edinburgh University, 1992.
- \_\_\_\_\_. e COX, Michael. “The ideas of Leon Trotsky” in TICKTIN, Hillel e COX, Michael (orgs.). *The ideas of Leon Trotsky*. Londres: Porcupine, 1995.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, 5 volumes.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil* (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- WEFFORT, Francisco C. “Classes populares e política” in \_\_\_\_ *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 89-104.
- \_\_\_\_. “Estado e massas no Brasil” in \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 45-60.
- \_\_\_\_. “O populismo na política brasileira” in \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-78.
- \_\_\_\_. “Política de massas” in \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 15-44.
- \_\_\_\_. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 1, julho de 1978, p. 7-14 (primeira parte); in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 2, janeiro de 1979, p. 3-12 (segunda parte); in *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1, nº. 1, agosto de 1979, p. 11-18 (terceira parte).
- \_\_\_\_. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978 (p. 18-27).
- \_\_\_\_. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do Após-Guerra)” in *Estudos Cebrap*, nº. 4. São Paulo, abril-maio-junho de 1973.
- WORSLEY, Peter. “O conceito de populismo” in TABAK, Fanny (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 23-67.